

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - FIC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

POLLYANA DOURADO DOS SANTOS

**MULHERES INEXATAS: DIÁLOGOS ENTRE PROSTITUIÇÃO E  
JORNALISMO NO ACRE**

GOIÂNIA  
2014

POLLYANA DOURADO DOS SANTOS

**MULHERES INEXATAS: DIÁLOGOS ENTRE PROSTITUIÇÃO E  
JORNALISMO NO ACRE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. **Área de concentração:** Mídia e Cidadania.

**Orientação:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Carolina Rocha Pessôa Temer.

GOIÂNIA  
2014

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**     **Dissertação**         **Tese**

### 2. Identificação da Tese ou Dissertação

|  |   |                              |       |
|--|---|------------------------------|-------|
| Autor (a):                                     | Pollyana Dourado dos Santos   |                              |       |
| E-mail:  | pollyanadourado@hotmail.com   |                              |       |
| Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? | <input checked="" type="checkbox"/> Sim                                 | <input type="checkbox"/> Não |       |
| Vínculo empregatício do autor                  |   |                              |       |
| Agência de fomento:                            |   | Sigla:                       | CNPQ  |
| País:  | Brasil  | UF:GO                        | CNPJ: |
| Título:  | Mulheres inexatas: diálogos entre prostituição e jornalismo no Acre     |                              |       |
| Palavras-chave:                                | Estudos da Comunicação. Jornalismo. Discurso. Prostituição. Cidadania.  |                              |       |
| Título em outra língua:                        | Inaccurate Women: dialogues between prostitution and journalism in Acre |                              |       |
| Palavras-chave em outra língua:                | Communication Studies. Journalism. Speech. Prostitution. Citizenship.   |                              |       |
| Área de concentração:                          | Comunicação   |                              |       |
| Data defesa: (dd/mm/aaaa)                      | 17/06/2014  |                              |       |
| Programa de Pós-Graduação:                     | Comunicação   |                              |       |
| Orientador (a):                                | Ana Carolina Pêsoa Rocha Temer  |                              |       |

\*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

### 3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM         NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação. O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) autor (a)

<sup>1</sup>Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)**

**GPT/BC/UFG**

Santos, Pollyana Dourado.

S237m Mulheres Inexatas: diálogos entre prostituição e jornalismo no Acre / Pollyana Dourado dos Santos. - 2014.

xv, 205 f. : il., figs, tabs.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Carolina Pêsoa Rocha Temer.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2014.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, abreviaturas e siglas.

Apêndices.

1. Jornalismo – Prostituição 2. Comunicação – Prostituição 3. Prostituição – Cidadania I. Título.

CDU: 070:176.5

POLLYANA DOURADO DOS SANTOS

**MULHERES INEXATAS: DIÁLOGOS ENTRE PROSTITUIÇÃO E JORNALISMO NO  
ACRE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Carolina Rocha Pessôa Temer – UFG  
Presidente da Banca

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Carolina Eiras C. Soares - UFG

---

Prof. Dr. Magno Medeiros - UFG

*Às minhas avós, Irene Dourado e Madalena Andrade, que me fizeram uma mulher  
inconformada.*

## AGRADECIMENTOS

*A Deus, por guiar toda a trajetória e pela força nos momentos de angústia em que tive vontade de desistir.*

*A Universidade Federal de Goiás, seu corpo docente, direção e administração do Programa de Pós-Graduação em Comunicação.*

*Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico(Cnpq) pelo financiamento deste trabalho.*

*Um agradecimento especial à minha orientadora, professora Ana Carolina Pêssoa Rocha Temer, pela paciência, acolhida, por ter sido muitas vezes mais que uma guia, mas uma mãe que disciplina e aponta novos rumos. Além de ter inspirado toda a discussão produzida nesta pesquisa acerca do jornalismo e suas implicações sociais.*

*À professora Ana Carolina S. Eiras que me acolheu com palavras de incentivo a novos projetos.*

*Aos professores Elder Andrade, Sérgio Roberto, Gerson Albuquerque, Italva Miranda e Rosana Martins por terem fornecido as leituras críticas que fiz no início da minha jornada acadêmica.*

*À minha eterna inspiradora, professora Graça Teixeira, que me forneceu o exemplo de docente do ensino superior e, principalmente, de humanidade.*

*Às mulheres que me permitiram conhecer um pouco do universo da prostituição.*

*Aos servidores da Biblioteca dos campus I e II da UFG, que me recebiam todas as tardes com sorrisos e olhares que me deram esperança.*

*Aos servidores do Patrimônio Histórico do Acre e da Universidade Federal do Acre que me possibilitaram a investigação dos jornais de Rio Branco.*

*Aos familiares, Paulo Dourado, Rachel Dourado, Suzanna Dourado, Lucas Dourado, José Dourado, Tereluzia Santos e Augusto Bezerra que me deram suporte com a logística da pesquisa empírica.*

*E, finalmente, aos meus pais, Nazaré Dourado e Valdomiro Andrade, pelo amor e rigidez na educação que me forneceram desde o berço.*

## RESUMO

A pesquisa em questão delimita-se em uma breve reflexão acerca dos estudos da comunicação, tendo o jornalismo como objeto de investigação e seus processos de mediação. Esta investida metodológica foi produzida a partir da análise do discurso jornalístico e das vozes de prostitutas, ambos situados na capital acriana. Tendo como ponto de partida a discussão proposta pelo conceito de discurso em Michel Foucault (1972), houve aqui a tentativa de problematizar os estudos da comunicação e suas interfaces sociais.

**Palavras chaves:** Estudos da Comunicação. Jornalismo. Discurso. Prostituição. Cidadania.



## **ABSTRACT**

The research in question is delimited in a brief reflection on the communication studies, and journalism as a subject of investigation and its mediation procedures. This methodological thrust was produced from the analysis of journalistic discourse and voices of prostitutes, both located in acriana capital. Taking as its starting point the discussion proposed the concept of discourse in Michel Foucault (1972), here is the attempt to problematize the study of communication and its social interfaces.

**Key words:** Communication Studies; journalism; speech; prostitution; Citizenship.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|                 |  |
|-----------------|--|
| <b>CBO</b>      | Classificação Brasileira de Ocupação                 |
| <b>CPI</b>      | <i>Comissão Parlamentar de Inquérito</i>             |
| <b>DEAM</b>     | Delegacia de Atendimento Especializado a Mulher      |
| <b>IBGE</b>     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística      |
| <b>INAT</b>     | Indicador de Analfabetismo Funcional                 |
| <b>IPEA</b>     | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada             |
| <b>ONG</b>      | Organizações não Governamentais                      |
| <b>PSC-SP</b>   | Partido Social Cristão-São Paulo                     |
| <b>SBPJOR</b>   | Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo |
| <b>STF</b>      | Supremo Tribunal Federal                             |
| <b>UFAC</b>     | Universidade Federal do Acre                         |
| <b>UNISINOS</b> | Universidade do Vale do Rio dos Sinos                |
| <b>UNIR</b>     | Universidade Federal de Rondônia                     |

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>13</b>  |
| <b>2 COMUNICAÇÃO: EM BUSCA DE COMO NÃO FAZER, FAZENDO.....</b>                              | <b>15</b>  |
| 2.1 ESTUDOS DA COMUNICAÇÃO: UMA CIÊNCIA? AVENTURAS E DESVENTURAS EPISTEMOLÓGICAS.....       | 15         |
| 2.2 O CAMPO DA COMUNICAÇÃO E AS IMPLICAÇÕES RELACIONADAS AOS ESTUDOS DO JORNALISMO .....    | 41         |
| 2.3 O JORNALISMO, O DISCURSO MUDIÁTICO E A “CIDADANIA” .....                                | 54         |
| <b>3 GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE PARA OS ESTUDOS DA COMUNICAÇÃO.....</b>               | <b>65</b>  |
| 3.1 O USO DO CONCEITO DE GÊNERO .....   | 66         |
| 3.2 GÊNERO: UM CONCEITO VIÁVEL PARA OS ESTUDOS DA COMUNICAÇÃO? .....                        | 85         |
| 3.3 A IDENTIDADE FEMININA NO BRASIL A PARTIR DOS RELATOS DE VIAJANTES EUROPEUS DE 1500..... | 105        |
| <b>4 PROSTITUIÇÕES: PROBLEMATIZANDO TRAJETÓRIAS E CONCEITOS .....</b>                       | <b>112</b> |
| 4.1 MODERNIZANDO O BRASIL: HIGIENIZAÇÃO URBANA E DISCIPLINARIZAÇÃO DOS CORPOS .....         | 112        |
| 4.2 A PROSTITUTA, O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL: ENTRE SILÊNCIO E VIOLÊNCIA.....             | 123        |
| 4.3 PROSTITUIÇÃO EM RIO BRANCO: ENTRE BECOS, BORDÉIS E BARRANCOS .....                      | 128        |
| <b>5 ANÁLISE DO DISCURSO E OS ESTUDOS DA COMUNICAÇÃO .....</b>                              | <b>134</b> |
| 5.1 APRESENTANDO O CORPUS E BRICOLAGENS METODOLÓGICAS .....                                 | 134        |
| 5.2 OS JORNAIS E AS PROSTITUTAS: VÍTIMAS OU CRIMINOSAS?.....                                | 145        |

|   |            |
|---|------------|
| 5.3 O JORNALISMO E SUAS RELAÇÕES DE PODER .....                                     | 161        |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>172</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>178</b> |
| <b>ANEXO A - Matéria analisada 1: Jornal A Gazeta (1993). .....</b>                 | <b>191</b> |
| <b>ANEXO B - Matéria analisada 2: Jornal A Gazeta (1993).....</b>                   | <b>192</b> |
| <b>ANEXO C - Matéria analisada 3: Jornal A Gazeta (1993). .....</b>                 | <b>193</b> |
| <b>ANEXO D - Matéria analisada 4: Jornal A Tribuna (2013). .....</b>                | <b>194</b> |
| <b>ANEXO E - Matéria analisada 5: Jornal A Tribuna (2013).....</b>                  | <b>196</b> |
| <b>ANEXO F - Matéria analisada 6: Jornal O Rio Branco (2003). .....</b>             | <b>200</b> |
| <b>ANEXO G - Matéria analisada 7: Jornal A Tribuna (26 de junho de 2003). .....</b> | <b>201</b> |
| <b>ANEXO H - Matéria analisada 8: Jornal O Rio Branco on-line (2013).....</b>       | <b>202</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Comunicação, jornalismo, prostituição e discurso são palavras que comportam os temas da pesquisa em questão. A ideia foi problematizar como são feitas as pesquisas em comunicação a partir de um recorte (1993, 2003, 2013) de jornais que tratam de prostituição e de entrevistas com mulheres que praticam esta atividade. Foram entrevistadas nesta pesquisa várias prostitutas, contudo, apenas cinco foram utilizadas nesta pesquisa, tendo em vista que apenas estas me concederam autorização por escrito para entrevistá-las. Foram utilizados como fontes os jornais que circulam em Rio Branco: Jornal A Gazeta, Página 20, A Tribuna e o Rio Branco.

Escolhi o Acre e sua capital como locus geográfico desta pesquisa por uma questão de identidade e por compreender a carência de pesquisas na área de comunicação neste espaço. De uma forma geral, o Acre passa a ser, historicamente, local desconhecido e merece ser revisitado não apenas pelo discurso midiático nacional como também pelo universo científico.

O primeiro capítulo foi composto por discussões acerca dos embates teórico-epistemológicos que a ciência comunicacional enfrenta. Uma discussão que gira em torno de trajetórias conceituais vivenciadas por este campo do saber, tais como: definição do que seria objeto da comunicação, os métodos investigativos, o diálogo com as outras áreas do saber e, enfim, uma tentativa de discussão sobre a utilidade do discurso jornalístico. Aqui o jornalismo é compreendido como um dos dispositivos mais eficazes do discurso da modernidade, em que suas narrativas precisam ser pensadas a partir de suas relações sociais contextualizadas (THOMPSON, 2008). Há ainda aqui uma reflexão acerca do uso do conceito de cidadania, com o qual se discutiu a trajetória e as limitações que representa para sujeitos historicamente excluídos.

O segundo capítulo remete a uma discussão em torno da necessidade de se pensar categorias de análise para os estudos da comunicação. Partindo de parâmetros que visem a possibilidade de diálogos entre a teoria e a empiria de um objeto científico (FERRARA, 2010), foi escolhido o conceito de gênero como uma categoria de análise viável para os estudos da comunicação. Pensou-se nesta categoria por compreender que as relações entre gêneros ainda constituem-se um dos problemas sociais mais presentes em nossa sociedade. Mesmo com um dispositivo jurídico/político como a Lei Maria da Penha, ainda é uma realidade brasileira em crescente desenvolvimento, tendo em vista que os crimes de violência física e simbólica ocorridas com as mulheres não diminuíram com a vigência de tal lei. Este

cenário pôde ser percebido na investida empírica dessa pesquisa: os jornais que circulam em Rio Branco estão repletos de casos de violência envolvendo prostitutas quanto seus depoimentos apresentam relatos de situações vivenciadas por estas mulheres.

Já no terceiro capítulo buscou-se problematizar a trajetória da prostituição no Brasil a partir de seu processo de modernização. Há aqui uma discussão sobre o processo de higienização das cidades que fez com que os “indesejáveis” fossem varridos para as “margens” ou “favelas” das principais capitais brasileiras. Sem dúvida, os prostíbulos, conhecidos popularmente como “zonas de baixo meretrício”, foram transportados para as periferias das metrópoles brasileiras. Contudo, em Rio Branco pôde-se perceber que mesmo vivenciando um intenso processo de modernização, ainda existem os conhecidos “inferninhos” com nomes de pensão, lanchonetes e bares localizados em pontos centrais da cidade.

E, finalmente, no quarto e último capítulo há uma proposta teórico-metodológica sendo materializada a partir do diálogo entre jornais e prostitutas. Este capítulo remete a problematizações do jornalismo enquanto discurso que visa construir determinada realidade social; representação de sujeitos historicamente excluídos no discurso jornalístico; premissas básicas do jornalístico, como critérios de noticiabilidade e análise do discurso de prostitutas que atuam na capital acriana.

Portanto, tal pesquisa trata-se de um estudo metalinguístico inspirado em obras como **O queijo e os vermes**, de Carlo Ginzburg, em que o autor ao produzir uma narrativa sobre a cosmogonia criada por um moleiro, fornece e problematiza postulados essenciais para a teoria historiográfica: a micro história. A ideia foi problematizar os usos e abusos da pesquisa em comunicação com uma investida empírica realizada a partir dos discursos jornalísticos e das prostitutas.

## 2 COMUNICAÇÃO: EM BUSCA DE COMO NÃO FAZER, FAZENDO

### 2.1 ESTUDOS DA COMUNICAÇÃO: UMA CIÊNCIA? AVENTURAS E DESVENTURAS EPISTEMOLÓGICAS

Impossível pensarmos o século XXI e não nos vir à memória imagens das múltiplas transformações tecnológicas que aperfeiçoaram a indústria dos setores de informação, comunicação e entretenimento. O mundo pós-guerra trouxe para a humanidade novos dispositivos de interação, que ultrapassaram toda a tecnologia produzida até o século XX. As ferramentas de obtenção da informação em tempo real dos acontecimentos são múltiplas, o que relativizou no Jornalismo a importância do imediatismo no relato dos acontecimentos considerados de interesse público para a sociedade.

Este novo cenário tecnológico interfere de forma significativa não apenas nos formatos dos veículos, mas também no tipo de comunicação que se produz a partir de então. Além deste desafio, os estudos da comunicação permanecem em uma crise epistemológica<sup>2</sup> no que diz respeito à sua legitimação enquanto campo científico. O que permite tais questionamentos: qual seria, nesse emaranhado de possibilidades técnicas de interação social, o campo da comunicação? José Luiz Braga (2004, p. 220) afirma que este “é um espaço de poucas consensualidades, em que cada vez mais aumentam as possibilidades de metodologias e as dificuldades de delimitação do que pode ser considerada uma pesquisa em comunicação”. Os estudos da comunicação precisam restringir-se à pesquisa dos veículos de informação dos

---

<sup>2</sup>Nessa pesquisa, adota-se o conceito de episteme a partir de Abbagnano (2007, p. 55): Termo adotado por Foucault em *Les mots et les choses* (1966) para aludir ao conjunto de grades conceituais, inconscientes e anônimas, que constituem a base dos conhecimentos (e das práticas) de certa época, cujo fundo comum constituem. As E., diferentemente das categorias de Kant e das formas invariantes do espírito humano de Lévi Strauss, são “*a priori* históricas”, ou seja, condições que duram apenas um período limitado de tempo. A passagem de uma E. para outra ocorre através de uma série de “descontinuidades enigmáticas”, ou seja, de rupturas radicais e inexplicáveis, que agem de tal modo que “de repente as coisas deixam de ser percebidas, descritas, enunciadas, caracterizadas, classificadas e sabidas do mesmo modo”. Donde sua semelhança com os “paradigmas” (v.) de Kuhn, mantida a diferença, que consiste, sobretudo, no fato de que estes últimos “não são por definição ignorados pelo cientista, como as E. de Foucault” (L.G. Merquior). Ao caráter contingente das relações inter-epistêmicas corresponde o caráter necessário das relações subepistêmicas, ou seja, entre E. geral e cultura num momento preciso, não existe apenas de todo saber, seja o que se manifesta numa teoria, seja o que é silenciosamente investido numa prática” (ibid., p. 185). As três unidades epocais que Foucault toma em consideração, definindo o modo como a cada uma delas subjaz determinada semiologia, ou seja, determinado modo de entender a relação palavras-coisas, são a “renascentista”, a “clássica” e a “moderna”. Ele insiste sobretudo nesta última. Pois é exatamente em seu âmbito que encontramos o evento decisivo do “nascimento” e da “morte” do homem (ABBAGNANO, 2007, p. 63).

conglomerados midiáticos? O que define se determinado objeto/tema é ou não do campo da comunicação?

Longe de querer dar respostas a estas inquietações, parte-se do princípio de que a problematização dos estudos da comunicação precisam ser indagados/refletidos e não atuar com categorias de pensamento com suas arestas definidas. A proposta dessa pesquisa não é responder tais questionamentos<sup>3</sup>, até porque não crê que haja um caminho muito bem definido que leve à solução dos problemas epistemológicos nem da comunicação e nem de nenhuma outra área do conhecimento. A ideia é problematizar aspectos relacionados aos estudos da comunicação, do jornalismo, bem como da construção de seus discursos midiáticos, sobretudo relacionados à representação de sujeitos historicamente excluídos dos processos “civilizatórios”: no caso da pesquisa em questão, das prostitutas e como estas apreendem seus enunciados.

Coloca-se, ainda, em questão outro ponto polêmico para os pesquisadores da comunicação: aquela relacionada a determinados grupos de pesquisadores que produzem o estudo da comunicação como um mero estudo analítico da natureza do meio de comunicação. Este último tem sido um dos aspectos discutidos por Lucrécia Ferrara (2003):

A explosão de códigos e linguagens, que assinala a civilização contemporânea da segunda metade do século XX até nossos dias, faz com que a comunicação seja confundida ou se emaranhe nos fios das tecnologias responsáveis por aquela explosão. Não raro, a ciência da comunicação se envolve com características dos meios e canais comunicativos e os temas estudados restringem-se às descrições das características de montagem daqueles canais e, sobretudo, das possibilidades que oferecem para atrair a atenção do público receptor. Assim, a natureza de um meio tecnológico se confunde com os efeitos de seu código, entendendo-se neles funções persuasivas, sensíveis, ideológicas ou pragmáticas. (FERRARA, 2003, p. 61-62)

Grande parte dos cursos de Comunicação e Jornalismo tem suas grades curriculares divididas por estudos dos meios de comunicação: rádio jornalismo, planejamento gráfico, telejornalismo e as técnicas destes respectivos meios. Esta divisão não se constitui como um dispositivo meramente didático e organizativo. Esta construção curricular deu-se desta forma porque seus “cientistas” compreendem que a pesquisa em comunicação deve ser feita a partir da investigação do objeto enquanto ferramenta que “media” ou que realiza o processo de

---

<sup>3</sup> Cabe ressaltar que essa pesquisa constitui-se em uma constante atividade reflexiva que busca questionar a quem são destinados os enunciados presentes nos meios de comunicação e como estes são absorvidos dentro e fora do universo da prostituição.



transmissão da informação entre emissor/receptor. Tem-se, dessa forma, um currículo construído a partir de descrições de meios específicos da indústria da comunicação (rádio, TV e internet), negligenciando-se, assim, o processo de construção desses discursos mediatizados e tratando-os como algo natural, dado ou até mesmo irreversível dentro do sistema capitalista.

Esta tem sido a causa de grandes conflitos teóricos e políticos entre os que estudam a comunicação enquanto investigação das ferramentas e aqueles que ousam problematizar essa “racionalidade” dos estudos da comunicação e entendem a necessidade de questionar como são construídos tais discursos e em que contextos eles estão inseridos a partir de determinado período histórico (BRAGA, 2001, p. 25).

O que de fato torna-se objeto da comunicação? De acordo com Temer e Nery (2009):

Os estudos fundadores do que hoje chamamos comunicação apontaram os limites que marcam o campo de pesquisa da comunicação: o reconhecimento de que o estudo da comunicação deve desenvolver-se a partir da ação de comunicação, de que a ação profissional, o seu produto e consequências na sociedade devem ser objetos de interesse das atividades dos pesquisadores ligados à área. Isso envolve o estudo do comunicador/receptor – aquele que dá origem ao processo de comunicação –, abrangendo estudos que busquem entender suas intenções, sua organização ou a organização dos seus processos para a construção da mensagem, sua história, suas normas éticas e jurídicas e suas técnicas de produção; o estudo da mensagem, ou seja, o produto ou concretização dos esforços do comunicador, do canal ou veículo de comunicação, ou seja, técnicas de difusão envolvidas na divulgação da mensagem; e o estudo do receptor, incluindo suas preferências e reações, suas motivações e sua capacidade de percepção. (TEMER; NERY; 2009, p 28-29).

Várias são as perspectivas sobre o que deve ser estudado pela comunicação. Muitos pensadores acreditam na necessidade de definir a forma como deve ser estudado, o que deve ser discutido, analisado, enfim, há uma pluralidade nas perspectivas de pensar a comunicação, tanto quanto são múltiplos os formatos midiáticos a serem estudados por esta área do conhecimento. Para autoras acima a comunicação deve ser pensada como um campo de conhecimento em construção, repleto de divergências teóricas e metodológicas. As autoras definem ainda que o objeto de estudo seja voltado para o processo comunicacional mediatizado, envolvendo aqui as relações sociais, seus marcadores éticos e as motivações que promoveram tais discursos.

Pensar a comunicação, bem como produzir conceitos sobre o que seria válido enquanto saber, tem sido a preocupação de pesquisadores em relação à amplitude que tais estudos têm ganhado, sobretudo, por conta de seu caráter multiforme e da abrangência de

veículos de comunicação na sociedade do século XXI. O jornalismo, enquanto ferramenta do discurso de progresso e desenvolvimento social, contribuiu para a tentativa de unificação de diálogos, para definição do que pode ser considerado “a realidade” ou o que é de “interesse público”.

Mais conhecido como “Pai das Teorias do Jornalismo”, Otto Groth (2011) é um dos precursores da luta pela definição disciplinária sobre o Campo do Jornalismo. Ele defende a ideia de que é preciso que o objeto de estudo do jornalismo esteja bem definido para que se legitime, de fato, a “Ciência dos Jornais”. Apologista de um território estaticamente delimitado para a produção e reprodução do saber jornalístico, Groth, em sua obra **O poder cultural desconhecido**, defende que a “Ciência dos Jornais” deve produzir estudos a partir da prática jornalística. A questão é que estes estudos, ao navegarem em investigações sobre conhecimento para otimizar a práxis jornalística, não têm sido acompanhados de problematizações relacionadas ao conceito de jornalismo: quem tem sido contemplado (representado) por esta atividade, que tipo de comunicação o jornalismo tem se prestado a produzir, entre outros aspectos de cunho questionador da própria *episteme* desta área do conhecimento. Ou seja, o estudo que tem sido produzido pela Ciência dos Jornais tem se prestado a esquadrihar a prática jornalística, tem silenciado discursos que dizem respeito a pensar nas razões da defasagem entre a eficiência da condição técnica e a dificuldade da comunicação humana e social.

Não se pode deixar passar como um dado natural/gratuito, a crise agonística que existe entre alguns estudiosos da comunicação e do jornalismo, os quais buscam arditamente legitimar suas áreas como um campo consolidado, ou melhor, definir claramente o que é e como opera o objeto da comunicação.

[...] Mas para uma Ciência dos Jornais, o “essencial”, ou seja, o importante fundamentado, é exclusivamente a “ideia”, a “essência”, a “natureza” das obras – a similaridade do seu sentido, seus lados considerados essenciais, suas qualidades constantes, as “características” e a estrutura desta unidade – e o que está ligado a isto. É no essencial que ela tem o seu objeto e o seu método próprio, ele fundamenta o sistema dela. A investigação do essencial gera a ciência da cultura, “Ciência dos Jornais”. (GROTH, 2011, p. 35).

Enquanto os saberes científicos têm cada vez mais buscado uma flexibilização em relação à construção de saberes com seus limites fixos e estáveis, a ideia da “Ciência dos Jornais”, de Otto Groth (2011), é justamente a de estabelecer fronteiras e diâmetros que delimitem claramente o campo do jornalismo, bem como a elaboração de seu objeto de

estudo. Para o autor, há uma essência única, própria, exclusiva no jornalismo enquanto ferramenta de pesquisa que o legitima enquanto campo. Segundo a crítica feita por Silva (2009), no Brasil, partes destas apropriações teóricas têm produzido pesquisas que pautam-se exclusivamente na investigação do jornalismo enquanto práxis, muito mais a partir de um discurso classista e de tentativa de alcançar a legitimação da profissão, tendo em vista o golpe do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2006.

Será que o jornalismo necessita mesmo de uma Ciência dos Jornais como defendeu, ferrenhamente, Otto Groth (2011, p. 35)? Gislene Silva(2009), aponta graves problemas quanto ao negligenciamento da produção de reflexões epistemológicas sobre o campo da comunicação e do jornalismo, bem como a falta de problematização da comunicação a partir de análises sociais que esses produtos midiáticos veiculam.

Trabalhar para a constituição do campo do Jornalismo demandaria, ao mesmo tempo, mais pesquisa epistemológica, investigando como se consolidam e se superam os conceitos e as teorias, e mais apuro metodológico e acuidade teórica nas pesquisas particulares, principalmente nas de opção empírica, cujo esforço descritivo costuma esgotar-se em si mesmo – geralmente por tratar a materialidade empírica como o próprio objeto da pesquisa, cuja escolha é individual, mas que sabemos ser também este construído teoricamente e, por isso, deveria ser tomado como uma das manifestações do objeto de estudo do campo. Essa questão é aprofundada na proposta em se pensar, em outro texto, sobre a “imaterialidade do objeto de estudo do Jornalismo” (SILVA, 2009). Não há problema em se investir em pesquisa aplicada, desde que evitemos reeditar a pesquisa administrativa. (SILVA, 2009, p. 206-207).

A autora vai ao cerne de um dos grandes problemas que os estudos da comunicação, sobretudo do Jornalismo, enfrentam com maiores dificuldades. Como já foi dito anteriormente, estes estudos têm se dedicado muito mais a esquadrihar determinado meio de comunicação a fim de potencializá-lo dentro de um mercado da comunicação, do que produzir questionamentos quanto às suas formas de fazer e, sobretudo, pensar o jornalismo como instrumento do discurso que se pretende hegemônico (verdade dos fatos) em determinado contexto em que esteja inserido. Gislene Silva critica a “filosofia” que tem regido grande parte dos estudos da comunicação no Brasil, pautada não somente em uma metodologia positivista (pesquisa aplicada da prática do Jornalismo – como algumas análises de conteúdo e de discursos), mas também em uma “filosofia tecnicista” das pesquisas em jornalismo. A autora sugere que elas devem repensar não apenas suas práticas, mas a que tipo de ciência estão destinados a produzir. Será que estudar o efeito da televisão na vida dos brasileiros pode

ser atendido ou contemplado apenas com uma análise de determinado jornal ou novela? Tendo em vista que a maior parte destas pesquisas é produzida linearmente a partir de uma “história” da TV, de uma descrição sobre como tem sido produzido determinado jornal e em seguida analisando as matérias deste produto midiático à luz de categorias analíticas que, como apontou a autora, já não são suficientes para pensar a comunicação e que nem se quer são problematizadas.

O que Gislene Silva aponta é que os estudos da Comunicação/Jornalismo produzidos no Brasil não foram feitos essencialmente a partir de descrições da “prática jornalística” e de seus “Manuais de Redação” de maneira ingênua, aleatoriamente ou até mesmo por incompetência. O estudo do jornalismo, enquanto técnica, tem sido produzida com intenções teórico-metodológicas e político-econômicas que visam legitimar determinado campo de saber jornalístico. É nítida a tentativa de transformar os estudos da comunicação em teorias que apontam como resolver determinado problema da prática jornalística ou de não questionar o próprio modelo de discurso jornalístico produzido por determinado meio de comunicação. Muito mais significativo do que produzir estudos que pretendem medir a eficácia ou não de determinado veículo de comunicação, os estudos da comunicação precisam de um “olhar para si”, necessitam produzir uma autocrítica no que diz respeito ao tipo de saber que tem se destinado a produzir. Talvez, seja a falta desta reflexão sobre o Campo do Jornalismo que tenha produzido uma ação deslegitimadora do Jornalismo não apenas como prática (o que ocorre a partir da decisão do STF), mas a algo ainda que se considera mais grave: a deslegitimação do Jornalismo enquanto saber. E tem sido essa desvalorização de saber que tem promovido um questionamento da validade dos estudos produzidos por pesquisadores da área da comunicação (SILVA, 2009).

Há no interior da profissionalização do jornalismo um debate que perpassa as instâncias teóricas, históricas, políticas e econômicas que envolvem os meios de comunicação no Brasil. A não exigência do diploma acabou por promover cada vez mais uma deslegitimação da ciência comunicacional, bem como do fazer jornalístico. Um reflexo desta política voltada para a desvalorização profissional do jornalista tem sido a queda da procura por cursos de comunicação, bem como uma queda na melhoria dos pisos e salários de jornalistas no país. Tal fato, sem dúvida, produz impacto na própria estrutura curricular dos cursos de jornalismo em universidades brasileiras. Qual o diferencial de um jornalista diplomado do jornalista formado em outras áreas do conhecimento e até dos técnicos de comunicação? Tal pergunta vem gerando várias discussões acerca da própria função do

jornalismo, bem como de seu ensino. O professor e coordenador de curso da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Edelberto Behes (2011), entrevistado logo após a queda da obrigatoriedade do diploma, fez a seguinte reflexão:

Duas semanas após a decisão do STF, pedimos à Agência Experimental de Comunicação (Agexcom) um levantamento junto aos estudantes de jornalismo para detectar o impacto da queda da exigência do diploma para o exercício profissional. Pois bem, 6% dos que responderam disseram que estavam desmotivados e que procurariam outro curso. Em contrapartida, 42% assinalaram que, independente do diploma, não deixariam o curso de forma alguma, porque essa era a carreira que queriam seguir. Sentimos o impacto na procura pelo curso nos dois processos de seleção seguintes à decisão do STF, tendência que começou a ser revertida no último vestibular, realizado em dezembro. A queda da procura foi uma tendência geral. A USP, que é uma instituição pública, perdeu candidatos de 2009 para 2010. Embora tenha reduzido em um terço o número de vagas na oferta do jornalismo, a Universidade Metodista de São Paulo viu acontecer o mesmo fenômeno, de acordo com notícias de jornais da época. A Universidade Mogi das Cruzes (UMC) suspendeu o vestibular num semestre por causa da queda de 50% na procura pelo curso. (BEHES, 2011, p.03).

Ora, de acordo com o coordenador da Unisinos, tem-se a necessidade de repensar o próprio jornalismo enquanto estrutura de ferramenta comunicacional e enquanto currículo para que haja um aprofundamento nas discussões acerca da profissionalização desta atividade. A queda da procura pode ser interpretada não apenas a partir da decisão do STF, mas pode ser uma brecha para pensar as políticas comunicacionais no Brasil e América Latina, bem como a própria função social do jornalismo.

A prática de não “colocar em xeque” como tem sido produzido historicamente o jornalismo nos múltiplos contextos, a partir de suas relações políticas, culturais, econômicas e sociais em que estes veículos estabelecem vínculos, tem levado os estudos da comunicação a reduzirem-se a narrativas da técnica, bem como a estudos que buscam, meramente, classificar e enumerar gêneros, tipos e formatos. Sob este aspecto, Sodré (2012) aponta que esta prática pode ser explicada historicamente, tendo em vista que com a expansão do desenvolvimento tecnológico da comunicação houve uma transformação no universo acadêmico:

O fenômeno comunicacional mostrava raízes muito fundas, o que, na prática teórica das universidades, correspondia à passagem da comunicação como lógica político-cultural à comunicação como ciência social aplicada, razão pela qual foi vista com bons olhos pelo primeiro governo da ditadura militar no Brasil, em fins da década de 1960. (SODRÉ, 2012, p. 23).

Muniz Sodré considera que no Brasil, no período entre 1970 e 1990, houve um apelo significativo dentro das universidades no que diz respeito a apologias produzidas acerca do processo de desenvolvimento tecnicista da comunicação. Sobretudo entre os jovens, a comunicação passa a ser vista como a possibilidade de “democratização” do acesso à informação, bem como à educação. Para o autor, há neste período uma clara intenção na transformação dos estudos do jornalismo de estar associado a uma busca desenfreada pela legitimação do campo da comunicação no universo acadêmico. Muito bem associado ao apelo discursivo mcluhaniano, as universidades, principalmente as privadas, passaram a investir na modernização dos laboratórios de pesquisa, bem como no enquadramento dos cursos de jornalismo à alcunha de ciência social aplicada, nomenclatura oriunda das pesquisas administrativas.

Voltando às indagações de Gislene Silva, compreende-se que a proposta da autora foi apontar os vazios teóricos e epistemológicos existentes nas Teorias do Jornalismo, nos conceitos e concepções de campo jornalístico, uma vez que grande parte dos estudos do jornalismo se reduz a narrativas descritivo-analíticas da prática jornalística como se tratando de uma atividade isolada de sua forma simbólica enquanto fenômeno (SILVA, 2009). Gislene Silva atenta ainda para a necessidade de se pensar o próprio conceito de campo, ou seja, há aí uma necessidade de pensar a comunicação e o jornalismo a partir da forma como tais e quais discursos são produzidos, compreendendo-os como componentes de uma série de contextos históricos, políticos, culturais e sociais.

Ora, para além da disputa por legitimidade institucional e científica, tem-se aqui uma disputa de corrente de pensamento que ultrapassa os eixos específicos de cada área do conhecimento. Parece-me que a ideia da apologia de uma “Ciência dos Jornais” atende a uma perspectiva utilitarista, que visa ter esta ciência como escudo que protege e legitima o jornalismo enquanto campo de pesquisa e mercado de trabalho voltado exclusivamente para o profissional do jornalismo. Gislene Silva (2009), afirma que o que os pesquisadores das Teorias do Jornalismo têm feito (um estudo que investiga/analisa somente a prática jornalística) representa, de fato, uma fuga estratégica/planejada de problematizações epistemológicas em relação não apenas ao Jornalismo, mas, sobretudo, ao conceito de comunicação midiática que tem sido utilizado sem nenhum tipo de autocrítica. Em outras palavras, há nessa “prática de pesquisa” a concepção de que a ciência deve “servir” ao mercado de trabalho. Logo, reflexões quanto ao conceito e local de fala (político, cultural e

social) dos jornais não são compreendidas como fundamentais para a consolidação de qualquer teoria (independente da área de estudo). Tudo isso nos leva à explicação referente à organização curricular dos cursos de Jornalismo no Brasil: a grande maioria foi construída para atender ao mercado industrial da informação e não para “formar” pesquisadores em comunicação. Ou até mesmo para contextualizar ou refletir políticas de comunicação e o próprio processo comunicacional.

Neste contexto, parece-me que uma das reflexões possíveis sobre a “crise” ou a “indefinição” dos limites relacionados ao objeto da comunicação que merece atenção é a seguinte:

Quando e onde se disse que a legitimidade do conhecimento se deve representar pelo reconhecimento da identidade ou da funcionalidade do objeto? É a pergunta que desde a segunda metade do século XIX, e sobretudo nos nossos dias, vem sendo feita sem cessar. Este é o sentido da emergência das anomalias de Thomas Kuhn (1978), da teoria crítica de Horkheimer (1976), do positivismo e do tecnicismo como “manchas turvas da racionalidade” de Habermas (1973), da ciência como ação de Bruno Latour (1989), do conhecimento de Edgar Morin (1999), da “différance” de Jacques Derrida (1967), da enciclopédia como labirinto de Umberto Eco (1985), da noção de acontecimento para Isabelle Stengers (1995), da nova racionalidade para Ilya Prigogine (1996), para citar alguns nomes e de modo nenhum esgotar a lista daqueles que fazem eco à pergunta anterior. Secundando a primeira pergunta, surgem várias outras. Seria possível distinguir ciência e produção científica? Seria possível ultrapassar a epistemologia enquanto acumulação teórica de afirmações, para aderir a uma epistemologia sutil que se nutrisse mais de perguntas do que de respostas? Seria possível começar perguntando por onde começar? (FERRARA, 2003, p. 58).

O exercício da autocrítica proposto por Ferrara (2003) representa o amadurecimento do saber científico enquanto elemento de uma cultura que já não compreende os fenômenos sociais a partir de determinações, essencialismos e que, sobretudo, exige reflexões acerca deste universo de acordo com a heterogeneidade dos contextos em que são produzidos os discursos midiáticos. O debate da autora nos leva a pensarmos a comunicação como um campo que possibilita o diálogo com outras áreas do saber, mas que também possui fronteiras e contornos próprios não apenas do objeto fenomênico. A ideia seria que os estudos da comunicação compreendessem a necessidade de um estudo interdisciplinar sem deixar de compreender que seu esforço teórico deve perpassar pelo diálogo com o local de fala do

objeto analisado, suas condições de produção e propagação e, enfim, as relações sociais em que tal processo está envolvido.

A saga por “desvendar” o que determinado conteúdo midiático quis dizer, utilizando a teoria que atende à necessidade de determinado problema de pesquisa, já não responde às necessidades de um universo do saber cada vez mais heterogêneo, complexo, contraditório e plural. O que a autora nos propõe é que ao invés de nos posicionarmos como o “grande descobridor do segredo de Pandora”, passe-se a estabelecer uma atitude mais modesta, reconhecendo as contribuições e, principalmente, os limites do saber ao qual nos destinamos a produzir. O apelo da autora é de que comecemos a problematizar os processos comunicacionais, abandonando, dessa forma, a “audácia” de querer revelar a “saída” ou “salvação” para o campo da comunicação através de modelos teóricos prontos e milimetricamente definidos. “É possível aderir a uma epistemologia que se nutrisse mais de perguntas do que de respostas?”, sugere a autora. Parece-me que o campo da comunicação<sup>4</sup> deve ser pensado não apenas a partir de análises dos produtos veiculados na mídia, mas sim da forma como aponta Braga (2001):

[...] é preciso assinalar que os MCS são apenas o fenômeno empírico – e como tal não correspondem propriamente a um ângulo ou preocupação de busca de conhecimento. Portanto sobre eles volta-se também, de pleno direito, o olhar das demais áreas humanas e sociais. Para a área da Comunicação, não se trata de uma ênfase apenas no sistema jurídico-político da mídia; nem apenas no sistema tecnológico; nem apenas no sistema profissional de produção; nem apenas no conjunto de produtos e na fortuna expressiva aí elaborada; nem apenas nas circunstâncias da recepção que lhes é oferecida. Qualquer destes enfoques, se exclusivo, tende a segmentar o objeto e isolá-lo, seja das suas condições de existência e produção. Trata-se de ver (em qualquer dos pontos das relações de fluxo entre estes elementos e processos), a interação social comunicacional em funcionamento, com seus objetivos, processos e tensões culturais. (BRAGA, 2001, p. 24).

Pensar a comunicação de acordo com Braga exige muito mais do que uma análise de determinado conteúdo midiático a partir do “olhar profissional” do jornalismo: estudos de recepção, análises de conteúdo, estudo de caso de determinado produto midiático à luz de

---

<sup>4</sup> O conceito de campo adotado aqui é o de Bourdieu (1989, p. 90): “Estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é, em definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico”.



categorias cristalizadas como as das “Teorias do Jornalismo”. De acordo com Braga (2001), é necessário que a pesquisa na comunicação não trabalhe nenhum desses eixos de forma isolada, sem o diálogo com o contexto social que está inserido. Pois se entende que os estudos da comunicação devem compreender a si mesmos a partir de uma perspectiva de interação social ampla, fugindo ao máximo de análises dicotômicas e até mesmo futuristas sobre a comunicação.

Cabe ainda ressaltar que a comunicação, enquanto produto oriundo de heterogêneas interações sociais, não deve limitar-se aos estudos de profissionais da área, como se a comunicação, a partir de sua delimitação de campo (objeto), tivesse a capacidade “heroica” de autossustentação. Muito menos se deve enxergá-la como propõe Groth (2011), como um objeto único, específico e próprio da comunicação, tratando as contribuições de outras áreas de saber como secundárias e, dessa forma, menos importantes ou desnecessárias. Voltemos ao questionamento de Lucrécia Ferrara (2003): seria possível uma epistemologia que se preocupasse bem mais em fazer perguntas do que dar respostas messiânicas, na tentativa de “salvar” a mídia e os estudos da comunicação?<sup>5</sup>

Tal reflexão me leva ainda ao que Lucien Sfez (1994) problematiza em **A Crítica da Comunicação**:

Pode a própria comunicação, analisada por essas diferentes ciências, ser definida de modo diverso a cada vez? Não poderia ela recair sob grandes categorias que lhe limitassem a diversidade incontável? Em outras palavras, seria possível pesquisar por detrás da diversidade das abordagens, das estruturas de pensamento bem estanques. (SFEZ, 1994, p. 39).

Lucien Sfez traz reflexões acerca de como deve ser estudada a comunicação, para ele a mídia não se constitui um universo externo ao seu receptor, ela está no mundo e cada um é capaz de ser sua própria mídia. O autor afirma ainda que a polissemia dos objetos de comunicação não deixa de exigir um universo particular, mesmo que dialogue com outras áreas do saber como muito tempo se fez uso da linguística. Se pudéssemos falar de uma certa tendência francesa que se destinou a pensar a comunicação e o universo científico, sem dúvida, nomes como Michel Foucault, Paul Valéry, Lucien Sfez, Jean Baudrillard, Dominique

---

<sup>5</sup>Este é um dos pontos mais sensíveis da discussão do campo da comunicação. Uma visão que contrapõe a de Lucrécia Ferrara (2003) é a de Ciro Marcondes Filho (2011, p. 171), uma vez que defende a ideia de que uma das causas da “má formação” do campo da comunicação está justamente na falta de definição do objeto de estudo, o que levaria à dificuldade de tornar-se uma área autônoma. Vejamos: “A comunicação precisa aparecer, precisa afirmar diante do universo do ofuscado em seu aparecer fenomênico, um tanto quanto indeterminado, difuso, sem contornos, mesmo assim, possui determinações específicas que o separam nitidamente de outros acontecimentos sociais”.

Wolton e Gilles Lipovetsky, nos indicariam percepções pessimistas quanto ao advento tecnológico da comunicação, uma vez que tais autores, sobretudo Valéry, afirmam que a modernidade não conseguiu construir bases fortes que dessem conta de harmonizar o crescimento tecnológico e as relações sociais construídas a partir de seu novo ritmo de vida. Dominique Wolton (2004), um dos jornalistas mais polêmicos da França, afirma que no século XXI o excesso de informações, bem como a propagação das plataformas comunicacionais, não foram capazes, efetivamente, de promover o diálogo dentro das relações sociais. E muito menos o jornalismo, enquanto um dos dispositivos mais atuantes do discurso do “progresso”, passou a proporcionar maior confiança do público, pelo contrário, seus consumidores estão cada vez mais desconfiados de sua arquitetura. Além de compreender o Jornalismo muito mais como um estudo da cultura do que relacionado a dispositivos jurídicos e políticos.

Pensando ainda na construção do próprio campo comunicacional, parece-me que o momento de tensão dá-se, de maneira mais latente, em questões como as que Pierre Bourdieu (2004) nos aponta quanto ao uso social da ciência:

Tudo iria bem no melhor dos mundos científicos possíveis se a lógica da concorrência puramente científica, fundada apenas sobre a força de razões e de argumentos, não fosse contrariada e até mesmo, em certos casos, anulada por forças e pressões externas (como se vê no caso das ciências que ainda estão a meio-caminho no processo de autonomização e onde se podem sempre disfarçar as censuras sociais em censuras científicas e vestir de razões científicas ou abusos do poder social específico, como a autoridade administrativa ou o poder de nomeação mediante bancas de concursos). (BOURDIEU, 2004, p. 34).

Pierre Bourdieu compreende que o campo científico é um hemisfério de forças concorrentes, cada um lutando pela hegemonia teórica, metodológica, procedimentos, abordagens, assim como o campo político e econômico. Para o autor, não há possibilidade de pensar o universo científico apartado das relações de força e disputas de poder externas ao universo científico. Quanto maior for o grau de autonomia epistemológica que determinado campo de pesquisa construir, maior será o seu grau de autonomia em relação às influências externas vinculadas às estruturas sociais de poder. Será que as pesquisas de ciências sociais podem vir posicionadas em relação às posturas partidárias de suas respectivas comunidades? Partindo de uma perspectiva pouco otimista, busca-se problematizar como as relações entre o campo da comunicação (universo científico) e o discurso jornalístico constroem suas

envergaduras para negociar com as forças políticas externas a estes dois universos. Em outras palavras, a lógica do capital financia as pesquisas científicas que consideram úteis e válidas para o desenvolvimento tecnológico.

Inquietações deste cunho me fizeram chegar a uma pesquisa que busca problematizar como “tais” e “quais” discursos jornalísticos são produzidos. Quais os locais de fala Bakhtin (1986) desses produtos jornalísticos? Bem como contextualizá-los nos múltiplos contextos culturais em que estão inseridos. Propõe-se, portanto, analisar o discurso das prostitutas a partir da leitura que possuem de si, do seu corpo, do seu ofício, via discurso jornalístico. Trata-se de uma pesquisa em constante construção que não pretende cristalizar *A* ou *B* metodologia, mas que tem a preocupação de problematizar a representação de determinado grupo social a partir de seu processo de mediação comunicacional. A ideia seria pensar e questionar se só é possível produzir um tipo de Jornalismo que faça uso de determinados recursos linguísticos/jornalísticos para “conquistar” leitores que se atraem por uma linguagem apelativa e que visa expor e ridicularizar sujeitos historicamente excluídos.

Penso que é necessário problematizar em que cenário cultural, político e econômico estes enunciados foram possíveis de serem produzidos, levando em consideração uma série de peculiaridades histórico-sociais – o Acre enquanto o depósito dos “indesejáveis”<sup>6</sup>; como terra de passagem para enriquecimento rápido bastante propagado no segundo surto da borracha (década de 30 e 40); o processo intensivo de modernização vivenciado a partir 1999 e suas contradições sociais; a construção de uma identidade dos povos da floresta no discurso estatal, entre outros. Logo, parte-se do seguinte princípio:

[...] É também importante enfatizar que a comunicação mediada é sempre um fenômeno social contextualizado: é sempre implantada em contextos sociais que se estruturam de diversas maneiras e que, por sua vez, produzem impacto na comunicação que ocorre. Mais uma vez, é fácil perder de vista este aspecto. Uma vez que a comunicação é geralmente “fixada” num substrato material de algum tipo – palavras inscritas em papel, por exemplo, ou imagens gravadas em películas – é fácil focalizar o conteúdo simbólico

---

<sup>6</sup> É daquele período o surgimento da expressão “ir para o Acre”, que ainda hoje consta em algumas edições dos dicionários *Houaiss e Aurélio*, como sinônimo de morrer. O termo associava a região, seu clima, suas doenças endêmicas e as dificuldades de acesso com uma ida sem volta. Um túmulo em sentido literal e figurado, se não para todos, para a grande maioria que por lá aportava. Talvez se possa também imaginar, derivada daí, uma espécie de morte simbólica, pois quem ao Acre rumava geralmente entrava para o rol daqueles de quem não se tinha mais notícias no lugar de onde partira. Isso porque ao “ir para o Acre” perdiam-se, muitas vezes por completo, os laços entre os que partiam e aqueles que ficavam. Geralmente, em função da comunicação com o Brasil, ou o restante do país pós 1903, ser muito difícil e precária, além dos preços caríssimos dos transportes fluviais para o padrão econômico da grande maioria que para lá se dirigia para labutar na extração da seringa, frequentemente já devendo ao futuro patrão que pagava-lhe a viagem de ida até a Amazônia (SILVA, 2013, p. 200).

das mensagens da mídia e ignorar a complexa mobilização das condições sociais que subjazem à produção e circulação destas mensagens. (THOMPSON, 2008, p. 20).

Para Thompson, a comunicação foi estudada a partir de sua perspectiva de medição dos “efeitos”, sobre a égide de categorizar determinadas características relacionadas às subáreas do jornalismo, por exemplo. Estudos sobre televisão, jornal impresso, rádio, revistas, internet e suas interfaces midiáticas, foram eixos que nortearam grande parte das pesquisas até então, produzindo uma espécie de cartografia de cada um destes formatos e gêneros, bem como as peculiaridades da sua linguagem, o que não torna tais estudos inválidos, contudo, as limitações destes estudos deram-se pelo que Gislene Silva (2009) aponta: o problema está em deixar de lado o cuidado epistemológico nos estudos da comunicação e produzir apenas pesquisas de cunho técnico, sem qualquer diálogo com o cenário sócio-cultural destas produções. Thompson alerta ainda para a existência de uma facilidade em produzir pesquisas que focam apenas em análises relacionadas à natureza do produto, deixando de compreender a comunicação enquanto fruto de relações sociais envolvendo todos os aspectos da vida humana. Outro autor que entra nestas questões a partir do cenário local (estudos do jornalismo no Brasil e na América Latina) é Luiz G. Motta (2013):

[...] parece-me, porém, que há uma clara opção por uma pesquisa cada vez mais preocupada com a pureza e depuração conceitual, voltada para a castidade teórica, a elegância metodológica, o controle rigoroso dos processos operacionais. Aos poucos, tornou-se hegemônica uma pesquisa distante do seu objeto, cada vez mais preocupada com as regularidades causais dos modelos conceituais, que passam a ser mais relevantes que o compromisso social como ponto de partida epistemológico. (MOTTA, 2013, p. 60).

Luiz Gonzaga Motta traz apontamentos acerca das continuidades e discontinuidades da pesquisa em jornalismo na América Latina e no Brasil. O autor promove neste artigo, publicado recentemente na Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR), um debate sobre as transformações dos paradigmas da pesquisa em jornalismo, que segundo o autor, passou, em meados do século XX, a uma opção metodológica mais neutra e imparcial, cada vez mais distante em relação à sociedade na qual ela se desenvolve. Para Motta (2010), há nas pesquisas contemporâneas um distanciamento do seu objeto, que para ele são as relações sociais concretas.

Partindo destas reflexões acerca do campo, percebeu-se a necessidade de não apenas analisar o discurso dos jornais, mas também de estabelecer um contato direto com os sujeitos desta pesquisa, as prostitutas. Sem deixar de ter em mente que se trata, fundamentalmente, de uma pesquisa que busca atender uma necessidade de refletir acerca das metodologias de pesquisa em comunicação, da delimitação do objeto comunicacional e da própria condição estrutural de possibilidades de enunciação de tais discursos jornalísticos. Há aqui o esforço de produção de um saber interdisciplinar que compreenda os limites de cada um destes campos e que entenda que não se trata de analisar matérias jornalísticas na perspectiva de mera fonte documental e muito menos de entender o convívio com o universo da prostituição apenas como um ligeiro estudo de recepção. A tentativa é a de produção de bricolagens metodológicas (CUNHA, 2013), que atendam às necessidades do objeto investigado em diálogo com as áreas de saber que contribuem para compreender o processo comunicacional.

Fato este que nos leva às reflexões que Isabel Cunha (2013) faz sobre a pesquisa em comunicação em um contexto latino e lusófono:

[...] esta história do pensamento sobre a sociedade que constitui a matriz fundadora dos estudos da Comunicação no ocidente tem vindo a hibridar-se com as contribuições latino-americanas que seguem um percurso predominantemente indutivo, dos fenômenos sociais para a explicação ou inovação teórica, recorrendo contudo às teorias, conceitos e modelos da teoria social clássica. De tal percurso dão conta Meneses e Santos (2010) na obra *Epistemologias do Sul*, em que procuram confrontar o conhecimento hegemônico científico, originado no centro, com outros tipos de conhecimento originados fora do campo da ciência e da cultura ocidentais. A reflexão que produziram vem alertar para as dificuldades de diálogo entre conhecimentos, bem como para a exportação de modelos, a partir do centro, os quais uma vez aplicados de forma cega e em forma de receitas epistemológicas em geocontextos culturais, políticos e sociais muito diferenciados, conduzem a frequentes equívocos. (CUNHA, 2013, p. 159).

A autora acima traz à baila um problema visualizado em grande parte dos estudos da comunicação no Brasil: a automática importação teórico-metodológica de conceitos oriundos de um contexto europeu e norte-americano sendo aplicados em momentos históricos e realidades sociais completamente distintas. Autores como Pierre Levy, Marshal MacLuhan, Jean Baudrillard<sup>7</sup>, entre outros autores que escreveram sobre novas mídias, são várias vezes utilizados para legitimar discursos acerca da expansão do mercado comunicacional movido

---

<sup>7</sup>No lançamento da trilogia *Matrix* no Brasil, Jean Baudrillard foi muitas vezes mencionado como fonte inspiradora de tal ficção cinematográfica, mesmo com a existência de entrevistas deste autor afirmando que tal analogia representava uma não compreensão de sua obra **Simulacros e Simulações**.

pela amplitude do cenário virtual dentro de um contexto brasileiro que demandaria, por exemplo, uma reflexão acerca do que e se a internet realmente promove inclusão, ou seja, não há uma reflexão acerca do que de fato se tem acesso via internet no país, bem como seus efeitos. Pensar os usos e efeitos da comunicação em um contexto europeu e norte-americano não é a mesma coisa que no Brasil. A ideia é que o campo da comunicação em um contexto latino-americano seja refletido a partir de suas rupturas e continuidades geopolíticas. Logo, a partir do contato com o contexto da prostituição, tanto visualizado nas matérias jornalísticas quanto nos locais pesquisados em Rio Branco, percebeu-se que havia a necessidade de diálogo com ideias como: o conceito de gênero como categoria viável para os estudos da comunicação, discurso, construção da notícia, associados ao maior objetivo desta pesquisa: **refletir acerca da construção do conhecimento comunicacional**. Não se trata de uma pesquisa de narrativa da trajetória da prostituição, apesar de se fazer necessário um diálogo com este processo, mas de compreender as condições de enunciação de tais discursos dentro de determinado contexto geopolítico.

Os estudos da comunicação na América Latina passam por um esforço de tentar configurar uma teoria da comunicação que atenda às especificidades deste campo a partir do local de fala de seus pesquisadores, a partir da construção de certa autonomia em relação aos estudos europeus e norte-americanos deste cenário. Como aponta Fuentes Navarro (1999), os pesquisadores latino-americanos buscam construir uma identidade teórica que os legitime neste campo de atuação e o autor acredita na necessidade de:

[...] substituir el concepto predominante que identifica a la comunicación com la transmisión y circulación social de mensajes por um marco conceptual más complejo, alrededor de la comunicación considerada como processo sociocultural básico, es decir como producción de sentido. (NAVARRO, 1999, p. 115).

Para Navarro, há certa urgência em abandonar os estudos dos meios dissociados de suas estruturas simbólicas, políticas e representativas e passar a estudá-los não somente a partir dos aspectos da natureza instrumental, bem como a eficácia de sua transmissão a partir de estudos dos efeitos (levantamento de audiência, por exemplo). Tal estratégia metodológica foi bastante utilizada a partir dos anos 70 no Brasil como aponta Luiz G. Motta (2013), e é a partir deste momento em específico que cresce o número de pesquisas que pretendem trazer para o cenário acadêmico a discussão sobre a legitimação do campo da comunicação na América Latina, bem como a busca de uma identidade própria que promovesse tal autonomia.

Neste contexto é que são configuradas as polaridades teórico-epistemológicas relacionadas aos estudos da comunicação: a disputa por espaço dentro da academia entre os apologistas das pesquisas administrativas (grande maioria de cunho funcionalista) e aqueles que entendiam que os estudos da comunicação não poderiam limitar-se apenas a estes aspectos (NAVARRO, 1999); (THOMPSON, 2008); (WOLTON, 2009). Recorrendo ainda ao pesquisador mexicano, tem-se:

La búsqueda prioritária – el trabajo más urgente-, entonces, parece apuntar hacia un marco de interpretación que, por una parte, reintegre conceptual y metodologicamente la diversidad política, cultural y existencial de los agentes de la comunicación, y por otra permita imaginar las dimensiones de la acción de las prácticas sociales. (NAVARRO, 1999, p. 116).

Para Fuentes Navarro, o desafio do conhecimento comunicacional é o de encontrar feixes ou até mesmo chaves de interpretação aos estudos da comunicação que dialogue com as peculiaridades que tais objetos e temas forem exigindo. O autor aponta ainda que uma das saídas para compreender a comunicação a partir de suas práticas sociais é a teoria da estruturação social de Giddens, que entende que a consciência prática das interações sociais pode dar formas discursivas às realidades sociais à luz dos conhecimentos produzidos pela teoria social da comunicação.

Tal pesquisa tem como maior desafio explorar uma metodologia<sup>8</sup> que apreenda o discurso tanto do emissor dos meios de comunicação existentes em Rio Branco quanto o dos sujeitos que estão sendo representados por meio destes veículos. Confesso que tal tarefa tem se apresentado para esta pesquisa de forma cada vez mais complexa, tendo em vista que as operacionalidades técnicas de análise destes discursos exigem-me uma metodologia peculiar, que fuja das meras comparações entre o teor persuasivo das mensagens jornalísticas em relação ao diálogo produzido com as prostitutas deste local. Neste sentido, pode-se compreender:

Longe de reduzir a “relação de conhecimento ou epistêmica” à mera “transmissão de informação”, o trabalho de campo configura um espaço de interação de diferentes finalidades e sistemas de representação em que se põe em jogo não somente o interesse acadêmico e sua relevância científica, mas, igualmente, e de maneira cada vez mais acentuada, a necessidade de “compreender” a demanda dos “outros” construídos como objetos de

---

<sup>8</sup> Cabe ressaltar que se trata aqui de uma tentativa que visa ser colocada em xeque pela banca examinadora, por compreender as limitações epistemológicas não apenas da infância reflexiva do campo da comunicação, mas, sobretudo, porque esta é uma pesquisa inicial, oriunda de pouca experiência acadêmica desta pesquisadora.

pesquisa. Ter em mente as implicações do “uso social da ciência”, os acordos intersubjetivos determinados ou modificando o comportamento e participação tanto do pesquisador como do pesquisado, é do que se trata. Pois os espaços do trabalho de campo são os espaços dos pontos de vista, das perspectivas múltiplas do pesquisador e do pesquisado, e por isso mesmo, espaços difíceis de compreender e descrever. (LOPES, 2010, p. 46).

Além de constituir-se como um momento de difícil apreensão, a realidade pesquisada em relação à vida do “outro” da pesquisa, demanda uma acuidade em relação às análises produzidas a partir deste “olhar” pretense do investigador de querer traduzir estas realidades, além de exigir a compreensão de uma série de elementos singulares em relação a cada sujeito entrevistado e ambientes observados. Entende-se, dessa forma, que as análises produzidas nesta pesquisa englobam elementos culturais, políticos, religiosos e econômicos tanto do pesquisador quanto dos sujeitos pesquisados, ou seja, há que se admitir que a leitura que se faz dos ambientes de prostituição, bem como dos jornais analisados dá-se a partir de um vivido repleto de valores e significados do universo próprio do pesquisador. Como se admitiu nos primeiros trechos deste trabalho, o saber que se pretende produzir a partir de então não pretende retratar a “verdade dos fatos” do universo pesquisado, trata-se, no máximo, de deixar registrada a impressão desse *locus* de pesquisa a partir dos filtros culturais dessa pesquisadora.

Assim como aponta Maria Immacolata Lopes (2010), o trabalho de campo precisa ser compreendido a partir de múltiplas e heterogêneas situações de comunicação pesquisada, entendendo, sobretudo, que a coleta de dados não se dá, de forma alguma, apartada dos pressupostos teóricos apreendidos no universo do pesquisador. Logo, a ciência que se produz a partir desta perspectiva não pauta-se em uma tentativa de analisar os dados de forma “neutra”, sem interferências subjetivas do sujeito pesquisador e do pesquisado. Pelo contrário, os saberes constituídos nessa breve pesquisa perpassam pelo que Donna Haraway (1995) aponta como saberes localizados, ou seja, são conhecimentos produzidos a partir da existência corporificada e politizada socialmente do pesquisador. São saberes que além de emergirem do universo subjetivo do pesquisador, perpassam intencionalidades políticas claras, todavia, assim como aponta a autora, busca-se a partir de então uma premissa de objetividade corporificada, consciente dos usos e abusos que tais problematizações sejam capazes de proporcionar. A ideia é a de possibilitar uma discussão com o que é mediado pelos jornais e como tais discursos são apreendidos no cotidiano da prostituição. Logo, compreende-se que: “Os trabalhos etnográficos buscam recuperar a dimensão social dos meios de comunicação na vida cotidiana. Assim, o trabalho de pesquisa envolve a observação das pessoas na recepção



dos veículos de comunicação de massa” (TEMER; NERY, 2009, p. 108). Para Ana Carolina e Nery, a pesquisa etnográfica passa a ser bastante utilizada a partir do desenvolvimento dos estudos culturais. Autores como Stuart Hall e Douglas Kellner foram fundamentais para a expansão metodológica utilizada nos estudos de comunicação. Este último aponta que os estudos culturais proporcionaram uma pluralidade de abordagens teórico-metodológicas, o que acabou ocasionando um crescimento do campo de abordagens a serem feitas pelas teorias sociais, sobretudo, a partir do engajamento do movimento feminista no universo científico.

A abordagem multiperspectívica implica que, quanto mais teorias se têm à disposição, mais tarefas poderão ser cumpridas e mais específicos serão os objetos e temas que poderão ser tratados. Além disso, quanto mais perspectivas incidirem sobre um fenômeno, melhor poderá ser a percepção ou o entendimento deste. Sem dúvida, uma perspectiva poderosa e inovadora (como a psicanálise ou o feminismo) pode ser mais útil na elucidação ou na explicação de certos fenômenos do que uma combinação eclética de múltiplas perspectivas, mas a combinação de abordagens poderosas como o marxismo, o feminismo, o pós-estruturalismo e outros pontos de vista teóricos contemporâneos podem produzir mais análises aprofundadas e úteis do que as produzidas por uma perspectiva só. Ademais, um marxismo enriquecido pelo feminismo e pela psicanálise é diferente de uma teoria desprovida de tais perspectivas e seguramente mais útil. (KELLNER, 2001, p. 40-41).

De acordo com Douglas Kellner, há uma necessidade de repensar as teorias sociais a fim de não pautar-se em apenas uma única forma de compreender a sociedade, nem tanto ao marxismo materialista, nem tanto às teorias pós-modernas que compreendem os processos sociais apenas como jogos de linguagem (LYOTARD, 2011). O autor acima reconhece a necessidade de diálogo que necessitam ter as teorias contemporâneas e enxerga, assim como Temer e Nery (2009), a importância do diálogo entre estas teorias para iniciar-se um processo efetivo de rupturas com a “idealização” de uma única teoria enquanto “solução” para se pensar os fenômenos sociais/comunicacionais.

O convívio em locais de prostituição no centro urbano da capital acriana deu-se desde 2007, contudo, há um predomínio deste convívio após a inserção no mestrado em 2012, ocorrido em dois momentos: em julho de 2012 frequentei por cerca de um mês o Bar Verde (hoje funcionando como um restaurante peruano); e entre julho e agosto de 2013 peripassei por outros locais de prostituição situados na mesma região, porém, bem diferentes, mais populares, e até mesmo em pontos de prostituição em locais estratégicos como ruas específicas que agregam não apenas prostituição feminina, mas também masculina e

transexual. Tal pesquisa constitui-se naquilo que Maria Immacolata Lopes (2010) chama de etnografia de situação social. Veja:

Essa proposta de análise relacional do trabalho de campo está baseada em uma reapropriação da categoria etnográfica de situação social formulada por Gluckman (1987) como sendo um conjunto de configurações e inter-relações entre diversos grupos e elementos culturais que comportam tanto conflitos e tensões quanto formas de cooperação e comunicação, os quais determinam/modificam o comportamento e a participação individual de cada agente envolvido no trabalho etnográfico. (LOPES, 2010, p. 44).

Para Immacolata, a pesquisa de campo agrega um potencial transformador não apenas no sujeito pesquisado (chamado pelo racionalismo cartesiano de ‘objeto de pesquisa’), mas também modificador da realidade cultural do pesquisador, que vivencia constantemente uma relação conflituosa entre o universo do outro e suas premissas teórico-metodológicas. De acordo com a autora, a pesquisa em comunicação deve proporcionar uma crítica epistemológica das técnicas logo na construção do objeto de pesquisa, tendo em vista a necessidade de rompimento com a perspectiva da “neutralidade axiológica”. Logo, entende-se que a reflexividade epistêmica deve ser permanente em todas as etapas da pesquisa (LOPES, 2010).

Partindo dos pressupostos acima, compreende-se que pensar a comunicação e produzir uma pesquisa sobre o discurso midiático nestes espaços, requer uma iniciativa teórico-metodológica que compreenda que o campo exige muito mais do que uma análise de conteúdo ou de discurso do tipo que mede os centímetro/página de determinado jornal e que busca uma interpretação de tal fato. Não descredenciando estes tipos de análise, penso que utilizar qualquer técnica de forma isolada para analisar o discurso jornalístico tenderá a cair em pesquisas essencialistas, meramente voltadas a um desempenho das ferramentas da indústria da informação. Logo, a iniciativa metodológica nesta pesquisa é compreendida a partir do entendimento de Motta (2013, p. 69): “Cada pesquisador deve refletir por si próprio sobre o que deve ser tomado como um conhecimento válido sobre o mundo empírico e até onde a sua teoria poderá servir de orientação para a ação sobre este mundo”. Ou seja, a proposta metodológica utilizada aqui perpassa pelas necessidades que o “campo” foi exigindo durante o decorrer da pesquisa. Além das exigências do próprio objeto, de forma conceitual, foi-me atentando cada vez mais na medida em que se iniciaram estes estudos.

Assim como afirma Braga (2001), qualquer metodologia que pense apenas em uma análise técnica ou apenas em uma análise discursiva (sem levar em consideração a própria

materialidade do discurso jornalístico), tenderá a produzir um estudo isolado. Em outras palavras, o Jornalismo, bem como sua linguagem materializada, precisa ser pensado a partir da interação entre estes elementos, não deixando de compreendê-los como um dispositivo (FOUCAULT, 1976) da modernidade – filho adolescente da lógica do capital. Sem deixar de lado os contextos históricos, culturais, econômicos e políticos nos quais tais produções jornalísticas se deram. Uma vez que textos do tipo “*Tão Acre, aqui puta beija na boca e se apaixonou*”<sup>9</sup>, não podem ser pensados/analizados à luz, exclusivamente, de um conjunto de Teorias do Jornalismo – valor/notícia, critérios de noticiabilidade ou objetividade jornalística. Muito menos à luz, meramente, de um emaranhado de regras contidas nos grandes manuais de redação (o clássico da Folha de São Paulo, por exemplo). Pensar o discurso jornalístico requer compreender a dimensão política e o local de fala de determinado veículo, sem deixar de lado um olhar atento para a própria rotina de produção de tais jornais.

Esta é uma pesquisa que propõe utilizar a análise de discurso enquanto método: este, sem dúvida, é um dos pontos mais nevrálgicos desta atividade de pesquisa, uma vez que tal perspectiva teórico-metodológica tem sido alvo de abundantes críticas após o uso popularizado de tal premissa nos estudos da comunicação. Uma das questões que mais se tornam agudas neste cenário tem sido o uso desta área do conhecimento enquanto método de pesquisa para a análise dos meios de comunicação. Sem causar nenhum estranhamento, tais críticas são oriundas, sobretudo, dos campos estreitos de áreas com mais tempo de atuação no universo científico. É o caso dos linguistas que condenam o uso desta abordagem pelos pesquisadores da comunicação, bem como de outras áreas que acabaram por visualizar na análise do discurso uma possibilidade de desconstrução de enunciados propagados de forma extensiva, pragmática e publicitária. No artigo de D. Maldidier (2010, p. 20), há uma clara expressão quando a autora em questão produz em nota de rodapé um adendo explicativo sobre a história da análise do discurso: “J.J. Courtine, op.cit. A vulgarização da AD PE confirmada pela produção de manuais destinados aos estudantes. O livro de D. Maingueneau: **Initation aux méthodes de l’analyse du discours** (Hachette, 1976), cumpriu papel decisivo nesse campo”. Ora, a afirmação de Maldidier relaciona-se a uma série de volumes em que Maingueneau teoriza e aplica os estudos da análise do discurso para a análise de jornais, entre outros meios de comunicação, sob o quais tal autor deixa claro que tais produções destinam-se a estudantes que não são especialistas das ciências da linguagem. Este tem sido um dos campos de batalha mais acentuados nos estudos do discurso, tendo em vista a disputa clara

<sup>9</sup> Zona de perigo: difícil vida fácil ainda anima Rio Branco. **Jornal O Rio Branco**, Rio Branco/Acre, 01 de abril de 1995. Caderno Policial, n.4853, p.06.

entre a linha de discurso francesa e a inglesa têm-se ainda uma rejeição, ou pelo menos uma desvalorização dos estudos de outras áreas do conhecimento que utilizam a análise do discurso como metodologia de pesquisa.

Entende-se, então, que a análise do discurso crítica pode possibilitar um maior diálogo entre o discurso midiático e as vozes de mulheres que realizam a prostituição, uma vez compreendido que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos” (FOUCAULT, 1996, p. 9). Logo, entende-se que problematizar os dois discursos promove o diálogo entre as condições sócio-históricas do ambiente em que analisa, permite ainda discutir sobre os múltiplos cenários de poder sob os quais o jornalismo está inserido, além de proporcionar uma leitura sobre as formas de representação que a mulher prostituta obtém na mídia e como esta se enxerga diante de seu ofício.

O conceito de discurso que será trabalhado nesta pesquisa compreende que todo discurso só é elaborado a partir de um conjunto de enunciados que só são possíveis de existir através das relações de poder de determinado tempo e espaço. A este conjunto de enunciados, Foucault (1975, p. 31) dá o nome de **formação discursiva**:

No caso em que se pudesse descrever entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, no caso entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se poderia definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), dir-se-à, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, como <<ciência>>, ou <<ideologia>>, ou <<teoria>>, ou <<domínio de objetividade>>. (FOUCAULT, 1972, p. 51).

Para o autor, formação discursiva representaria as condições que permitem definir a existência ou não de determinado dito; trata-se de um conjunto de elementos que possibilitam visualizar certas características relacionadas aos tipos de enunciados: como e em que tempo e regularidade eles são possíveis de serem ditos e percebidos. A arqueologia foucaultiana dos discursos trata ainda de uma análise das condições de emergência de dispositivos que sustentam práticas ou as engendram. Neste sentido, o discurso torna-se a materialização linguística da articulação entre saber e poder. Para Foucault, as condições que possibilitam o aparecimento de um objeto do discurso, ou seja, as condições históricas para que se possa

dizer qualquer coisa dele, são numerosas e pesadas. Elas são construídas a partir de uma série de relações de poder que fazem com que determinado dito seja pronunciado ou silenciado.

Essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização; e essas relações não estão presentes no objeto; não são elas que são desenvolvidas quando se lhes faz a análise; elas não desenham a trama, a racionalidade imanente, essa nervura ideal que reaparece totalmente ou em parte quando pensamos na verdade de seu conceito. Elas não definem sua constituição interna do objeto, mas o que lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua diferença, sua irredutibilidade e eventualmente sua heterogeneidade, enfim, de ser colocado em um campo de exterioridade. (FOUCAULT, 1972, p. 59-60).

Parece-me que o que o autor nos convida a pensarmos está relacionado às estruturas de poder vigentes nos séculos XVII e XVIII na Europa, que produziram os discursos médicos que definiram a loucura, que fizeram com que todo e qualquer comportamento sexual considerado “desviante” fosse automaticamente colocado na categoria de doenças psiquiátricas. Para Foucault, não interessa produzir um estudo que identifique a origem de tais discursos, mas sim como se deu a constituição deste, o que lhe permitiu aparecer, justapor-se a outros discursos, e o que lhe fez constituir-se historicamente uma “verdade” sobre determinado objeto. O que esta análise acabaria por promover seria o nexo das regularidades que orientam sua dispersão, ou seja, em quais condições sócio-históricas estes discursos ganham corpo e se legitimam.

Foucault compreende que o discurso é uma prática social centrada no seu contexto histórico. Logo, tem-se a análise do discurso como estratégia de leitura, não no sentido interpretativo, hermenêutico de estudo da linguagem, mas uma análise que permita compreender em que condições foram possíveis o surgimento destas representações midiáticas e não de outras.

[...] Foucault está interessado, ao propor uma arqueologia do saber, em analisar as condições que permitem o aparecimento de certos enunciados e a proibição de outros. Isso significa que, em um momento histórico, há algumas ideias que devem ser enunciadas e outras que precisam ser caladas. (GREGOLIN, 2007, p. 15).

A análise do discurso que será realizada nesta pesquisa é pautada no conceito compartilhado por Maria do Rosário Gregolin, o qual afirma ser esta metodologia uma

ferramenta de compreensão dos elementos discursivos a partir do pressuposto de que há um real da língua e um real da história. Neste contexto, o analista de discurso tem como método entender a relação entre essas duas ordens, que a interpretação dos acontecimentos se dá a partir da sua relação histórica (GREGOLIN, 2003). Portanto, analisar produções dos jornais locais e as entrevistas das prostitutas significa ir além de dados quantitativos, e, sobretudo, compreender e analisar o contexto político e histórico em que tal veículo se insere, na tentativa de identificar as condições de enunciação de múltiplos discursos que são emitidos por veículos públicos de comunicação, entendendo-os de forma conexa entre saber e poder (FOUCAULT, 1976).

Pode-se perceber que as matérias jornalísticas que tratam o tema da prostituição, e que na grande maioria encontram-se nos cadernos policiais, possuem sua linguagem pautada em uma negociação de valores entre mídia e sociedade, uma vez que, até em tempos ditos “pós-modernos”, há ainda uma rejeição à figura da profissional do sexo. Partindo do conceito foucaultiano de formações discursivas (1996), pretende-se compreender como se dão as possibilidades de fala e de silêncio presentes nos jornais veiculados em Rio Branco. Neste sentido, compreende-se que analisar este corpus temático:

[...] não se trata de examinar um corpus como se tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis. Assim, nem os textos tomados em sua singularidade, nem os corpos tipologicamente pouco marcados dizem respeito verdadeiramente à AD. (MAINGUENEAU, 1997, p. 14).

Portanto, analisar produções dos jornais locais e as entrevistas das prostitutas não se propõe a “desvendar o mistério por trás do texto”, mas, sobretudo, a compreender e analisar o contexto político e histórico em que tal veículo se insere, ou seja, dialogar com os locais de fala destas fontes. O jornal fala em nome de quem e para quem? Busca-se, ainda, dialogar com os múltiplos significados dos discursos que são emitidos por estes veículos de informação, entendendo-os de forma conexa entre saber e poder (FOUCAULT, 1976).

É necessário, ainda, que se problematizem os locais de fala: a prostituta fala em nome de quem? Para quem? E os jornais? A qual público o seu discurso tem atendido? Tais questionamentos nos promovem análises de discursos a partir das realidades distintas em que se encontram a prostituta e os jornais. Neste contexto, cabe pensarmos em locais sociais de fala: “No espaço do discurso, podemos isolar os *lugares* onde os sujeitos e as enunciações

concretas se efetivam. Podemos dizer então que o discurso ideológico é composto por lugares e pelas relações que os definem” (DUNKER, 2008, p. 200).

O jornalismo, como já foi problematizado acima, está condicionado a algumas premissas e valores do tipo: compromisso com a verdade dos fatos narrados; critérios de noticiabilidade relacionados ao interesse público; objetividade; “ouvir os dois lados da trama”, entre outros aspectos. Todavia, como nos aponta Christian Dunker (2008), há que se levar em consideração que todo discurso possui seu local de fala, tanto o jornalismo quanto a prostituta precisam ser compreendidos a partir de suas distintas realidades identitárias. Requer pensarmos ainda quais são os status legitimadores dos enunciados destes dois sujeitos (prostituta e jornais), ou seja, há que se pensar na definição da competência e saber, as instituições e normas que definem a posição destes dois atos de fala, bem como dos personagens que representam. Para este autor, além dos locais de fala, todo discurso possui posições, a forma como, em um dado lugar, se encontra uma enunciação particular e não outra, ou seja, essa noção de posição do discurso nos leva a seguinte pergunta: quem pode falar, o quê e para quem? Logo, o autor compreende que no quadro do método arqueológico de Foucault está presente o eixo dos conceitos e das estratégias. “No âmbito da análise de posições, deve-se considerar o discurso em seus pontos de remanência, de retorno ou reinício, suas recorrências retóricas bem como sob o ângulo da seleção do que deve ser lembrado e do que cabe ser esquecido” (DUNKER, 2008, p. 208). Neste sentido, a análise da posição do discurso acaba por identificar o espaço projetado pelo mesmo, sobretudo naqueles que se estabelecem de forma hegemônica, a compreendê-los apenas como uma possibilidade politicamente determinada.

Então nem o discurso midiático e nem o depoimento das profissionais do sexo estão desconectados dos jogos de negociação sociais, que de forma bem simplória, poderíamos resumir assim: prostituta – jornalismo – sociedade. Além dos múltiplos contextos de rupturas de valores entre estes eixos propostos acima. A partir destas reflexões, é possível ter como ponto de partida para esta pesquisa que:

Como o próprio nome parece indicar, as *mídias* desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade. O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta. Nesse sentido – como construtora de imagens simbólicas – a mídia participa ativamente, na sociedade atual, da construção do imaginário social, no interior do qual os indivíduos percebem-se em relação a si mesmos e em relação aos outros. (GREGOLIN, 2003, p. 97).

Se há uma compreensão de que a mídia não “retrata a realidade”, mas apenas reproduz representações desta realidade, tem-se que a possibilidade de produzir leituras críticas sobre as mídias é tão necessária quanto o ensino de outras áreas do conhecimento. Tendo em vista que ainda há resquícios de concepções de mundo e da mídia oriundas do século XX que permanecem pautadas na teoria hipodérmica ou agulha hipodérmica, de estímulo-resposta. Se a análise do discurso proposta nesta pesquisa não se compromete em “desvendar um suposto mistério” a partir dos escritos jornalísticos, cabe pensar na própria materialidade da língua enquanto dispositivo de informação. Compreendendo que dispositivo para Foucault (1979) está relacionado a mecanismos, ou seja, a operadores materiais do poder. Tais dispositivos são de caráter heterogêneo: podem ser discursivos, envolvendo instituições, leis, enunciados científicos e filiações filosóficas.

Logo, compreende-se que tais reflexões são úteis para pensarmos o corpus desta pesquisa: jornais e vozes são aqui problematizados a partir das reflexões acerca do campo comunicacional, uma vez que se entende necessário a inquietação do quê e como pesquisar/analisar tais sujeitos e discursos.



## 2.2 O CAMPO DA COMUNICAÇÃO E AS IMPLICAÇÕES RELACIONADAS AOS ESTUDOS DO JORNALISMO

Uma das características do Jornalismo que fazem desta atividade um campo tão complexo de estudo é a sua pretensão de narrador dos fatos sociais. A pretensão de verdade presente no discurso jornalístico é o que o diferencia de outras narrativas midiáticas (novelas, programas de auditório, filmes, entre outros). Esta tem sido a característica norteadora da maior parte das pesquisas do Jornalismo enquanto instituição moderna: para que determinado fato ou acontecimento se legitime, faz-se necessário a sua divulgação via jornal. Neste contexto, o discurso moderno necessita deste tipo de comunicação mediada para poder propagar seu discurso civilizador/educacional (NOVAES, 2005).

Os meios de comunicação social foram parte integrante do drama de estruturar e divulgar a informação, que constitui depois base para a formação do conhecimento. Os relatos informativos não só conferem às ocorrências a sua existência como acontecimentos públicos, como também, lhes atribuem um certo caráter, na medida em que ajudam a dar forma à definição pública dos acontecimentos, atribuindo-lhes de forma selectiva pormenores ou particularidades específicas. (TUCHMAN, 2002, p. 97).

Para Gaye Tuchman (2002), a informação mediada pelo jornalismo não apenas tem o poder de confirmar a ocorrência de determinado fato, como também interfere no sentido ou conhecimento de determinado fato. Ao “dar voz” a determinados sujeitos e silenciar outros, o discurso jornalístico apresenta em sua estrutura o que deve e o que não deve ser visto, problematizado e de domínio público. As informações jornalísticas não apenas mantêm uma coletividade interagindo sobre determinados temas, mas ainda contribui para a construção dos conceitos, valores, ideais filtrados culturalmente por cada receptor destas informações.

Neste cenário, entende-se que “não há discurso natural na comunicação; cada um dos envolvidos deve esclarecer o que lhe interessa e especificar o lugar de onde se fala” (WOLTON, 2004, p. 55). O discurso jornalístico, assim como a dramaturgia, constrói suas narrativas a partir de noções de tempo/espaço que visam não apenas seduzir seu público, mas construir significados simbólicos a partir da representação que produzem da realidade.

Berger e Luckmann (2012) afirmam que a realidade construída socialmente dá-se a partir da interação entre as subjetividades humanas e a sua realidade externa, objetiva.

A realidade da vida cotidiana, além disso, apresenta-se a mim como um mundo intersubjetivo, um mundo de que participo juntamente com outros homens. Esta intersubjetividade diferencia nitidamente a vida cotidiana de outras realidades das quais tenho consciência. Estou sozinho no mundo de meus sonhos, mas sei que o mundo da vida cotidiana é tão real para os outros quanto para mim mesmo. De fato, não posso existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros. Sei que minha atitude natural com relação a este mundo corresponde à atitude natural dos outros, que eles também compreendem as objetivações graças às quais este mundo é ordenado, que eles também organizam este mundo em torno do “aqui e agora” de seu estar nele e têm projetos de trabalho nele. Sei também, evidentemente que não é idêntica à minha. [...] O conhecimento do senso comum é o conhecimento que eu partilho com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida cotidiana. A realidade da vida cotidiana é admitida como sendo a realidade. Não requer maior verificação, que se estenda além de sua simples presença. Está simplesmente aí, como facticidade evidente por si mesma e compulsória. (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 39-40).

O jornalismo torna-se uma prática cotidiana destas realidades: tanto das subjetivas (do eu) quanto das externas (dos outros). Enquanto dispositivo da modernidade, o jornalismo acaba por promover saberes coletivos à medida que populariza e amplia seu acesso. Os autores acima afirmam que a construção social da realidade perpassa por essa dialética existente entre a realidade do eu e a realidade do mundo, presenciadas em determinado processo histórico. O interacionismo simbólico do qual partem Berger e Luckmann (2012) compreende que a sociedade constrói sua realidade a partir destas contradições vividas entre o universo particular e o coletivo. Logo, nesta relação há uma produção cotidiana de sentidos que eles consideram enquanto realidade comum a todos. E é neste sentido que o Jornalismo pode ser compreendido como um elemento de acesso à coletividade enquanto prática cotidiana moderna. Compreendê-lo desta forma requer pensarmos que o discurso jornalístico é elaborado a partir dessas construções dialéticas da realidade. Gislene Silva e Felipe Pontes (2009) afirmam que o jornalismo não deve ser pensado apenas como construção de um grupo que ocupa as esferas do poder econômico ou político, mas que deve ser compreendido como uma ferramenta da vida em sociedade e não para a sociedade.

É possível aceitar a idéia de que o poder causal do jornalismo e o motivo de sua existência não estão apenas localizados nas redações, não estão somente nas salas dos editores-chefes, de presidentes de empresas ou de forças políticas. A construção da realidade social ou social da realidade no jornalismo não pode ser vista apenas do ponto de vista de quem o produz. Se

a realidade social somente for abordada a partir dos modos de apuração da notícia e das intencionalidades de seus profissionais, a integralidade da instituição jornalística fica mal compreendida; e a participação do campo jornalístico na sociedade torna-se subsumida a um jogo de “construtores da realidade cotidiana”, em que os indivíduos ganham um poder maior do que o papel que desempenham - asserção que o pensamento de Berger e Luckmann, em nenhum momento, parece sustentar. A instituição do que é o jornalismo não surgiu apenas da necessidade de emissão de assuntos a uma esfera pública de interessados. O jornalismo deve ser visto como uma instituição do público e não apenas para o público. (PONTES; SILVA, 2009, p. 50).

Esta tem sido uma das complicações para os estudos da comunicação e do jornalismo, pois grande parte das pesquisas até o início do século XXI pautava-se em uma visão de que os receptores agem de forma passiva e pacífica diante de seus produtos midiáticos. Tanto a Teoria Funcionalista quanto os “revolucionários” da Escola de Frankfurt compreendiam que os meios de comunicação social funcionavam apenas como uma ferramenta eficaz para o capitalismo, que era capaz de formatar padrões hegemônicos de comportamento e compreensão do mundo. Mesmo produzindo enormes críticas nada otimistas em relação ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, os “frankfurtianos” não enxergavam a sociedade e seus indivíduos como agentes que teriam a possibilidade de negar o discurso dos grandes conglomerados midiáticos. No entanto, compreender o jornalismo apenas como uma ferramenta instrumental do capitalismo seria negar que os sujeitos sociais são capazes de renunciar seus discursos. Como aponta Gislene Silve e Felipe Pontes (2009), a mídia e o jornalismo não devem ser compreendidos apenas como discursos das lógicas de poder, pois ele só se legitima enquanto tal porque a sociedade o potencializa. O jornalismo não possui o “super poder” de formar identidades hegemônicas, ele expõe o que a sociedade quer ver, uma vez que seus discursos têm como razão de ser a obrigatoriedade de ser consumido. Neste sentido, tem-se claramente uma relação de negociação entre mídia e sociedade, cada vez mais pautada no conceito de realidade social construída a partir do interacionismo entre instituição (jornal) e subjetividades (eu).

O jornalismo além de representar determinada realidade a partir do contexto em que ele está inserido, ainda consegue legitimar-se enquanto verdade, bem como portador de certa autoridade para divulgação dos fatos sociais. Ser ou comportar-se como o “mensageiro da verdade dos fatos” faz do jornalismo, assim como da história, instituições de poder/saber que estão constantemente em diálogo com os postulados da vida moderna.

Um dos autores que mais se debruçou em problematizar o conceito de verdade e sua relação entre o poder/saber foi Michel Foucault, com o intuito de questionar os postulados da

modernidade, bem como do pensamento racional predominante no Ocidente, este autor perpassa esta discussão em todas as suas obras. Foucault afirma que associamos os discursos ao sentido de verdade como se esta tivesse o propósito de libertar amarras ou revelar o oculto.

[...] só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura. (FOUCAULT, 1996, p. 20).

Tendemos a associar a verdade àquilo que traz benefícios, talvez calcados no discurso cristão: “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. Porém, historicamente, o conceito de verdade tem sido não apenas dito, mas, sobretudo, executado de forma a negar todo aquele ou aquilo que não esteja inserido dentro de afirmações consideradas “verdadeiras”. Foucault produz significativos ataques à pretensa moral ocidental no que diz respeito à modernidade, civilização ocidental, ciência e todas as formas de “emancipação” humana forjada no seio do discurso capitalista. Neste sentido, o autor problematiza como foi construída a figura do louco: foi a forma que a ciência encontrou para eleger determinado padrão de comportamento e controle de si e o “louco” constitui-se, justamente, naquele que rompe com as “normas” de civilidade do discurso ocidental moderno.

Mas, o que seria a “verdade” dos fatos? Existe esta verdade? É possível retratar o fato tal qual ele ocorreu?

A verdade jornalística se caracteriza por ser uma verdade adjetiva e retórica, na medida em que precisa mostrar-se por meio de argumentos para ser percebida como tal (Sousa, 2002). Assim, a noção de uma verdade que se sustenta por estar relacionada a uma realidade exterior perpassa a formação sócio-histórica do jornalismo. (FRANZONI; RIBEIRO; LISBOA, 2011, p. 49).

De acordo com as autoras acima, o significado de verdadeiro para o jornalismo seria produzir um valor de verdade por meio de um discurso que relata o acontecido em oposição ao que não ocorreu. A construção da “realidade dos fatos” é formada por uma série de argumentos que buscam legitimar esse caráter “jornalístico” da informação: foto, vídeos, entrevista com autoridades (médico, juiz, secretário de Estado, professores, entre outros).

Além de construírem uma narrativa linear dos fatos, uma história que tende a uma ideia de progresso com um início, meio e fim, feliz ou trágico. Esta verdade adjetiva e retórica é visível no jornalismo, uma vez que ele elege um conjunto de “eleitos” para conseguir legitimar a “verdade” do acontecimento narrado, estabelecendo desta forma uma relação nada democrática entre a construção da notícia e a sociedade. Para Charaudeau (2010), a verdade promovida pelo discurso jornalístico está relacionada com o dizer aquilo que é exato, que possa sugerir uma coincidência entre o que é dito e os fatos do mundo exterior a esta linguagem.

No discurso da informação, entretanto, não se trata da verdade em si, mas da verdade ligada à maneira de reportar os fatos: não é bem das condições de emergência da verdade que se trata, mas sim das condições de veracidade. À instância midiática cabe autenticar os fatos, descrevê-los de maneira verossímil, sugerir as causas a justificar as explicações dadas. (CHARAUDEAU, 2010, p. 88).

O autor estabelece aí que a verdade do jornalismo, por exemplo, é uma verdade que se pretende verossímil em oposição aquilo que não consegue ser comprovado materialmente. Neste sentido, o verdadeiro seria aquilo que é dito a partir do que é exato em oposição ao que é errado, falso; pode ainda referir-se a uma espécie de informação revelada, em detrimento do que foi ocultado, além de estar relacionado às possibilidades que o jornalismo deve ter de produzir provas, justificativas, que legitimem seu discurso como já foi apontado logo acima.

No caso da pesquisa em questão, após uma observação inicial, notou-se que grande parte das matérias jornalísticas limita-se a narrar alguns acontecimentos que envolvem a prostituta em uma relação criminosa, geralmente com a maioria das informações retiradas dos boletins de ocorrência, e entrevistam somente o cliente<sup>10</sup>. O jornal não leva em consideração o que a “outra” parte envolvida no problema tem a dizer. Mesmo quando a matéria jornalística refere-se a uma denúncia feita pela prostituta, a sua “versão dos fatos” é apresentada de forma indireta, ou seja, elas não são entrevistadas de fato. Estas estruturas textuais não se constituem apenas em “erros de redação jornalística”, em fuga à regra dos grandes manuais de redação.

---

<sup>10</sup> Como pode ser percebido nos quadros que enumeram as matérias jornalísticas no último capítulo.

Estas ações revelam o discurso de negação da identidade de um grupo social que tem seu caráter/dignidade considerado como errante e até patológico.

Os jornalistas vivem atualmente um momento problemático, sobretudo no Brasil. Após o fim da exigência do diploma para o exercício da profissão, houve um intenso processo de desvalorização da profissão em relação ao piso salarial, políticas internas dentro dos meios de comunicação passaram a deslegitimar cada vez mais a autonomia deste profissional, fato que acabou refletindo no aumento do índice de evasão universitária nos cursos de jornalismo. No Acre, após a decisão do STF, o curso de jornalismo de uma das universidades privadas foi fechado e o curso de jornalismo da Universidade Federal do Acre (UFAC) também sofreu reflexos desta política de desvalorização profissional.

Em tempos de informação instantânea e de tempo real, via rede social, por exemplo, a própria “utilidade” da função do jornalista passou a ser questionada. Tendo em vista que toda e qualquer pessoa pode divulgar fatos/fotos/vídeos narrando qualquer tipo de acontecimento em redes sociais. Neste cenário, a credibilidade do jornalista e de seu ofício precisa de um refinamento bem maior do que em momentos anteriores a toda essa revolução tecnológica no universo da comunicação.

As relações entre informação e verdade tornam-se então mais complexas. Outrora, nas sociedades fechadas e não democráticas, o sigilo era regra, e as informações muitas vezes tinham como objetivo fazer surgir a verdade. Mas hoje, quando todo mundo informa já não é sinônimo de verdade, porém não sendo por isso sempre falsa. Está muitas vezes entre o verdadeiro e o falso, obrigando a informação – imprensa a radicalizar-se na investigação, nas revelações, na divulgação de segredos, para distinguir-se desse mar de informações que a macaqueia. Uma segunda razão torna difícil a relação entre informação e verdade. Nas sociedades contemporâneas, a maioria dos problemas não se resolve mais na oposição preto/branco, certo/errado. Não somente a complexidade das situações econômicas e institucionais torna difícil a relação entre informação e verdade, mas, além disso, a onipresença da informação e da comunicação na estratégia dos atores muda o sentido de verdade. (WOLTON, 2004, p. 271).

A noção do Jornalismo enquanto propagador da “verdade dos fatos” passa a ser questionada<sup>11</sup>. Neste contexto, o jornalismo ainda concorre com o caráter do instantâneo vivenciado com a nova “febre” das redes sociais, como o *twitter* e *facebook*, que funcionam como amplas plataformas não só de entretenimento como também como vitrine publicitária e

---

<sup>11</sup>Até porque o século XXI foi responsável por uma das maiores crises já vivenciada pela ciência: o seu status de “verdade absoluta” está cada vez mais sendo reduzido, ao mesmo tempo em que se abre espaço para compreendê-lo como mais um discurso que se pretende verdade e busca poder.

informativa (consegue atender às demandas de uma multiplicidade de públicos, desde os que consomem nas grandes quanto nas pequenas empresas). Além de possibilitar a promoção do marketing pessoal que cada perfil de seus usuários pode criar a partir de suas postagens. Penso que este último aspecto tem sido a maior ameaça que este tipo de ferramenta tem causado ao jornalismo enquanto instituição propagadora da construção da realidade cotidiana. Uma vez que cada usuário pode postar o que bem entende, inclusive fatos que considere de interesse público, sendo algumas vezes mais rápido e eficaz que parte dos jornais. Além de possibilitar múltiplas análises dos conteúdos jornalísticos que, na sua grande maioria, acabam circulando como forma de crítica aos seus discursos. Analisando a atual conjuntura, qual seria então o papel do jornalismo? O que faz do jornalismo um meio mais respeitado que outros tipos de informação, como a que circula nas redes sociais? Wolton (2004) aponta que a credibilidade que o jornalismo e o jornalista adquiriram encontra-se em crise:

Os jornalistas aproveitam-se desses fatores, mas o público vê a diferença entre os discursos e a realidade. Ele é consciente da defasagem entre o discurso de neutralidade e as mil maneiras que as mídias se ligam pelos laços financeiros, presos às múltiplas cangas dos mundos industrial, financeiro e político. Se a história mostra que a informação sempre foi unida ao dinheiro, nunca esses laços foram tão fortes, principalmente em razão do desenvolvimento das diversas indústrias de comunicação, e nunca a informação e a comunicação tiveram um papel tão importante na sociedade. O resultado, pelo menos para o público, é que algo do “contrato de confiança” quebrou, sem que isso deixasse os jornalistas preocupados. Não se acredita em mais nada “naturalmente”. A informação e os jornalistas são facilmente questionados, mas o mundo da informação não tem consciência disso, pois os cidadãos não dizem nada, continuando a informar-se, em um mercado bastante próspero. Na realidade, a demanda de informação aumenta simultaneamente com uma desconfiança cada vez maior da opinião em relação aos jornalistas. (WOLTON, 2004, p. 279).

Segundo Dominique Wolton (2004), a indústria jornalística cresce mesmo com o aumento do descrédito no jornalista, bem como no seu ofício. Situação, no mínimo, complexa para ser compreendida no mundo capitalista e ao mesmo tempo em que carrega uma das principais características deste sistema – a contradição. Para Wolton, um dos principais fatores dessa crise “pós-moderna”<sup>12</sup> encontra-se na ausência de uma cultura da “auto avaliação” tão necessária para o Jornalismo quanto para o profissional da área, pois ambos não estão habituados a receberem críticas, ao contrário do que se diz. O diálogo existente

---

<sup>12</sup> Este conceito será explorado nos capítulos seguintes.

entre a academia e o mercado de trabalho é marcado por divergências de perspectivas – esferas que representam o intenso conflito entre teoria e prática. Parece-me no mínimo instigante que tanto o mercado de trabalho atente com maior zelo para a formação de seus profissionais, como a academia deve perceber que também necessita produzir suas pesquisas atentando cada vez mais para as transformações técnicas ocorridas no cotidiano da prática jornalística, bem como para as condições em que tais discursos são produzidos/propagados, levando em consideração seus múltiplos e heterogêneos públicos/locais de fala<sup>13</sup>.

Percebe-se que existe uma tendência no Brasil em tornar o jornalismo muito mais uma atividade prática do que um campo de saber. Situação esta que acaba por legitimar a desobrigação da exigência do diploma para o exercício da atividade jornalística. Esta cultura ou desvalorização do jornalismo, enquanto campo de pesquisa, tem gerado, na maioria das vezes, um tecnicismo que não tem conseguido produzir um jornalismo formador de sentidos (capacidade persuasiva), mas, tão somente, acaba servindo de propagador da cultura de consumo vivenciada no século XXI.

Neste contexto, qual seria então a importância do jornalismo/jornalista na sociedade do século XXI? E o tal “poder” do jornalismo, é possível percebê-lo em nosso tempo? Já que se questiona atualmente o pretense caráter de “verdade” no discurso jornalístico, para que serve então tal atividade? A qual público ele tem sido útil? Qual o local de fala do jornalismo brasileiro?

Em 2013 o Brasil entra no ranking das grandes potências emergentes, carregando o 6º lugar na economia mundial. Porém, o índice de desemprego e analfabetismo funcional ainda permanece assustador. O que requer pensarmos no conceito de modernidade tardia de Giddens (1991), sob qual o autor afirma que tem sido vivenciado por potências emergentes na América Latina: crescimento industrial baseado na riqueza natural e acréscimo da concentração de renda em pequenas parcelas da sociedade. Em um país de analfabetos funcionais<sup>14</sup>, é explicável o alcance que os meios de comunicação atingem. Grande parte da sociedade brasileira consome diariamente os produtos midiáticos, entre eles os jornais, à luz do universo cognitivo que a pertence. Logo, trata-se, neste caso, de problematizar os discursos

---

<sup>13</sup>Um dos relatos mais comuns entre os “focas” é narrar seu primeiro dia de trabalho em alguma redação jornalística: “*Tudo que eu aprendi na faculdade sobre ouvir os dois lados da história, objetividade, neutralidade, foi por água abaixo logo que saiu o meu primeiro salário*”. Esta é uma das narrativas mais comuns entre jornalistas que tendem a naturalizar os “meandros” e a cultura do “lobby” no universo jornalístico. Ou até mesmo de jornalistas que com o cotidiano da atividade, ficaram acomodados com um único modelo de cobertura, lead, angulação, entre outros.

<sup>14</sup>De acordo com o Indicador de Analfabetismo Funcional (Inat), o Brasil registrou em 2011 um índice de 27% de analfabetos funcionais.



produzidos por tal e qual programação, compreendendo-o como mais uma narrativa de cunho persuasivo tanto quanto a publicidade. Todavia, mesmo com um índice significativo de analfabetismo funcional, não se pode pensar em uma mídia “super poderosa” como pensou a teoria funcionalista (WOLF, 1999).

Não se trata, pois, de negar a realidade de um poder, mas de se ser sensível aos seus paradoxos. O primeiro resulta de uma dimensão da crença. Para além de efeitos em geral dificilmente mensuráveis, o poder dos meios de comunicação consiste também em fazer crer na sua influência, que faz com que lhes sejam atribuídos resultados imaginários. Resulta, também, da natureza de uma influência, que se exprime mais na capacidade de definir um horizonte de debate e de desafios do que num controle orweliano das mentes. A noção de construção social da realidade é, muitas vezes, menosprezada. No entanto, mantém-se pertinente se sugerir um processo de seleção e hierarquização dos fatos e dos dossiês, de que uma análise empírica do trabalho jornalístico pode revelar as causas e as regularidades. Relembrando assim o peso das rotinas de trabalho, tornar-se-á perceptível uma outra referência. Enquanto o poder político comporta uma dimensão voluntarista quando estabelece determinados programas e os transforma em medidas legislativas, o <<poder>> jornalístico exprime-se mais raramente em <<campanhas>> ou cruzadas. Em muitos casos, ele funciona ao contrário, não porque os jornalistas queiram exercer uma influência ou expressar um ponto de vista normativo, mas porque as rotinas e dispositivos destinados a produzir uma forma de distanciação e de relato objectivo têm por efeito valorizar certos tipos de informações e de enquadramento. (NEVEU, 2003, p. 103).

Professor do Instituto de Estudos Políticos de Rennes, Érik Neveu analisa questões sensíveis relacionadas ao local de fala do Jornalismo na contemporaneidade. Em sua Sociologia do Jornalismo, ele problematiza brevemente alguns pontos que são chave para esta pesquisa:

- a) Os “poderes” do jornalismo;
- b) Crises e renovações do jornalismo.

O autor inicia seu trabalho a partir de reflexões epistemológicas acerca do jornalismo enquanto campo de pesquisa problematizando os seguintes aspectos: obstáculos enfrentados na pesquisa no que diz respeito à liberdade de imprensa; ambiguidade das relações entre jornalistas e universitários; análises futuristas e apocalípticas do jornalismo entre outros aspectos. Para este pesquisador, o poder do jornalismo encontra-se muito mais na publicização de sua abrangência do que de seus efeitos reais. Sobretudo porque a narrativa jornalística privilegia certos enfoques, cenários e sujeitos. Com a alcunha da “objetividade

jornalística”, grande parte dos jornais no Brasil segue o mesmo padrão textual aconselhado nos grandes manuais de redação, além de terem um forte laço com as assessorias de imprensa governamentais, o que revela a complexa relação de poder em que se constroem seus discursos. A emergência com que os governos brasileiros trataram de aperfeiçoar a comunicação dentro de seus setores fez com que o ramo das assessorias de imprensa ganhasse cada vez mais espaço. Fato este que não apenas amplia a dimensão da cobertura jornalística relacionada à divulgação dos projetos governamentais, como também colabora cada vez mais para a transformação da comunicação pública em marketing político.

No Acre, este caso é perceptível, tendo em vista que todos os jornais que circulam, seja *online*, impresso, de TV ou rádio, produzem suas pautas a partir do cronograma editorial publicado diariamente nos meios de comunicação estatais. O que promove cada vez mais um afastamento entre a relação autônoma e, de certa forma, saudável que deve existir em sociedades democráticas: o *release* deveria funcionar como uma sugestão de pauta e não uma imposição da mesma.

O meio da informação e da comunicação é o “maestro” que decide o acesso ao espaço público. Com o efeito perverso já bem conhecido do gargalo: os mediadores, para se protegerem das pressões que sofrem do exterior, autolegitimam-se e consideram suas escolhas como objetivas e justas. *Confundem a luz que projetam no mundo com a luz do mundo*. Estão convencidos, e isso vale, sobretudo para a elite jornalística, de que cumprem um papel essencial. O enorme sistema de comunicação de nossas sociedades chega assim ao resultado paradoxal de iluminar apenas um número muito limitado de problemas e interlocutores. (WOLTON, 2004, p. 273).

Wolton (2004) e Neveu (2003) arriscam na problematização do “calcanhar de Aquiles” do jornalismo: o enfrentamento contra as amarras políticas de uma sociedade “pseudo” democrática. O Jornalismo tem como um de seus princípios a utilização da imparcialidade, objetividade e a prática indispensável de “ouvir os dois lados”. Neste código, tem-se, portanto, a construção de uma narrativa que se julga impessoal, neutra e com a função somente de “informar” fatos considerados de “interesse público”. Todavia, como os autores acima apontaram, o jornalismo “elege os seus”, seleciona e modela discursos, edita imagens e narra histórias específicas. Logo, pensar a comunicação exige, pois, de qualquer pesquisador, compreender em que condições “tal” e “qual” discurso foram possíveis de serem enunciados.

Sob este aspecto Foucault traz à baila, em **Arqueologia do Saber**, como foi construída a genealogia dos saberes, sobre quais estruturas e condições a ciência, a política e a literatura

formularam seus postulados. Neste sentido, analisar o discurso jornalístico exige que se atente para o seguinte aspecto:

A questão que a análise da língua coloca, a propósito de um fato de discurso qualquer, é sempre: segundo que regras um enunciado foi construído, e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos. A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 1972, p. 39).

No fragmento acima, Foucault atenta para a condição de que o discurso pertence a um conjunto de enunciados, que são produzidos e propagados a partir de determinados contextos históricos, políticos, econômicos, culturais e cabe ao analista da língua (ou de qualquer outra linguagem) compreender porque e em que condições tais discursos são possíveis de se fazer existir e porque outros não o são. Para que tal discurso seja propagado, é necessário que ele esteja inserido em um conjunto de regras que em determinado contexto está em vigor, por isso que para Foucault a ordem do discurso deve ser pensada como mecanismo de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas. Foucault em **Arqueologia do Saber** preocupa-se em conceituar o que ele chama de discurso, formação discursiva, enunciado, que são definições chaves para compreender o emaranhado de problematizações que este autor produz acerca dos postulados racionalistas da ciência moderna, bem como seus dispositivos de controle, saber e poder.

Neste sentido, convém pensarmos: se o jornalismo constrói seu próprio discurso a partir da eleição de ditos, escritos, sujeitos e imagens, o que é que o difere de uma narrativa ficcional como as novelas?

Entende-se que os estudos do jornalismo precisam ainda problematizar conceitos que a Sociologia do Jornalismo, a partir de Éric Neveu (2002) e Tuchmann (2002), desenvolveu acerca da construção social da realidade. Compreende-se, então, que tal realidade pode ser entendida enquanto um elemento oriundo da interação social entre mídia e sociedade, construindo a partir da linguagem jornalística, uma realidade que lhe é própria.

Comparadas à realidade da vida cotidiana, as outras realidades aparecem como campos finitos de significação, enclaves dentro da realidade dominante marcada por significados e modos de experiência delimitados. A realidade dominante envolve-as por todos os lados, por assim dizer, e a consciência sempre retorna à realidade dominante como se voltasse de uma excursão. Isto é evidente, conforme se vê pelas ilustrações já dadas, como

na realidade dos sonhos e na do pensamento teórico. “Comutações semelhantes ocorrem entre o mundo da vida cotidiana e o mundo do jogo, quer seja o brinquedo das crianças quer, ainda mais nitidamente, o jogo dos adultos. O teatro fornece uma excelente ilustração desta atividade lúdica por parte dos adultos. A transição entre as realidades é marcada pelo levantamento e pela descida do pano. Quando o pano se levanta, o espectador é “transportado para um outro mundo”, com seus próprios significados e uma ordem que pode ter relação, ou não, com a ordem da vida cotidiana. Quando o pano desce, o espectador retorna à realidade predominante da vida cotidiana, em comparação com a qual a realidade apresentada no palco aparece agora tênue e efêmera, por mais vívida que tenha sido a representação alguns poucos momentos antes. (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 42).

Para os autores acima existe uma realidade dominante que acaba por “engolir” as demais realidades que aparecem como campo de finitas significações, ou seja, estas realidades de sentidos limitados (ou específicos de determinado indivíduo, grupo ou linguagem) acabam sendo integrados a esta realidade dominante – que para os autores é a realidade da vida cotidiana. O exemplo do teatro utilizado pelos autores pode ser tranquilamente substituído pelo Jornalismo – enquanto assiste-se, lê-se ou ouve-se determinado jornal, o receptor entra naquele universo, envolve-se com o discurso transmitido através da linguagem informacional. Quando o jornal encerra, o receptor acaba também se transportando para a realidade da vida cotidiana, que os autores acima consideram como dominante por representar a exterioridade destas realidades finitas, específicas e até subjetivas. Todavia, há ainda que se pensar que nem sempre o conteúdo jornalístico é capaz de envolver seus receptores, que muitas vezes consomem tais produtos midiáticos realizando outras atividades concomitantes.

Os autores ainda citam outro exemplo de realidade finita de significação: a experiência religiosa. Para eles, a situação de “transe”, representando aqui o momento em que determinado indivíduo “sai” da dimensão material/física que o contém e penetra espiritualmente em uma dimensão não-material, a partir dos dogmas e credos de sua respectiva religião. Tendo em vista que este processo de entrada/saída para estas “realidades finitas de significados” entra muitas vezes em conflito, para os autores, o peso da realidade da vida cotidiana seria responsável por resgatar tais sujeitos desse universo específico, finito e individual. Neste sentido, pode-se compreender que o discurso jornalístico acaba sendo apreendido a partir desse processo de negociação entre mídia/sociedade. Refletindo sobre o fato de Berger e Luckmann (2012) sugerirem que as significações sociais se transformam em regras e procedimentos institucionais que justificam determinadas ações, Tuchmann (2002) adverte-nos em relação ao jornalismo:

Consideramos como adquirida a produção diária de notícias como um bem de consumo, sem ter em atenção a sua relação histórica com o desenvolvimento da publicidade na imprensa barata. Tomamos como adquirida a integração da rede de notícias em instituições legitimadas e a existência de uma recolha centralizada de notícias, como chegou até nós desde o século XIX. E não conseguimos perceber como esta integração pesa negativamente na emergência de novas formas de notícia. Enquanto as notícias sérias continuarem a estar associadas às actividades das instituições legitimadas e enquanto a organização espacial e temporal do trabalho jornalístico continuar condicionada pelas actividades destas instituições, as notícias continuarão a reproduzir-se a si mesmas como factos históricos indiscutíveis. (TUCHMANN, 2002, p. 103).

A autora acima nos convida a pensarmos nas notícias como uma construção de significados, que historicamente representam os valores de determinadas instituições (empresas, governo, editores, jornalistas, políticos, entre outros). Entendidas a partir do contexto de sua produção, as notícias precisam ser compreendidas como “enunciados” destas instituições sob as quais delegamos o poder de portarem assuntos de interesse público, o que acaba gerando uma centralização de assuntos que merecem ser noticiados. Para Tuchmann (2002), o trabalho jornalístico deve ser produzido para além das esferas de poder, ou seja, ele deve construir seu discurso a partir de uma relação autônoma (ou no mínimo democrática) com estas estruturas de poder. Grande parte das grandes, médias e pequenas empresas tem seus veículos divididos em editorias (política, economia, cultura, cotidiano e polícia) para divulgar os “feitos” dos gestores públicos, de impactos na economia gerados por grandes empresas e os escândalos envolvendo tais personalidades. Dependendo do formato do jornal, costuma-se ainda utilizar a narrativa de dramas cotidianos da vida de pessoas comuns para em seguida apresentar uma “solução”, através de projetos e ações governamentais. Obedecendo, desta forma, à mesma estrutura linear do melodrama. Gaye Tuchmann exorta o leitor quanto à associação das ditas “notícias sérias” apenas aos “grandes feitos” do poder público, pois permanecendo esta relação, a democracia tão defendida pelas sociedades capitalistas tenderá cada vez mais a um processo de extinção. Agregando ainda ao peso da famosa “objetividade jornalística”, o discurso dos jornais acaba pretensamente construindo noções/tipificações ao narrar os fatos sociais. Mesmo considerando tais “rotinas de produção” como narrativas objetivas, suas mensagens conduzidas a partir do direcionamento da pauta acabam por favorecer determinado “olhar” ou como já foi problematizado anteriormente com Wolton (2004), o jornalismo elege os “seus”.

### 2.3 O JORNALISMO, O DISCURSO MIDIÁTICO E A “CIDADANIA”

Grande parte das matérias analisadas sobre a temática está inserida dentro de um contexto criminal e, portanto, fazem parte da editoria de polícia. Seus discursos acabam por representar essas mulheres como um mero objeto, ao considerarem desnecessárias suas opiniões ou “versões” sobre o desfecho do enredo criminal. Esta constatação será mais bem detalhada e analisada à luz da perspectiva teórica da pesquisa no último capítulo. De forma geral, as matérias analisadas carregam um modelo pouco mutável: narrativa da história de vida de algumas dessas trabalhadoras com um viés de arrependimento, na maioria das vezes a prostituição aparece envolvida com crimes como o tráfico de drogas e pessoas, contrabando de armas, exploração sexual infantil, entre outros. Tal contexto acaba por tratar a prostituição como sinônimo destes crimes. O teor das matérias, neste contexto, acaba sendo o de considerar a prostituição como o “grande mal” que a humanidade deve exterminar para que torne-se “limpa” e “civilizada”. As matérias apresentam ainda uma predominância de entrevistas com os clientes e narrativas produzidas a partir do boletim de ocorrência gerado pelo consumidor.

O Acre é um estado brasileiro repleto de peculiaridades, tanto pelo seu distanciamento geográfico em relação ao eixo sul/sudeste, quanto pela sua condição de fronteira com Peru e Bolívia. Este último nos ajuda a compreender porque os jornais veiculados na capital acriana tratam do tema prostituição como se fosse sinônimo de tráfico de pessoas. Sua proximidade com estes países facilita os crimes relacionados ao turismo sexual, bem como exploração infantil, tráfico de drogas, entre outros. Em 2003 o Acre viveu uma “caça” aos traficantes de mulheres que atuavam na fronteira, tendo em vista que transportavam garotas acrianas não só para países vizinhos como também para a Espanha e para os garimpos de Rondônia. O clima de tensão é perceptível nos jornais impressos que circularam neste período, uma vez que por cerca de um mês inteiro foram publicadas matérias envolvendo o tráfico de mulheres<sup>15</sup> e de garotas menores de dezoito anos. Foi neste período (2003) que foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Prostituição, que culminou em várias operações que desmontaram quadrilhas de traficantes. Estas operações deram origem a uma das operações mais eficazes até então, Operação *Delivery*, realizada em 2013 pela Polícia Federal, que prendeu dez pessoas que lideravam redes de tráfico de mulheres. Esta pesquisa teve seu lócus

---

<sup>15</sup>A existência do tráfico em Rio Branco tem sido um dos problemas mais presentes, fato que pode ser percebido desde 1993 com a divulgação de cinco matérias no Jornal A Gazeta e as duas encontradas no Jornal A Tribuna.

empírico modificado por conta dos efeitos desta operação, que proporcionou o fechamento de uma tradicional pensão localizada no Mercado dos Colonos<sup>16</sup>, bem ao lado de um dos restaurantes mais frequentados da cidade. No Acre, de modo específico, tem-se um jornalismo quase que exclusivo sobre a política local, abrindo somente um pequeno espaço para os escândalos policiais.

É importante discutir a situação social existente no Acre para poder analisar como os jornais veicularam tais notícias. No caso das matérias de 2003 há um apelo, através do discurso jornalístico, para dar visibilidade às medidas políticas desenvolvidas pelo grupo político que gerenciava o Estado neste período. Vários jornais produziram matérias especiais que tiveram o enfoque dado muito mais para a atuação dos criadores da CPI do que para o próprio problema do tráfico de mulheres. Este é um fato que nada assusta aos leitores dos jornais acrianos, uma vez que já estão habituados a esta relação nada transparente entre mídia e política, assim como se pode perceber na história da comunicação de forma geral<sup>17</sup>.

Sobre estes problemas enfrentados no mercado da comunicação/jornalismo, Dominique Wolton (2004), pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa Científica da França (CNRS), problematiza a comunicação em vários eixos, que vão desde as dificuldades epistemológicas que este campo enfrenta até as condições profissionais do jornalista, que em tempos de “hipermídia”, tem sua função cada vez mais colocada à prova quanto a sua eficácia. O autor aponta três grandes crises que o jornalismo enfrenta hoje: problemas econômicos, técnicos e políticos. Vou me deter neste momento em uma breve análise sobre os problemas econômicos:

Na luta econômica impiedosa que envolve todo o setor da comunicação, os jornalistas, apesar dos sorrisos e dos belos discursos, são muitas vezes “bucha da informação”. Os grupos e os capitães da indústria sabem que a condição de estrelas da profissão, como os craques do futebol, passará de um grupo de comunicação a outro. Além disso, os demais jornalistas são pouco capazes de opor-se às lógicas da reestruturação. (WOLTON, 2004, p. 303).

---

<sup>16</sup>No Beco Estado do Acre foi erguido, em 1977, pelo governador Geraldo Gurgel de Mesquita, o Mercado dos Colonos. Era nele que eram realizados os embarques e os desembarques dos produtos. (O outro lado, 2006, p. 7). É salutar destacar que até hoje o Mercado dos Colonos continua sendo um local de encontros e sociabilidades. Mesmo em ruínas, como no início desta pesquisa (2007), constituía-se um local estratégico por ser rodeado pelos principais pontos comerciais de Rio Branco, na região central, na beira do Rio Acre. Após a revitalização deste espaço no final do governo de Arnóbio Marques (2011), houve um contínuo processo de higienização e adequação deste local junto à investida modernizadora que o Estado vivencia de forma significativa a partir de 1999.

<sup>17</sup>Ora, desde seu surgimento, a imprensa manteve uma relação promíscua com as esferas do poder: a Acta diurna – o primeiro boletim com caráter jornalístico a circular na Europa tinha como missão divulgar as ações do rei. Aliás, o rei cria este veículo apenas para publicizar seus feitos (BURKE; BRIGGS, 2004).

E ainda diz mais, “os jornalistas não se sentem à vontade diante desse espaço cada vez maior da lógica econômica, uma vez que não dispõem nem das referências para lutar nesse campo” (WOLTON, 2004, p. 302). O jornalismo, como um dos dispositivos mais eficazes da modernidade, tem seu destino todo traçado em função de uma única ética: a de ser consumido.

Muniz Sodré (2002), em um artigo publicado na obra organizada por Dênis de Moraes, **Sociedade Midiatizada**, afirma que se é para falar de ética na indústria da informação/comunicação, deve-se pensar em uma eticidade midiática própria – Bios Midiático<sup>18</sup>. Este conceito, trazido por Sodré de forma mais detalhada em sua obra **Antropológica do Espelho**, trata-se de uma compreensão que coloca a mídia como um dispositivo que tem não somente vida própria, mas também é constituinte da essência da vida moderna. Sobretudo o século XXI, que tem como um de seus estandartes a mídia, que acaba por legitimar-se como a maior referência produtora da realidade social cotidiana: “não foi midiaticado, então não ocorreu ou não é importante.” Este é o espírito regente (a ética) da sociedade midiaticada e é nessa circunstância que a lógica do capital, somado às suas filiações políticas vigentes no poder, constrói o discurso jornalístico, que no Brasil muito se assemelha à formatação editorial da dramaturgia televisiva: inicia-se com uma chamada ou título “bombástico”, em seguida desenvolve dramas sociais e o seu término apresenta-se com alguma notícia sobre concurso público, algumas melhorias na vida urbana ou até mesmo com o clássico futebol. Tudo bem ao estilo romano da política do Pão e Circo.

O conceito de bios midiático desenvolvido por Sodré tem recebido várias críticas por conta de seu caráter essencialmente marxista, tendo em vista que o olhar que o autor lança sobre essa nova forma de vida “tecnicizada” parte do princípio que a sociedade contemporânea vive por e para a nutrição de um “turbo capitalismo”. Sem ter a pretensão de julgar a validade ou não de tal conceito, considero necessário deixar claro que pensar a comunicação em qualquer espaço do século XXI necessita muito mais do que análises relacionadas ao processo de “envergaduras” do capitalismo ao gerenciar os conteúdos

---

<sup>18</sup>Muniz Sodré, sem dúvida, constitui-se um nome referência para se falar dos estudos da comunicação na América Latina, sobretudo, pela ousadia e empenho com que tem produzido pesquisas acerca do impacto da comunicação nas sociedades contemporâneas. Bios midiático foi a mola propulsora dos estudos deste autor que o levou não apenas às glórias como também ao “paredão” das críticas oriundas de seus “pares” que também dedicam-se aos estudos epistemológicos da comunicação. Para o autor, tal conceito representa pensar a comunicação a partir do seguinte eixo: Pelo viés da Comunicação, impõe-se a abordagem do modo como a sociedade contemporânea – inapelavelmente a reboque do turbocapitalismo – vem progressivamente ampliando o raio de ação dos sistemas que dirigem as formas de vida classicamente comprometidas com a organização estatal, suas derivações e suas alianças (SODRÉ, 2002, p. 237).



midiáticos. Sem deixar de lado tal fato, penso que Wolton (2004) segue em uma análise bem mais sensata quando afirma que o grande problema do jornalismo nas sociedades contemporâneas está justamente na falta de problematização das notícias, porém não deixa de atentar para o impacto que o capitalismo promove neste eixo, como já foi analisado mais acima.

Pensar a comunicação no Brasil e no Acre requer compreender todo este cenário político em que se produz este jornalismo, uma vez que tanto o país quanto o Estado em questão vivenciam um intenso processo de urbanização/modernização de suas estruturas, sobretudo, físicas; mas, que ainda permanece arraigado as relações de cunho “senhorial”, do tipo suserania/vassalagem no que diz respeito às políticas de informação/comunicação.

Convém, então, indagarmos: qual a função do jornalismo no século XXI? Questão que, além de complexa, demandaria pelo menos um trabalho para além dos estudos da educação formal. Os meios de comunicação de massa têm sido estudados em demasia por grande parte dos pesquisadores das ciências sociais, seja entendendo a comunicação como um meio para se chegar a um determinado fim, funcionando apenas como uma fonte de pesquisa, seja para compreender os *mass media* à luz do campo da comunicação, problematizando este campo a partir dos estudos que legitimaram esta área das ciências sociais aplicadas.

Os estudos da comunicação tiveram amplitude a partir de meados do século XX, quando o mundo, em guerra, percebeu-se criando novas tecnologias na arte de matar. Neste contexto, foram criados e utilizados alguns meios de comunicação que foram imprescindíveis para o andamento das duas grandes guerras mundiais daquele século. Jornais impressos, o rádio e a fotografia nasceram justamente para aperfeiçoar o tempo e a eficácia da comunicação durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

As primeiras pesquisas em comunicação tentaram estudar o efeito que estas novas tecnologias da comunicação tinham sobre a sociedade. O funcionalismo veio estudar a sociedade como um organismo composto por várias partes, cada uma responsável por uma determinada atividade que colabora de uma maneira ou de outra para o equilíbrio do todo. O funcionalismo é uma corrente de pensamento sociológico para a qual os processos de ação social se estruturam em sistemas, que procuram reduzir as tensões do mundo da vida e manter equilibrado o funcionamento da sociedade (RÜDIGER, 1998). Muitos teóricos da comunicação adotaram esta teoria como uma verdade absoluta dos fatos e os próprios donos de conglomerados midiáticos também passaram a criar seus produtos tendo em vista tal perspectiva. Porém, o desenvolvimento das pesquisas em comunicação proporcionou a

vigência de novos paradigmas para o campo da comunicação, sobretudo pelo crescimento assustador dos meios de comunicação de massa no século XXI. Historicamente, a mídia tem pautado seu discurso nos termos de uma legitimação dos poderes instituídos. As minorias acabaram sendo, na maioria das vezes, silenciada ou pior ainda, tiveram seus discursos fragmentados, deslocados do contexto em que se dão, ou seja, tiveram suas vozes limitadas a contradizer a “voz da verdade”, e consequentemente, sua representação tornou-se ridicularizada e até mesmo grotesca (SODRÉ; PAIVA, 2002).

Pode, neste contexto, o sujeito visto como “o outro”, “o bárbaro”, “a pecadora”, ter voz, via sociedade midiática? Que tipo de voz, ou que tipo de “cara”, tem sido projetado sobre os sujeitos historicamente excluídos, nos processos midiáticos?

No percurso da transformação do fenômeno social neste final de século, os meios de comunicação de massa se tornaram instrumentos fundamentais na produção da nova coesão social, exatamente porque lidam com a fabricação, reprodução e disseminação de representações sociais que fundamentam a própria compreensão que os grupos sociais têm de si mesmos e dos outros, isto é, a visão social e a autoimagem. No contexto da sociedade individualista a ideologia se transformou em publicidade e as representações libertaram-se definitivamente do real. (BARBALHO, 2005, p. 117).

É notório que os meios de comunicação influenciam direta ou indiretamente na construção das identidades sociais. O autor acima arrisca afirmar que estas identidades são formadas essencialmente pelos meios, abandonando a necessidade de conexão com um mundo para além do midiático. Nesta perspectiva, a prostituta em Rio Branco tem sua representação na mídia como a escória da humanidade, informando à população que caso uma moça de família torne-se prostituta terá sua vida desmoronada.

A própria prostituta incorpora o peso da culpa pelo uso que faz do seu corpo, muitas delas demonstram em suas falas, e até em seus silêncios, indícios de que tal profissão não é digna, e de que ela mesma vive no “pecado”. Concepção esta que foi construída historicamente pelo discurso cristão e consolidada pelo discurso da modernidade (FOUCAULT, 1979). Compreendendo que a mídia não constrói seu discurso desacordado da dita “opinião pública” (TUZZO, 2005), tem-se que a concepção de um sujeito desprovido de dignidade e respeito na esfera pública, constitui-se um discurso construído pela sociedade, legitimando os padrões comportamentais que se pretendem hegemônicos.

Para os grupos minoritários, a mídia desempenha um papel que vai além de ser um espaço (mesmo que o principal) onde se trava a luta política. Ou que implique novos formatos, como o da espetacularização. Na realidade, a questão é: não seria a mídia “o lugar” por excelência da luta minoritária? Poderíamos lembrar as colocações de Taylor e Habermas, de que a identidade resulta do caráter dialógico, do contato intersubjetivo entre os seres humanos para percebermos a importância dos meios de comunicação de massa para a constituição e o reconhecimento das diferenças minoritárias. (PAIVA, 2005, p. 36).

Raquel Paiva enfatiza a importância dos meios de comunicação para a construção das identidades sociais e afirma que, para os grupos excluídos historicamente, ela representa o espaço onde ocorrem os confrontos identitários. Vez ou outra, em casos bem isolados, têm-se produções midiáticas que enveredam seu conteúdo nesta perspectiva, são abordagens que na perspectiva de mostrar o “olhar do outro”, daqueles excluídos historicamente e silenciados pelos discursos normatizadores.

A mídia também passou a ser um espaço crucial na configuração do espaço público e da própria cidadania – dizemos crucial para assinalar que não se trata de um fenômeno novo, mas sim intenso e substantivo – pelo peso que têm hoje tanto para influir na definição das agendas públicas como para estabelecer a legitimidade deste ou daquele debate. A predominância da mídia em relação a outras instâncias de mediação social – partidos, sindicatos, igrejas, estabelecimentos educacionais etc. – é tal que estas, para conseguirem prevalecer, são obrigadas a apelar recorrentemente àquela. (LEÓN, 2010, p. 405).

A sociedade midiaticizada (SODRÉ, 2006) constrói suas estruturas de poder toda calcada a partir de discursos que tem a mídia como elemento fundamental, para o autor acima, ela possui hoje uma função até mais relevante dos que os tradicionais líderes de opinião. Tendo em vista que a construção deste líder na sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997) se dá essencialmente pela divulgação de seus atos através da mídia, ou pelo menos que este candidato à celebridade compreenda a dinâmica que este dispositivo de poder utiliza em tempos considerados de hipermídia (LIPOVETSKY, 2004).

Para León (2010), a mídia possui um papel fundamental na construção da cidadania no Estado-nação, ela conduz não apenas o que a sociedade deve discutir no seu cotidiano, mas conduz ainda o teor dos assuntos que fazem parte da agenda *setting* (WOLF, 2008) de determinada comunidade. Além de promover ditos, escritos, imagens e histórias a partir do

que considera pauta, interesse público e, portanto, com passaporte para ser espetacularizada nas suas diversas plataformas midiáticas. Mas que tipo de realidade essa mídia tem propagado?

Na sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento. É ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente. (GREGOLIN, 2007, p.16).

Compreende-se que a mídia tem sua parcela de contribuição na construção não apenas de um aglomerado de informações, mas, sobretudo, por contribuir na formação de identidades sociais, que em tempos de hipermídia, encontram-se cada vez mais fragmentadas (HALL, 2006). Para Gregolin (2007), a mídia tem se mostrado cotidianamente como a grande arquiteta de representações e discursos sobre a realidade do “tempo presente” e, mais ainda, ela seria a responsável pela construção da própria significação que os fatos possuem num contexto social. É a mídia quem possibilita ao leitor a construção simbólica de representação da sua relação com a realidade concreta.

A perspectiva teórica adotada nesta pesquisa parte da compreensão de que “a comunicação mediada é sempre um fenômeno social contextualizado: é sempre implantada em contextos sociais que se estruturam de diversas maneiras e que, por sua vez, produzem impacto na comunicação que ocorre” (THOMPSON, 2008, p. 20). É necessário que se aponte em que contextos foram produzidos estes discursos jornalísticos, problematizando porque uns falam e outros são silenciados nestes discursos. Em que contexto sócio-histórico a prostituta é representada pelo discurso jornalístico? Esta é uma pergunta que, no mínimo, problematiza paradigmas ou princípios do universo da “prática jornalística” e é partindo deste princípio que esta pesquisa ganhará seu desenvolvimento.

A breve reflexão que esta pesquisa produz está pautada na ideia de que a mídia não é autossuficiente e que atua como um dispositivo dentro de uma sociedade multicultural, com fissuras e micro poderes (FOUCAULT, 2007). Logo, concorda-se que:

Devemos abandonar a ideia de que os destinatários dos produtos da mídia são espectadores passivos cujos sentidos foram permanentemente embotados pela contínua recepção de mensagens similares. Devemos também descartar

a suposição de que a recepção em si mesma seja um processo sem problemas, acrítico, e que os produtos são absorvidos pelos indivíduos como uma esponja absorve água. Suposições deste tipo têm muito pouco a ver com o verdadeiro caráter das atividades de recepção e com as maneiras complexas pelas quais os produtos da mídia são recebidos pelos indivíduos, interpretados por eles e incorporados em suas vidas. (THOMPSON, 2008, p. 31).

Esta pesquisa reflete sobre como um dos jornais mais lidos na capital acriana representa determinado grupo de sujeitos inseridos em uma relação de exclusão pelo uso que faz de seu corpo/sexo. Mas, não se deve compreender que tal representação acabe se tornando a visão de mundo hegemônica sobre as prostitutas. De acordo com Thompson (2008), não dá mais para produzir análises ingênuas e nocivas de que a mídia possui o poder totalizante capaz de “formar a opinião” de uma sociedade, retirando dessa forma, toda possibilidade de autonomia intelectual e pensamento crítico de determinada população.

Analisar a representação de minorias sociais na mídia requer pensar ainda de acordo com Signates (2011, p. 13): “O silêncio da sociedade e o controle da comunicação constituem os elementos básicos de garantia do poder totalitário, que, em contrapartida, só se viabiliza se e quando tais elementos perdem, por alguma razão, sua efetividade”. Neste sentido é que cabe pensarmos em que contextos determinadas vozes sociais são silenciadas e quando é que elas são expostas. O jornalismo não elege determinados fatos como noticiáveis aleatoriamente, eles são eleitos a partir de uma série de estruturas de poder, sob os quais estão inseridos. Produzir matérias jornalísticas em que só se entrevistam os seus clientes envolvidos em algum tipo de acidente ou crime tem efeitos significativos na construção da imagem da prostituta e seu ofício.

Será que princípios universais e mesmo simbólicos como “ética”, “cidadania”, “democracia”, estão presentes na política editorial de tais veículos de comunicação? Será que o uso de um vocabulário como os dos jornais acrianos para referir-se às profissionais do sexo está refletindo a opinião que a sociedade tem deste sujeito? Que tipo de comunicação o jornalismo é capaz de produzir? Será que este tipo de conteúdo midiático ainda está presente em nossos jornais? E se ainda permanece, quem legitima tais discursos? Ora, parece-nos, então, que seria no mínimo ingênuo considerar que a mídia e o jornalismo exercem um poder totalizador e vertical, impondo valores e vendendo modos de vida. Logo, parece-me pertinente a seguinte indagação: Quem diz o que deve ser midiaticizado?

A mídia é um domínio no qual sérias preocupações éticas foram banidas há muito tempo. Com o crescimento da comercialização da instituição da mídia, os ideais políticos e morais sustentados por alguns dos primeiros empreendedores foram substituídos por critérios de eficiência e lucratividade. Os produtos da mídia mesmos se tornaram cada vez mais padronizados e estereotipados; eles vão atrás do trivial e do sensacional, interessam-se por eventos efêmeros e abandonam qualquer inspiração para transcender as banalidades da vida diária. E a recepção dos produtos da mídia se tornou apenas uma outra forma de consumo, uma fonte de excitação, divertimento e prazer. (THOMPSON, 2008, p. 224).

Thompson (2008) apresenta uma das explicações mais plausíveis para os problemas existentes no jogo pelo poder entre mídia e sociedade. Como é que um conglomerado midiático vai pensar em ética no jornalismo ou em alteridade, se a única “ética” que realmente importa para estas instituições é a do lucro? O autor aponta que o desenvolvimento da indústria de informação tem sido utilizado para legitimar estruturas de poder que negam a possibilidade de pensar a sociedade de forma plural e democrática. A mídia não é capaz de construir valores homogêneos, muito menos criar valores dissociados de múltiplas negociações sociais, como já foi mencionado, o que se percebe são construções sociais de sentido oriundos de vários contextos históricos em que sujeito e mídia estão inseridos. “Nenhuma hierarquia discursiva organiza os regimes heterogêneos de expressões da mídia, assim como não existe um agendamento homogêneo de seus conteúdos”, conclui Sodré (2006, p. 30). Não se pode ainda deduzir que há um “super poder” midiático capaz de formatar a mente humana, porém, existem discursos demasiadamente propagados com a nítida intenção de “naturalizar” o caráter “bestial” da comercialização sexual (por exemplo) e sua cristalização dá-se ou não a partir de várias fissuras e longe de qualquer perspectiva linear de poder.

Neste contexto, cabe ainda a pergunta: para quê serve o conceito de cidadania no jornalismo? Será que as mulheres prostitutas representadas nos jornais de Rio Branco precisam deste conceito para a conquista de emancipação social? Questões que considero complexas e bem longe de serem respondidas com “marteladas jurídicas e políticas”, carecem de reflexões menos pragmáticas e compreendidas a partir de suas relações de poder. Cidadania é entendida nesta pesquisa como um conceito expandido pelo discurso da modernidade, que visava atender às necessidades de grupos econômicos e políticos a partir do século XVI, na tentativa de normatizar padrões de vida da sociedade moderna, além de referir-se ao cumprimento de deveres e a garantia de direitos do “cidadão republicano”. Muito se usa o termo cidadania de forma genérica como se tal conceito fosse

automaticamente dado, como se fosse do entendimento de todos o que ele representa. Porém, há uma multiplicidade de referências a este termo, que na maioria das vezes tem sido utilizado para referir-se aos sujeitos pagadores de impostos e, portanto, portadores de direitos no Estado Republicano e Democrático. Logo, entende-se seu conceito a partir da discussão proposta por Botelho e Schwarcz (2012):

[...] conceitos de cidadania não são estáveis; eles antes convivem e disputam significados e sentidos não só práticos como simbólicos, até porque respondem a uma variedade de tipologias resultantes das mais diversas experiências históricas. Mesmo assim, algumas aproximações razoáveis são possíveis (e desejáveis), até porque o ajudam a qualificar cidadania como, fundamentalmente, uma “identidade social politizada”. Isso significa dizer que cidadania envolve modos de identificação intersubjetiva entre as pessoas e sentimentos de pertencimento criados coletivamente em inúmeras mobilizações, confrontos e negociações cotidianas, práticas e simbólicas. (Botelho e Schwarcz, 2012, p. 11).

A proposta de Lília Schawcz e André Botelho é problematizar o conceito de cidadania aplicado no Brasil pelos diferentes aspectos sociais: gênero, classe, raça e direitos humanos. Contudo, mesmo a autora apostando ainda na validade do conceito, percebe-se que desde o seu surgimento até hoje no Brasil os usos e abusos de tal conceito conseguiram produzir poucas mudanças significativas. O próprio Botelho (2012, p. 21) afirma que “o crescimento atual do Brasil não coincide com os seus indicadores referentes à erradicação das desigualdades sociais”. Neste sentido, parece-me sensato questionarmo-nos sobre a eficácia de tal conceito. A importação de um conceito universal como “cidadania” parece-me muito mais uma estratégia homogeneizante de consolidação de identidades, tendo em vista que o uso de tal conceito muitas vezes refere-se, meramente, ao acesso da mulher ao mercado de trabalho e, portanto, a conquista de um empoderamento consumidor. Nós, mulheres brasileiras, negras, mestiças, indígenas, precisamos de um conceito europeu, pautado em aspectos doutrinadores de credos e comportamentos para a emancipação humana que desejamos em uma sociedade de diferentes, baseado no respeito e diálogo com estes? A quem tem servido os discursos sobre “movimentos sociais” das mais diferentes identidades, políticas de esquerda, lutas pela democratização dos meios de comunicação? Creio que os postulados do discurso moderno de emancipação humana apregoados pelo projeto iluminista já não atendem mais às necessidades complexas dos sujeitos do século XXI. Há que se repensar o próprio modelo de sociedade e, portanto, das formas de nos comunicarmos que

atendam, efetivamente, às demandas de erradicação dos abismos sociais. Sob a alcunha de luta pela “cidadania feminista”, alguns movimentos sociais se apropriam do conceito para alcançar pedestais partidaristas, o que acaba por desmoralizar tanto a causa quanto seus agentes de luta. Cidadania feminina já se constitui uma locução substantiva contraditória. Cidadania foi pensada em uma lógica falocêntrica de sociedade. Parece-me que cidadania tem sido um conceito muito mais para calar do que para que se permita que mulheres digam sobre si.

De simples “costela de Adão” à conquista de cidadania plena, é uma longa trajetória ainda não completada pelas mulheres. Mesmo no Ocidente, onde o avanço é maior e a subordinação social das mulheres tem se reduzido sensivelmente, elas ainda sofrem com a violência, salários menores, preconceitos de diferentes tipos. Que dirá em países africanos ou islâmicos em que são vistas como apêndice do homem, na melhor das hipóteses? (PINSK; PEDRO, 2010, p. 304).

Um dos fatores mais problemáticos do uso do conceito de cidadania como um rótulo de “inclusão”, utilizado em países que vivenciam o que Giddens (1991) chama de modernidade tardia, tem sido a apropriação deste conceito pelo discurso estatal. No Brasil, este caso é latente tendo em vista que tanto a Constituição brasileira, pautada na filosofia iluminista dos direitos universais, quanto outros dispositivos de controle e padronização social (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Maria da Penha, entre outros) não dão conta de atender se quer os direitos mínimos do habitante e “pagador de impostos”, quiçá das mulheres que atuam como prostitutas.

Contudo, considero necessário ainda para a saúde da vida democrática, a seguinte inquietação:

Cabe questionar se, num país em que a maioria da população carece de informações básicas para exercer sua cidadania, os jornalistas devem fazer jornalismo numa fórmula única e aguardar que a população tenha mais acesso à educação para compreendê-lo. (AMARAL, 2003, p. 142).

Compreende-se que é condição básica de qualquer sociedade democrática não apenas o acesso a questões que dizem respeito à cidadania relacionada ao ato de consumo de bens de necessidade básica. Também já se compreendeu, pelo menos em algumas regiões da América, que o direito ao voto, direito de ir e vir, acesso à saúde, educação e segurança,



oriundos de instituições públicas não representam a garantia da emancipação humana. Assim também se encaixa o jornalismo: enquanto instituição moderna, não adianta que ele possua uma linguagem coloquial e nem criada para um público segmentado se não vier pautada em princípios calcados, fundamentalmente, na lógica do respeito ao outro. **Denúncias sem provas, condenações antes do julgamento dos acusados, a prática de ouvir apenas um lado da história são perspectivas de um jornalismo comprometido com as relações de poder, que nem sempre são de cunho econômico, mas também culturais, como é o caso das matérias que condenam como “vadias” as mulheres que praticam prostituição.** Há que se pensar ainda não somente no tipo de jornalismo que estamos nos propondo a produzir e a pesquisar, mas, sobretudo, no tipo de sociedade que estamos destinados a construir para as futuras gerações. Vale a pena apostarmos no conceito de cidadania pautado em princípios propagados pelo discurso iluminista?

Bruno Latour (1994) defende a tese de que se quer chegamos a alcançar as propostas da modernidade, muito menos conseguimos viver sob a égide dos postulados da constituição moderna. Seria uma ousadia deveras pretensiosa conceituar o século XXI com o neologismo “pós-modernidade”. De acordo com Latour, não há como construir conceitos coerentes sobre o “novo” período histórico, porque se quer conseguimos ser modernos. Ele apresenta, portanto, a teoria de que jamais fomos modernos. Para o autor, assim que a constituição moderna é outorgada ela passa a expandir um novo eixo divisório: modernidade europeia (civilização) x o resto do mundo (bárbaro). Na hora em que os modernos separaram “palavras” e “coisas”, instituíram como seu “outro” todo aquele que não estivesse no mesmo “padrão” ético e estético europeu (NOVAES, 2004). Haraway (1995) e Latour (1994) apostam numa necessidade de reflexão sobre as relações sociais que estão cada vez mais mediadas pela ciência e tecnologia, afastando-se tanto de uma postura metafísica quanto de uma “satanização” da tecnologia. Ambos compreendem o não humano como elemento significativo para a reconstrução de uma nova ciência que dialogue com sociedade do século XXI.

### 3 GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE PARA OS ESTUDOS DA COMUNICAÇÃO

#### 3.1 O USO DO CONCEITO DE GÊNERO

Antes de começar uma reflexão mais condensada acerca deste debate, faço questão de deixar claro que parto da seguinte perspectiva: pensar gênero enquanto categoria analítica para as ciências sociais requer a sinceridade em afirmar que trata-se de uma postura política com intencionalidades de empoderamento através de bandeiras de luta de um feminismo que existe em nome de um viver autônomo, de mulheres donas de si. Portanto, a breve problematização aqui presente trata de saberes oriundos de uma mulher feminista com corpo, vontades, luta política e posicionamento científico voltado para tais subjetividades. Sobre este aspecto convém ressaltar:

Em vão aumentamos os esforços, variamos os métodos, alargamos ou comprimimos o campo de estudo, examinamos as coisas bem do alto, ou penetramos na estrutura delicada de uma época, verificamos os arquivos particulares, os documentos de família, os atos privados, os jornais da época, as portarias municipais; esses desenvolvimentos diversos não convergem, não encontram se quer uma única ideia como limite. Cada um desses desenvolvimentos tem, como marco, a natureza e o temperamento de seus autores, o único resultado é sempre uma evidência apenas, que é a impossibilidade de se separar o observador do objeto observado, e a história do historiador. (VALÉRY, 2011, p. 120).

Paul Valéry em seu discurso sobre a história traz lúcidos esclarecimentos acerca da construção do saber científico. O poeta, filósofo, ensaísta, é tido como um dos críticos mais radicais do discurso da modernidade. Pessimista, leitor de Baudelaire, Paul Valéry acaba por polemizar um dos aspectos delicados do universo científico: a busca pela “neutralidade” axiológica. O autor não deixa dúvidas quanto ao seu posicionamento crítico referente ao racionalismo cartesiano, bem como ao caminho metodológico proposto por este tipo de pesquisa crítica: a impossibilidade de separar pesquisador do sujeito/“objeto” pesquisado. Valéry (2011) é apontado ainda como um dos pensadores que nega qualquer possibilidade de construir saberes racionais, neutros ou até mesmo democráticos, o autor diz claramente: são inúteis as tentativas de encontrarmos limites para o campo em que se dê para separar ciência e política ou ciência e paixão, ou até mesmo, ciência e criação. O que me convém deduzir que ciência é discurso, assim como o jornalismo também o é. Valéry acaba por influenciar autores

como Paul Veyne e Hayden White: estes últimos compreendem a história como um processo narrativo, portanto, literário, ficcional, rompendo com o caráter “prepotente” que a história acabou desenvolvendo – dizer a verdade dos fatos do passado.

Como foi discutido no primeiro capítulo, a comunicação é um campo que encontra-se em um tipo de “areia movediça” tanto pela indefinição de seu objeto como em relação à problemas relacionados à uma intensificação de estudos que não praticam o exercício epistemológico dentro de sua própria área de estudos. Neste contexto, pensar a comunicação requer compreendê-la enquanto um saber em intensa transformação, com um arsenal teórico bastante “preso” a ciências como: semiótica, sociologia, linguística, entre outros. Pensando no universo da história das teorias da comunicação, percebe-se certa permanência de uma relação de “dependência” teórica de ciências mais tradicionais e consolidadas. Então, como estudar jornais e vozes de mulheres que praticam prostituição? Seria este um estudo sobre feminismo e prostituição e que utiliza apenas os jornais como fontes? E que tais teorias advogam em favor da causa do objeto pesquisado? Creio que tais escritos devam, no mínimo, responder a questionamentos deste cunho, tendo em vista que tal pesquisa acabou me levando a este problema epistemológico: **um objeto fronteiroço que necessita de estudos interdisciplinares.**

Ora, a “arrogância” de dizer sobre o “outro”, sobretudo quando este “outro” refere-se a sujeitos que foram historicamente excluídos por conta do uso que fazem de seu corpo/sexo, exige que pensemos no conceito de gênero, no mínimo, como um trunfo que não poderia ser descartado em hipótese alguma. Trata-se, então, de um estudo sobre prostituição em jornais? Creio que não seria “lógico” produzir uma pesquisa em um Programa de Pós-Graduação em Comunicação e utilizar o jornal como uma mera fonte de pesquisa. Um estudo de jornalismo que analisa o “objeto” prostituta? Creio que não é bem por aí o caminho que esta pesquisa acabou chegando. Devo deixar claro que tal pesquisa não compreende a prostituta como um mero objeto a ser “descoberto”, “dissecado” ou “revelado”, tal pesquisa situa-se como uma tentativa<sup>19</sup> de diálogo com sujeitos de histórias singulares, complexas e com os discursos mediatizados sobre sua atividade.

Partindo destas reflexões, percebe-se que o conceito de gênero acaba por servir como suporte para pensar a comunicação na medida em que possibilita um caminho de ruptura com

---

<sup>19</sup>Considero válido deixar explícito ao leitor que tal tentativa pode não ser bem sucedida, levando em consideração as limitações metodológicas da ciência comunicacional bem como do universo subjetivo da pesquisadora, repleto de preconceitos, vontades, ditos e silenciamentos. Contudo, parte-se do princípio de que a tentativa de dialogar sobre um objeto fronteiroço a partir de um saber repleto de indefinições epistemológicas, já representa um esforço otimista para os estudos da comunicação.

uma ciência instrumental do tipo cartesiana, abrindo, dessa forma, possibilidades de pensar os discursos dos veículos de comunicação a partir das relações de poder que estes estabelecem em interação social.

Neste sentido, cabem as reflexões acerca da constituição do conceito de gênero como categoria analítica, propostos por Joan Scott (1989). A autora critica a postura de feministas que compreendiam a “adição” das mulheres na história como uma espécie de adendo da história geral, pois esta lógica apenas legitimava o lugar subalterno das mulheres nos relatos científicos. Além de reproduzir ainda mais a estética dicotômica de pensar gênero sob a máxima de feminino x masculino (SCOTT, 1998), excluindo um campo complexo e vasto de outros sujeitos que estão inseridos dentro destes limites.

Precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual. Temos que ficar mais atentas às distinções entre nosso vocabulário de análise e o material que queremos analisar. Temos que encontrar os meios (mesmo imperfeitos) de submeter, sem parar, as nossas categorias à crítica, nossas análises à autocrítica. Se utilizarmos a definição da desconstrução de Jacques Derrida, esta crítica significa analisar no seu contexto a maneira como opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando a sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como óbvia ou como estando na natureza das coisas. (SCOTT, 1995, p. 18-19).

A mulher só vai ser representada enquanto categoria de análise, definidora de uma ideologia feminista, a partir da década de 1960:

[...] ao lado da crítica à ciência moderna, ao empiricismo e do humanismo que desenvolvem os pós-estruturalistas, as feministas não só começaram a encontrar uma via teórica própria, como elas também encontram aliados cientistas e políticos. (SCOTT, 1995, p. 20).

Scott (1995) defende a ideia de que enquanto os grupos de historiadoras que se propõem a produzir uma história das mulheres estiverem presos a uma proposta teórico-metodológica falocêntrica, cairão no mesmo “labirinto” que outros movimentos acabaram por entrar, vide o exemplo do materialismo histórico, que mesmo pensando em uma “história vista de baixo” (SHARPE, 1992), suas bases epistemológicas eram, em demasia, positivistas e cartesianas. Scott (1995, p. 20) deixa bem claro qual seria a postura a ser tomada pelas historiadoras feministas: “[...] precisamos substituir a noção de que o poder social é unificado,

coerente e centralizado por alguma coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais”. Logo, o eixo totalizador feminino x masculino pertence a uma construção histórica, produzida a partir de relações de poder bem claras para o nosso tempo. Pensando como Donna Haraway propõe: a ciência, bem como seus criadores, necessita responsabilizar-se pelos saberes construídos. “Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro” (HARAWAY, 1995, p. 16). Haraway promove um debate sobre os “rumos” da ciência no século XXI, bem como este momento de “crise epistemológica”, para não chamar de “fracasso” do racionalismo iluminista/cartesiano. Partindo destas reflexões, percebe-se a necessidade de construir saberes que compreendam a necessidade de ruptura com as premissas de uma lógica racionalista e instrumental, o que acaba por viabilizar o uso das perspectivas de gênero como categoria analítica, significativa para o estudo das representações femininas nos discursos midiáticos (CHARADEAU, 2010).

Como discutir a representação de prostitutas em jornais sem compreendê-las como sujeitos e corpos que fazem uso do sexo como ferramenta de sobrevivência e não discutir quais as condições que foram criadas para que tais discursos fossem ditos? Em outras palavras, analisar o discurso jornalístico acerca do universo da prostituição requer compreender tais sujeitos a partir de como a sociedade as enxerga: um conjunto hiperbolizado de seios, nádegas e com um orifício proporcionador do prazer masculino. Sem querer totalizar o olhar que a sociedade e o jornalismo apresentam sobre a prostituta, é necessário, todavia, compreender que há um referencial que denota tais identidades. Sobre este aspecto, convém a seguinte inquietação:

Que corpo é este que me impõe uma identidade, um lugar no mundo, que me conduz no labirinto das normas e valores sociais/morais? Que corpo é este que eu habito, cuja imagem invertida reflete o olhar-espelho dos outros? Que corpo é este, afinal, que sendo apenas um, pode tornar-se dois, ocupando o mesmo lugar no espaço? Corpo, feminino, corpo reprodutor, a maternidade que me desdobra vem me integrar ao mundo do social, à representação da “verdadeira mulher”. (SWAIN, 2000, p. 47).

Ora, parece-me que a prostituta acaba ganhando tais representações, olhares e rótulos não apenas porque pratica o sexo para sobreviver, mas, sobretudo porque o sexo para o universo feminino ainda é pensado como um dispositivo de reprodução. Nem mesmo algumas alas do movimento feminista acreditam no processo de empoderamento existente na

autonomia sexual feminina: parte do movimento feminista compreende a prostituição como uma doença social que precisa ser rapidamente extinta (AZERÊDO, 2007). Tânia Swain (2000), intensamente inquieta, questiona exatamente qual é o corpo capaz de conduzir o sujeito feminino a tantos “quadrados” estáveis e socialmente úteis. Desde as narrativas bíblicas, a mulher tem sido representada como a responsável pelo pecado da humanidade e sua única “absolvição” só será alcançada com a maternidade, dentro de uma lógica bem utilitarista, o sexo ainda continua sendo enxergado como ferramenta que alimenta a ideia do progresso, da vida e do lucro. Cabe à mulher, redimir-se diante da humanidade com o “julgo” reprodutor, uma vez que ela foi a grande causadora da expulsão do paraíso. Swain (2000) torna ainda mais agudo este debate. Veja:

Encontramos aqui as imagens da mãe e da prostituta, binômio constitutivo da representação social das mulheres. Mãe e esposa, sexo domesticado, moralidade, espaço privado, família, reprodução do social. Prostituta, mulher pública, liberação do vício e da lascívia latentes no feminino. Fundadas nas premissas da heterossexualidade e nas matrizes de inteligibilidade do patriarcado, a reificação contínua destas categorias deixa um espaço de significação onde as mulheres não podem “estar no mundo” senão para responder ao masculino, a seus desígnios, para dar-lhe uma descendência. A maternidade é assim seu destino e sua transcendência, a prostituição, a imanência na impureza de seu sexo. (SWAIN, 2000, p. 53).

A historiografia do progresso considerou o período anterior à era moderna como “Idade das Trevas”, foi responsável, ainda, por construir as profissões consideradas lícitas. Tais assuntos são discutidos por Jacques Le Goff (1995)<sup>20</sup> em uma obra em que o medievalista traz uma densa contribuição para compreendermos como a modernidade construiu conceitos acerca do mundo do trabalho. Le Goff traz para o centro da discussão os fatores que possibilitaram a construção de “tabus” acerca do que poderia ser considerado como aceitável e reprovável: tudo pautado no modo de pensar do homem medieval que, como nos aponta a história, construiu suas explicações sobre o mundo e seu tempo a partir de crenças fortemente influenciadas pelo discurso cristão. O tabu do sangue, tabu do corpo, são conceitos que Le Goff (1995) apresenta para explicar porque algumas profissões que lidavam diretamente com trabalhos “braçais”, noturnos ou com “sangue” eram consideradas ilícitas: prostituição, vigilante noturno, açougueiro, entre outros, acabaram sendo consideradas profissões ilícitas por conta de sua relação com a carne e suas concupiscências. Estas representações de séculos anteriores ao que vivemos nos possibilitam a compreensão da

---

<sup>20</sup> LE GOFF, Jacques. Profissões lícitas e ilícitas. In: **Para um novo conceito da Idade Média**. Lisboa, 1995.

construção de papéis sociais acerca do uso do corpo enquanto ferramenta de trabalho: aos sábios, o cérebro; aos acéfalos, o corpo. Lógica esta que ainda não foi totalmente superada pela sociedade considerada “pós-moderna”. Prostituta, a mulher pública de vida noturna, vai sendo considerada um “objeto” desprezível pelo discurso cristão, que inclusive constrói narrativas acerca de experiências de prostitutas arrependidas e, conseqüentemente, absolvidas de uma vida de pecado via práticas de autoflagelo, castração e celibato. Partindo da discussão de Jacques Le Goff sobre as representações do imaginário medieval, conseguimos compreender como se deu a construção da imagem da prostituta: ela é negada pela sociedade não apenas pelo uso do sexo como modo de sobrevivência, mas, sobretudo por ser mulher e não obedecer aos ditames quanto ao uso do corpo. Ora, discutir prostituição nos coloca, obrigatoriamente, em questões referentes à autonomia do corpo feminino: a prostituição voluntária ou não, nos leva a um debate sobre o uso e posse do corpo feminino. Logo, a reflexão de Swain torna-se pertinente na medida em que problematiza os usos e abusos referentes ao conceito de gênero, o que traz de volta para a cena principal a definição do que pode ser considerado gênero? Há aqui inúmeras discussões acerca de epistemologias feministas que carregam bandeiras de lutas de um feminismo da desconstrução derridiana<sup>21</sup>.

Tânia Swain (2000) discute epistemologias construídas a partir do uso do gênero enquanto categoria analítica, para ela o gênero vem perdendo força uma vez que o uso deste conceito acabou sendo utilizado em demasia para representar uma lógica binária de sociedade. A autora considera que tal uso tem sido domesticado, uma vez que tem servido para definir papéis sociais do que seria aceito como “essencialmente” de caráter feminino x masculino. A autora questiona: “Onde ficam as propostas de transformação do mundo, das relações sociais, quando o binário é aceito como premissa indiscutível?” (SWAIN, 2000, p. 64). Penso que a proposta de ruptura epistemológica do binarismo, que tem pautado as discussões sobre gênero, pode contribuir de forma significativa para repensar os estudos da comunicação, sobretudo, no que diz respeito a compreender a mulher como um mero sujeito consumidor de discursos e produtos midiáticos.

De acordo com Eliane Gonçalves (1998), a história falando de mulheres não é uma conquista recente, porém a história do feminismo nos remete a tempos mais próximos.

---

<sup>21</sup>Desconstruir a filosofia seria, assim, pensar a genealogia estrutural de seus conceitos da maneira mais fiel, mais interior, mas, ao mesmo tempo, a partir de um certo exterior, por ela inqualificável, inominável, determinar aquilo que essa história foi capaz – ao se fazer história por meio dessa repressão, de algum modo, interessada – de dissimular ou interditar. Nesse momento, produz-se – por meio dessa circulação ao mesmo tempo fiel e violenta entre o dentro e o fora da filosofia (quer dizer, do Ocidente) – um certo trabalho textual que proporciona um grande prazer (DERRIDA, 2001, p. 13).

A “história” das mulheres na História é tão antiga quanto a humanidade; já a história do feminismo é mais recente. Como movimento em prol dos direitos das mulheres, tem origem no pensamento Iluminista dos séculos XVIII e XIX e está relacionado às revoluções, americana e francesa, e ao nascimento das ciências humanas – ou se preferirmos, das ciências sociais. Gonçalves (1998, p. 44).

O feminismo tem um papel ímpar não apenas no reconhecimento de que as mulheres também fazem parte da história, mas implica, sobretudo, que ao legitimar sujeitos historicamente silenciados pelo discurso historiográfico, exige uma nova concepção do conhecimento histórico. Mary Del Priore (2010) analisa como se deu o desenvolvimento dos estudos sobre as mulheres num contexto europeu e brasileiro. Para ela, os estudos ganham densidade a partir da década de 70, quando a história das mulheres exige novas posturas do próprio conceito de história.

Era preciso admitir que a história das mulheres só começava quando uma delas rompia com o círculo infernal da história masculina e de suas leis, para tornar-se fonte e matéria da dinâmica social. Era, também, preciso não esquecer que nos anos 70, o interesse pela história das mulheres manifestou-se como fruto de várias rupturas que as levou a buscar, no passado, uma explicação para a sua opressão e para a sua rebelião. Ao final dessa década, as historiadoras feministas admitiam que a história das mulheres não podia reduzir-se nem à um combate por um estatuto igualitário nem a uma guerra de sexos, e que era difícil reconstituí-la na sua diversidade e complexidade. (DEL PRIORE, 2010, p. 224).

Sem dúvida, a condição de silêncio e omissão destes sujeitos no campo da historiografia pode ser explicada pela lógica falocêntrica de organização social. A autora toca em um dos pontos mais sensíveis desta “guerra”: não se pode pensar em história das mulheres feita por homens e suas leis, nos impondo um modo de produzir e pensar o fato histórico, bem como epistemologias que possam servir de escudo para lutas sociais deste grupo. Uma historiografia dos grandes heróis, dos estadistas, portadores de fala, e dos proletários revolucionários do século XIX, já foi produzida, cartesianamente, e tem seu lugar hegemônico no mercado editorial, reflete Priore.

Cabe, dessa forma, o seguinte questionamento: qual o papel do feminismo nesse processo de ruptura de saber?



O objetivo principal do feminismo tem sido mudar as relações sociais de poder imbricadas no gênero. Como as desigualdades de gênero penetram em todas as esferas da vida, as estratégias feministas envolvem um enfrentamento da posição subordinada das mulheres tanto dentro das instituições do Estado como da sociedade civil. A força por trás da teoria e da prática feminista no período do pós-guerra tem sido seu compromisso de erradicar desigualdades derivadas da noção de diferença sexual inerente a teorias biologicamente deterministas, que explicam a posição social das mulheres como resultado de diferenças inatas. (BRAH, 2006, p. 342).

Avtar Brah (2006) nos convida a pensar sobre como foram construídos, historicamente, os discursos que legitimam as desigualdades em direção às mulheres com a justificativa da diferença biológica. Brah afirma que há uma necessidade de pensarmos que a natureza humana não é essencial, mas socialmente construída. Logo, o eixo totalizador **“feminino x masculino”** pertence a uma construção histórica, produzida a partir de relações de poder bem claras para o “nosso” tempo. O discurso da “diferenciação” entre homens e mulheres também tem sido bastante utilizado na medida em que acabam por pautar-se em características biológicas para justificar determinadas desigualdades em diversos contextos sociais. É o que Joan Scott aponta em seu artigo referente ao caso Sears (SCOTT, 2000). São várias as facetas dos processos sociais de “negação” da autonomia feminina, que por muito tempo esteve relacionada à mera ascensão social (BUTLER, 2010, p. 53), como se a diferença sexual estivesse relacionada apenas às formas materiais, deixando-se de lado as relações familiares, a religião, entre outros aspectos que, de acordo com Judith Butler, precisam ser compreendidos a partir de suas práticas discursivas.

Assim como muitas outras feministas, quero argumentar a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver. Mas não é qualquer perspectiva parcial que serve; devemos ser hostis aos relativismos e holismos fáceis, feitos de adição e subsunção de partes. (HARAWAY, 1995, p. 24).

A autora considera que a objetividade na construção do conhecimento revela-se como algo relacionado à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. A autora deixa claro que sua postura é a de negação de um relativismo pós-moderno e a busca

de uma ciência responsável com suas promessas – conhecimento engajado politicamente. Haraway é feroz na crítica até ao próprio movimento feminista radical, ao marxismo e outros movimentos sociais. A crítica que faz ao feminismo diz respeito à naturalização do termo “mulher”, a autora afirma que não existe nada no fato de ser mulher que una de maneira natural todas as mulheres. Para a autora, é necessário romper com a política de identidade, enquanto mera autoidentificação, e substituí-la pelas diferenças e por uma coalizão política baseada na afinidade e não numa identificação aceita como “natural”.

Historicamente, a mulher tem sido representada com determinadas características, produzidas socialmente em contextos que constroem e reproduzem múltiplas relações de poder. Desde o discurso criacionista de construção do mundo, a mulher tem sido representada como a raiz do pecado, do desequilíbrio humano e a grande causadora da expulsão do paraíso edênico. A contemporaneidade parece não ter mudado tanto as representações morais em relação à mulher. Neste momento em que vivemos, teoricamente pautados em uma organização do Estado democrático de direito e visto até por alguns como “pós-moderno”, ainda se percebe alguns estereótipos construídos acerca da mulher desde Eva.

Mas, afinal, o que é ser mulher? Como é ser mulher? O que define um sujeito do sexo feminino como mulher? O meu sexo define quem eu sou? Como são construídos os padrões e referenciais do que é ser mulher?<sup>22</sup> É necessário compreendermos como estes discursos foram construídos.

No cadinho das práticas sociais o “eu” se forja em peles, delimitando corpos normatizados, identidades contidas em papéis definidores: mulher e homem, assim fomos criados, por uma voz tão ilusória quanto real em seus efeitos de significação, cujos desígnios se materializam nos contornos do humano. Estes traços, desenhados por valores históricos, transitórios, naturalizam-se na repetição e reaparecem fundamentados em sua própria afirmação: as representações da “verdadeira mulher” e do “verdadeiro homem” atualizam-se no murmúrio do discurso social. A noção de historicidade remete aos inumeráveis perfis de formações sociais dispersas no tempo e no espaço, cujas práticas e suas significações não podem ser senão singulares. Desta forma, quando os feminismos colocam em questão o “natural” e a “natureza” humana, como sendo as bases imutáveis do ser, revelam a multiplicidade do social e as possibilidades infinitas de sentidos atribuídos às práticas, às culturas e aos seres. A história mostra assim seu caráter de construção, resultado de uma operação de racionalização e redução do social, de apagamento da pluralidade e da diferença. (SWAIN, 2000, p. 48-49).

---

<sup>22</sup>O objetivo destas indagações é problematizar tais temáticas, não se pretende apontar respostas milimetricamente racionais que apontem solução para tais questionamentos.

A partir das reflexões de Tânia Swain, as identidades femininas e masculinas são historicamente construídas a partir do contexto em que se inserem. Logo, não se nasce mulher, se aprende a ser. Torna-se mulher a partir de uma série de dispositivos de disciplina e controle do corpo (FOUCAULT, 1988). Corpo este, que para a mulher, acaba se tornando uma imposição da identidade a partir do uso que se faz desse corpo. Logo, instituições como o Estado, a família, o mercado de trabalho, a mídia, a religião, entre outras, acabam compondo discursos que padronizam modelos aceitáveis como polidos, corretos, civilizados, em relação ao comportamento de mulheres e homens.

Portanto, problematizar a construção e legitimação dessas representações do feminino requer pensarmos como Guacira Louro (2001):

Homens e mulheres adultos contam como determinados comportamentos ou modos de ser parecem ter sido “gravados” em suas histórias pessoais. Para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei participam desta produção. Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas. (LOURO, 2001, p. 25).

Para Guacira Louro, as instituições que promovem construção de identidades sociais, bem como de seus códigos de conduta aceitáveis, são frutos de negociações entre sujeito/sociedade. Logo, não existe comportamento natural feminino, muito menos instintivo, como a propaganda do suco light propõe ao sexo feminino. Todos estes arquétipos em relação às “funções” da mulher foram construídos socialmente a partir de relações de poder. Para Guacira Lopes Louro tendemos a identificar a sexualidade como algo inerente ao ser humano. Todavia, a “sexualidade envolve rituais, linguagens, representações, símbolos. Estes são processos culturais e plurais” (LOURO, 2001, p. 11). Para ela, não há nada de “exclusivamente natural nesse terreno”. Partindo para a dimensão histórica observa que “as inscrições de gêneros – feminino e masculino, são feitas no contexto de uma determinada cultura. Logo, as identidades de gênero são definidas pelas relações sociais e moldadas pelas redes de poder de uma sociedade” (LOURO, 2001, p.12).

Portanto, faz-se necessária uma pergunta semelhante à de Priore (2010): até quando condicionaremos um olhar de sujeito subalternizado sobre nós? A quem tem servido o conceito, amplamente propagado, de gênero enquanto sinônimo de história das mulheres proposta pelo discurso oficial (SCOTT, 1995)?

[...] para que serve a história das mulheres? E a resposta viria simples: para fazê-las existir, viver e ser. Esta é, afinal, uma das funções potenciais da história. Acreditamos que não interessa ao historiador fazer a história das mulheres em termos de erros ou de acertos sobre o seu passado, contar sua saga de heroína ou mártires, o que seria de um terrível anacronismo. Sua função maior deve ser a de enfocá-las através da submissão, da negociação, das tensões e das contradições que se estabeleceram, em diferentes épocas, entre elas e seu tempo. (PRIORE, 2010, p. 235).

Penso que o “dar voz” a sujeitos silenciados pela historiografia (RAGO, 1998) perpassa ainda pelo processo de negação de uma lógica racional de ciência, da ideia de progresso contínuo, de tempo histórico linear e, sobretudo, representa uma estrutura de ressignificação destas vozes, bem como, do campo historiográfico. Portadoras do pecado, da lascividade, da perversão, constituem-se como representações eternizadas no universo feminino, deixando-as como responsáveis pela “queda do homem”, a grande causadora das enfermidades mundanas. Sob este julgo a mulher, ao longo de sua existência, cria mecanismos de autonomia em relação a essas denominações negativas, na busca por superar tais estigmas.

A mulher também se constitui como categoria dentro de uma perspectiva classista, definidora de uma ideologia feminista vivenciada essencialmente na década de 1960, levada a exigir direitos iguais, no intuito de executar a mesma quantidade de poder exercida pelo indivíduo do sexo masculino. O movimento feminista nasce e se firma como “revolucionário” no intuito de tornar igual o diferente, o que acabou passando pelo trajeto de “masculinizar o feminino”. No entanto, tal filosofia tentou inibir o debate sobre as particularidades femininas, generalizando a ascensão feminina pelo fato da mesma adentrar ao mercado de trabalho para competir intelectualmente com o seu “adversário” (AZERÊDO, 2007).

Entre as discussões feministas, que estão longe de expressar posições unificadas, algumas (abolicionistas) manifestariam, sobretudo, um interesse na extinção da prostituição. Evocando argumentos e reiterando posicionamentos presentes nos debates anglo-saxões sobre pornografia da década de 1980 (Piscitelli, 2003, p. 215), essas últimas abordagens afirmam que a prostituição reduz as mulheres a objetos e é sempre e necessariamente degradante e danificadora para as mulheres. (PISCITELLI, 2004, p. 294).

O movimento feminista não compartilha de um modelo único de filosofia, existem várias facções dentro dessa “categoria”: umas lutando, insistentemente, por direitos iguais, outras assumindo as diferenças e afirmando que elas devem ser respeitadas, enfim, diversos

pontos de vistas são encontrados nesse movimento. Porém existe um enorme esforço em expor à sociedade o quão evoluído é o “ser mulher” e, para isso, devem trucidar todos os estigmas construídos a partir de Eva e Maria Madalena, procurando estabelecer uma relação nova a partir do rompimento com o pecado herdado pelos antepassados (GREGORI, 2004).

A mulher, com seu arquétipo de “Eva: a raiz do pecado” é pauta desde os primórdios nos debates acadêmicos, bem como das exortações bíblicas, medicinais, entre outras. Sobre esta temática, Emanuel Araújo analisa a sexualidade feminina no Brasil Colônia, fazendo uma leitura sobre como esse “ser feminino” era trabalhado pela medicina neste período histórico:

Eles procuravam entender, explicar e catalogar o que a mulher sabia e fazia com naturalidade, apoiada em uma experiência ancestral. Mapeavam o corpo feminino, e um tanto desnorteados e desastrados, inventavam interpretações para o funcionamento e para os males da vulva, da menstruação, do aleitamento, do útero, com as respectivas prescrições. (ARAÚJO, 2004, p. 52).

Contudo, o autor nos informa e esclarece que por mais que essas arbitrariedades quanto ao controle e curiosidade do feminino estivessem em voga, as mulheres não se permitiam serem “adestradas” por completo, reagem de variadas formas à adequação comportamental quanto ao uso, sobretudo, as formas de desuso do corpo (ARAÚJO, 2004). No âmbito dos Direitos Humanos, às mulheres têm sido destinadas as leis com certas peculiaridades que tentam superar uma história de intensas privações e exclusões. Contudo, é de se pensar em que termos a efetivação dessas leis contribuem para a atuação feminina na esfera política, econômica e familiar, além de avaliar se a existência de uma constituição que se define portadora de direitos iguais é capaz de conduzir as relações sociais privadas, marcadas de preconceito e discriminação. Leis que tentam “tornar igual” o diferente, no entanto, não conseguem ações efetivamente capazes de superar o “estigma” uterino destinado à mulher, uma vez que os índices de violência de vários âmbitos continuam sendo capas policiais na cotidianidade do mundo falocêntrico.

A modernidade estabeleceu leis que disciplinavam intensamente as condutas femininas: eram penalizadas caso cometessem adultério ou tivessem relacionamentos com pessoas do mesmo sexo, entre outras. Contudo, atitudes austeras como estas buscam ser amenizadas pela sociedade “pós-moralista”, que se tem como capaz de compreender tais práticas a partir de uma realidade social, não aceita, mas inevitável.

Discutir os múltiplos problemas existentes no próprio termo “gênero”, bem como os seus usos e abusos, representa um alerta referente às desigualdades existentes na impossibilidade de pensar a humanidade por uma lógica sexual matematicamente aceitável: dois sexos distintos que existem para procriar. Estudos de diversas áreas do saber vêm debruçando-se sobre a impossibilidade de pensar uma sociedade da velocidade, com modos de vidas pautados em padrões dicotômicos do tipo: mulher de família x mulher de puteiro; heterossexual x homossexual; Deus x Diabo, entre outros eixos da mesma estirpe. O que me leva à seguinte inquietação: por que o conceito de relações entre gêneros é fundamental para discutir a prostituição em Rio Branco?

Tendo em vista o convívio em ambientes de prostituição, bem como a análise dos jornais, me fez enxergar que a prostituta ainda é vista como uma “pecadora”. Uma das marcas mais significativas do preconceito existente é o fato de grande parte da produção jornalística analisada envolver a prostituta em casos de violência, na qual ela acaba sendo a protagonista dos noticiários pelo peso social que tal atividade carrega. Logo, penso que problematizar o conceito de gênero represente uma proposta de, pelo menos, assinalar que o problema ainda não foi resolvido e que perpassa não só as relações sexuais e nem a orientação sexual. Scott (2012) aponta:

A ideia mais radical de entendimento de gênero é sobre a concepção de várias definições de homem/mulher, masculino/feminino, na sua complexidade e instabilidade. É sobre as lutas para manter os significados no lugar (impor e fazer cumprir as normas) e lutas para resistir ou derrubá-los. É sobre os interesses que motivam essas lutas, as apostas e os apostadores. Seu alcance se estende para além das mulheres e homens, masculino e feminino chegando às grandes estruturas e processos (tal como capitalismo e nacionalismo) nos quais e pelos quais relações sociais são formadas e fronteiras políticas patrulhadas. Nesta perspectiva, gênero nos lembra que não há representação inequívoca das mulheres, que isto sempre é uma questão de poder. (SCOTT, 2012, p. 337).

O movimento associativo de prostitutas no Brasil é um marco que divide vários grupos de feministas. Como já foi apontado acima, não há como se falar de feminismo em uma perspectiva homogênea, o que nos leva a pensar em apoios limitados em relação a estas mulheres que praticam a atividade da prostituição. Um exemplo da falta disto está no material produzido acerca deste universo: as pesquisas referentes à prostituição encontram-se em grande maioria relacionadas à área da saúde pública, poucos são os materiais produzidos por feministas engajadas no universo acadêmico. São raras autoras como Margareth Rago, Maria

Aparecida Fonseca, Elisiane Pasini, Adriana Piscitelli, que se debruçam sobre o tema. O que demonstra, pelo menos, posturas, de certa forma, que negam a autonomia sexual de mulheres ou que consideram tal tema menos importante, como os de orientação sexual, interseccionalidades, direitos reprodutivos, entre outros. Desta forma, o movimento de prostitutas acabou sendo construído apartado da maior parte do movimento feminista no país. A instituição Davida: Prostituição, Direitos Civis e Saúde foi a primeira organização consistente de prostitutas no Brasil. Liderada e fundada por Gabriela Leite em 1992, esta instituição é referência até hoje no movimento de prostitutas que englobam temas relacionados aos direitos humanos, direitos civis, saúde, cultura e cidadania. Logo, pautando-se no que afirma Joan Scott (2012), o que está em jogo nesta discussão não se trata apenas do direito à autonomia feminina referente ao uso e posse do seu corpo, a questão é bem mais complexa: trata-se da necessidade de problematizar condições sócio-históricas de mulheres que são cotidianamente violentadas no contexto da prostituição, o que torna esta pesquisa um debate sobre relações de poder mediadas pelo discurso jornalístico.

Um dos aspectos verificados no decorrer da pesquisa de campo foi que a maioria dos sujeitos encontrados nesta atividade tem predominantemente o seguinte perfil: **mulheres negras, faixa etária entre 18 e 35 anos, de baixa renda e mães solteiras**. Tal fato me fez desembocar em uma discussão que não poderia de forma alguma ficar presa ao fato de serem mulheres prostitutas. Negar ou silenciar a condição étnica destes sujeitos é negar o fato de pesquisar prostituição em um Estado isolado geopoliticamente dos grandes centros do país e a da própria condição da mulher na Amazônia. Tal constatação empírica me levou, como disse anteriormente, a um objeto de pesquisa que demanda uma metodologia interdisciplinar: um estudo sobre mulheres, em sua maioria negras, que praticam prostituição na capital acriana em diálogo com os discursos jornalísticos acerca da prostituição. Em outras palavras, os conceitos de relações entre gêneros, prostituição, interseccionalidade, acabam por configurarem-se categorias viáveis para os estudos da comunicação. Levando em consideração os diferentes olhares das feministas acerca da prostituição, há aqui uma necessidade de diálogo entre o conceito de gênero e práticas de mercantilização sexual:

As práticas de prostituição, tais como outras formas de mercantilização e consumo, devem ser lidas de maneiras mais complexas que apenas uma confirmação da dominação masculina: em certas circunstâncias, elas podem ser espaços de resistência e de subversão cultural. Por este motivo, estas linhas consideram que a posição da prostituta não pode ser reduzida a de um objeto passivo utilizado na prática sexual masculina, mas como um espaço

de agência no qual se faz um uso ativo da ordem sexual existente. (PISCITELLI, 2005, p. 14).

Adriana Piscitelli (2005), na apresentação de uma edição dos Cadernos Pagu, aponta a necessidade de repensar o conceito de prostituição. A ideia proposta pela autora é da utilização do conceito de mercantilização sexual ou mercado do sexo, uma vez que a expansão deste setor acabou por construir uma indústria do sexo compondo uma diversidade de trabalhos sexuais: além da clássica prostituição de rua e bordéis, têm-se as que ocorrem em saunas, linhas telefônicas eróticas, sexo virtual, casas de massagem, serviços de sadomasoquismo, serviço de acompanhante, entre outros. Para Piscitelli, há uma necessidade de romper a compreensão clássica do que se chama no Brasil de “programa”, tendo em vista que as relações de comercialização sexual ultrapassam a dimensão de um contrato direto entre o corpo vendido e seu consumidor. Há aqui a necessidade ainda de pensar as mais variadas formas de comercialização sexual, além de romper a ideia de prostituição como sendo realizada em demasia pela mulher heterossexual. Em seguida, a autora se debruça na diversidade de opiniões referentes à prostituição existente entre as feministas:

- a) Existem as que entendem a prostituição como um processo de escravização sexual feminina, tornando a prostituta uma vítima;
- b) No outro extremo, há o grupo que compreende a prostituta como um símbolo de autonomia sexual das mulheres;
- c) E as que buscam um certo equilíbrio entre os dois extremos apontados acima - pensam o sexo como espaço de disputa e não com posições fixas de gênero e poder. Acreditam que há uma lógica sexista na prostituição, mas que ela não é determinante.

Sem dúvida, há uma predominância de acervo bibliográfico que legitima a lógica da vitimização da prostituição, fato este que será discutido no terceiro capítulo deste trabalho. Todavia, Adriana Piscitelli (2005) aposta na via que compreende a possibilidade de resistência no contexto prostituinte, tendo em mente que há na comercialização sexual diversas relações sexistas com predominância heteronormativa. O desenvolvimento desta pesquisa proporcionou-me o contato com várias prostitutas que afirmavam que preferiam passar o dia nos chamados “infernhinhos” a ter que cumprir a exaustiva jornada de trabalho como empregada doméstica, vendedoras, entre outras. Percebi que algumas delas realmente não consideram-se vítimas e muito menos pecadoras. Contudo, a ideia da prostituição como um “mal necessário” ainda permanece bastante presente nas vozes destas mulheres. Portanto,



o uso do conceito de gênero precisa ser pensado de forma distinta de sexualidade, reflete a autora:

Categories de gênero, “raça”, nacionalidade, região, idade se intersectam, articuladas, construindo-se umas através das outras, em processos de erotização e também de viabilização de consumo erótico. [...] Os processos de exotismo nos quais a cultura possibilita aludir à diferença, deixando de lado a desigualdade, permeiam as relações Norte e Sul e a mercantilização de lugares e regiões, de seus habitantes e sua produção cultural, inclusive a arte. (PISCITELLI, 2005, p. 22).

A partir da reflexão de Piscitelli (2005) percebe-se a necessidade de pensar a atividade de prostituição dentro do seu universo: a busca pelo prazer sexual acaba por exigir também a busca pela execução dos projetos hedonistas de seus consumidores, o que explica a presença quase que obrigatória de elementos como álcool e drogas. Pensar em prostituição requer pensar nas peculiaridades desses sujeitos que possuem marcadores sociais que se intersectam: mulher, prostituta, negra, acriana, amazônica, brasileira, pobre, jovem, e uma quantidade significativa sem perspectiva de ascensão social via educação formal; tudo isso me exige que tal pesquisa não se restrinja a pensar, meramente, na atividade prostituinte isoladamente ou como fruto exclusivo das desigualdades sociais, ignorando os vários aspectos que a circundam.

Logo, o conceito de gênero, alicerçado ao de interseccionalidade<sup>23</sup>, permite que se pense a prostituição em Rio Branco não apenas por um único marcador social como o das relações entre gêneros, mas também como incorporação da mulher indígena como um “corpo reserva”: caso não houvesse migração de prostitutas neste período, a mulher indígena era capturada e utilizada sexualmente pelos seringueiros<sup>24</sup>. Tal perspectiva permite, ainda, que se compreenda esta atividade não só como produto da ascensão do processo de modernização deste espaço a partir de 1999, mas exige-se que se compreenda o papel que as prostitutas exerceram desde o processo de habitação do Acre no período áureo da produção de borracha até hoje (1870-1912).

---

<sup>23</sup>Segundo Crenshaw, as interseccionalidades são formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo. Essa noção de ‘interação’ entre formas de subordinação possibilitaria superar a noção de superposição de opressões. Por exemplo, a ideia de que uma mulher negra é duplamente oprimida, à de que opressão por ser mulher deve ser adicionada a opressão por ser negra. A interseccionalidade trataria da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, confluindo e, nessas confluências, constituiriam aspectos ativos do desempoderamento (PISCITELLI, 2008, p. 267).

<sup>24</sup> Esta atividade ficou amplamente conhecida por “correrias”: consistia na captura de indígenas para trabalho escravo nos seringais, para estupro muitas vezes coletivo e para assassinato. Tal conceito é bem trabalhado na obra “Os Milton”, de Mariana Pantoja.

Do ponto de vista das relações de gênero, o modelo nordestino certamente foi o mais importante para construção das relações que se estabeleceram na Amazônia. É certo que elas tinham elementos novos: a grande desproporção entre o número de homens e mulheres, as relações com as índias aprisionadas nos embates entre seringueiros e indígenas, a quantidade de dinheiro que circulava nas cidades amazônicas, que atraía a prostituição. Entretanto esses elementos, se formos analisar historicamente, não eram tão novos assim, pois há menos de um século da migração para a Amazônia eles também se encontravam na conquista do sertão nordestino. As expedições formadas por paulistas ou habitantes do litoral do Nordeste que penetraram nos sertões para formar as primeiras fazendas de gado eram predominantemente masculinas, e depararam-se com grupos indígenas, eliminados e/ou escravizados a partir desse confronto. Até o início do século XIX, ainda não se tinha equilibrado plenamente a população feminina e masculina no sertão. (WOLFF, 1999, p. 56).

Há várias narrativas acerca desse processo de ocupação e a “inexistência” de mulheres (WOLFF, 1999). Nesse período, desde Euclides da Cunha, passando por Craveiro Costa, Pedro Martinello, até aos historiadores mais atuais como Carlos Alberto, percebe-se que o conceito de “mulher” no Acre e na Amazônia acaba por ser representado pela mulher imigrante, em grande maioria nordestina, amazonense ou paraense, silenciando, em sua grande maioria, os modos de vida de mulheres indígenas e suas múltiplas etnias que dão suportes significativos para compreender o cotidiano na floresta amazônica. As principais obras destes autores registram a mulher indígena como “segunda opção” para os seringueiros, o que de fato ocorreu, contudo isso poderia ter servido de estímulo para reconstruir uma historiografia que enfatizasse a história da mulher indígena enquanto matriz identitária do que hoje poderia ser considerada “a mulher acriana”.

Cristina Wolff (1999) parece-me compreender de forma mais ampla as relações entre as mulheres seringueiras, seus corpos, suas composições de resistência, uma vez que ao debruçar-se sobre os dois grandes momentos de intensa imigração para a região do Juruá, problematiza a suposta “ausência de mulheres” nos seringais acrianos, bem como a sua condição de objeto reprodutivo, sexual e cuidadora de lar. Vejamos:

Porém, as mulheres têm os seus “poderes”, como diz Michelle Perrot, e portanto, nem sempre era tão simples “adquirir” uma mulher. Mesmo que existam variados relatos de casos de “compra” e “venda” de mulheres nordestinas e indígenas, bem como de índias “pegas” nas “correries” organizadas contra grupos indígenas, os processos e relatos nos mostram que esse tipo de aquisição dependia muito da mulher, de suas vontades, estratégias, amores. (WOLFF, 1999, p. 72).

Ora, pensar a prostituição feminina em regiões amazônicas e, sobretudo, na capital acriana, me fez perceber que os marcadores sociais que estão contidos neste grupo me revelam não apenas as identidades que construíram sobre si, mas, de forma mais latente, me revelam as identidades/olhares que foram construídos acerca destes sujeitos desde o período de formação do Estado do Acre enquanto “conquista” brasileira. Logo, percebe-se que os silenciamentos desses sujeitos na historiografia acriana se deram de forma proposital, sobretudo, quando se pensa no discurso amplamente propagado da inexistência de mulheres em fins do século XIX e início do século XX. Mulher indígena? Parece-me que a memória oficial só vai se lembrar de sua existência a partir da necessidade que determinado grupo político teve de construir uma “identidade acriana”, criando a partir de então o conceito publicitário de “florestania” – um tipo de cidadania peculiar aos habitantes da floresta acriana. Contudo, tal conceito não protagoniza, ou pelo menos não coloca em uma relação equitativa, as mulheres seringueiras e indígenas, pois permaneceram construindo uma historiografia de heróis masculinos, heterossexuais e, conseqüentemente, revolucionários na batalha pela posse de terra com a Bolívia.

Ao emergir nas peculiaridades da história acriana, percebe-se o quão necessário é o exercício de autocrítica proposto pelo feminismo de Joan Scott, tendo em vista que o repensar sobre o conhecimento produzido até então acaba por promover novas abordagens, sujeitos e diálogos com o universo pesquisado, sobretudo quando se pensa em história regional, que em sua grande maioria se destina a cumprir o papel de “cristalização” de uma memória local e, conseqüentemente, as construções identitárias com o espaço e sujeitos.

[...] essas mulheres estavam invisíveis para os historiadores tradicionais. É preciso desvendá-las, torná-las visíveis, quebrando o silêncio em relação à sua atuação, presença e contribuição na constituição da sociedade acreana, no “fazer-se dos seringais” na criação e recriação de modos de vida regionais. A abordagem do cotidiano, a redescoberta de papéis informais nos possibilita o desvendamento de processos sociais invisíveis. (CRUZ, 2010, p. 56).

Para Cruz (2010), o silêncio em relação ao trabalho das mulheres no processo de produção da borracha pode ser percebido na escassez de documentação deste período acerca da participação na extração gumífera e na sua própria existência. A autora também informa que em sua pesquisa de campo pôde perceber que estas mulheres também não conseguem visualizar a importância que tiveram na vida dos seringais, muitas mulheres ao serem entrevistadas, tinham como primeira reação o riso. O que nos permite discutir o poder que os

discursos e as condições de existência destes se dão não apenas em jogos de linguagem, eles se materializam nessas relações sociais: trabalho, família, sexual, amizade, entre outras. Contudo, não creio que apenas a inclusão de uma perspectiva feminista na escrita da história de determinado local seja capaz de promover uma ruptura com os saberes hegemônicos<sup>25</sup>, mas, creio sim, que o feminismo tem uma função singular neste processo que aliado à discussão de outros marcadores, acabam produzindo mudanças na matriz do conhecimento científico, promovendo um saber de cunho mais democrático. Partindo destas reflexões, torna-se salutar registrar a inquietação desta historiadora que, no Brasil, toma a frente em relação a tais desconstruções historiográficas:

[...] Concluía pela necessidade de uma forma de produção acadêmica que problematizasse as relações entre os sexos, mais do que produzisse análises a partir do privilegiamento do sujeito. Ao mesmo tempo, levantava polêmicas questões: existiria uma maneira feminina de fazer/escrever a história, radicalmente diferente da masculina? E, ainda, existiria uma memória especificamente feminina? (RAGO, 1998, p. 1).

Margareth Rago (1998)<sup>26</sup> traz este questionamento para dialogar com a reflexão que Michelle Perrot faz ao afirmar que o fato de termos uma historiografia escrita por mulheres não garante a existência de ruptura epistêmica do saber cartesiano e racionalista, uma vez que muitos estudos feitos por mulheres, e Michelle Perrot ainda se coloca como uma delas, estão baseados em metodologias fincadas no positivismo cartesiano. Ora, é possível então nos atentar, como afirma Rago, para a necessidade não apenas de “empurrar” a feminista intelectual para o cenário da corrida editorial, mas pensar, sobretudo, em uma iniciativa que promova o respeito entre gêneros, classes, etnias, sexualidades, credos e saberes.

---

<sup>25</sup> Margareth Rago afirma que seria até “ingênuo” achar que uma epistemologia feminista desconstrua toda uma estrutura cartesiana de se fazer ciência. A autora aposta em uma iniciativa mais modesta, lembrando da contribuição do feminismo para a construção de novos saberes, mas sem deixar de refletir acerca das limitações que este campo apresenta.

<sup>26</sup> Esta autora tem sido referência na pesquisa relacionada ao feminismo, anarquismo, prostituição, além de ser pioneira nos estudos foucaultianos no Brasil. Sua pesquisa sobre prostituição será discutida no capítulo seguinte de forma mais atenta a este universo.

### 3.2 GÊNERO: UM CONCEITO VIÁVEL PARA OS ESTUDOS DA COMUNICAÇÃO?

Este é um dos pontos mais sensíveis do eixo teórico sobre o qual circunda esta pesquisa. Voltemos agora para a primeira pergunta do primeiro capítulo: O que deve ser estudado pela comunicação? Seriam os fenômenos comunicacionais midiáticos? Qual tipo de fenômeno social pode ser estudado pela comunicação? Para estudar matérias que tratam de prostituição feminina, é realmente necessário discutir suas identidades?

A última pergunta parece-me a mais complexa de ser respondida, sobretudo porque tal pesquisa tem como exigência uma abordagem metodológica que se encaixe no campo da comunicação. Tentando ser bem didática e até superficial, cabe-me emitir uma reflexão básica que abrirá a porta para essa tentativa de estudo interdisciplinar, sem perder de vista o local de fala tanto da pesquisa quanto da própria pesquisadora: **não há possibilidade de analisar os jornais que tratam de prostituição feminina sem discutir a quem tem servido tais discursos e para isto é preciso compreender a construção social de suas identidades.**

Em uma obra que será analisada mais detalhadamente no próximo capítulo<sup>27</sup>, Aparecida Fonseca realiza uma pesquisa etnográfica em um centro de prostituição, contudo, antes de iniciar as análises complexas e que exigem reflexões para além de essencialismos e polaridades, a autora problematiza as construções da imagem da prostituta tentando romper com a lógica disciplinar e “civilizadora”. Veja:

Os estereótipos podem ser acionados para revelar traços nos grupos sociais que acabam por identificá-los como “diferentes” das condutas e comportamentos considerados normais. É claro que estas caricaturas, que são produzidas socialmente e culturalmente, acabam contaminando o coletivo ao qual se referem, gerando conflitos e ambivalências na auto-identificação. Em última instância, esta produção discursiva de caricaturas sedimenta e reforça o estigma a que estes grupos estão submetidos na relação com a sociedade. (MORAES, 1995, p. 31).

Para Aparecida Fonseca, existem dois fatores cruciais que promovem e influenciam a construção dos estereótipos acerca da prostituta e seu ofício: o fato de atuar em uma atividade que não é “aceita” como profissão “digna” para uma mulher e também pelos marcadores socioeconômicos. Compreendendo que o universo da prostituição envolve muito mais do que a negociação do sexo, a autora compreende que esta representação a partir da construção de

---

<sup>27</sup>MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da Vila**: prostituição, identidade social e movimento associativo. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

estereótipos se dá na sociedade como uma tentativa de organizar um sujeito tão “avesso” aos comportamentos femininos socialmente aceitos. Para a autora, os estereótipos construídos acerca da prostituta feminina servem para tentar unificar uma identidade deveras pulverizada e que se comporta como uma “aberração” social, e é uma tentativa de homogeneizar um coletivo complexo, repleto de peculiaridades relacionadas à atividade que praticam, bem como uma rejeição das diferenças sociais.

As relações entre gêneros foram estudadas de forma mais intensa pela sociologia, antropologia, história e pelas ciências humanas de uma forma mais geral. E a comunicação, tem produzido estudos sobre relações entre gêneros? E o jornalismo? Como ele tem reproduzido tais identidades? É possível utilizar o conceito de gênero como uma categoria analítica sem fugir do campo da comunicação?

Eis o desafio desta pesquisa:

Entendemos que o campo se desenvolve pelas tendências da pesquisa empírica, e não por decisões lógico-teóricas, a partir de constructos explicativos do próprio campo. Tais teorizações explicativas suporiam que o perfil do campo pertencesse à “natureza das coisas”, bastando então tentar desvendar essa natureza. Inversamente, consideramos que as práticas da pesquisa é que darão o direcionamento para o seu grau de sucesso, que pode ser variável. Isso não significa que se deva simplesmente assumir um laxismo epistemológico, de deixar acontecer para depois interpretar os caminhos percorridos – mas sim que as proposições apresentadas nesta agenda devem se submeter ao teste da observação crítica das pesquisas que lhe sejam aparentadas. Trata-se-ia de um trabalho *pragmático* – não no sentido de um “dever ser” aprioristicamente defendido, mas sim de busca, por tentativa-e-erro, voltada para construções que sobreviverão apenas na medida de sua eficácia metodológica para abrir perspectivas instigantes “produtividade metodológica” (BRAGA, 2004, p. 221).

No início desta pesquisa percebi que não seria possível analisar os discursos desses jornais sem problematizar os locais de fala de cada um deles. Logo que tive contato com estes, percebi que havia raras ou quase nenhuma matéria envolvendo prostituição masculina ou de travestis nas capas dos jornais, o que me levou a perceber o quão pejorativo, desvalorizado e até motivo de choque era a prostituição feminina na capital acriana. Recentemente, em processo de convívio com o universo da prostituição, consegui compreender que não poderia deixar de discutir as condições precárias em que estas mulheres comercializam o sexo: bares de madeira apodrecida com vários buracos no chão; a maioria dos homens que frequenta o lugar estão sujos, com odor não agradável, além de as condições de higiene destes locais serem bem complicadas. Tudo isso me levou a produzir uma pesquisa

que não deixasse estas impressões como algo sem importância, desprovidas de significados e como uma das causas que provavelmente possam influenciar na escrita que os jornalistas se referem às prostitutas. Não é que tal fato justifique a agressão simbólica do jornalismo, mas tal fato me leva a compreender o teor de desprezo com que os jornais se referem a estes sujeitos.

Assim como expõe Braga (2004), a pesquisa empírica tanto me promoveu erros em abordagens como também vários acertos. Um exemplo de “silenciamento” que eu estava fazendo inicialmente na pesquisa, era o fato de não deixar registrado que a grande maioria das moças entrevistadas era negra, moravam em bairros periféricos e muitas delas nasceram em seringais do interior do Estado. Por que hoje vejo que estes dados são relevantes? Creio que tal percepção possa ajudar a compreender os abismos existentes entre: rural x urbano; imigração interior → capital; mulheres de baixa renda e de pouca escolaridade; mulheres negras e suas relações de trabalho; o uso do corpo e do sexo como ferramenta de sobrevivência; além de me possibilitar a discussão das contradições dos discursos da modernidade.

Logo, estas percepções acabaram por me promover a discussão das relações entre gêneros como categoria fundamental para analisar o corpus desta pesquisa e ainda proporcionou adentrar em um universo epistemológico pouco navegado: discutir sobre como os meios de comunicação têm representado mulheres que realizam prostituição em um Estado praticamente “inexistente” no cenário político e econômico do governo brasileiro. Poucos pensadores/as dedicaram-se a problematizar tais temas **à luz do campo da comunicação**. Ana Carolina Escoteguy, professora do programa de pós-graduação em comunicação, tem sido um dos raros nomes de referência no desafio deste embate. Para a autora, o feminismo tem muito a contribuir com os estudos da comunicação. Veja:

O olhar feminista desafiou os estudos dos meios que até então vinham sendo feitos, em que apenas se valorizavam programas noticiosos e de caráter político, incluindo, então análises sobre telenovelas e outros gêneros considerados mais “femininos”. A família foi identificada como um importante espaço de apropriação de produtos culturais, abrindo caminho para investigações inovadoras sobre as conexões entre vida privada e pública. (ESCOTEGUY, 2005, p. 139).

Grande parte dos estudos sobre comunicação no Brasil está voltada para estudos envolvendo políticas partidárias e os jornais, relacionados à ética, liberdade de imprensa, a imprensa e as grandes narrativas históricas, estudos sobre o impacto da televisão, da internet e

as facetas do poder da imprensa. Percebe-se a ausência de estudos do tipo: vida de jornalistas narradas em primeira pessoa, com enfoque nas relações de gênero sobre as quais estas profissionais passaram; denúncia de como a mídia espetaculariza cenas de violência contra a mulher; problematizações acerca da mulher como um sujeito para além de seu potencial consumidor; análise de perfis femininos que rompam com os padrões hegemônicos de comportamento feminino via mídia, entre outros. O que se percebe em demasia é o que Escoteguy (2005) menciona:

[...] a impressão geral é de que a grande maioria das investigações toma a mulher e identifica uma variável de gênero, mas apenas como mais um indicador entre os índices socioeconômicos, de idade e de etnia (quando este último é incorporado). A condição feminina parece não ter sentido estrutural na articulação da sociedade, ou seja, não tem significado social concreto no nível da estruturação social, por isso não merece destaque no âmbito teórico, não é problematizada, nem tem densidade teórica. Até o momento, a leitura e análise de dissertações e teses brasileiras, realizadas dentro de programas de pós-graduação em comunicação na década de 1990, assim como a leitura de artigos e relatos de pesquisa em periódicos latino-americanos, revelam que não existe uma problematização das relações de gênero nos estudos culturais latino-americanos. (ESCOTEGUY, 2005, p. 144-145).

Este fato apontado pela autora é perceptível nesse momento de busca por referenciais teóricos ou algum estudo que utilize o conceito de gênero como categoria analítica para o campo da comunicação. Percebe-se um desprezo por esta temática, tendo em vista que a grande maioria das pesquisas envolvendo mulher não problematiza o conceito de gênero, grande parte refere-se a: revistas femininas, novelas e a padronização do comportamento feminino, a mulher e o corpo na propaganda, entre outros. O enfoque é sempre voltado para a mulher que precisa consumir padrões, sejam eles de comportamento como de alcance do corpo perfeito. O que acaba colocando os temas que discutem “mulher” como temas superficiais ou menos importantes que os demais temas discutidos pela comunicação, mesmo quando tais pesquisas estão criticando a lógica imperativa do discurso midiático. A autora enfatiza a necessidade dos estudos latino-americanos de comunicação repensarem suas abordagens em pesquisas que se propõem “investigar” a representação da mulher pelos meios de comunicação, tendo em vista a utilização da categoria “mulher” apenas como um dos perfis que contribuem para discutir, de fato, os formatos comunicacionais midiáticos: estudos da mulher na televisão e na internet acabam se tornando bem mais



estudos sobre o veículo do que sobre o papel feminino no espaço público e sequer são problematizadas tais representações.

A autora discute ainda que as questões sobre identidade, que na maioria das vezes são vistas apenas como resultado das relações de classe e geracional, passam agora a ser vistas sob ângulos até então ignorados pelos estudos da comunicação. A autora, mesmo apontando tais críticas, aposta na contribuição significativa que o conceito de gênero, enquanto categoria analítica, tem a oferecer aos estudos da comunicação e ainda enxerga como fundamental a ruptura epistemológica que o feminismo propõe para os rumos da ciência, sobretudo para a comunicação, que possui seu campo ainda indefinido e aberto para o diálogo com as demais ciências. Há, nitidamente, uma necessidade de construção de estudos da comunicação no cenário latino-americano que deem suporte para as discussões e problematizações acerca do uso da “categoria mulher”, vinculada às suas variadas representações produzidas pelo discurso midiático.

As teóricas feministas atualizaram os estudos culturais ao trazerem o gênero como categoria a ser analisada e ao politizarem o domínio privado. Os estudos de gênero e mídia inspirados por essa corrente e pela tradição pós-estruturalista desvelaram como as noções de poder estão incrustadas nas relações de gênero e como os meios de comunicação e o público atuam na negociação desses sentidos. (SARMENTO, 2013, p. 6).

Ora, é possível pensarmos a atuação da mulher prostituta fora do espaço privado? Não seria a prostituta tão apedrejada por ser considerada uma “mulher pública” ou “mulher da vida”? Michelle Perrot (2010) afirma que Hegel falava de vocação natural dos dois sexos, para o filósofo alemão, ao homem cabia o trabalho e a coisa pública, já à mulher cabia o oposto, o interior e a piedade. Perrot vai fazer uma discussão sobre como a lógica racionalista de Hegel e Descartes definiram que a mulher não possuía racionalidade e agiam conforme os instintos de seu pensamento. Foucault (1984) vai problematizar tais princípios “civilizatórios” tão defendidos pelos gregos desde o período clássico, sobretudo nos manuais de comportamento produzidos por Artemidoro em que ele exorta os habitantes gregos a prezarem pela temperança e não se deixarem agir pelo instinto como fazem as mulheres. Foucault discute na trilogia da história da sexualidade o conceito de disciplinarização dos corpos, associado aos conceitos de dispositivo, poder, subjetivações a partir do uso do corpo, o que acaba fazendo-o um nome de referência para se discutir pesquisas que buscaram romper com a proposta científica racionalista.

Logo, a discussão proposta tanto por Escoteguy (2005) quanto por Sarmiento (2013) faz total sentido quando pensamos nas contribuições que o feminismo, bem como sua epistemologia, tem a ofertar aos estudos da comunicação, sobretudo quando a maioria das pesquisas que utilizam a categoria mulher se limita a descrevê-la como cuidadora da harmonia do lar, do sujeito que dá sentido à ideia de família e, todavia, conotam atenção a este grupo por enxergá-las com grande potencial consumidor. Rayza Sarmiento discute tal questão ao citar os estudos de Buitoni (1990) como narrativas sobre a imprensa feminina, que não problematiza a condição da mulher no cenário social, em outras palavras, Buitoni não encontra uma discussão que promova o empoderamento de mulheres a partir de seus estudos.

Há ainda dentro da perspectiva feminista proposta por Joan Scott (1995) um apelo a repensar a ciência a partir de novos patamares, a autora aposta que gênero precisa ser pensado por algo parecido com a desconstrução de Derrida, ou seja, há que se colocarem em cheque as pesquisas feministas, realizando o exercício da autocrítica – desconstrução seria a processo de tirar do trono categorias e metodologias cristalizadas no universo acadêmico que influenciam direta ou indiretamente nas relações de gênero.

Déconstruire l'opposition, c'est d'abord, à un moment donné, renverser la hiérarchie. Négliger cette phase de renversement, c'est oublier la structure conflictuelle et subordonnante de l'opposition. C'est donc passer trop vite, sans garder aucune prise sur l'opposition antérieure, à une neutralisation qui, pratiquement, laisserait le champ antérieur en l'état, se priverait de tout moyen d'y intervenir effectivement. On sait quels ont toujours été les effets pratiques (en particulier politiques) des passages sautant immédiatement au-delà des oppositions, et des protestations dans la simple forme du ni/ni. Quand je dis que cette phase est nécessaire, le mot de phase n'est peut-être pas le plus rigoureux. Il ne s'agit pas ici d'une phase chronologique, d'un moment donné ou d'une page qu'on pourrait un jour tourner pour passer simplement à autre chose. La nécessité de cette phase est structurelle et elle est donc celle d'une analyse interminable: la hiérarchie de l'oppositions duelle se reconstitue toujours. A la différence des auteurs dont on sait que la mort n'attend pas le décès, le moment du renversement n'est jamais un temps mort<sup>28</sup>. (DERRIDA, 1972, p. 57).

---

<sup>28</sup> Desconstruir a oposição, em primeiro lugar, em algum momento, reverter a hierarquia. Negligenciar esta fase de tombamento é esquecer a estrutura conflitiva e subordinar de oposição. Isso vai muito rapidamente, sem manter qualquer decisão sobre a oposição anterior a uma neutralização praticamente deixar o campo mais cedo no estado, seria destituído de qualquer maneira de realmente intervir. Nós sabemos o que tem sido sempre os efeitos práticos (principalmente políticos) passagens imediatamente saltar para além das oposições e de protestos em sua forma simples. Quando eu digo que esta fase é necessário, a fase de palavra não é, talvez, o mais rigorosos. Não se trata aqui de uma fase de tempo de um ponto ou uma página que pode um dia voltar para simplesmente seguir em frente. A necessidade desta fase é estrutural e, portanto, é uma análise de muito tempo: a hierarquia das oposições duais sempre restaura. Ao contrário de autores conhecidos, que a morte não espera a morte, o momento da reversão nunca é um tempo. (DERRIDA, 1972, p. 57, tradução nossa).

A contribuição de Michel Foucault através de seus estudos sobre os micro-poderes e feixes de poder, bem como a influência que este autor deixou em Jacques Derrida, não pode passar como algo irrelevante. Há nestes dois autores um espírito de ruptura com os postulados da modernidade que sem dúvida influenciaram feministas não só na Europa, mas, com a amplitude da propagação de uma mensagem de empoderamento, as ideias de Foucault e Derrida ganharam dimensões em todo o globo. A lógica proposta por Derrida na desconstrução de saberes acabou influenciando feministas latino-americanas (Glória Anzáldua, Margareth Rago, entre outras). A ideia da desconstrução também é debatida entre estes dois autores que foram traduzidos no Brasil com o título **Há três tempos da história da loucura**, em que reuniu-se dois textos de Derrida e um de Foucault problematizando a “bagunça” teórica que Michel Foucault havia produzido com a publicação da **História da Loucura**. Neste debate, os dois autores não apenas realizam o diálogo acadêmico em confronto, como também discutem o princípio “desconstrutivo” que influenciou Foucault na sua primeira grande obra. Como um bom orientando, Derrida (2001) supera seu mestre ao afirmar que Foucault em **História da Loucura** acaba repetindo as práticas do historiador por ter sistematizado ou arqueologizado/escamoteado os usos da loucura. Derrida, com a ânsia do orientando que supera o mestre, acusa Foucault de ser estruturalista e por não ter reconhecido a contribuição de Freud como sendo referência para pensar a psicanálise e ajudado a construir críticas do discurso médico-científico instrumental. A organização dos três textos produzida pela coleção Conexões da editora Dumara materializa de forma metalinguística o conceito de desconstrução proposto por Derrida no livro **Positions** (1972).

O conceito de desconstrução acaba por servir de estímulo para o movimento feminista, sobretudo referente ao local de fala de mulheres negras, lésbicas e terceiro mundistas por trazer uma mensagem que desorganiza a ordem, reconstrói saberes sem nenhum tipo de método único e muito menos soluções para os problemas sociais:

[...] dando ênfase à importância da singularidade do ato de leitura e as suas trocas com o texto lido, a desconstrução dificilmente poderia ser tomada como ponto de apoio para o estabelecimento de um método de análise e nem ao menos tomada como nome próprio do sistema de pensamento de um autor. (SISCAR, 2013, p. 21).

Pensar o feminismo como categoria analítica para os estudos da comunicação é compreender a necessidade que este campo do saber tem de se repensar, de avaliar a lógica da

“superprodução”, tão influenciada pela práxis jornalística, e começar a compreender a necessidade que toda ciência tem de se autoavaliar. Como aponta Marcos Siscar (2013), a proposta de Derrida é justamente a de desmoronamento de categorias analíticas fixas, cristalizadas e que dificilmente se abrem ao diálogo e que quase nunca se permitem críticas, quiçá praticam o nobre exercício da autocrítica. É necessário ainda que não percamos de vista que o conceito de gênero deve proporcionar rupturas no cerne de uma ciência normativa, excludente e que padroniza comportamentos. Portanto, tem-se que: “gênero é um lugar perpétuo para a contestação política, um dos locais para a implantação do conhecimento pelos interesses do poder” (SCOTT, 2012, p. 346). A contribuição dos estudos de Joan Scott possibilitou uma desorganização dos quadros de um feminismo que entendia gênero a partir do binarismo entre os sexos. Para Ana Carolina Soares (2010), torna-se fundamental o reconhecimento de Scott:

[...] a categoria de gênero definida por Joan Scott possibilitou o estabelecimento da desnaturalização das atitudes e comportamentos dos sexos, evidenciando as construções sociais que se fizeram ao longo da história definindo os papéis sociais e os espaços permitidos e proibidos de atuação dos homens e mulheres. Com isso, os lugares sociais do “homem” e da “mulher” podem ser entendidos como um jogo histórico, construído de permissões e cerceamentos, feito aos seres humanos baseado na divisão dos sexos. (SOARES, 2010, p. 11).

Ana Carolina Eiras utiliza o conceito de gênero para analisar a literatura de José de Alencar em uma pesquisa interdisciplinar que busca compreender as relações de poder na escrita do romancista brasileiro, conhecido pelas narrativas que idealizavam a figura feminina. Soares (2010) discute como o conceito de gênero pode ser útil para pensarmos a construção das narrativas históricas e literárias a partir das representações das relações de gêneros nestes contextos. A proposta da autora é de que há uma necessidade em historicizar a literatura, sobretudo para problematizar questões referentes a relações entre gêneros, que são fundamentais para repensar a construção da historiografia brasileira. Inspirada em pesquisas como estas, penso que gênero torna-se uma categoria válida para pensar não apenas os processos midiáticos, mas promove ainda uma reflexão crítica acerca dos estudos da comunicação, bem como suas relações de interface com outras esferas do saber.

Os estudos de comunicação no Brasil são recentes. As pesquisas de comunicação que envolvem a categoria gênero são mais recentes e a sua escassez revela o desprezo não apenas pela categoria, mas, sobretudo, referente à condição política da comunicação neste país: ela

não foi feita e nem pensada para desconstruir a lógica do patriarcado e nem da heteronormatividade. Das poucas pesquisas que foram surgindo na década de 1970, grande parte tem como foco a **mensagem**, o que acaba por desprezar a representação problematizada do universo feminino no processo comunicacional midiaticizado:

No Brasil, esse tipo de pesquisa, concentrada na mensagem, é também realizada, como podemos verificar no mapeamento que fizemos das teses e dissertações produzidas entre 1892-1996, embora não alcance nenhuma relevância na produção do período. Das 754 teses e dissertações produzidas, apenas doze foram classificadas como estudos de gênero e comunicação. Cinco priorizaram tal temática na mídia impressa e quatro na mídia audiovisual, sendo que as outras três, por não terem nenhum meio de comunicação como base, foram classificadas como outros. O foco predominante do período (1992-1996) é a mensagem, seja no que diz respeito à mídia impressa ou audiovisual. No entanto, observamos dois vieses: um primeiro relacionado ao âmbito da produção, ou seja, na singularidade da produção feminina e um segundo na produção para o público feminino. (ESCOTEGUY; MESSA, 2008, p. 16).

As pesquisas envolvendo estudos sobre a mulher, bem como seu advento no mercado profissional, são extensas, contudo, pesquisas envolvendo problematizações acerca da mulher a partir das relações entre gêneros, pautadas em denúncias contra os crimes referentes não só à violência física, mas, principalmente a simbólica, ainda são restritos no cenário acadêmico brasileiro. As mulheres continuam sendo os maiores alvos de assédio moral em ambientes públicos e privados de trabalho, permanecem também com os cargos de status social inferior aos homens e sem falar na discriminação destes sujeitos em determinadas áreas profissionais: construção e engenharia civil, sistemas de informação, gestão pública, no universo científico, em atividades que exigem o uso de força física em demasia, entre outros.

Outro ponto ainda que merece ser destacado é que grande parte dos estudos que tem como objeto/sujeito de pesquisa a categoria “mulher ou gênero” utilizam os meios de comunicação somente como fontes de pesquisa e não problematizam o universo epistemológico do campo da comunicação. Confesso que este tem sido um dos meus “tormentos” durante esta pesquisa, sobretudo porque a maioria das pesquisas é produzida por pesquisadores de outras áreas das ciências humanas, o que proporciona uma concentração de pesquisas envolvendo os meios de comunicação apenas com o “olhar” ou sob égide de categorias de pensamento de ciências mais consolidadas: sociologia, antropologia, história, geografia, filosofia, entre outras.

A pesquisa de Ana Escoteguy e Márcia Messa (2008,) além de produzir dados preciosos para as pesquisadoras de comunicação e gênero, traz para o debate as dificuldades que o campo da comunicação tem enfrentado em um contexto latino-americano. A característica de “outros” presente nos registros dos resumos de teses e dissertações no Brasil para nomear pesquisas incluindo gênero e comunicação sem analisar nenhum veículo midiático, remete-se justamente a falta de autonomia e solidez teórica desta área de estudo. Aqui se volta novamente à indagação feita no início desta pesquisa: O que é ou que pode ser considerado objeto comunicacional? Caso esta pesquisa analisasse apenas as entrevistas com as prostitutas, elas poderiam ser utilizadas em um estudo sobre comunicação? Questões que parecem um pouco óbvias, mas não são tão óbvias assim tendo em vista que por muito tempo as pesquisas em comunicação só eram produzidas a partir de estudos que escamoteavam as características dos produtos midiáticos, bem como a de suas mensagens.

Parece-me essencial que se discuta na pesquisa o seguinte aspecto: os estudos envolvendo “gênero” e comunicação em sua grande maioria estão relacionados à categoria “mulher”, sua atuação enquanto profissional da mídia e seu “instinto” consumista representado nas clássicas revistas femininas. Dois exemplos de pesquisas como estas podem ser visualizadas em pesquisas produzidas sobre a imprensa feminina<sup>29</sup> em determinados períodos históricos e estudos que analisam as propagandas contidas em revistas<sup>30</sup> como Cláudia, Capricho, Ana Maria Braga, entre outras. O fato é que há uma tendência nos últimos dez anos em produzir pesquisas envolvendo mulher, mídia e consumo, contudo, grande parte destas pesquisas compreende a “cidadania feminina”, se é que dá para se falar nestes termos, a partir de análises das mensagens midiáticas e sua influência na lógica do consumo. Parece-nos que inserir a mulher nas pesquisas científicas tem o viés de querer identificar o perfil do maior público consumidor no Brasil. Todavia, este tipo de pesquisa atende a uma demanda que considero necessária de ser compreendida pela sociedade, até porque o consumo faz parte da cultura moderna, como aponta Bauman (1999): o consumo é a condição básica de existência dos “turistas” no século XXI. O problema está na existência excessiva deste tipo de pesquisa, enquanto pesquisas que compreendam o gênero como categoria analítica para os estudos da comunicação são raras. Pesquisas sobre o movimento feminista, sobre o impacto

---

<sup>29</sup> O livro *Mulher de papel* é um dos clássicos exemplos de pesquisas que se destinaram a escamotear o universo particular de mulheres jornalistas. Ver: BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

<sup>30</sup> Ver: SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

da mídia em uma cultura do espetáculo e do consumo, também já viraram “moda” no cenário acadêmico e editorial. Porém, grande parte destas pesquisas utilizam a mídia meramente como fonte de pesquisa e suas análises são feitas à luz de conceitos essencialmente de outras áreas do saber, estas acabam priorizando saberes de outros campos das ciências sociais, o que torna o campo da comunicação cada vez mais “frágil” enquanto ciência capaz de compreender as vicissitudes humanas da vida em sociedade.

Creio que a contribuição que esta pesquisa tem a proporcionar ao campo da comunicação em interface com outras áreas de saber está no fato de que sua estrutura empírica tem o foco no discurso jornalístico e nos sujeitos que são representados. Além de promover um debate sobre o processo comunicacional não fixado no escamoteamento das mensagens, mas permite uma análise sobre a recepção destes discursos. Tal fato pode ser percebido no último capítulo, onde busco dialogar com o discurso jornalístico e as vozes silenciadas muitas vezes por esta instituição que se tornou um dos dispositivos mais eficazes de propagação do discurso modernizante e civilizador.

Parece-me, ainda, que a pesquisa em questão também tende a contribuir com a ruptura de saberes construídos sobre as mulheres no Brasil:

É interessante apontar que o subconjunto (1992-1996) de estudos sobre gênero e comunicação comentados acima, foi produzido, em sua totalidade, na região Sudeste, principalmente no eixo Rio-São Paulo, sendo a UFRJ a universidade de maior reincidência na temática – cinco trabalhos. Do ponto de vista da abordagem, como já foi dito anteriormente, a mensagem - em especial estereótipos da mulher nos meios – está em evidência, embora matizada por um olhar sobre a produção. (ESCOTEGUY; MESSA, 2008, p. 16).

Neste momento, creio que a seguinte indagação torna-se pertinente: onde estão as pesquisas sobre gênero e comunicação produzidas por e sobre mulheres da/na Amazônia? E mais complicado ainda: onde estão as pesquisas de comunicação que utilizam o conceito de gênero como categoria analítica referentes a estes perfis? O silêncio que paira nesse cenário se dá em congruência com o isolamento histórico, cultural, político, econômico e educacional com que o Brasil tem legitimado, sobretudo na região Norte. Lilian Reichert Coelho, professora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), campus Vilhena, constitui-se um dos raros nomes de pesquisadora de comunicação e gênero na região Norte, fato que legitima a lógica de exclusão não só dos aspectos econômicos que esta região sofre, mas ainda o isolamento cultural. Mulheres na Amazônia? Mulheres que pesquisam comunicação das relações entre

gêneros na Amazônia? Parece-me que há muito que se discutir sobre os silenciamentos destes sujeitos na construção de saberes comunicacionais sobre as Amazônias no meio de tantos Brasis.

Ora, não se pode perder de vista que discutir a representação de prostitutas em jornais acrianos não é a mesma coisa que discutir a representação destes sujeitos em jornais europeus, norte-americanos e até mesmo das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Há que se ter em vista que os jornais acrianos e as prostitutas que estão sendo divulgadas neles possuem locais de fala específicos, situados, contextualizados e corporificados como aponta Donna Haraway (1995). Estes locais de fala não só representam o olhar de jornais construídos sob égide de um discurso colonizado, mas também colonizador, assim como as vozes dessas prostitutas também não se limitam a depoimentos de mulheres “vítimas” e “vitimadas” pelo contexto da prostituição. Há neste último caso um misto de culpa e direito de escolha da atividade que realiza para a obtenção de dinheiro. Perceba o caso de Carolina<sup>31</sup>:

Ah cara, na bebedeira né, todo mundo dançando... Então a gente na cachaça, tudo é divertido. Assim, a gente acostuma, acostuma a ganhar dinheiro. É fácil, acostuma. É... é fácil por um ponto entendeu? Assim, mas pelo outro, ter que tá com uma pessoa que você nunca conheceu, saber que você vai transar ali com aquela pessoa que você viu naquele momento, é complicado. Eu venho aqui é por necessidade.

Compreender as contradições discursivas presentes no recorte da entrevista feita com Carolina requer que não se perca de vista que a pensão/bar em que se deu este diálogo era localizada em uma parte estratégica do centro de Rio Branco: ao lado do mercado dos colonos e de frente para a ponte que divide a cidade em 1º e 2º distritos. Também não se pode perder de vista que tal moça era negra, cabelos cacheados, estava aparentemente suada, com a voz agitada e no decorrer da entrevista foi demonstrando certa alegria por compartilhar momentos de seu cotidiano da atividade que realiza desde os 15 anos. Ser prostituta no Acre é, sobretudo, relembrar que toda a história deste espaço foi marcada pela vinda destes sujeitos

---

<sup>31</sup>Este é um dos casos que pude acompanhar de forma mais íntima, pois a conheci em 2012 no primeiro Bar/pensão pesquisado e em 2013 consegui reencontrá-la em alguns pontos de prostituição que existiam até novembro deste mesmo ano nos fundos do Mercado Elias Mansour. Entrevista concedida por MARIA, Rosa. Entrevista I. [Julho. 2012]. Entrevistador: Pollyana Dourado dos Santos. Rio Branco, 2013. A entrevista na íntegra encontra-se gravada em áudio no CD-Rom desta dissertação.



no início do século XX para “brindar” os seringueiros nordestinos que fugiam da seca e acabaram no calor acriano e vivem carentes em busca de aconchego feminino<sup>32</sup>.

Uma pesquisa que também possui características semelhantes a esta é a da professora da Unir, Lilian Coelho: ao analisar o discurso dos telejornais rondonienses no dia 08 de março de 2011, a autora visualizou a necessidade que sua pesquisa tinha de compreender os locais de fala destes jornais a partir das relações de poder em que eles estão inseridos, bem como a necessidade de compreender como tais veículos compreendem as relações entre gêneros na Amazônia rondoniense.

Sobre a questão em tela neste trabalho, defende-se que qualquer mirada orientada para a denúncia da naturalização do que é “ser mulher” na sociedade brasileira contemporânea deve, de acordo com Butler (1998), “mobilizar os significantes a serviço de uma produção alternativa”, deslindando os atos constitutivos e, por que não dizer, discursivos, que conferem estatuto ontológico positivo aos estereótipos, isto é, a certa “aderência forçada” entre referentes e significados. A ideia é “descolonizar a representação, isto é, problematizar a legitimidade da representação (estética e política), ao interrogar aos sistemas de poder que autorizam certas representações, enquanto outras são obstaculizadas, proibidas ou invalidadas” (cf. Preciado, 2007). Infelizmente, não é a denúncia ou a proposta de alternativas ao senso comum que permeia o discurso dos telejornais de Rondônia mas, justamente, o contrário: mera reprodução do androcentrismo da mídia e da cultura locais. (CONDE; COELHO, 2014, p. 15).

As autoras Evelyn Conde e Lilian Coelho compreendem a importância da utilização do uso do conceito de gênero como categoria válida para os estudos da comunicação e visualizam a importância que tais pesquisas exercem na tentativa de desconstruir as políticas representacionais dicotômicas, essencialistas e padronizadoras existentes nos discursos jornalísticos rondonienses. Neste aspecto, a pesquisa das autoras em muito se assemelha a esta: os jornais analisados não só legitimam a lógica do patriarcado como também estão carregados de enunciados exortando as moças acrianas sobre o quão “nojento” e “impuro” é a prostituição. Tal fato pode ser percebido com maior detalhe no último capítulo desta produção.

---

<sup>32</sup>Ver: WOLF (1999, p. 82).

O gênero é uma posição social relativa que não está construído sobre a categoria natural de “sexo”. O conceito emerge de feministas acadêmicas anglo-saxãs, justamente num momento de crise do paradigma científico vigente, momento de transição para narrativas literárias a partir, especialmente, do “des-disciplinamento” culturalista das ciências sociais, do declínio dos paradigmas, com abandono da pretensão de cientificidade – pelo menos nos termos clássicos. O saber sobre a literatura passa a ser o paradigma das ciências sociais, daí o uso de termos como “discurso”, “texto”, “narrativa” para referir-se e refletir-se sobre o mundo. Soma-se a isto o projeto des-hierarquizante e des-construtivista de Derrida com a crítica aos binarismos: texto/contexto; ficção/realidade; real/imaginário. (MONTORO, 2009, p. 4).

Não são poucas as produções midiáticas que reproduzem os estigmas da prostituição e de seus atores. Cidade Baixa, Uma linda mulher, O céu de Suely, todos são filmes que apresentam a prostituta e seu ofício como protagonistas da trama cinematográfica. Porém, há poucos estudos sobre a necessidade de categorizar o gênero para pensar as construções midiáticas. Neste sentido, penso que gênero e suas multi abordagens servem não apenas para repensarmos tais representações, mas quais são seus públicos consumidores e o que os motivam a tais produções. Prendo-me a uma breve reflexão sobre o filme Cidade Baixa (2005), dirigido por Sérgio Machado, produzido por Maurício Ramos e Walter Salles, por compreender a urgência de problematizar o conceito de gênero para pensarmos os estudos da comunicação.

O filme aponta para uma discussão em torno de vários problemas sociais muito presentes em cidades litorâneas do Brasil: o estrangeiro que enxerga tal país como um local que possui um mercado sexual atraente e de garantia da “libertinagem”. Cidade Baixa expõe vários estereótipos construídos acerca da mulher brasileira, sobretudo o da prostituta que atua em cidades litorâneas: junto com a beleza das praias, da vegetação e do clima tropical quente/úmido, ela faz jus ao discurso do viajante naturalista (GONDIM, 2009). O Brasil como local em que os “selvagens” vivem em plena libertinagem, onde as mulheres são vistas como um conjunto hiperbolizado de pernas e nádegas, sambando todos os dias pelas ruas. A narrativa nuclear do filme dá-se a partir do triângulo amoroso entre uma prostituta (Alice Braga) e seus dois amigos (Lázaro Ramos e Wagner Moura). O enredo principal gira em torno deste romance, todavia o diretor não se perde apenas em uma narrativa romantizada do melodrama, ele consegue associar todos os problemas do cotidiano da vida de uma prostituta: tanto os problemas sociais que ela enfrenta (aborto, dependência do álcool e drogas, o

narcotráfico, as relações de exploração, o processo de resistência<sup>33</sup>), quanto os momentos de diversão e envolvimento amoroso que, porventura, ocorram com seus clientes.

Karina conhece os amigos Deco e Naldinho ao pedir carona a eles. A resposta que os dois amigos lhe dão é a de que a levariam em troca de um “faz tudo”<sup>34</sup>. A garota negocia o tipo de sexo e o valor a ser cobrado e o filme ganha seu percurso. A trama se dá porque os dois amigos não apenas transam com Karina, mas também se apaixonam. O diretor de Cidade Baixa soube expor uma narrativa plural sobre o universo da prostituição no Brasil: rompeu com as narrativas que consideram as prostitutas como sujeitos sem escrúpulos, que só pensam em dinheiro; mostrou que antes de serem prostitutas, elas são mulheres que lutam por sobrevivência e também se envolvem com os clientes, ou seja, o diretor rompeu com a ideia da prostituição como um mero comércio sexual; mostrou todo o cenário que envolve o cotidiano da prostituição no Brasil: drogas, alcoolismo, tráfico, roubo, aborto, entre outros aspectos. Além de crítica social, o diretor conseguiu produzir um discurso do universo da prostituição que deu conta de romper com a versão da prostituta enquanto vítima das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que mostrou todas as dificuldades desta atividade, o que acabou deslegitimando o discurso de que a prostituta ganha um “dinheiro fácil”.

A partir desta breve reflexão sobre o filme em questão, convém pensarmos sobre como o cinema tem produzido imagens acerca de sujeitos que foram historicamente excluídos dos “processos civilizatórios”<sup>35</sup>, assim como foram silenciados pela memória oficial.

Muitos grupos oprimidos usaram o “realismo progressista” para desmascarar e combater as representações hegemônicas, contrapondo aos discursos reificadores da sociedade patriarcal e do colonialismo uma visão de si mesmos e de sua realidade da perspectiva “de dentro”. Mas se essa intenção merece elogios, ela nem sempre está livre de problemas. A “realidade” não é evidente e a “verdade” não é imediatamente apreendida pela câmera. Deve-se distinguir, portanto, entre o realismo como um objetivo – o “desmascaramento das redes de relações causais” de Bretch – e o realismo como um estilo ou constelação de estratégias que têm o objetivo de produzir um “efeito de realidade” ilusionista. O realismo como objetivo é

<sup>33</sup>Há uma cena no filme em que um grupo de prostitutas é levado para um barco de turistas estrangeiros. Assim que as moças chegam, a protagonista do filme (Alice Braga) finge estar morrendo ao ingerir, escondida, um comprimido de sal de andreos. Os estrangeiros que estavam cheirando cocaína assustaram-se ao ver a moça desmaiando com a boca espumando e deram uma boa grana para as moças deixarem o barco com a garota que estava quase “morrendo”. Nesta cena o diretor mostra como se dá o cotidiano da prostituição brasileira em cidades turísticas e as formas/meandros que as prostitutas utilizam para ganharem um pouco a mais e não ter que cumprir com o acordo feito com clientes estrangeiros.

<sup>34</sup>Um dos termos bastante utilizados no universo da prostituição referindo-se ao contrato sexual envolvendo sexo oral, anal e penetração vaginal.

<sup>35</sup> Sobre este conceito: WOLF, Francis. Quem é civilizado e quem é bárbaro. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Civilização e Barbárie**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

perfeitamente compatível com um estilo que seja reflexivo. (STAM; STAM, 2006, p. 264).

Os filmes, mesmo que trazendo uma abordagem de uma realidade que não está presente na historiografia oficial e nem nos meios de comunicação de massa, não são a realidade. O filme, assim como toda linguagem, deve ser pensado enquanto discurso. Neste sentido, cabe pensarmos ainda que, como discurso, o cinema possui locais de fala e atende à necessidade de lógicas de poder em que tal produção é executada. Portanto, a produção cinematográfica mesmo que aponte pensar sujeitos historicamente excluídos como dignos e portadores de trajetórias de vida que servem para pensar o conhecimento histórico, ele não pode ser pensado fora de uma arquitetura de poderes. Mesmo tendo a ideia de desconstrução e a busca pelo empoderamento de sujeitos subalternizados, ele não pode ser pensado como uma narrativa “inocente”, “neutra”, ou como “verdade dos fatos”, ele precisa ser pensado como representações de determinada realidade, cujo tempo, espaço e dramatização<sup>36</sup> são específicos a tal narrativa. Portanto, também se utiliza de recursos persuasivos, atrativos e que garantam o sucesso nas bilheterias.

Ora, tais representações sociais precisam ser problematizadas, assim como os discursos jornalísticos, porque elas talvez tenham algo a nos dizer quando descobrimos que o número de mulheres que registraram ocorrência junto à Delegacia de Atendimento Especializado a Mulher – DEAM em 2012 foi de 2.980 mil mulheres<sup>37</sup>, como podem ser percebidos nos gráficos abaixo.

---

<sup>36</sup>Os recursos apelativos utilizado pelo diretor para prender a atenção do receptor, podem ser percebidos no excesso de cenas de sexo, envolvendo narrativas de atração amorosa e sensual; além de várias cenas de violência física, exibição excessiva e chocante da pobreza vivida pelos habitantes da Bahia (é uma Bahia bem diferente da que a TV mostra em épocas de carnaval); cenas excessivas de disputa por Karina que colocam a mulher como símbolo do troféu do “macho-alfa”.

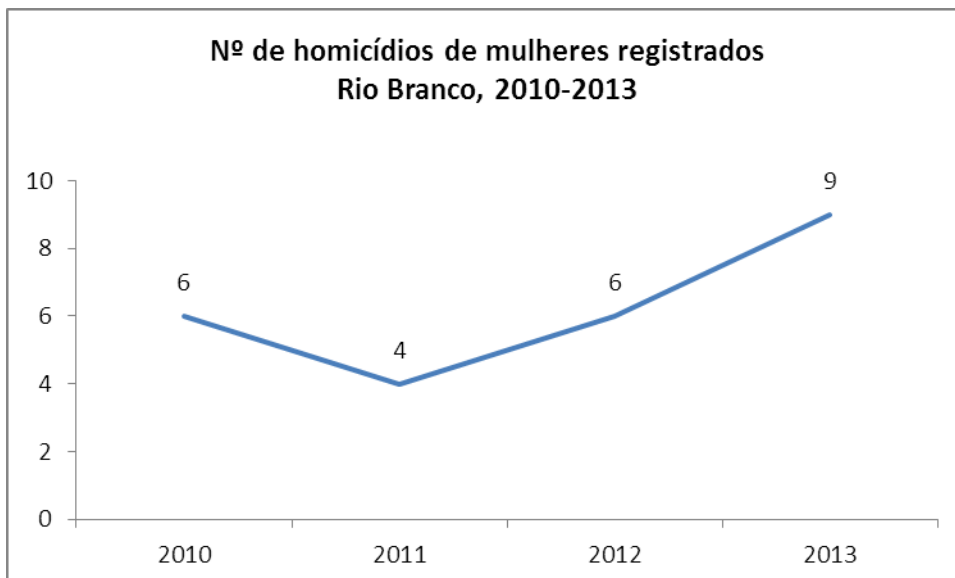
<sup>37</sup>Estes dados podem ser verificados em Silva (2012, p. 23).

**Gráfico 01** – Número de vítimas de homicídios consumados e lesões corporais que resultaram em morte no estado do Acre entre 2007-2013



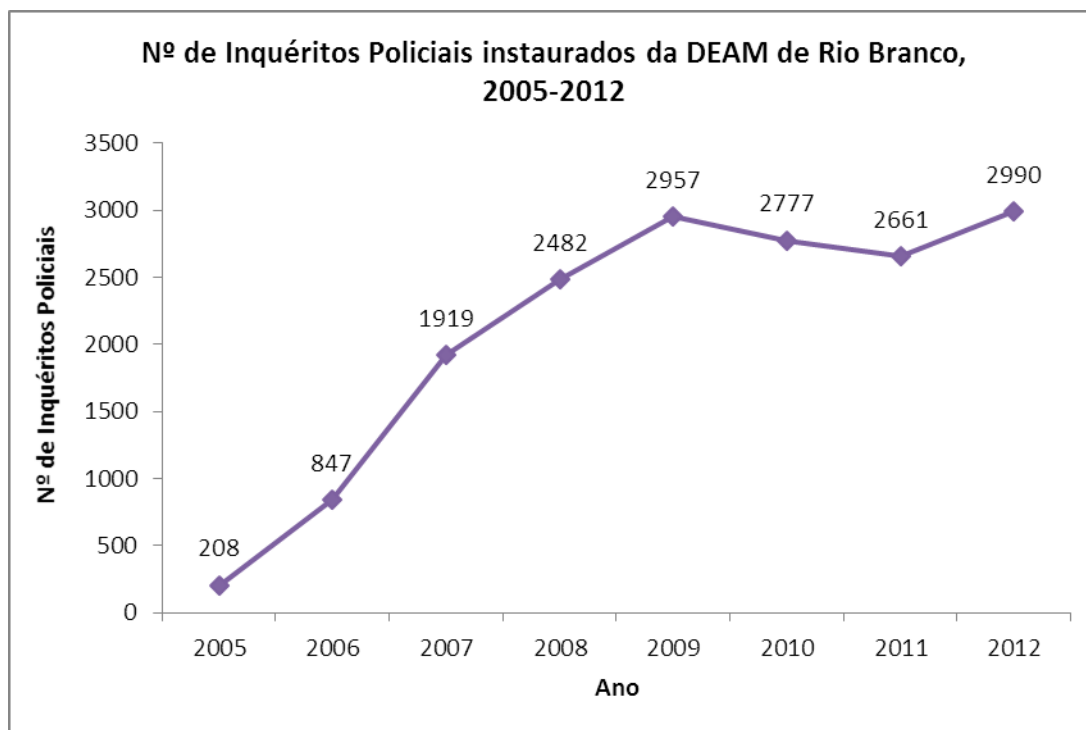
Fonte: Secretaria de Segurança Pública-SESP (2013).

**Gráfico 02** – Número de homicídios de mulheres registrados em Rio Branco entre 2010-2013



Fonte: DEAM Rio Branco (2013).

**Gráfico 03** – Número de inquéritos policiais instaurados da DEAM de Rio Branco entre 2005-2012



Fonte: DEAM Rio Branco (2013).

Este número revela a importância em problematizar a condição da mulher na sociedade brasileira e acriana. Há que se discutir ainda que mesmo com a existência de uma lei rigorosa como a Maria da Penha<sup>38</sup> e com várias políticas públicas voltadas ao atendimento às mulheres vítimas de violência, este problema ainda persiste. Ora, tal situação revela que o problema da violência contra a mulher não se resume apenas a um problema jurídico, econômico e nem tão pouco de iniciativa da gestão pública. Há aqui uma cultura da violência contra a mulher que após a vigência da lei passa a procurar mais seus direitos e os registros acima revelam isto, sem deixar de ter em vista que tanto o poder executivo quanto o legislativo mesmo com todos os projetos e programas de proteção feminina permanece.

<sup>38</sup>De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada tem-se: Estudo do Ipea avaliou o impacto da Lei Maria da Penha sobre a mortalidade de mulheres por agressões, por meio de estudo de séries temporais.5 Constatou-se que não houve impacto, ou seja, não houve redução das taxas anuais de mortalidade, comparando-se os períodos antes e depois da vigência da Lei. As taxas de mortalidade por 100 mil mulheres foram 5,28 no período 2001-2006(antes) e 5,22 em 2007-2011 (depois). Observou-se sutil decréscimo da taxa no ano 2007, imediatamente após a vigência da Lei, conforme pode-se observar no gráfico abaixo, e, nos últimos anos, o retorno desses valores aos patamares registrados no início do período.

O que me parece, de forma mais racional possível, é que este problema precisa ser pensado dentro das relações de poder existentes no cotidiano: há aqui a necessidade de compreender a violência como uma questão cultural<sup>39</sup>. Pensar a condição social feminina requer romper com a perspectiva de análises isoladas de categorias de pensamento: um tema complexo que requer de cada um deles uma metodologia que o próprio campo de estudo vai exigindo. Nesta pesquisa pôde-se perceber que os estudos em comunicação possuem sentido quando há a possibilidade de problematizar discursos legitimados pelos meios de comunicação social: problematizar o discurso jornalístico a partir do diálogo com as prostitutas permite-nos compreender, pelo menos a partir de um recorte específico, que o problema da violência feminina precisa ser pensado de forma interdisciplinar, na tentativa de romper tanto com perspectivas deterministas, quanto com “fórmulas mágicas” de solucionar questões sociais apontando caminhos, como se fossem “bulas de remédio”, para a construção de uma sociedade menos desumana.

Cabe ainda uma discussão não apenas acerca dos critérios de noticiabilidade, mas há indícios de que a trajetória que parte dos recursos epistemológicos ao empirismo merecem maior atenção nas pesquisas em comunicação como aponta Ferrara (2013, p. 139): “Ultrapassar a necessidade de explicar o sentido ou significado do objeto empírico significa despertar da razão para atingir a imaginação e o imaginário”. Logo, compreende-se que a comunicação pensada apenas sob o viés tecnicista não foi capaz de proporcionar o diálogo ou a comunicação efetiva até os nossos dias.

Para comprender la importancia de la dimensión cultural en la comunicación es preciso volver a las propias características de esta última. Ella implica tres dimensiones: la técnica, la política y las condiciones socioculturales. Mientras que las dos primeras evolucionan con rapidez y finalmente de modo paralelo, la tercera es la más rápidamente de lo que cambian sus maneras de comunicarse. Para que se produzca una <<revolución>> en la comunicación, es preciso que haya una ruptura en los tres niveles. Esta ruptura existe hoy en los niveles técnico y económico, pero falta aún la tercera dimensión, que es también la más importante. Las técnicas y las redes no bastan para profundizar la intercomprensión: sucede incluso lo inverso. (WOLTON, 2009, p.22)

---

<sup>39</sup> “Em Rio Branco foram criadas, a partir da promulgação da Lei Maria da Penha, diversos órgãos que visam o atendimento e acolhimento das mulheres vítimas, além de treinamento de servidores que passaram a trabalhar voltados para este público. Contamos com um sistema de qualidade e eficiência que envolve a Delegacia Especializada em Atendimento a Mulher, a Vara de Violência Doméstica e Familiar, Núcleo da Defensoria Pública, Promotoria Pública da violência contra a mulher, Casa Abrigo Mãe da Mata e Casa de Apoio Rosa Mulher. Todos estes são parte de uma rede de atendimento cujo único objetivo é o de erradicar, punir e prevenir todo e qualquer tipo de violência cometido contra a mulher” (SILVA, 2012, p. 24-25).

Para Wolton(2009), há que se pensar a comunicação nas dimensões centrais da vida na sociedade moderna, assim como aponta Braga(2001), enxergá-la de um único viés tenderá a navegar em essencialismos e representará um retorno aos paradigmas de uma ciência bastante criticada desde o fim das duas grandes guerras mundiais. A proposta teórica destes pensadores da comunicação nos leva ainda a indagar: Ciência para quem? Ciência para quê? A comunicação enquanto saber e dispositivo do discurso da modernidade merece atenção a partir destas perspectivas, caso contrário, tende à caminhar na contramão da perspectiva plural e democrática que as ciências humanas tentam seguir, correndo o risco de afundar-se na alcunha de ciência social aplicada.



### 3.3 A IDENTIDADE FEMININA NO BRASIL A PARTIR DOS RELATOS DE VIAJANTES EUROPEUS DE 1500

Desde 1500 foram construídas várias representações sobre o Brasil, as mais divulgadas foram as dos viajantes naturalistas, que ao trafegarem sobre este território, escreveram suas impressões acerca do desconhecido, exótico e até assustador espaço verde e amarelo que encontraram neste país. Matas, diversidade animal, clima tropical quente/úmido, modos de vida considerados, no mínimo estranhos à realidade europeia, fazem parte dos aspectos mais narrados pelo europeu no início no processo de ocupação do Brasil. Foram a partir destes relatos que o Brasil foi ganhando suas facetas no cenário histórico: país multicolor, indígenas animalizados, canibais, preguiçosos, terra sem lei, entre outras imagens. Neide Gondim (2007) problematiza como estas imagens foram construídas pelo viajante naturalista, sobretudo em relação à Amazônia, inicialmente narrada pela expedição de Francisco de Orellana (1535).

Pressionados por adversidades comuns à época, os homens sonham encontrar o Paraíso e a fonte da eterna juventude. A tradição religiosa dizia que um grande rio nascia naquele local aprazível, cujas águas encobriam riquezas, e não muito longe, as doenças e as pestes continuamente dizimavam respeitáveis contingentes humanos. Esse local foi encontrado pelos expedicionários de Orellana e se localizava na região amazônica. Sucessivamente visitada, principalmente depois de liberada a navegabilidade do Rio das Amazonas pelo governo português, para aquela região composta de enormes rios e florestas compactas, dirigem-se as atenções e erigem-se verdades; confrontam-se teorias e refutam-se ou confirmam-se hipóteses. Como justificar a presença de animais pequenos em meio a tão prodigiosa natureza, se na África esturricada animais gigantesco ali tinham seu habitat? Possivelmente havia gigantes entre o intrincado vegetal; não havia, outrossim, homens com rabo? E as mulheres brancas, altas e guerreiras, não guardavam a prodigiosa cidade de ouro, próxima a um lago dourado, onde se banhava um rei muito rico? Certamente, o clima deveria ser o responsável pelos atos bestiais, endurecimento do caráter e envelhecimento precoce do autóctone. Essas perguntas geralmente acompanhavam os viajantes, e as respostas ora encaixavam-se infernista, ora na edênica, ou ainda justificavam a catequese. (GONDIM, 2007, p. 13-14).

Neide Gondim (2007), aposta no discurso de que a Amazônia não foi descoberta e se quer construída, mas sim inventada pelo discurso greco-romano a partir da construção da Índia pelos relatos de viajantes, missionários e comerciantes.

É a partir deste imaginário que o europeu enxergou o Novo Mundo, ansioso pelo enigma e promessa do *El Dorado*, ao mesmo tempo que assustado com as intempéries climáticas e com as voluptuosas criaturas da floresta amazônica, os desbravadores das terras tropicais não apenas interagiram com os indígenas como também foram os responsáveis por construir e até inventar, como nos propõe a autora, as imagens sobre a Amazônia, sobre o Brasil e sobre a América. Enfeitiçados pelo desejo de construir um novo longe da peste negra que assolava o continente europeu no século XVI, estes viajantes descreveram estas terras imbuídos pelo desejo de transformá-las em um lugar próspero, sobretudo com a ideia fixa de que todo este espaço pertencia à civilização europeia.

Gondim (2007) discute de forma até desafiadora algumas narrativas que viajantes naturalistas produziram acerca desse Novo Mundo que se situa na Amazônia. Um destes relatos trata-se do romance de Julio Verne<sup>40</sup>, em que este escritor ficcionista do século XIX, que se interessou por explorar temas exóticos como em **Jangada**, no qual ele narra a experiência da família de João Garral, que sai das praias do Atlântico para a floresta peruana do Alto Amazonas. A autora problematiza a obra de Júlio Verne a partir dos relatos que o viajante produz sobre o mistério e a saga vivenciados pelo personagem ao enfrentar as intempéries climáticas da Amazônia. De acordo com Neide Gondim (2007), a Jangada expressa os seguintes aspectos:

A natureza tudo oferecia e compatibilizava-se com o imaginário de quem assim soubesse aproveitá-la se a tomasse como cúmplice e modelo. O rio era a estrada, as árvores, o veículo, as resinas, a vedação, a amarração dos troncos, a fibra da piaçaba, o motor, a correnteza, o alimento, a caça e a pesca, a bebida, o vinho cor de violeta – o açaí das palmeiras. (Gondim, 2007, p. 191).

A autora problematiza como essa Amazônia vai tendo sua identidade construída a partir do relato dos europeus, ou seja, ela é inventada pelo discurso civilizador. No trecho acima a autora narra como Júlio Verne descreve Iquitos, a cidade que representa a incógnita cheia de esperanças e medo, mas que no caso de João Garral acabou se domando a partir do bom lido com este Novo Mundo. João Garral é descrito por Verne como o sujeito trabalhador que superou todas as dificuldades da “selvageria” amazônica. Na Jangada, de acordo com Gondim, Verne tenta conciliar o “antigo” com o “moderno”, o patriarcalismo com o progresso, por isso faz sempre as comparações entre natureza e cultura urbana na tentativa de

---

<sup>40</sup>VERNE, Júlio. **A Jangada**. Oitocentas léguas pelo Rio Amazonas. São Paulo: Saraiva, s.d. 2.vol.

expressar que, além da coragem, o verdadeiro viajante deve ter em mente que todas estas dificuldades podem ser superadas assim como João Garral as superou e tornou-se um sujeito afortunado.

Neste contexto, tem-se ainda de forma significativa o relato que estes europeus produziram acerca da figura feminina indígena. Narrativas carregadas do discurso civilizador vivenciado na Europa do século XVI, grande parte delas apontavam características que compõem o arquétipo da mulher brasileira até hoje: pervertidas, libidinosas, amorais, feiticeiras (sedutoras), canibais e poligâmicas.

Para alguns europeus, a nudez feminina incitava à lascívia e a luxúria. Jean de Léry assegurava, no entanto, que os enfeites usados pelas francesas eram mais sedutores do que a nudez explícita das nativas. Os atavios, os cabelos encrespados, as golas de renda, as anquinhas e sobressaias excitavam muito mais os instintos masculinos do que a nudez habitual das ameríndias. (RAMINELLI, 2004, p. 25).

Ronald Raminelli (2004) abre a coletânea **História das Mulheres no Brasil** com problematizações acerca das representações que a Eva Tupinambá vai possuir pelo discurso europeu. O trecho acima aponta como é que o naturalista Jean de Léry<sup>41</sup> representava a nudez das indígenas, apontando sua ineficácia no que diz respeito ao processo de sedução do homem europeu, apontando que este fato era algo condenável, pois rompia com os preceitos de conduta proposto pelo cristianismo e como um bom jesuíta, ele acabou por fazer de seus relatos em conjunto de narrativas que acabam por refletir o conceito de civilização e barbárie.

As perversões sexuais marcaram as representações do índio. Os tupinambás eram afeiçoados ao *pecado nefando*, e sua prática era considerada uma conduta normal. Os “índios-fêmeas” montavam tendas públicas para servirem como prostitutas. Algumas índias cometiam desvios contra a ordem natural e furtavam-se de contatos carnavais com os homens, vivendo um estrito voto de castidade. [...] A luxúria dos “negros da terra” – expressão comumente usada para fazer referência aos indígenas – não tinha limites, argumenta Soares de Sousa. Eles não respeitavam “as irmãs e tias, e porque este pecado não é contra seus costumes, dormem com elas pelos matos, e alguns com suas próprias filhas...” Para além dos desregramentos sexuais, os nativos ainda ficavam insatisfeitos com o tamanho do falo concedido pela natureza. Para aumentar suas proporções, eles colocavam sobre o pênis o

---

<sup>41</sup>O jovem Jean de Léry embarca em 1556 como missionário para a recém-criada colônia francesa de Fort-Coligny, na baía de Guanabara, Rio de Janeiro.

pêlo de um bicho peçonhento, procedimento que causava muitas dores. (RAMINELLI, 2004, p. 26-27).

Como aponta o autor, as indígenas, além de servirem como mão-de-obra na extração do pau-brasil, ocuparam um papel de satisfazer sexualmente o colonizador, mesmo existindo resistência, como aponta em relação às Amazonas, grande parte das indígenas foram utilizadas para a reprodução da espécie neste período e foram apontadas como prostitutas, mesmo não havendo nesse período a prática como a concebem em nossos dias. A perversão sexual foi um dos elementos mais espetacularizados no discurso europeu acerca do Novo Mundo, seja num contexto brasileiro seja no resto da América. A luxúria indígena, como aponta os relatos de vários jesuítas, é um dos motivos que levaram à construção de uma série de arquétipos pejorativos que permanecem no imaginário acerca da mulher brasileira, sendo até hoje reduzida a um corpo (sexo): um conjunto hiperbolizado de seios e nádegas.

O processo de ocupação também é marcado pela construção de vários estereótipos que podem ser percebidos desde os primeiros relatos do viajante naturalista europeu até as relações que este imigrante estabeleceu com a cultura dos que aqui habitavam. A partir da vinda do europeu é que o Brasil vai ganhando diversas imagens e estereótipos que partem de pressupostos hiperbolizados, tanto no que diz respeito aos aspectos relacionados à “terra que emana leite/mel” quanto aos relatos depreciativos da terra e dos que aqui habitavam. Quando a coroa portuguesa soube que holandeses e franceses estavam lucrando com a exploração do pau-brasil e outras especiarias, trataram de estabelecer estratégias de ocupação das terras brasileiras que eram de sua “posse” conforme previa o Tratado de Tordesilhas.

A política de capitanias hereditárias foi a grande responsável pela vinda dos “indesejáveis”, que Portugal trazia para o Brasil para o cumprimento de penas e para fazerem parte da mão-de-obra escrava na exploração do pau-brasil junto com indígenas. Mas, afinal, quem foram esses “indesejáveis”?

Assassinos, ladrões, falsários, feiticeiras, sodomitas e heréticos de todos os tipos foram degredados para o Brasil. Outros, “criminosos”, aparentemente considerados de menor importância, foram também banidos: vadios, ciganos, alcoviteiros e agressores. Até mesmo aqueles que matavam “bestas”, cortavam “árvores frutíferas” e arrombavam “portas” podiam ser enviados para as terras do além-mar. (PIERONI, 2006, p. 17-18).

De acordo com Geraldo Pieroni (2006), a prática do degredo foi muito utilizada no Brasil desde 1500, ou seja, foram estes sujeitos, considerados um “incômodo” para a coroa portuguesa, que vieram estabelecer-se em terras brasileiras com o intuito de educar/civilizar os aborígenes “selvagens”. Esses primeiros habitantes/trabalhadores das capitâneas hereditárias são de fundamental importância para compreender a formação histórica e identitária do povo brasileiro. Foi a partir da vinda dos degredados que se iniciou o processo de contato massivo entre indígena e europeu, um contato nem sempre harmonioso e fraterno, porém com múltiplas interações culturais. Os degredados tinham a missão de “servir à pátria” nessa terra ainda “selvagem” ou de sujeitar-se à pena de morte, às quais muitos deles haviam sido condenados. Para esses homens, seria melhor viver em uma terra incógnita do que morrer na metrópole (PIERONI, 2006). A grande missão desses degredados era a de ocupar as terras brasileiras, assimilando a língua e os costumes dos indígenas para que sua existência não se resumisse a uma espécie de “encosto” e passasse a se tornar uma peça útil e rentável para a metrópole.

De acordo com o autor, o degredo foi a forma mais eficaz que a coroa portuguesa encontrou para se instalar efetivamente no Brasil. Mas, quem eram, de fato, estes cumpridores de pena? Será que apenas os condenados vieram para as terras de clima tropical quente/úmido? Pieroni ao realizar uma vasta pesquisa nos arquivos inquisitoriais, onde constam os arquivos dos processos dos degredados, constatou a vinda não apenas de cumpridores de pena, mas também de naufragos que chegaram às praias onde Portugal afundou sua cruz, de ciganos e cristãos novos que foram perseguidos pela coroa. Além de “toda sorte” de mulheres. É sobre esta última categoria de sujeitos que farei algumas reflexões abaixo.

Além dos órfãos que chegaram de Portugal para servir de modelo aos pequenos tupiniquins, Nóbrega<sup>42</sup>, explica ao rei da conveniência de virem do Reino algumas mulheres, a fim de casarem-se e constituírem no Brasil “boas famílias”. Ele escreve uma primeira vez que “é necessário que venham muitas mulheres órfãs e de toda qualidade, até meretrizes, porque há aqui várias qualidades de homens; e os bons e os ricos casarão com as órfãs...” Quanto às prostitutas, no entender de Nóbrega, seguramente se casariam sem dificuldades. De uma outra feita, o padre Manuel da Nóbrega, que sem descanso, combatia para reformar os “maus costumes que até então dominavam o Brasil”, insistiu: “Já escrevi a Vossa Alteza a falta que nesta terra há de mulheres com quem os homens se casem e vivam em serviço de

---

<sup>42</sup> Relator de uma das viagens feita ao Brasil no início do processo de ocupação.

Nosso Senhor apartados dos pecados em que agora vivem. (PIERONI, 2006, p. 63).

O autor informa que havia uma carência de mulheres no começo da instalação dos portugueses em terras brasileiras, fato este que legitimava a vinda das prostitutas para esse lugar considerado “misterioso”, “selvagem”, mas que produzia no imaginário europeu a ideia de uma terra que emanaria leite e mel. Interessante ainda é pensarmos no relato destes processos inquisitoriais, pois o recorte produzido por Geraldo Pieroni acerca da vinda destas mulheres para o Brasil nos possibilita diagnosticar algumas características sobre a prostituição no país até hoje.

Um dos pontos que nos permite compreender a construção de arquétipos e imagens construídas sobre as prostitutas até hoje no Brasil é através da promessa de “casamento fácil” ao virem para o “Novo Mundo”. Arriscar a vida nessa terra incógnita gerava a expectativa de alcançar melhores condições de vida, sobretudo a conquista da “redenção” tanto da prostituta, considerada um ser impuro pelo uso que faz do corpo; quanto da órfã, que saíria do status de pobre donzela solitária. Um dos pontos interessantes a se pensar a partir desta narrativa de Nóbrega com a Coroa Portuguesa é a tentativa de propagar a imagem do Brasil como a “terra das oportunidades”. Além da nítida investida que seus primeiros colonizadores fizeram para trazer mão-de-obra que desse sustentação à exploração do pau-brasil, ao mesmo tempo em que ajudaria a coroa a se ver “livre” do “lixo humano” de Portugal. Era uma espécie de otimização da existência de sujeitos que até então eram considerados problemáticos (prostitutas, órfãs, devedores, inimigos políticos, sodomitas, vadios e ciganos), ao transformá-los em seres úteis e até rentáveis no “Novo Mundo”. Agora tendo a oportunidade de reconstruir suas vidas, estes sujeitos passam a servir de instrumento de trabalho para a coroa portuguesa. É a partir desta “nova vida” que os degredados de Portugal passam a construir os estereótipos acerca da identidade brasileira.

Se desde o início da colonização portuguesa a identidade da prostituta é associada à ideia de “mal necessário”, não é de se estranhar as políticas sanitaristas desenvolvidas pelo governo brasileiro durante o processo de modernização do Rio de Janeiro e São Paulo a partir do século XIX. A prostituição associada à justificativa de “apaziguadora dos ânimos instintivos masculinos” têm sido utilizada, como podemos perceber a partir das reflexões acima, desde o processo de ocupação do país pelo europeu. O viajante naturalista, arraigado pelo desejo de construir um “Novo Mundo” (sem fome, sem pestes, e sem todos os males que

a Europa já sofria no século XVI), construiu modos de vida múltiplos com os “indesejáveis”, que atrapalhavam a vida “civilizada” dos lusitanos. A prostituta é um dos personagens deste processo de ocupação do Brasil que foram silenciados pela historiografia tradicional. Há que se resgatar os vestígios deste período que permitam ao pesquisador problematizar a existência e atuação destas mulheres, que não só ajudaram a reproduzir a espécie na terra incógnita de 1500, como também representa um sujeito chave para pensarmos a própria construção da identidade da mulher brasileira.

## 4 PROSTITUIÇÕES: PROBLEMATIZANDO TRAJETÓRIAS E CONCEITOS

### 4.1 MODERNIZANDO O BRASIL: HIGIENIZAÇÃO URBANA E DISCIPLINARIZAÇÃO DOS CORPOS

Desde 1999, quando o grupo político que permanece no poder até hoje assume o governo do Acre, vivencia-se um processo intenso e acelerado de transformação da “cara” daquele espaço. Este foi um discurso que “encantou” a população acriana que vivenciava uma condição de “baixa estima” e com certa vergonha em identificar-se acriano por conta de vários contextos histórico-sociais em relação aos outros Estados brasileiros, entre eles estão de forma significativa, o isolamento geográfico, histórico, político, econômico e social. Muitos reclamavam que o Acre só era lembrado pela mídia quando estava envolvido em algum escândalo como o famoso “Esquadrão da Morte”. Há a partir de então uma investida na urbanização da capital acriana, especialmente o centro da cidade e os bairros nobres. Locais como a famosa “Praça da Bandeira”<sup>43</sup>, foram amplamente descaracterizados em função deste “vulto” de higienização de espaços e corpos.

Bares, pensões, lanchonetes, bancas de conserto de sapatos, lojas que vendiam e compravam alumínio, entre outros serviços gerais comportavam diversas atividades comerciais, que acabavam por agregar em seu redor uma heterogeneidade de sujeitos em seu cotidiano, foram demolidos para dar lugar àquilo que os novos administradores entendiam por urbanização moderna e familiar. O Novo Mercado Velho, reinaugurado em 2006, no fim da gestão do ex-governador Jorge Viana é hoje o que no passado foi conhecido por Mercado Velho da Praça da Bandeira, um local comercial de variedades: papelarias, lojas de tecido, sapatarias, confecções das mais variadas. Além de bares, pensões, mercados, becos que comportavam uma série de vivências, entre elas a da prostituição. Hoje, o moderno Novo Mercado Velho continua sendo um espaço comercial, porém, seu público, assim como sua aparência, foi modificado. O que antes agregava sujeitos que buscavam por serviços gerais com um preço mais acessível, tornou-se um espaço voltado para um consumo de certa forma de luxo, pois os preços não são mais acessíveis à maioria da população acriana. Deixou o caráter “popular” e transformou-se “reduto” da classe média alta e de turistas que buscam desfrutar de espaços tipicamente “amazônicos” (o mercado fica em frente ao rio Acre). Após

---

<sup>43</sup>É o local que agrega o Mercado Velho criado em 1920.



sua revitalização, foram inaugurados cafés e bares bem parecidos com os que foram construídos em Fortaleza, no Ceará, no início do século passado.

Mesmo com toda esta tentativa de “varrer” para as periferias as consideradas “sujeiras” humanas e não humanas, ainda existem bares ao redor do centro e até em outros mercados nesta região que ainda comportam os conhecidos “infernhinhos” e seus “indesejáveis” – bêbados, prostitutas, desempregados, vendedores ambulantes, mendigos, loucos, deficientes físicos, entre outros que perambulam dia e noite a “incomodar” o ar de “polidez” urbana/moderna/central desta “nova roupagem” da capital acriana. Em dezembro de 2013, o local em que foi realizada tal pesquisa foi incendiado<sup>44</sup>, os três bares onde eram realizados os “programas” já não existem mais. Esta pesquisa também analisará matérias que divulgam tal evento.

Esses “surto” modernizadores ocorreram em quase todo o país, sobretudo no período de transição do século XIX para o século XX. Uma pesquisa realizada em São Paulo sobre prostituição no período de ampla transformação no contexto urbano (1900-1930) mostra como se dava a cultura dos cabarés neste local. Margareth Rago (1991), em **Prazeres da Noite**, problematiza o tema ao tratar a prostituição como um prazer e não como um ofício condenatório e indigno. Além de apontar várias relações sociais e contextos específicos em que a prostituta e seu ofício estiveram inseridos:

O cabaré vem, então, suprir as exigências da demanda por novas formas de consumo sexual. A prostituição se torna mais visível – compra-se um momento de contato físico e de prazer sexual em suas múltiplas possibilidades – porém, ao mesmo tempo, mais velada e mais secreta: há toda uma fetichização dessa nova mercadoria exposta no mercado. Tanto que enquanto a circulação masculina pelas grandes avenidas ou nas passagens parisienses podia ser vista como *flânerie*, como observam Benjamin e Baudelaire, as mulheres nas mesmas condições de flâneurs seriam percebidas negativamente, como prostitutas: objeto em exibição em busca de um novo comprador/consumidor. (RAGO, 1991, p. 194).

Assim como Rago aponta estas múltiplas faces que a prostituta acaba por ter representada no imaginário coletivo dos cabarés de São Paulo, as prostitutas de Rio Branco, sobretudo as que trabalham pela região central, em bares, pensões, becos, mercados e até casas noturnas, acabam por carregar uma série de “julgamentos” de cunho social (moral)

---

<sup>44</sup>FARIAS, Thais. Fogo que destruiu pensões próximas ao Mercado Elias Mansour foi causado propositalmente. **Jornal O Rio Branco**, Acre, p. 8H, 12 Dez. 2013.

sobre si e seu ofício (o uso que ela faz do seu corpo/sexo constitui-se ao mesmo tempo um elemento de desejo e exclusão social). São vários os contextos e cenários em que a prostituição, bem como seus atores, esteve inserida em múltiplos papéis na história do Brasil: elas foram uma das primeiras habitantes do Brasil, assim como foram junto com o nordestino no início do século XX, os primeiros habitantes do Acre. Brasileiros e acrianos são, literalmente, “filhos da puta”. Porém, há algo que merece ser destacado: essa identidade tão antiga neste país acabou por agregar uma série de estereótipos que “negativizam” sua imagem até hoje.

A prostituta vai ganhar dentro da História do Brasil uma série de “caras” que variam de região, classe social, cultura, idade e, sobretudo, quanto às formas de corpo que elas possuem. Portanto, esta pesquisa parte do princípio de que não há uma categoria única de prostituta, ou melhor, que o fato de uma mulher comercializar sexo, automaticamente carregue em si todas as marcas (identidades) associadas historicamente à condição de “raiz do pecado”.

Neste contexto, é necessário produzirmos uma trajetória sobre o discurso modernizante que a sociedade brasileira (sendo aqui representada por algumas medidas tomadas pelo Estado enquanto promovedor do espírito progressista no início do século XX) acabou por utilizar no processo de industrialização, sobretudo em relação ao comportamento feminino. A mulher agora passa a ser além de dona de casa, uma ferramenta do contexto fabril, porém sua inserção neste espaço não a tornava uma “cidadã pública”. Vejamos:

Instituir hábitos moralizadores, costumes regrados, em contraposição às práticas populares promíscuas e anti-higiênicas observadas no interior da habitação operária, na lógica do poder significava revelar ao pobre o modelo de organização familiar a seguir. Nesta utopia reformadora, a superação da luta de classes passava pela desodorização do espaço privado do trabalhador de duplo modo: tanto pela designação da forma da moradia popular, quanto pela higienização dos papéis sociais representados no interior do espaço doméstico que se pretendia fundar. A família nuclear, reservada, voltada sobre si mesma, instalada numa habitação aconchegante deveria exercer uma sedução no espírito do trabalhador, integrando-o ao universo dos valores dominantes. A promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe de família, e uma especial com a infância, percebida como riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras deste jogo de agenciamento das relações intrafamiliares. À mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia, prevenir a emergência de qualquer sinal da doença ou do desvio. Complementarmente, a criança passou a ser considerada como ser especial, que requeria todos os cuidados dos médicos, novos aliados da mãe, não obstante sua ampla utilização nas camadas pobres da população, como força de trabalho industrial. (RAGO, 1985, p.61)

Margareth Rago (1985) problematiza a atuação do discurso moderno que foi desenvolvido em fins do século XIX no Brasil. Um dos pontos mais criticados pela autora foi justamente quanto ao caráter dogmático, disciplinador de corpos e moralizador exigido pelos padrões “modernos” dessa nova nação que vivenciava seus primeiros passos rumo à industrialização. O próprio título do livro<sup>45</sup> sugere que tal investimento é utópico, tendo em vista que até hoje a modernidade não conseguiu construir leis civis, morais, modos de pensar e padrões familiares que estivessem em harmonia com a ideia de progresso que construiu a partir do desenvolvimento técnico-científico (NOVAES, 2005).

A autora enfatiza ainda o peso que o discurso da modernidade teve para a formatação de um novo modelo de família brasileira, sobretudo em relação aos padrões de feminilidade. Neste contexto, a mulher torna-se mão-de-obra significativa para este processo de industrialização no Brasil, porém cabia ao Estado, à Igreja e à Família (leia-se família monogâmica/cristã) controlar, orientar e conduzir os passos dessa nova mulher na fábrica, de forma que ela não abandonasse a ideia de que tinha como papel principal a procriação, ou seja, ela não poderia jamais perder de vista o “instinto maternal” que lhe era inato. Além de sistematizar as atuações da mulher operária, o ambiente fabril tratou de buscar uma transformação social, mas sem subverter o papel submisso da condição feminina, o qual tem sido legitimado historicamente através da imagem da Eva (causadora da queda do homem). Esta “invasão” do cenário urbano pelas mulheres deveria ser cuidadosamente administrada, caso contrário, todo o projeto modernizante da sociedade brasileira poderia vir a naufragar. Porque, afinal de contas, a mulher não haveria deixado de ser um sujeito pouco racional e poderia a qualquer momento subverter (instintivamente) os planos de progresso e emancipação humana do projeto moderno.

Além de seu instinto materno ter que “falar mais alto” do que o seu ofício fabril, a mulher deveria ser a responsável por construir um lar harmonioso, de afeto entre pais/filhos, esposa/marido e zelar pela saúde, sobretudo das crianças, que também foram utilizadas como mão-de-obra nas fábricas. Até mesmo nos movimentos considerados anarquistas houve incitações que propuseram divulgar sobre a necessidade de conscientização da mulher, seu momento de emancipação, reivindicando o amor livre e a maternidade voluntária. Porém, defendiam ferozmente o fim por completo da prostituição (RAGO, 1985). Ou seja, até os anarquistas enxergavam com significativas limitações este processo de “libertação” feminina,

---

<sup>45</sup>RAGO, Margareth. **Do cabaré do lar**: a utopia da cidade disciplinar Brasil (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

uma vez que o uso que a mulher fizesse do seu corpo (sexo) a conduziria a caminhos do progresso moderno ou de seu avesso.

Parece-nos, então, que a modernidade, ao estabelecer seus valores essencialistas de comportamento deste novo homem (civilizado), não conseguiu potencializá-lo, uma vez que estes valores foram em demasia impostos sem permitir alternativas de rupturas. Além de não ter conseguido atender aos anseios iluministas de “liberdade” e “igualdade” ao exigir comportamentos cada vez mais falocêntricos dessa família fabril. Para Margareth Rago (1985), a situação foi a seguinte:

A invasão do cenário urbano pelas mulheres, no entanto, não traduz um abrandamento das exigências morais, como atesta a permanência de antigos tabus como o da virgindade. Ao contrário, quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho. Todo um discurso moralista e filantrópico acena para ela, de vários pontos do social, com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize. Não é a mulher esta carne fraca, presa fácil das paixões, que sucumbe sem resistências ao olhar insistente ou aos galanteios envaidecedores do sedutor? Vários procedimentos estratégicos masculinos, acordos tácitos, segredos não confessados tentam impedir sua livre circulação nos espaços públicos ou a assimilação de práticas que o imaginário burguês situou nas fronteiras entre a liberdade e a interdição. (RAGO, 1985, p. 63).

A modernidade jamais abriu mão do discurso cristão/conservador, pelo contrário, fez uso deste como sustentáculo de sua lógica de controle e disciplinarização dos corpos (FOUCAULT, 1988). A “liberdade” proposta pelos ideais ilusionistas traduziu-se em atender exigências de um capitalismo em ascensão e a modificar alguns tipos de comportamentos que atendesse às demandas do novo ritmo de vida que criou. De acordo com Perrot (1988), a fábrica necessitou em demasia dos padrões de família cristã, sobretudo houve uma valorização do casamento, pois só um verdadeiro “Pai de Família” seria capaz de conduzir o desenvolvimento necessário para o ritmo de produção industrial vivenciado na França, no século XVIII. Além de adotar o modelo ideal cristão de padronização familiar, o ambiente fabril também utilizou duas instituições em demasia para realizar sua política de controle dos operários que teimavam em romper com as ordens da fábrica. A Igreja e o exército foram fundamentais para estabelecer a política administrativa das fábricas.

Quanto à Igreja, tradicionalmente voltada para as crianças e mulheres, fornece o pessoal das fábricas-internatos, organizadas principalmente na indústria da seda da região lionesa (Jujurieux e Seauve são as mais famosas), empregando ora jovens camponesas, ora “moças arrependidas” (Bom Pastor, Refúgio). Uma ordem religiosa, a de Recoubeau, até chegou a ser criada especialmente para esse fim. A disciplina, quase monástica, desses estabelecimentos gerou numerosos conflitos, principalmente por volta de 1848 e 1880. De modo geral, a influência do modelo religioso nas fábricas francesas, direta ou indireta, não é negligenciável: no Norte da França, o clericalismo patronal conserva por muito tempo muitas contra blasfêmias, e nas paredes das oficinas, aqui e ali, divisas moralizantes lembram aos operários os seus deveres. (PERROT, 1988, p. 69).

Longe de afastar o cristianismo do contexto modernizante/fábrica, o que o discurso da modernidade vai fazer é justamente apropriar-se dele para disciplinar o comportamento do operariado. O patrão funcionará como uma espécie de padre, que adverte e pune em casos de desobediência. Neste contexto, a desobediência consiste em atitudes do tipo: atrasos, faltas, falhas de fabricação, deterioração das máquinas, brigas dentro ou em frente às fábricas, “bagunças”, “disputas, grosserias, conversas obscenas, maneiras indecentes”, falatórios, deslocamentos fora do serviço, insolência em relação aos chefes, escritos nas paredes, etc. (PERROT, 1988, p. 68).

A igreja é utilizada como um referencial de ordem e progresso o qual a fábrica deve imitar: é na igreja (através de obras) que se produz o futuro no paraíso edênico e seria então através do trabalho industrial que se chegaria também a um horizonte de emancipação humana através do progresso técnico-científico.

Neste contexto, cabe ressaltar que a prostituta representa o modelo de como não se deve ser, atuando dessa forma com um comportamento avesso ao padrão de “mulher de família”, tão valorizado e incentivado pelo discurso da modernidade. A prostituta seria, então, a imagem materializada daquilo que se considera profano, imoral, doentio, pervertido, sujo, além de agregar ainda a identidade da “destruidora de lar”, que acaba tornando este sujeito na verdadeira escória da humanidade, independente da classe social a que ela pertença. A prostituta era utilizada como o exemplo de mulher irracional, do tipo que age instintivamente ao ceder às concupiscências da carne como forma de sobrevivência. Para ser uma mulher “exemplar”, esta deveria aceitar sua condição “natural” de protetora do lar do tipo cristão: “A mulher sábia edifica o seu lar”.

Identificada à religiosa ou mesmo considerada como santa, à imagem de Maria, a mãe será totalmente dessexualizada e purificada, ainda mais que, ao contrário, a mulher sensual, pecadora, e principalmente a prostituta, será associada à figura do mal, do pecado e de Eva, razão da perdição do homem. Assim, serão contrapostas no discurso burguês duas figuras femininas polarizadas, mas complementares: a santa assexuada mas mãe que deu origem ao homem salvador da humanidade, que padece no paraíso do lar e esquece-se abnegadamente dos prazeres da vida mundana, e a pecadora diabólica, que atrai para as seduções infernais do submundo os jovens e maridos insatisfeitos. A primeira, toda alma e sacrifício – símbolo do bem; a segunda, exclusivamente carnal e egoísta – encarnação do mal. Ambas, no entanto, submissas, dependentes, porcelanas do homem, incapazes de um pensamento racional e, conseqüentemente, de dirigirem suas próprias vidas. (RAGO, 1985, p. 82).

De Eva, a raiz do pecado, à Maria assexuada e mãe do Salvador, tem-se a construção de extremos acerca da identidade feminina. Como muito bem aponta Rago (1985), a prostituta vai ser representada como a pecadora diabólica, o que contribui de forma significativa para a construção de códigos éticos (moralizadores) da nova mulher brasileira que adentra ao mercado de trabalho fabril. Sair do expediente na sexta-feira com as amigas e ir direto para o boteco da esquina “desafogar” o enfado do trabalho exaustivo da semana; ter prazer no ato sexual e desejar fazer sexo; masturbar-se; usar roupas mais leves que possibilitassem um maior conforto e liberdade para o corpo; definitivamente não eram práticas aceitas pelo processo de modernização vivenciados no Brasil. A autora problematiza sobre as contradições produzidas pelo discurso modernizador, que ora defende e faz publicidade dessa nova mulher moderna/emancipada; ora a subjuga a padrões tão conservadores quanto aos que vivenciara em períodos considerados de “Trevas”.

As ações “gerenciadoras” da profissão considerada como “mal necessário” também se fizeram presentes no início do século XX em cidades litorâneas, sobretudo, as do Nordeste brasileiro que eram as mais visitadas por estrangeiros pela sua biodiversidade. Com isso, os governos sentiam necessidade de administrar a prostituição, uma vez que aniquilar tal ocupação desse cenário turístico, poderia levá-los a certo tipo de “prejuízo” financeiro.

Havia um esforço policial em evitar a permanência das prostitutas nos lugares frequentados pelas famílias da cidade. As chamadas “mulheres da vida” resistiam a essas medidas praticando a comercialização do sexo nas proximidades de praças tradicionais da cidade, como o passeio público espaço de lazer frequentado por famílias de diversos segmentos sociais. Para a polícia tornava-se necessário conter esses comportamentos. Numa tensão contínua entre prostitutas e poderes instituídos, tentava-se garantir espaços

de lazer e de exercício da prostituição. O contato dessas mulheres com zonas da cidade que tinham uma presença intensa de famílias provocava vigilância e repressão. Mediante as questões acima frisadas, foram implementadas algumas medidas no intuito de “moralizar”, higienizar e ordenar o espaço urbano. (GUEDES, 2002, p. 55-56).

É comum vermos em Fortaleza, sobretudo na orla marítima da Praia de Iracema, uma diversidade de sujeitos que ocupam aquele espaço como um ambiente de trabalho e outros como de lazer. O entardecer na Praia de Iracema é marcado por feiras de artesanato, roupas, sapatos, comidas típicas; crianças brincando, andando de bicicleta, patins; casais namorando; bares e restaurantes lotados de turistas, sobretudo gringos. No meio da noite surgem as prostitutas que geralmente desfilam entre as mesas dos quiosques à beira mar. Fortaleza é uma cidade marcada pelo turismo, o que faz com que a prostituição seja vista como uma situação a ser gerenciada. Associado ao estereótipo da mulher brasileira como “libidinosa” e detentora de genes favoráveis à atividade sexual e à prostituição, em Fortaleza este estereótipo faz parte do “Pacote de Férias” ao turista, sobretudo os de outros países, geralmente europeus ou norte-americanos.

Dessa forma, diferente do que o discurso pautado em uma lógica capitalista/cristã defende (prostituição como um mal necessário), em Fortaleza a prática da prostituição é tão importante, ou melhor, é tão lucrativa, procurada, quanto os outros tipos de atrativos que estão à venda para seduzir os turistas. Além de não ser um “mal”, esta atividade já se constitui como parte da identidade litorânea, reinventa comportamentos, reconstrói valores. A mulher que realiza a prostituição não é apenas um corpo que comercializa sexo, mas também um sujeito com uma identidade marcada pelo uso que faz do próprio corpo e do seu sexo, o que acaba por muitas vezes sendo um fator de exclusão a determinados espaços e cargos até hoje.

Mas que identidade é esta que tanto incomoda o cotidiano das famílias tradicionais? Seria a prostituta um ser “antiético” por realizar sexo por dinheiro? Se esta lógica é a que define o conceito de moral x imoral, então todo aquele que vende parte do seu corpo para garantir seu sustento deve ser considerado um sujeito “antiético”? Parece-nos que o que está em jogo não é apenas o que a mulher faz do seu corpo, mas, sobretudo, como ela pratica o sexo. Por que o professor, o pedreiro, a lavadeira, a costureira, a advogada, entre outras profissões que fazem uso de seu corpo para sobreviver não são enquadrados em categorias pejorativas pelo uso que fazem do corpo? Quem é que define profissões lícitas e ilícitas no imaginário coletivo?

Parece-nos que os estereótipos (imagens) construídos acerca da cortesã acabam sendo influenciados em grande parte pelos ditames do sexo muito mais do que do corpo. Quem pode praticar o sexo? Como? Quando? Onde? Com quem? Acabam tornando-se as perguntas que vão categorizar as mulheres em um eixo dicotômico do tipo: mulher de puteiro x moça de família.

A prostituição, mesmo exercendo um papel de ocupação que rompe com os padrões aceitos socialmente como ofício feminino, acaba por também ter o seu cotidiano influenciado pela lógica patriarcal e falocêntrica da sociedade contemporânea. Neste cenário, acaba se tornando bem comum a existência de notícias publicadas com destaque nos diversos tipos de jornais relatando algum caso de violência cometido pelos clientes de prostitutas. Esta pesquisa, por exemplo, possui grande parte de suas fontes analisadas a partir de casos envolvendo crimes e acidentes no cotidiano da vida da meretriz.

Mas quais seriam os motivos que fazem o quesito violência ser uma constante neste universo? Os motivos são de diversas ordens, sendo os mais comuns esses listados abaixo:

- a) Quando o cliente não paga pelos serviços;
- b) Quando a prostituta não cumpre com o que foi negociado previamente (não proporcionou o prazer desejado pelo cliente);
- c) Há casos em que o cliente acaba se tornando amante da prostituta e o ciúme acaba por exigir um comportamento muito parecido com o de “esposa” de aluguel;
- d) Quando há o envolvimento de algum destes sujeitos em alguns atos ilícitos dos seguintes tipos ---> tráfico de drogas, de pessoas, roubos, assassinatos, escravização humana, exploração sexual, entre outros;
- e) Quando a prostituta não se comporta “adequadamente” em espaços públicos como praças, cafés, cinemas, escolas, entre outros. Pois a sociedade exige que a prostituta se encaixe nos eixos normatizadores de comportamento previsto para o sexo feminino.

Em muitos momentos, os discursos masculino e feminino construíram um universo de imagens e meretriz, em oposição a um perfil desejado de mulher dedicada, fiel as preferências do freguês e sempre pronta para o seu atendimento. A negação de componentes desse perfil provocava o comportamento agressivo masculino. Portanto, estudar o cotidiano do meretrício em Fortaleza, possibilita perceber que essa violência assume



várias faces e sentidos nas falas de homens e mulheres que vivenciaram esse espaço. Prazer, sexo, boemia, diversão, afetividade dos amantes e meretrizes, dor, recusa e a violência construíram no mundo da prostituição uma trama pontuada por embates e diferenças de gênero no campo da moral e da sexualidade. (GUEDES, 2002, p. 76).

As matérias jornalísticas analisadas nesta pesquisa em muito se parecem com as que foram analisadas pelo historiador Mardônio Guedes, que pesquisou a prostituição nas ruas e pensões de Fortaleza entre 1930-1940. O autor problematiza aspectos fundamentais que cercam o contexto histórico e social em que a prostituição está inserida. Identidade, gênero, sexualidade, normatividade social, higienização de espaços/corpos e importação de valores de uma modernidade europeia, são categorias utilizadas pelo autor que permitem produzir rupturas epistemológicas sobre o próprio conceito de prostituição. Na narrativa de Mardônio Guedes as mulheres que se prostituem não são descritas como vítimas de um sistema capitalista cruel que as obriga a vender a prática sexual como forma de sobrevivência. Tampouco ela é colocada, essencialmente, como uma mulher livre e que possui o domínio do uso do seu corpo sem se importar com os modelos de “civildade” geridos pela sociedade cearense. O autor problematiza os múltiplos contextos em que a prostituição está inserida, o que possibilita o leitor romper com o dogma da prostituta como um “mal”, mesmo que necessário.

Outra pesquisa que também possibilita uma reflexão acerca da identidade social da prostituta é a da socióloga Maria Aparecida Fonseca, em **Mulheres da Vila: prostituição, identidade social e movimento associativo**. Nesta obra, há uma problematização da trajetória desta atividade na região do Mangue (Vila Mimososa), no Rio de Janeiro, que se tornou um dos pontos de prostituição mais conhecidos no Brasil. A autora realiza uma pesquisa etnográfica em que aponta uma série de elementos que explicam a invenção de imagens acerca da prostituição no Brasil. Fonseca (1995) descreve em primeira pessoa do singular uma ampla temporada de convívio com os habitantes da Vila Mimososa, espaço que a autora em nenhum momento enxergou como um mero “objeto” ou “locus” de pesquisa, mas referiu-se como um espaço que comportava uma diversidade de relações: profissional, sexual, familiar, comercial, violentas, fraternas, entre outras.

Aparecida Fonseca (1995) problematiza o contexto em que o Brasil inicia seu processo de modernização e, conseqüentemente, o de higienização através de políticas sanitárias. É neste contexto que a região do Mangue vai tornando-se um espaço cada vez mais ocupado por Organizações não Governamentais (ONG), instituições governamentais, municipais, entre

outras, na busca por “curar” as “chagas” das prostitutas. Já que há uma espécie de legitimação da prostituição pelo discurso da modernidade, pois a compreendem como um mal necessário por ser apaziguadora dos ânimos masculinos e, portanto, contribuem para “manter a ordem”. O olhar sociológico da autora sobre a prostituição possibilita ao leitor compreender não apenas a realidade específica da Vila Mimosa, mas permite ainda uma reflexão sobre como a prostituição ocorre no cenário brasileiro e como a sociedade enxerga este ofício. Discute ainda como os movimentos sociais de prostitutas se organizaram na Vila Mimosa, o que permite que o leitor visualize a vontade e luta que as prostitutas realizam para alcançar seus direitos e, principalmente, o respeito de toda a sociedade.

As mulheres mais velhas e outros atores apresentam a noção exata de como a prostituição se misturava com a vida social e cultural do bairro. O que marcava a vida nesse espaço não era apenas a atividade prostituinte, mas os múltiplos acontecimentos. Era um momento em que a ordem burguesa e industrial se implantava com toda a força, e a prostituição terminava por se misturar a esta conjuntura, reforçando a caricatura do modo de vida daqueles que não se mostravam tão dóceis para acatar as novas imposições. (FONSECA, 1995, p. 12).

A autora faz um grande esforço para traçar a trajetória histórica do movimento associativo das mulheres da Vila Mimosa, o que a leva a entrevistar e conviver com o cotidiano dessas prostitutas em seu ambiente de trabalho. O trecho acima faz parte da narrativa etnográfica produzida por Fonseca após esta vivência na região do Mangue. De acordo com a autora, a prostituição estava inserida em todos os aspectos culturais daquela região, tanto pela sua extensão como pelo contexto de buscar a profissionalização deste ofício. No discurso da autora percebe-se a intenção de apontar uma série de trabalhos e convivências estabelecidos na Vila Mimosa, o que demonstra a tentativa de desassociar a atividade prostituinte da vadiagem e a ausência de princípio ordeiro. Além disso, a autora não coloca as prostitutas em uma condição de meras “vítimas” e “coitadas” que desejam ardilosamente encontrar o príncipe (marido) que as tire daquele “inferno”. Pelo contrário, a autora aponta em vários momentos, os depoimentos de mulheres que estão nesta ocupação porque não querem outra, ou seja, há aí um processo de resistência em relação à obediência aos ditames modernos/civilizados de comportamento feminino.

## 4.2 A PROSTITUTA, O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL: ENTRE SILÊNCIO E VIOLÊNCIA

O Brasil mesmo hoje sendo um país que se apresenta em um agressivo crescimento econômico, ainda comporta-se como uma cultura pautada em características pré-industriais no que diz respeito aos postulados do discurso iluminista. Vivemos em um país onde o Estado laico parece não fazer sentido tanto para o poder Executivo quanto para o “consciente coletivo” da vida em sociedade. Prova disso foi a atuação do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que recuou sobre uma propaganda já lançada pela pasta na internet voltada às prostitutas com foco na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. De acordo com a Folha de São Paulo (04/06/2013), o ministro teria retirado a campanha cujo slogan era “*Eu sou feliz sendo prostituta*”, por ele considerá-la um estímulo à prática deste ofício.

Ora, mesmo vivendo sob a égide de um Estado supostamente laico, o Brasil ainda enfrenta sérias dificuldades em executar-se a partir dos princípios da laicidade. A atuação política deste ministro revela o quão moralista e preconceituosa tem sido a gestão pública neste país. Ora, não apenas este fato é revelador da ineficiência da laicidade do Estado Democrático de Direito, mas todo o cenário conservador e de retrocesso histórico que tem sido apresentado nos últimos meses pelo Deputado Marco Feliciano do Partido Social Cristão (PSC-SP) ao apresentar projetos do tipo “Cura Gay” e “Bolsa Estupro”, que revelam marcas do conservadorismo cristão que exclui, padroniza comportamentos e nega diferenças.

A modernidade não apenas inovou tecnologias que trouxeram conforto, comodidade, agilidade e desenvolvimento científico. Ela construiu novos padrões de comportamento, sobretudo, novas formas da humanidade se enxergar no mundo e o Brasil não se furtou desse reenquadramento de conduta social, mesmo não tendo vivenciado o mesmo ciclo de desenvolvimento técnico-científico que a Europa e EUA.

Por mais que todos saibam da existência da prostituição, sobretudo o Estado, a família (enquanto instituição), a Igreja, entre outras, parecem não querer encarar esta profissão como uma realidade e muito menos aceitá-la como qualquer outro tipo de profissão. Neste contexto, a prostituta até hoje carrega em sua identidade inúmeros marcadores sociais: preconceito de gênero, violência física e moral; além de atuar em um campo fronteiro do que está em desacordo com a lei<sup>46</sup> e com isso acaba-se visualizando-a como a propagadora do “erro” e da

---

<sup>46</sup>Tendo em vista que no Brasil a prostituição não é tida como crime, a prostituta não necessariamente deveria ser considerada um ator social que vive sob situações de fronteira com a legislação brasileira.

criminalidade, o que acaba colocando-a em várias situações de constrangimento e exclusão na sociedade.

A literatura, o teatro, o cinema, a música e a televisão, numa representação artística da realidade, retratam personagens que exercem ou exerceram a prostituição como profissão. A abordagem, todavia, está sempre ligada às drogas, à violência, à exploração, à prática de delitos, à necessidade econômica e a comportamentos desviantes e promíscuos. (BRITO, 2008, p. 4).

O autor acima descreveu a própria atuação do Estado brasileiro no que diz respeito ao tratamento com a prostituta e seu ofício. A afirmação acima pode ser percebida claramente nos jornais veiculados em Rio Branco, ao tratarem desta temática a grande maioria de suas matérias está inserida na editoria de polícia envolvendo-a em algum tipo de comportamento ilegal. Em um levantamento prévio de acervo dos jornais que circularam na década de 1990 em Rio Branco, foi possível detectar algumas características comuns entre as matérias de diferentes jornais que trouxeram notícias relacionadas à prostituição.

Existe atualmente uma discussão acerca do próprio conceito do que viria a ser, de fato, prostituição. Questões relacionadas desde o fato de a legislação brasileira compreender a prostituição como uma ocupação e não como profissão. Tratada historicamente como um ofício indigno, esta atividade ganha desde o final do século XX espaço para questionamentos e reivindicações por parte de movimentos sociais. De acordo com Marlene Rodrigues (2009), estes movimentos conquistam força a partir da década de 1990, momento em que se buscam com maior vigor pautar este tema no âmbito da cidadania, direitos humanos, sobretudo no que diz respeito ao reconhecimento de direitos e da identidade das pessoas que trabalham neste ofício.

O novo CBO traduz o reconhecimento por parte do TEM da “profissional do sexo” como uma trabalhadora e inovou ante o modelo tradicionalmente adotado no país para o enfrentamento da questão da prostituição. A medida foi ao encontro da posição defendida pelo movimento de prostitutas de retirar tudo o que diz respeito à prostituição do Código Penal. (RODRIGUES, 2009, p. 70).

Esta postura da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) demonstra a iniciativa da legislação brasileira em tentar modernizar, no sentido de higienizar o ofício, uma vez que tenta estabelecer uma nova roupagem para a prostituta sem garantir direitos a partir destas transformações. Modificar o nome para “profissional do sexo” demonstra, claramente, a tentativa de “civilizar”, “modernizar”, “customizar” uma atividade que está relacionada ao erro, à criminalidade, à sujeira (moral e física), entre outros. Tendo em vista que o termo “prostituta” é entendido pela sociedade brasileira como a representação de como uma mulher “não deve ser”, ou seja, é tida como um sujeito sem nenhum tipo de valor moral, religioso, familiar, aliás, ela é responsabilizada por ser a maior causadora da “destruição do lar”.

Prostituta x Profissional do sexo. Esta tem sido uma das grandes polêmicas dentro de movimentos sociais que adotaram esta causa, uma vez que estes reivindicam a descriminalização da prostituição dentro da legislação brasileira. Além de exigir um resgate de reconhecimento e despatologização desta atividade, entendendo que é necessária essa legitimação da identidade de prostituta não apenas no eixo do mercado de trabalho e jurídico, mas principalmente nas esferas culturais. Há um anseio destes movimentos pelo direito de poder se dizer que é prostituta e se é feliz com esta atividade em qualquer ambiente, assim como se diz que é feliz por ser médico ou qualquer outra profissão. É lamentável ter-se até hoje a prostituição sendo tratada como uma ameaça moral à sociedade. Vejamos:

O lugar da prostituição também acaba por se mostrar não apenas como o espaço do trabalho, mas também como veículo de identificação. Anteriormente, as meretrizes circulavam no centro das cidades. Por volta do século XIII (Concílio de Paris), a Igreja decreta a segregação de tal função. (GOMES; CARDOSO; 2012 p. 2).

Percebe-se que os locais onde se pratica tal atividade, bem como as esferas que a julgam, são de múltiplas ordens e contextos. É interesse dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), da família, dos movimentos sociais, da sociedade civil e da própria trabalhadora definir regras, “ditames” sobre o certo/errado, permitido/proibido dentro deste universo. Tem-se nesta situação, uma nítida disputa entre estas instituições e sujeitos. Cabe ainda ressaltar que há que se fazer uma série de questionamentos em relação à regulamentação da atividade, a quem de fato vai favorecer tais reordenamentos jurídicos, há que se garantir ainda que haja efetivamente uma política educacional que não esteja pautada em um discurso preconceituoso, dogmático e padronizador de comportamentos. Pois até o

momento em que tivermos ministros proibindo propagandas que afirmam que determinado sujeito é feliz por ser prostituta, teremos que reivindicar não apenas por mudanças jurídicas, mas por uma educação que reconheça no diferente o direito que ele tem de ser o que ele quiser.

A prostituta comporta várias identidades e funções no decorrer da história, ela assume funções do tipo: “mal necessário”, mantenedora do equilíbrio sexual instintivo que carrega o sexo masculino, garantia de diversão para o trabalhador no fim do expediente das sextas-feiras, ouvinte de maridos frustrados com o casamento e família, entre outros. Funções múltiplas e que acabam servindo de sustentáculo da lógica moderna de sociedade que entende tudo como capital, inclusive os corpos femininos (GOLDENBERG, 2007).

Do ponto de vista religioso, a existência da prostituição é, portanto, admitida; o fenômeno tem explicação, mas a posição a ser adotada pela sociedade é a de uma convivência velada, pela qual a prostituta deve permanecer necessariamente na prostituição. (BRITO, 2008, p. 7).

A Igreja e todas as instituições modernas construíram padrões de vivência durante toda a trajetória histórica da humanidade. Distribuindo papéis e sentidos para os mais variados sujeitos, em uma tentativa de tornar-nos cidadãos e cristãos. Este discurso cristão tem sido responsável pela divulgação da prostituição enquanto pecado, crime, lascividade, imoralidade e prática desordeira. Tudo isso sendo consolidado a partir da justificativa da desigualdade social. Mas, será que podemos compreender a realidade da prostituição brasileira apenas por este viés? O que pensar quando visualizamos o mercado da comercialização sexual das diversas esferas sociais? Será que mesmo em camadas de baixa renda a prostituição apresenta-se como alternativa única e acidental? Parece-nos necessário fugir de análises que remetem a um estudo de causa/efeito deste fenômeno social. Tendo em vista que esta atividade atravessa uma dinâmica extensa e complexa de fenômenos e sujeitos sociais de caráter heterogêneo.

Famílias de classe social pobre, inseridas em núcleos geográficos marginais, com escassos recursos econômicos, culturais pessoais e altos índices de desemprego, ou seja, famílias com dificuldade de sobrevivência são fatores que podem favorecer a criança e a jovem em situação limite a aprendizagem de comportamentos que marcam profundamente a infância e o desenvolvimento de sua profissionalidade. As mulheres que exercem a

prostituição no hipercentro de Belo Horizonte e são atendidas pela Pastoral da Mulher vem de famílias pobres. Buscam através da prostituição sustento para suas famílias e recurso para uma melhor qualidade de vida. (CUNHA, 2010, p. 2-3).

A autora acima é um dos clássicos exemplos de pesquisa que compreendem a prostituição como um problema social e que por isso seus estudos acabam se tornando uma espécie de mapa cartográfico que delimita um arsenal de causas/efeitos desse “distúrbio” social. É inegável que um dos motivos que proporcionam a prática da prostituição seja a necessidade financeira, porém este fato, associado à precariedade educacional destes sujeitos, deve ser pensado como elemento determinante para tal prática. Há que se pensar ainda em que situações, ou melhor, em que contextos sociais, a prostituição é colocada como um problema social. E ainda mais, em quais condições sócio-históricas estes discursos estão inseridos? Indagar tais discursos possibilita pensarmos a prostituição por outros olhares que fujam do discurso cristão, moderno e de civilidade propostos pela padronização de identidade.

#### 4.3 PROSTITUIÇÃO EM RIO BRANCO: ENTRE BECOS, BORDÉIS E BARRANCOS

Rio Branco é uma capital que comporta cerca de 357 mil habitantes de acordo com uma estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2013, enquanto que o Acre apresenta cerca de 776 mil. Com um vasto crescimento urbano, esta capital ainda comporta relações que remetem ao período considerado pela memória oficial como Idade das Trevas. As relações entre prostitutas e sociedade revelaram nesta pesquisa características dos modos de vida que não condizem com as estruturas físicas e seus discursos modernizadores.

Livros, revistas, jornais e cinema são veículos que em sua maioria relatam histórias relacionadas à prostituição, na maioria das vezes com dois tipos de fim: contam como é destruidora esta profissão e que o final sempre é de tristeza tanto para a prostituta como para os que a rodeiam, ou com um final feliz, onde, certamente, esta trabalhadora se redime dos seus “erros” e abandona o mundo “perverso” da prostituição. Cabe pensarmos como a modernidade ainda permanece com “ranços” de um discurso bem presente no período considerado de trevas entre os séculos V e XV, por exemplo. A prostituta na modernidade acaba recebendo a alcunha de “pecadora”, “lasciva”, “suja”, “escória da humanidade”, entre outros adjetivos.

É possível percebermos, a partir das relações sociais que a prostituta estabelece, que até os nossos dias há uma continuidade histórica no que diz respeito ao processo de negação do “outro”, este outro que acaba comportando-se de forma “avessa” aos discursos higienizadores da modernidade. Os padrões conceituais presentes em nossa sociedade parecem-me ainda estar inseridos no velho discurso medieval de “mulher para casar” e “mulher de puteiro”.

Um dos casos mais interessantes encontrados nesta pesquisa é o de uma moça que conheci em 2012 ainda no Bar Verde. Rosa, 26 anos, negra, alegre, vestida com uma mini saia e blusa de alça, surpreendeu-me pela forma com que me narrou sobre alguns momentos de vida na prostituição. Em 2013, durante a imersão na pesquisa de campo, a reencontrei em bares conhecidamente chamados de “infernhinhos” nos fundos do Terminal Urbano de Rio Branco, no centro da cidade. Rapidamente me reconheceu e tivemos uma conversa rápida, em seguida entrei no bar e ela foi me apresentando algumas de suas amigas que também foram entrevistadas. Rosa contou que era casada, mas, por necessidade, ela realizava programas: “*Preciso criar meus filhos*”, afirmava.



Sou casada agora, mas ele não sabe que eu continuo na vida. Ele me conheceu nessa vida, mas ele não aceita. Ele não aceita assim que eu faça programa.<sup>47</sup>

Há em vários momentos da fala de Rosa certa contradição, sobretudo quando se refere ao fato de ter desenvolvido algum afeto por seus clientes, ela abruptamente responde que não, mas afirma que seu marido a conheceu realizando “programa”.

Gosto só do dinheiro mesmo, porque outra coisa... [com o timbre da voz denotando certa insatisfação]. Não sinto prazer em nenhuma dessas relação não, porque a gente já vai com um pensamento na cabeça que vai ganhar aquele dinheiro, entendeu? Aquilo ali fica na cabeça, entendeu? É um trabalho, entendeu? Que é pra deitar e pronto. Não é aquela cabeça de beijar e namorar e de prazer não.<sup>48</sup>

Em **Damas da Noite**<sup>49</sup>, Maria José Bezerra realiza uma pesquisa na região central de Rio Branco envolvendo os bairros da Base e Cadeia Velha em que produz vários dados referente à prostituição neste local, entre eles cabe trazer o seguinte:

Quando conseguem manter um relacionamento razoavelmente estável com a família, na maioria dos casos, na faixa etária de 12 a 15 anos. A maior gravidade que este aspecto revela, é que algumas foram iniciadas, sexualmente, num relacionamento incestuoso com o pai ou padrasto. Mergulhadas num ambiente em que se misturam sexo, drogas e práticas delinquentiais as mais diversas, essas crianças e jovens encontram-se confusas, com as almas despedaçadas e muitas vezes descrentes quanto a possibilidade de dar um novo curso ao fluir de suas vidas. (BEZERRA, 2001, p. 37).

Não tive contato com nenhuma prostituta que tenha me relatado sobre qualquer caso de relação incestuosa com pai, irmão ou tio, nem tão pouco referente à violência sexual na infância. Todavia, tal fato não descarta a possível hipótese comprovada na pesquisa de Bezerra (2001), tendo em vista que é sempre muito presente certo constrangimento pela

<sup>47</sup>Entrevista concedida por MARIA, Rosa. Entrevista I. [Julho. 2013]. Entrevistador: Pollyana Dourado dos Santos. Rio Branco, 2013. A entrevista na íntegra encontra-se gravada em áudio no CD-Rom desta dissertação.

<sup>48</sup>Ibidem 47.

<sup>49</sup>BEZERRA, M. José; SILVA, M. Rita Costa da; CAMPO, M. Madalena Guedes. **Damas da noite**: sexualidade e prazer como estratégias de sobrevivência. Rio Branco: Globo, 2001.

invasão da privacidade cometida no ato da entrevista. Há, todavia, um fator consideravelmente significativo identificado por Bezerra (2001) e que também pude perceber: a instabilidade das relações que elas constroem com seus eventuais parceiros muitas vezes as levam a tornar a atividade prostituinte como algo relacionado ao “não-prazer” em alguns momentos e à diversão em outros: **“Ah cara, na bebedeira né, todo mundo dançando, então a gente na cachaça, tudo é divertido”**<sup>50</sup>.

De acordo com Hall (2006), vive-se um processo contínuo de fragmentação das identidades culturais. A condição estável e sólida do sujeito da modernidade já não está mais presente em tempos considerados pós século XX. Logo, têm-se comportamentos articulados e negociados a partir da condição em que este sujeito está inserido.

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, 2006, p. 12-13).

É neste contexto que se apresentam entrevistas em que profissionais do sexo articulam seus discursos na defesa de sua profissão, ora consideram-na uma espécie de “pecado”, como um “mal” causado pelas desigualdades sociais, ora como uma situação divertida. Uma das entrevistadas afirma que, mesmo casada, com 25 anos, há a necessidade de comercializar o sexo, e informa que é prostituta desde os 15 anos, quando fazia “programas” pelas ruas de Rio Branco, por não aceitarem menor de idade em prostíbulos do centro da cidade. No discurso de Rosa há intensas contradições entre a necessidade de ser prostituta, sujeita à violência, mentiras constantes ao marido, discriminação da família, e a possibilidade de exercer outro tipo de profissão como empregada doméstica, vendedora de lojas, dona de casa, entre outras. Porém, percebe-se em sua fala a vontade de mudar de profissão, de comportamento, pois afirma sempre que retornou aos estudos e que não quer mais “essa vida”.

De acordo com Albuquerque (1998), pessoas como Lôra, prostituta que levava o nome de um bar no conhecido “Beco do Mijo” (localizado no interior da praça da bandeira no antigo Mercado Velho), rearticulam seus discursos em vários momentos como forma de

---

<sup>50</sup> Ibid 45.

resistência à lógica de poder que vivenciam e outras vezes tentam justificar, com certa culpa, a sua prática de sobrevivência.

Palavras afirmativas/interrogativas como: **“eu tenho vergonha”, “não quero essa tristeza prá minhas filha”, “o que tô fazendo num é limpo”, “é esquisito, né?”**, ouvidas da boca das mulheres entrevistadas, corporificando imagens negativas daquilo que fazem para “sobreviver”, possibilitam, também, percebermos a maneira como recriam, em seus cotidianos, diversas formas de enfrentar as adversidades, encorajando-se na ideia de “conforto” e “educação” para os filhos. Ideia esta, reafirmada no mito da escola e do salário, como meio para a construção/realização de uma vida “digna”, “decente”. (ALBUQUERQUE, 1998, p. 279).

O autor problematiza um dos aspectos muito presentes nas falas das prostitutas entrevistadas durante esta pesquisa: a ideia de que o dinheiro é “amaldiçoado”, remetendo à lógica da prostituição como um ato pecaminoso (pela prática do sexo vendido) e pela não “formalização” da atividade destas mulheres. A inexistência da lógica salarial, como aponta Gerson Albuquerque (1998) foi percebida na primeira entrevista realizada, como foi apontado acima na fala de Pétala: a maldição a que ela se refere se dá pelo fato de não haver controle do que se ganha e do que se gasta justamente por não ter uma quantia fixa sendo paga mensalmente. Ora, tais discursos não foram criados aleatoriamente ou como alguns adeptos da ciência cartesiana afirmam que a inferioridade feminina seja algo justificado pela natureza, há nesta construção (prostituta pratica e ganha um dinheiro do pecado) a partir de uma série de elementos culturais que já foram apontados neste capítulo. Para Pasini (2005, p. 3): “A prostituição deve ser considerada como um trabalho qualquer, pois, afinal, mantém a lógica do mercado capitalista, sim, a prostituição é uma transação comercial”. Elisiane Pasini discute em sua tese de doutorado a posição de dois grupos feministas em relação à prostituição: a) Feministas Radicais – enxergam a prostituição como relação de escravidão; b) Feministas Liberais – compreendem esta atividade como um processo de escolha e não de vitimização de mulheres sob a lógica das desigualdades. A autora não crê que a prostituta “se vende”, pelo contrário, ela considera que estas mulheres estabelecem relações de contrato sexual, tendo em vista que o uso do corpo e do sexo se dá por momentos, situações, logo, a mulher permanece dona de seu corpo após a relação sexual. Além de não vender a possibilidade de obter prazer em seus “programas”, pelo menos não encontrei nenhuma prostituta que afirmasse tal condição. O contrato sexual, na maioria das vezes, também não inclui a garantia do “gozo” masculino, geralmente os contratos se dão pela modalidade de sexo praticado e do tempo

gasto com o cliente.<sup>51</sup> Situação até cômica acerca deste tema pode ser visualizado no Jornal A Gazeta na matéria cujo título já provoca riso: **“Coroa brocha e ainda quis enganar meretriz”**.

Na noite de segunda-feira convidou a jovem Vânia Pereira da Silva (18 anos, residente no bairro São Francisco) para uma noite de amor e deu um tremendo “bano” na garota. É que, além de ter batido fofo na hora agá, ainda recusou-se pagar o cobrado pela meretriz, sob a alegação que apenas a usou oralmente e lhe feito outras carícias. Vânia ficou revoltada ao ponto de bater no velho para lhe tomar 500 mil cruzeiros, desaparecendo. Ontem, acabou presa por agentes do setor de Roubos e Furtos do 1º Distrito Policial e posta no xadrez. (COROA BROCHA... 1993, p. 8).

Esta matéria possui características opostas à grande parte das publicadas em jornais acrianos: o sujeito mais ridicularizado em seu discurso é o cliente e não a prostituta. Contudo, tal fato não poupa que a imagem da prostituta seja descrita em tom de “chiste” e repúdio:

Vânia disse ainda que com o dinheiro comprou roupas e ontem de manhã quando voltou ao local onde havia encontrado o velho, acabou detida por agentes do 1º Distrito Policial e recolhida no xadrez. “Esse velho tem mesmo é que criar galinhas, pois entre suas pernas existem dois ovos estragados e um pinto morto. Além de quase me matar de raiva fazendo com que perdesse meu tempo com ele, acabou fazendo com que eu fosse acabar no xadrez”, reclamou. (COROA BROCHA...1993, p. 8).

Mesmo a matéria jornalística tendo descrito Sebastião Oliveira, de 71 anos de idade, como um “velho teimoso” e colocado a fala da prostituta ironizando a “incapacidade” deste sujeito, permanece projetando a imagem da prostituta como um sujeito vulgar, debochado e até desumano, pois a sua fala é carregada de preconceito em relação ao senhor idoso. Porém, tal matéria ainda não consegue realizar a prática básica de qualquer jornalismo responsável: ouvir os “dois lados da história”. Mesmo Vânia tendo sido presa como mostra a foto do jornal, não há nenhuma fala do cliente envolvido no caso policial descrito na reportagem. De acordo com Ana Carolina Temer (2007, p. 68), as informações contendo a narrativa de histórias de interesse humano sempre foram uma boa dica para atrair leitores. Ora, são

---

<sup>51</sup> Situação identificada também por Aparecida Fonseca (1996).

produções jornalísticas como estas que me fazem problematizar como se dá a arquitetura destes dizeres. O que define a construção deste tipo de notícia?

Nos discursos jornalísticos, a produção de sentidos resulta, de imediato, de recortes que o profissional faz na substância da atualidade e de suas decisões na composição formal do texto (sonoro, visual, etc.). O efeito de sentido da noticiabilidade, no entanto, depende de alguns fatores sociais, como por exemplo, a informação que é de interesse público, que é nova, que é atual, que apela aos sentidos, à curiosidade, etc. (STEINBERGER, 2005, p. 75).

Percebe-se que os critérios de noticiabilidade dos discursos jornalísticos perpassam pelo seguinte fundamento essencial: **precisa ser consumido**. Elencado a este objetivo macro, tem-se na matéria acima um apelo forte à comicidade, à ironia e ao deboche como forma de tornar tal fato algo “extraordinário” e de interesse público. Contudo, esta matéria jornalística não se preocupa em construir relações com aspectos externos a este caso específico: há uma clara necessidade, no Acre, de se discutir o índice de violência cometida por clientes de prostitutas, porém, nenhuma das notícias investigadas traz esta abordagem. Há um acúmulo de matérias recorrentes em 2003 e 2013 referentes à trajetória de uma CPI para exterminar o tráfico de mulheres no Estado e que até hoje, efetivamente, não foi fechado, casos polêmicos como o da Operação *Delivery*. Retomando os apontamentos de Steinberger (2005), um dos critérios de noticiabilidade é justamente o de compreender que qualquer fato precisa ter conectividade com o ambiente externo, ou seja, o fato específico não pode ser noticiado sem nenhuma conexão com o contexto em que se insere. Como é que o jornalismo acriano, sobretudo as matérias da editoria de polícia, constrói suas narrativas sem qualquer compromisso com o leitor que queira compreender como se dão os crimes envolvendo prostituição? Será que o jornalismo acriano pensa que seus leitores são incapazes de refletir acerca de tais discursos? Será que os editores de tais jornais não imaginavam que a sociedade seria capaz de ter a curiosidade e até mesmo atentar para alguma explicação referente à constância de escândalos envolvendo prostitutas nas capas dos jornais?

## 5 ANÁLISE DO DISCURSO E OS ESTUDOS DA COMUNICAÇÃO

### 5.1 APRESENTANDO O CORPUS E BRICOLAGENS METODOLÓGICAS

O corpus pesquisado corresponde a uma exigência que o universo desta pesquisa foi elaborando. Inicialmente pensou-se em analisar matérias da década de 1990 que tratassem do universo da prostituição, contudo, percebeu-se a necessidade de construir um recorte temporal que dialogasse tanto com o campo da comunicação quanto com os sujeitos representados pelos discursos jornalísticos. A proposta de analisar os jornais veiculados em 1993, 2003 e 2013 corresponde à lógica de pensar o discurso jornalístico acerca das prostitutas antes da criação do primeiro curso de jornalismo no Acre (1993), no ano de sua fundação (2003) e após dez anos de sua existência (2013).

Diante da pesquisa empírica dos jornais e do contato com o universo da prostituição, foi possível notar características que se parecem com vestígios deixados por estas fontes e que, portanto, merecem ser destacadas:

- a) Pesquisar a prostituição no Acre requer pensarmos a partir de sua peculiaridade geográfica: um estado fronteiro, de pequena extensão populacional e uma das regiões mais pobres da Amazônia;
- b) A característica mais marcante de todo o universo pesquisado, sem dúvida, é a presença do tráfico de mulheres no contexto prostituinte. Basicamente, todas as matérias jornalísticas, sobretudo as que apresentaram uma divulgação frequente, estão relacionadas ao crime envolvendo tráfico de pessoas, roubo, drogas e assassinatos.
- c) Grande parte das matérias dos anos de 1993 e 2003 utiliza adjetivos para dar nome às prostitutas de forma pejorativa. Enquanto que em 2013 há um predomínio de matérias jornalísticas envolvendo o maior escândalo de prostituição vivenciado na história deste Estado: Operação *Delivery*. Nestas matérias o universo da prostituição é tido como inexistente ou apenas compreendido como exploração de menores e apresentando uma “hipermidiatização” do termo “tráfico de mulheres”.
- d) As matérias veiculadas em 2013 apresentam ainda uma característica diferencial em relação às de 10 e 20 anos anteriores: elas apresentam uma linguagem jornalística de caráter informativo, factual e jurídico. Porém, mesmo sem a presença de termos

apelativos para identificar as prostitutas, seus discursos permanecem carregados de sentido reprovador em relação às mulheres que comercializam o sexo.

- e) Uma outra característica significativa que se pôde perceber é o fato de que, no campo semântico e estrutural, há pouca diferença entre as matérias de 1993 e 2003 veiculadas nos jornais impressos das publicadas em 2013 na plataforma virtual. Aqui, cabem reflexões acerca da falta de profundidade teórica e metodológica de se estudar a natureza dos meios de comunicação. Alsina (2009, p. 58) considera que ainda não se produziu, efetivamente, uma mudança na linguagem da mídia a partir da internet.

Feitas estas observações, cabe ressaltar que o corpus de matérias jornalísticas que serão analisadas parte do seguinte critério: que tratem de prostituição feminina e adulta (foram intencionalmente evitados os casos de prostituição infantil e pedofilia, por se entender que se trata de outro tipo de questão). Levando em consideração que as entrevistas realizadas nesta pesquisa tratam-se também destes perfis. Também decidiu-se por fazer sub recortes dentro do recorte pesquisado, ou seja, só serão analisados o discurso de matérias que atentem para a temática discutida nesta pesquisa: o discurso jornalístico e prostituição. Todavia, fez-se questão de registrar todas as matérias jornalísticas envolvendo o nome “prostituição” como “trunfo” ou até mesmo, rastros deste cenário na capital acriana. É importante frisar que a análise de notícias requer que a entendamos apenas como uma interpretação dentro de um emaranhado de possibilidades de outras leituras e releituras acerca do mesmo produto jornalístico. Entendo ainda que tais produções não estão desassociadas das realidades empresariais e políticas que foram produzidas. Sobre este aspecto, Miquel Alsina (2009) aponta:

Com o surgimento dos sujeitos, começa a aparecer a pluralidade das concepções da realidade. Afirma-se que “nunca há uma descrição” ‘correta’ e ‘verdadeira’ da realidade, mas muitas bem diversificadas, segundo os critérios nos quais se fundamenta o observador para a seleção das suas informações; quais as distinções e os juízos de valor que ele faz e de que perspectiva, com que interesse e quais os objetivos com que observa seu tema” (SIMON, 1994:133). Nesse sentido, como diz Urrutia (2000:33), “a verdade é, portanto, a verdade para alguém, em algum lugar, em algum momento que pode ser definido”. (ALSINA, 2009, p. 35).

Logo, o estudo que se produz aqui leva em consideração as peculiaridades de produção de tais discursos: fazer jornalismo em um dos Estados mais pobres do Brasil requer pensar que tais discursos nem sempre representam a perspectiva do jornalista ou até mesmo

do próprio jornal, uma vez que a falta de desenvolvimento capitalista nesta região inibe o crescimento de um número diversificado de veículos comunicacionais. É interessante também esclarecer que os jornais até hoje, neste Estado, possuem financiamento estatal, caso contrário, muitos deles nem existiriam. O que explica, por exemplo, a prática de reprodução das matérias jornalísticas veiculadas nos meios de comunicação estatal.

Os aspectos a serem analisados a partir dos recortes de jornais serão construídos a fim de proporcionar um diálogo com os discursos emitidos pelas prostitutas, levando em consideração a materialidade da linguagem jornalística, mas, sobretudo, o contexto histórico em que se dá o processo comunicacional analisado. Nesta lógica, cabe enumerá-los didaticamente:

- a) Matérias jornalísticas que envolvem a prostituta com algum crime realizam entrevistas com elas? Apresentam entrevistas ouvindo os “dois lados da história”, tendo em vista que esta é uma das premissas mais básicas da ética jornalística? A identificação do aparecimento de termos de cunho pejorativo referentes às prostitutas. Tendo em vista uma análise que investigue e compreenda como tais discursos surgiram, como eles se deram, quem os legitima.
- b) A relação que as matérias e os respectivos jornais estabelecem com a sociedade: financiadores, público alvo e com as esferas de poder.
- c) O discurso jornalístico e a representação de sujeitos historicamente excluídos: reflexões sobre o uso e os estudos do jornalismo.

Rio Branco, uma cidade que comporta aproximadamente 400.000 habitantes, com características de capital agitada, mas que ainda comporta relações entre vizinhos, amigos e parentes, tornando-os de certa forma próximos, acarretando uma relação de controle e vigilância sobre o outro. A cidade comporta diversas modalidades de prostituição: as trabalhadoras dos prostíbulos “oficiais”, as autônomas das ruas (Rio de Janeiro, Benjamin Constant, Via Chico Mendes, entre outras), além daquelas que buscam ocasionalmente fazer “programas” nas pensões e bares situados em mercados. Estas são apenas algumas das situações detectadas, mas é óbvio que existem diversos tipos de prostituição que não foram citadas, como a clássica situação das universitárias que agenciam seus contatos na instituição de ensino, entre outras. Para uma melhor identificação do corpus pesquisado, foram



produzidas algumas tabelas identificando o ano, o título e os jornais em que foram publicadas.

As categorias analíticas que serão utilizadas para a análise das entrevistas serão:

- a) A relação que a prostituta estabelece com a sociedade, com sua família e sua ocupação;
- b) O relacionamento que a prostituta estabelece com o cotidiano desta atividade e o uso do corpo como produto comercializável;
- c) O discurso que a prostituta constrói acerca da atividade que exerce e com os códigos de “comportamento” feminino regido na sociedade dita moderna e democrática.

## a) Matérias veiculadas em jornais de 1993

| Jornal A Gazeta   | Jornal A Tribuna   | Jornal O Rio Branco   |
|---|--|---|
| <p><b>1. Título:</b> Meninas fogem de casa para roubar ou se prostituir.<br/> <b>Data:</b> 12/01/1993.<br/> <b>Editoria:</b> Policia.</p> | <p><b>1. Título:</b> CPI da prostituição vem ao Acre ouvir autoridades e vítimas. <b>Data:</b> 09 a 16 de Agosto de 1993.<br/> <b>Editoria:</b> Política/capa.</p> | <p><b>1. Título:</b> Garota age contra velho catrepeiro.<br/> <b>Data:</b> 08/12/1993.<br/> <b>Editoria:</b> Policia.</p> |
| <p><b>2. Título:</b> Mãe prostituta abandona filhos.<br/> <b>Data:</b> 21/01/1993.<br/> <b>Editoria:</b> Policia/capa.</p>                | <p><b>2. Título:</b> Relatório diz que Acre tem 5 mil prostitutas.<br/> <b>Data:</b> 27 a 04 de outubro de 1993.<br/> <b>Editoria:</b> Política/capa.</p>          |   |
| <p><b>3. Título:</b> Garimpo é um inferno.<br/> <b>Data:</b> 26/01/1993.<br/> <b>Editoria:</b> Policia.</p>                               |  |   |
| <p><b>4. Título:</b> Coroa brocha e ainda quis enganar meretriz.<br/> <b>Data:</b> 03/02/1993.<br/> <b>Editoria:</b> Policia.</p>         |  |   |
| <p><b>5. Título:</b> Meretriz quase mata por cigarro.<br/> <b>Data:</b> 07/02/1993.<br/> <b>Editoria:</b> Policia.</p>                    |  |   |
| <p><b>6. Título:</b> Meretriz morde orelha de peão.<br/> <b>Data:</b> 17/03/1993.<br/> <b>Editoria:</b> Policia.</p>                      |  |   |
| <p><b>7. Título:</b> Campanha contra prostituição.<br/> <b>Data:</b> 15/05/1993.<br/> <b>Editoria:</b> Política.</p>                      |  |   |
| <p><b>8. Título:</b> Os bares flutuantes estão surgindo.<br/> <b>Data:</b> 16/05/1993.<br/> <b>Editoria:</b> Cotidiano.</p>               |  |   |

|  |  |  |
|--|--|--|
| <p><b>9. Título:</b> Sexo vale ouro em Porto Velho.<br/> <b>Data:</b> 16/05/1993.<br/> <b>Editoria:</b> Policia/capa.</p>              |  |  |
| <p><b>10. Título:</b> Cobrou noite de amor e foi presa.<br/> <b>Data:</b> 08/10/1993.<br/> <b>Editoria:</b> Policia.</p>               |  |  |
| <p><b>11. Título:</b> Prostitutas vão para garimpos com caminhoneiro.<br/> <b>Data:</b> 23/10/1993.<br/> <b>Editoria:</b> Policia.</p> |  |  |
| <p><b>12. Título:</b> Garimpo é um inferno.<br/> <b>Data:</b> 26/10/1993.<br/> <b>Editoria:</b> Policia.</p>                           |  |  |
| <p><b>13. Título:</b> Meretriz rouba com os dentes.<br/> <b>Data:</b> 25/11/1993.<br/> <b>Editoria:</b> Policia.</p>                   |  |  |

## b) Matérias veiculadas em Jornais de 2003

| Jornal Página 20   | Jornal A Tribuna   | Jornal A Gazeta   | Jornal O Rio Branco  |
|--|--|---|--|
| <p><b>1.Título:</b> Acre é incluído em projeto diagnóstico de abuso e exploração sexual.<br/> <b>Data:</b> 31/01/2003.<br/> <b>Editoria:</b> Política/capa.</p>    | <p><b>1. Título:</b> Calçada de bordel é invadida por briboteiros.<br/> <b>Data:</b> 08/02/2003.<br/> <b>Editoria:</b> Policia.</p>                | <p><b>1.Título:</b> Epidemia de garota de programa.<br/> <b>Data:</b> 23/03/2003.<br/> <b>Editoria:</b> Especial.</p>   | <p><b>1.Título:</b> Homens são presos por pagar programa com cheque sem fundo.<br/> <b>Data:</b> 25/01/2003.<br/> <b>Editoria:</b> Policia.</p>                  |
| <p><b>2. Título:</b> Inocência perdida – menores drogados e prostituídos nas ruas da cidade.<br/> <b>Data:</b> 20/02/2003.<br/> <b>Editoria:</b> Policia/capa.</p> | <p><b>2.Título:</b> Prostituição terá combate no carnaval.<br/> <b>Data:</b> 09/02/2003.<br/> <b>Editoria:</b> Cotidiano/capa.</p>                 | <p><b>2.Título:</b> CPI da prostituição chega no Acre dia 25.<br/> <b>Data:</b> 06/11/2003.<br/> <b>Editoria:</b> Política/capa.</p>                                    | <p><b>2.Título:</b> Prostitutas poderão ter a carteira assinada.<br/> <b>Data:</b> 01/02/2003.<br/> <b>Editoria:</b> Policia/capa.</p>                           |
| <p><b>3.Título:</b> Entidades se unem contra a impunidade dos crimes sexuais.<br/> <b>Data:</b> 07/03/2003.<br/> <b>Editoria:</b> Política/capa.</p>               | <p><b>3.Título:</b> Força-tarefa terá combate no carnaval.<br/> <b>Data:</b> 16/02/2003.<br/> <b>Editoria:</b> Policia/capa.</p>                   | <p><b>3.Título:</b> Perpétua: “A passagem da CPI da prostituição infantil não será impunemente”.<br/> <b>Data:</b> 10/11/2003.<br/> <b>Editoria:</b> Política/capa.</p> | <p><b>3.Título:</b> Menores trabalham à noite no terminal rodoviário.<br/> <b>Data:</b> 24/04/2003.<br/> <b>Editoria:</b> Policia/capa.</p>                      |
| <p><b>4.Título:</b> Preso empresário ligado à prostituição infantil em Sena.<br/> <b>Data:</b> 13/03/2003.<br/> <b>Editoria:</b> Policia.</p>                      | <p><b>4.Título:</b> Cafetina ajuda taxista a estuprar menor.<br/> <b>Data:</b> 19/02/2003.<br/> <b>Editoria:</b> Policia/capa.</p>                 | <p><b>4.Título:</b> Prefeitura fecha prostíbulo, igreja e marcenaria.<br/> <b>Data:</b> 21/11/2003.<br/> <b>Editoria:</b> Policia.</p>                                  | <p><b>4.Título:</b> Rapaz espanca e dá calote em garota de programa.<br/> <b>Data:</b> 16/05/2003.<br/> <b>Editoria:</b> Policia/capa.</p>                       |
| <p><b>5. Título:</b> Garota de programa é agredida pelo cliente.<br/> <b>Data:</b> 16/05/2003.<br/> <b>Editoria:</b> Policia/capa.</p>                             | <p><b>5.Título:</b> Garota de programa espancada em praça pública pede ajuda.<br/> <b>Data:</b> 29/06/2013<br/> <b>Editoria:</b> Policia/capa.</p> |   | <p><b>5.Título:</b> Seminário define ação contra exploração sexual e tráfico de crianças.<br/> <b>Data:</b> 15/06/2003.<br/> <b>Editoria:</b> Política/capa.</p> |
| <p><b>6.Título:</b> Começa seminário contra violência sexual.<br/> <b>Data:</b> 17/06/2013.<br/> <b>Editoria:</b></p>  | <p><b>6.Título:</b> Nada é como antigamente.<br/> <b>Data:</b> 22/07/2003.<br/> <b>Editoria:</b> Especial.</p>                                     |   | <p><b>6.Título:</b> Pesquisa aponta o Acre na rota do tráfico de mulheres.<br/> <b>Data:</b> 17/06/2003.<br/> <b>Editoria:</b></p>                               |

|  |   |  |                |
|--|---|--|----------------|
| Política/capa.   |   |  | Política/capa. |
| <b>7.Título:</b> Casa de refúgio às mulheres ameaçadas.<br><b>Data:</b> 14/12/2003.<br><b>Editoria:</b> Policia. | <b>7.Título:</b> Prostituta abre o jogo.<br><b>Data:</b> 23/07/2003.<br><b>Editoria:</b> Policia.           |  |                |
|  | <b>8.Título:</b> Raízes profundas.<br><b>Data:</b> 24/07/2003.<br><b>Editoria:</b> Especial.                |  |                |
|  | <b>9.Título:</b> Garota é presa com 2,5kg de coca.<br><b>Data:</b> 17/09/2003.<br><b>Editoria:</b> Policia. |  |                |

## c) Matérias veiculadas em jornais de 2013

| <b>Jornal Página 20</b>  | <b>Jornal A Tribuna</b>   | <b>Jornal O Rio Branco</b>  | <b>Jornal A Gazeta</b>   |
|--|---|---|--|
| <b>1.Título:</b> Delivery-envolvidos começam a serem ouvidos no dia 22 de janeiro.<br><b>Data:</b> 13/01/2013.<br><b>Editoria:</b> Policia/capa. | <b>1.Título:</b> Delivery: Judiciário volta à normalidade<br><b>Data:</b> 05/01/2013.<br><b>Editoria:</b> Cotidiano.                        | <b>1.Título:</b> Acre no combate à violência contra a mulher.<br><b>Data:</b> 09/12/2013.<br><b>Editoria:</b> Política/capa.  | <b>1.Título:</b> Antiga delegacia vira ponte de prostituição e de usuários de droga.<br><b>Data:</b> 25/11/2013.<br><b>Editoria:</b> Policia/capa. |
| <b>2.Título:</b> Dono de agência de modelos pega 54 anos por crimes sexuais.<br><b>Data:</b> 21/12/2013.<br><b>Editoria:</b> Policia/capa.       | <b>2.Título:</b> Delivery: Justiça ouve testemunhas de defesa.<br><b>Data:</b> 09/01/2013.<br><b>Editoria:</b> Policia/capa.                | <b>2.Título:</b> Debilitado, Adálio Cordeiro será interrogado somente dia 18.<br><b>Data:</b> 06/02/2013.<br><b>Editoria:</b> Policia/capa.   | <b>2.Título:</b> Justiça suspende convênio que permitia PRF fazer TCOs.<br><b>Data:</b> 25/11/2013.<br><b>Editoria:</b> Policia/capa               |
|  | <b>8.Título:</b> Delivery: promotor diz que garotas sofrem pressão e ameaças.<br><b>Data:</b> 22/01/2013.<br><b>Editoria:</b> Policia/capa. | <b>3.Título:</b> Fogo que destruiu pensões próximas ao Mercado Elias Mansour foi causado propositalmente.<br><b>Data:</b> 12/12/2013.<br><b>Editoria:</b> Policia/capa.                     | <b>3.Título:</b> Golpe “boa noite cinderela” volta a ser aplicado no Mercado Novo.<br><b>Data:</b> 25/11/2013.<br><b>Editoria:</b> Policia/capa.   |
|  | <b>3.Título:</b> Adolescente denuncia tentativa de suborno para mudar versão.<br><b>Data:</b> 28/01/2013.<br><b>Editoria:</b> Policia/capa. | <b>4.Título:</b> Vereador de Rio Branco citado na operação Delivery se afasta do PC do B.<br><b>Data:</b> 06/02/2013.<br><b>Editoria:</b> Política/capa.                                    | <b>4.Título:</b> Produtor de moda demite modelos por envolvimento em prostituição.<br><b>Data:</b> 06/03/2013.<br><b>Editoria:</b> Policia/capa.   |
|  | <b>4.Título:</b> Operação Delivery: pecuarista consegue habeas corpus.<br><b>Data:</b> 31/01/2013<br><b>Editoria:</b> Policia.              | <b>5.Título:</b> Operação Delivery – Justiça acreana condena acusados envolvidos na rede de prostituição e exploração sexual.<br><b>Data:</b> 01/07/2013.<br><b>Editoria:</b> Policia/capa. |  |
|  | <b>5.Título:</b> Sentença da Delivery deve sair em 60 dias.<br><b>Data:</b> 06/02/2013.<br><b>Editoria:</b> Policia/capa.                   |   |  |
|  | <b>6.Título:</b> Operação Delivery: parte dos réus confessa a exploração.<br><b>Data:</b> 05/02/2013.                                       |   |  |

|  |   |  |  |
|--|---|--|--|
|  | <b>Editoria:</b> Policia/capa.  |  |  |
|  | <b>7. Título:</b> Operação Delivery: mais dois estão livres.<br><b>Data:</b> 07/02/2013.<br><b>Editoria:</b> Policia.                             |  |  |
|  | <b>8. Título:</b> Delivery: pecuarista e suposta aliciadora serão ouvidos.<br><b>Data:</b> 16/02/2013.<br><b>Editoria:</b> Policia/capa.          |  |  |
|  | <b>9. Título:</b> Delivery: pecuarista foi o único a ser ouvido ontem.<br><b>Data:</b> 18/02/2013.<br><b>Editoria:</b> Policia/capa.              |  |  |
|  | <b>10. Título:</b> Delivery: últimos acusados serão ouvidos hoje.<br><b>Data:</b> 20/02/2013.<br><b>Editoria:</b> Policia/capa.                   |  |  |
|  | <b>11. Título:</b> Delivery: réus denunciam à CPI coação e estupro.<br><b>Data:</b> 28/02/2013.<br><b>Editoria:</b> Policia/capa.                 |  |  |
|  | <b>12. Título:</b> Delivery: pronunciamentos em abril.<br><b>Data:</b> 26/03/2013.<br><b>Editoria:</b> Policia/capa.                              |  |  |
|  | <b>13. Título:</b> Acriano preso na Delivery depõe no DF.<br><b>Data:</b> 09/04/2013<br><b>Editoria:</b> Policia/capa.                            |  |  |
|  | <b>14. Título:</b> Caso Delivery: juiz solicita o pronunciamento das partes.<br><b>Data:</b> 12/04/2013.<br><b>Editoria:</b> Policia/capa.        |  |  |
|  | <b>15. Título:</b> Operação Delivery: MPE vai pedir a condenação de 17 dos 22 réus.<br><b>Data:</b> 26/04/2013.<br><b>Editoria:</b> Policia/capa. |  |  |

|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
|  | <p><b>16. Título:</b> Operação Delivery: advogados de defesa entregam alegações finais.<br/> <b>Data:</b> 04/05/2013.<br/> <b>Editoria:</b> Policia/capa.</p>                  |  |  |
|  | <p><b>17. Título:</b> Foragida do presídio é presa quando tentava fazer programa na Br-364.<br/> <b>Data:</b> 17/05/2013.<br/> <b>Editoria:</b> Policia.</p>                   |  |  |
|  | <p><b>18. Título:</b> Sentenças dos réus da Operação Delivery devem ser anunciadas ainda neste mês.<br/> <b>Data:</b> 01/06/2013.<br/> <b>Editoria:</b> Policia/capa.</p>      |  |  |
|  | <p><b>19. Título:</b> MP debate tráfico de adolescentes.<br/> <b>Data:</b> 10/06/2013.<br/> <b>Editoria:</b> Política/capa.</p>  |  |  |
|  | <p><b>20. Título:</b> Sentença da Operação Delivery deve sair até a próxima semana, revela juiz Romário.<br/> <b>Data:</b> 27/06/2013.<br/> <b>Editoria:</b> Policia/capa.</p> |  |  |

Fonte: Quadro construído a partir da investigação do acervo de periódicos do Patrimônio Histórico do Acre, 05/07/2013.



## 5.2 OS JORNAIS E AS PROSTITUTAS: VÍTIMAS OU CRIMINOSAS?

Na tentativa de organizar as análises, começarei dialogando com matérias que considero significativas para esta pesquisa, contudo, todas elas estarão dispostas em anexo. Devido ao tempo extenso de pesquisa<sup>52</sup>, foi possível encontrar matérias que evidenciaram o desrespeito e desumanização com as prostitutas, fato que me instigou a produzir tal estudo. Logo, mesmo que elas não tenham sido publicadas nos anos do recorte proposto (1993, 2003, 2013), convém analisá-las pelo suporte que elas podem dar para compreender a representação das prostitutas em jornais rio-branquenses.

A primeira matéria de 1993 encontrada constitui-se como uma das mais polêmicas em relação ao discurso sobre o “outro”: **Mãe prostituta abandona filhos**<sup>53</sup>. Na legenda da foto das crianças ditas “abandonadas”, o jornalista se refere à mãe como “vadia”<sup>54</sup>, mostrando o quão “cruel” foi a prostituta que abandonou seus filhos para ganhar o dinheiro considerado desonesto. A expressão “vadia”, nesta matéria, leva o leitor a consolidar o estereótipo da prostituta como a portadora do mal, do pecado, do crime. Percebe-se que o jornal, além de escandalizar chamando a prostituta de vadia, ainda coloca uma foto das crianças sozinhas em casa, na tentativa de chocar a sociedade e denunciar o “descaso” da mãe, considerada na matéria um “abjeto”, a partir do conceito de Judith Butler (2010):

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. Essa zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito; ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual – e em virtude do qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida. Neste sentido, pois, o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, “dentro” do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio. (BUTLER, 2010, p. 155).

A prostituta acaba tornando-se um abjeto na medida em que acaba incorporando uma figura abominável por uns, útil para outros, mas que em um plano geral ou panorâmico, até

<sup>52</sup>Esta é uma pesquisa que teve início em 2007 e foi resultado da monografia de conclusão do curso de Comunicação/Jornalismo, defendida em novembro de 2012.

<sup>53</sup> Matéria completa no Anexo B.

<sup>54</sup> Legenda da foto: “Miquele e Feliciano abandonados pela mãe vadia”.

hoje carrega o estigma do sujeito feminino sem pudor, sem ética, sem moral e nem bons costumes. Não se permite que “moças de família” tenham comportamentos parecidos com os de prostitutas: ir sozinha para bares, ter relacionamento com vários homens ao mesmo tempo, entre outros aspectos. Muito menos é permitido que tais moças andem com estilos parecidos ou sejam colegas/amigas de tais sujeitos. Logo, a prostituta acaba servindo como exemplo de como uma mulher não deve ser, por isso o conceito de abjeto reside sobre alguém que não se posiciona de forma confortável sobre determinada identidade e que não se encaixa nos padrões aceitos na lógica falocêntrica, heteronormativa e patriarcal. Os abjetos acabam sendo considerados seres que não existem em termos de valor social nas estruturas simbólicas das sociedades ditas “pós-modernas”. De acordo com Butler (2010), esta condição de abjeto é ainda o fato que leva estes, considerados como “coisas”, a reivindicarem direitos.

A matéria do jornal A Gazeta, além de não entrevistar a mulher, supostamente prostituta, ainda produz relatos sem nenhum entrevistado. A única forma de denúncia feita foi reproduzindo “informações” de vizinhos, porém não há nenhuma entrevista de qualquer pessoa na dita “matéria jornalística” da editoria de polícia. Percebe-se que não há nenhuma garantia responsável que legitime as acusações contidas neste texto. Ora, o jornalismo, enquanto dispositivo de construção de realidades sociais, necessita de recursos que o tornem legítimos, comprováveis como aponta Charadeau (2006, p. 91, grifos no original): “*Fornecer a prova das explicações* equivale a manifestar o triunfo da razão, o poder da inteligência humana, a dominação do pensamento sobre a matéria, sem a qual a descrição dos fatos não teria nenhuma utilidade”.

Ora, é preciso que as notícias venham acompanhadas de seus critérios de noticiabilidade, tais como: fontes que legitimem a informação a ser divulgada, documentos que comprovem tal informação (imagens, objetos, entrevistas com instituições envolvidas no fato registrado, são alguns exemplos). A matéria além de não conter nenhuma entrevista da instituição responsável pela investigação policial, ainda coloca no título a acusação de que a mãe é uma desgraçada:

“É uma desgraçada”

Segundo os moradores do Triângulo Novo, desde que nasceram as crianças vivem sofrendo, não têm cama ou mesmo uma rede para dormir, já que todo o dinheiro que Mariazinha ganha como meretriz gasta com bebidas e tóxicos. Inicialmente, ela deixava os menores apenas durante a noite, já que de dia dormia para curar a “ressaca” da noite anterior. No entanto, nos últimos meses tornou-se extremamente irresponsável ficando até dez dias sem aparecer em casa, deixando os filhos trancados no quatinho onde mora

– de 2,5 por 3 metros – e onde existe apenas um televisor preto e branco danificado. (MÃE PROSTITUTA...1993, p. 5).

O que se percebe a partir do recorte acima é que além da matéria pautar-se em um “**ouvi dizer**”, não se preocupando em entrevistar os autores destas condenações, há ainda uma criminalização da mãe, supostamente prostituta, uma vez que não se pode afirmar que a ausência da mesma deva-se a tal fato, pois não há provas que deem suporte a estas condenações. O autor desta notícia ainda informa que a mãe é uma irresponsável, contudo, a única possível “prova” que mostrou no jornal foi uma foto de capa em que as duas crianças estão sentadas na cama. O que o jornal acaba por evidenciar é a não preocupação em legitimar-se enquanto detentor de um veículo de informação que mereça credibilidade do leitor: tais fotos podem ter sido construídas em vários contextos, o cenário registrado pode ser apenas parte da casa, entre outras inúmeras possibilidades de leitura e interpretação de tal notícia. Como um jornal se dá o direito de publicar uma foto com o rosto da mãe referindo-se à mesma como um ser sem coração? Que poder é este que o jornalismo adquiriu de se permitir construir tais discursos? Ou, como propõe Foucault (1972), quais são as condições de enunciação de tais discursos? Por que o jornalismo age como se seus receptores não fossem capazes de questionar tais narrativas? Parece-me que estamos diante de um problema para além das relações entre gêneros, do uso do sexo como elemento de sobrevivência, da autonomia corporal feminina, da relação do jornalismo com a sociedade. O problema desta pesquisa, bem como do objeto das ciências sociais (Foucault, 2006), está nas relações de poder construídas e legitimadas entre prostituta-jornalismo-sociedade. Sobre este aspecto convém a seguinte reflexão:

Não há absolutamente instância suprema. Há regiões onde esses efeitos de verdade são perfeitamente codificados, onde os procedimentos pelos quais se pode chegar a enunciar as verdades são conhecidos previamente, regulados. São, em geral, os domínios científicos. No caso das matemáticas, é mais flutuante. E depois, afora às ciências, têm-se também os efeitos de verdade ligados ao sistema de informações: quando alguém, um locutor de rádio ou de televisão, lhe anuncia alguma coisa, o senhor acredita ou não acredita, mas isso se põe a unicamente porque foi pronunciado daquela maneira, naquele tom, por aquela pessoa, naquela hora. (FOUCAULT, 2006, p. 233).

Nesta entrevista, Foucault questionado acerca do problema de seus estudos chega a confessar que por muito tempo achou que seu problema estivesse relacionado à análise dos saberes e dos conhecimentos, porém, acabou por compreender que estes, definitivamente, não

seriam a sua maior inquietação. Foucault afirma que seu verdadeiro problema é o poder, assim como o de todo mundo. O autor rebate as críticas que o fizeram de que ele enxergava “poder em tudo” quando tentava problematizar a complexidade existente na microfísica do poder. Foucault (2006) esclarece nesta entrevista que a **Arqueologia do Saber** não se trata de um estudo de metodologia – motivo que levaram a chamá-lo de estruturalista, nem tampouco de revisão crítica da linguística, mas trata-se de discussão sobre a busca de instrumentos epistemológicos que deem conta de compreender as multifaces do poder. Foucault ainda afirma a sua incapacidade de definição de ferramentas que consigam dar conta da complexidade do poder, por isso ele compreende que há uma necessidade de discutir como o poder é exercido e não tentar a “saga impossível” de defini-lo e esquadrihá-lo. Contudo, o que mais nos interessa neste trecho do autor está relacionado aos “efeitos de verdade” construídos a partir do discurso dos meios de comunicação social. Para Foucault, existe a possibilidade de que o receptor acredite ou não nos enunciados midiáticos, mas ele afirma que tais instituições já carregam em si o “escudo de detentor da verdade dos fatos”, em outras palavras, o jornalismo é compreendido aqui como um dos dispositivos da modernidade nas estratégias de saber-poder.

De acordo com Ana Carolina Temer (2012), um acontecimento pode ser considerado notícia na seguinte condição:

Para serem elevados à condição de matéria jornalística ou mesmo de notícias, os acontecimentos são selecionados também em função das rotinas de produção jornalística, que estão condicionadas a questões, como horário (fechamento das edições), situação (acesso à informação), e personagens (status dos envolvidos). (TEMER, 2012, p. 6).

Ora, de acordo com (TEMER, 2012), a condição básica de toda e qualquer notícia é a existência real de personagens, o que não existe no produto jornalístico em questão. Logo, há que se pensar os critérios que a política editorial de determinado jornal estabeleceu para tornar esta informação como algo que precisasse ser não apenas noticiado, o mais preocupante é a denúncia produzida pelo jornal sem qualquer tipo de prova. Além deste aspecto, cabe ainda ressaltar a presença do apelo sensacionalista da notícia em questão a partir dos seguintes aspectos: matéria de capa, foto das crianças centralizada e com maior espaço na capa, título da manchete com apelo sentimental (**Mãe prostituta abandona filhos**) e narrativa “jornalística” com a típica estrutura do melodrama.

O uso do conceito de “jornalismo sensacionalista” acabou se tornando até genérico por conta do uso excessivo desta nomenclatura para caracterizar jornais que apelam através de excessos como: violência, sangue, anomalia sexual, patologias sociais, entre outros. Márcia Amaral (2003) problematiza tal fato e traz a seguinte reflexão:

Os jornais populares moldam seu discurso informativo de acordo com apropriações de características culturais de seus leitores. Afirmar que o jornalismo sensacionalista revela o seu grau de mercantilização diz respeito apenas ao circuito do capital e não ao circuito da produção de formas subjetivas. (AMARAL, 2003, p. 141).

A autora acima discute como o conceito de sensacionalismo jornalístico foi sendo estudado a partir de uma visão marxista, que enxergava-o como fruto de uma relação exclusivamente econômica. A autora, no entanto, aposta em uma perspectiva mais flexível para compreender a construção de notícias deste caráter. Apoiada em Martin-Barbero (1997), a pensadora considera que o jornalismo sensacionalista precisa ser analisado a partir de uma ótica que o compreenda também como um produto cultural oriundo das construções simbólicas de comunicação e sociabilidade: há uma carga de dramaticidade tão presente no imaginário coletivo, oriundo do melodrama, do folhetim e da forma grotesca de seduzir, divertir e informar (AMARAL, 2003).

O reflexo do desrespeito e ao mesmo tempo da tentativa de resistência destas mulheres pôde ser percebido durante a pesquisa da seguinte forma: em seus depoimentos, algumas delas afirmam que não se sentem exploradas nesse regime de trabalho, elas não possuem horários regulares, muito menos são subordinadas aos chamados “cafetões”: elas pagam o quarto que utilizam por cada “programa” realizado e mantém uma relação de amizade com a dona da pensão. Porém, em vários momentos de suas falas existem afirmações que denotam uma falta de perspectiva de lutar para que a sociedade passe a enxergá-las de outra forma. O que se percebe é que há uma pressão social tão forte, que poucas prostitutas tomam a frente do movimento.

O estigma da prostituição torna invisível a realidade concreta de quem se prostitui, substituindo-a por imagens disformes construídas pelo preconceito. Acredito que tornar visível essa realidade a partir da coleta de depoimentos, em que prostitutas articulem uma percepção acerca de si, e dos múltiplos papéis que exercem na sociedade, consista em eficaz estratégia de reversão do processo de estigmatização que sofrem por se prostituírem. (BARBARÁ, 2007, p. 14).

Barbará (2007) organiza um livro de entrevistas com nove prostitutas que fazem parte da ONG Davida - Prostituição, Direitos Civis, Saúde. Nesta coletânea ela vai ouvir a trajetória de vida destas mulheres que praticaram a prostituição na década de 1970. As sessões de entrevistas foram realizadas em 2005 e remetem à própria trajetória do movimento associativo organizado pela Davida, que tem como figura de destaque a ativista Gabriela Leite, falecida em outubro de 2013. Na pesquisa em questão consegue-se perceber certa semelhança com as vozes das prostitutas entrevistadas em Rio Branco: em vários momentos suas falas se mesclam entre o sentimento de autopunição e o desejo de serem redimidas, com falas em que afirmam serem prostitutas por não quererem submeter-se às lógicas disciplinadoras do trabalho formal. No caso abaixo, Pétala afirma ter vergonha da atividade que realiza:

Não amor eu não pretendo de jeito nenhum, na hora que aparecer um emprego pra mim eu saio dessa vida. Porque isso não é pra mim não, eu tenho vergonha, eu fico aqui assim, às veiz eu faço mais quando eu tô bebendo, eu tenho vergonha até de andar<sup>55</sup>.

A tal “vergonha” que Pétala fez questão de dizer que sentia aparece como uma tentativa de justificar o ato de “fazer programa”, o qual ela considera como algo passageiro, apenas por não ter outra opção de trabalho e, acima de tudo, considera abominável tal prática. Este é o discurso que legitima a ação da mesma na prostituição, como se fosse a justificativa, ou seja, a necessidade financeira é a responsável pelo ato tão “vergonhoso” relatado pela moça. Percebemos o quão intenso é o conflito identitário desta trabalhadora, pois tenta constantemente justificar sua prática como uma necessidade e não uma opção. Esta é uma das realidades vivenciadas nessa profissão, no entanto, não se constitui como causa absoluta: existem vários casos de pessoas que gostam do trabalho que fazem, entendendo tal ato como algo digno de respeito, como qualquer outra profissão.

Pétala ao relatar sobre seus dilemas cotidianos demonstrou bastante rejeição à sua aparência física quando, indiscretamente, perguntei se a mesma sentia-se bonita, situação pela qual recebi a resposta, prontamente, de um **não**, acompanhado de uma possível contradição

---

<sup>55</sup>Entrevista concedida por PÉTALA, Fulana de. Entrevista II. [Julho. 2013]. Entrevistador: Pollyana Dourado dos Santos. Rio Branco, 2013. A entrevista na íntegra encontra-se gravada em áudio no CD Rom desta dissertação.

com sua atividade que, em linhas gerais, pressupõe alguma beleza física. Em outros momentos, Pétala afirma não ter sofrido nenhum tipo de constrangimento em função da atividade que realiza:

Nunca ninguém soltou piada pra mim, de jeito nenhum. Nunca, nunca, até agora não, né. Porque tem só dois meses que eu tô assim, ninguém nunca falou comigo e nem nunca jogou piada de nada.<sup>56</sup>

Mesmo a entrevistada tendo afirmado que jamais sofreu algum tipo de rejeição ou que tenha vivenciado alguma situação em que foi confrontada por ser prostituta, acaba entrando em contradição ao dizer que sente-se como um ser amaldiçoado: *“É um dinheiro amaldiçoado, eu acho assim. Porque a gente já ganha esse dinheiro assim, você ganha hoje e amanhã você num tem”*, declara Pétala.

Contudo, nem todas as moças que realizam esta atividade se sentem “pecadoras”, “culpadas” ou “vítimas”. É o caso de Júlia Rosa<sup>57</sup>, uma moça de 22 anos que afirma ter iniciado na prostituição por meio de uma brincadeira.

Bom...Meu nome é Júlia, tenho 22 anos. E... assim, eu comecei a fazer isso por uma brincadeira, eu fui em uma festa e encontrei algumas amigas que já trabalharam com isso, me convidaram e fui não pelo dinheiro, fui mais pela curtidão mesmo. Aí desde então eu faço, mas não é nada sério, não levo esse dia-a-dia na minha rotina, entendeu? É só de vez enquanto, quando dá na veneta mesmo. Mas eu não tenho isso como uma profissão.

Ao entrevistar esta moça, lembro-me do quanto me senti chocada. Até então, eu só havia tido contato com mulheres que se apresentavam com características de sofrimento em meio àquele “agito”, bem característico do interior das pensões e bares presentes nos escombros do centro de Rio Branco, geralmente afirmando que só praticava esta atividade por necessidade financeira. Júlia era uma moça que cursava administração em uma faculdade privada, era de uma família de classe média, apresentava-se bem arrumada e elegante. Durante a entrevista, Júlia fazia questão de demonstrar que fazer programa era “legal”, mas tinha suas complicações. Porém em nenhum momento Júlia se colocou como uma “vítima” da atividade que praticava. Comentou que os programas eram feitos quando os clientes a

<sup>56</sup>Ibid 35.

<sup>57</sup>Entrevista concedida por ROSA, Júlia de. Entrevista III. [Agosto. 2013]. Entrevistador: Pollyana Dourado dos Santos. Rio Branco, 2013. A entrevista na íntegra encontra-se gravada em áudio no CD-Rom desta dissertação.

procuravam, geralmente os contatos eram por celular. Ao perguntar sobre como ela se sentia na realização dos programas, Júlia conta uma das ocasiões de conflito que vivenciou:

Não, eu me sinto bem. Já teve ocasiões que eu me senti mal, porque coisas aconteceram que não foram legais, entendeu? Mas assim, nada tão grave, foi só discussões por conta de não querer pagar, algo assim, mas terminou tudo bem. Reagi e ele não me agrediu, assim, me agrediu só moralmente, e tudo terminou bem. Discutimos, mas aí ele resolveu pagar. Porque assim, nós tínhamos acertado um valor e ele queria me dar outro e eu não aceitei. Aí ele ficou chateado, aí começou a me agredir moralmente, aí eu quis reagir, mas aí quando ele falou que ia dar o dinheiro ficou tudo bem<sup>58</sup>.

Durante a entrevista havia uma tentativa minha de proporcionar um ambiente descontraído, privado, o que acabou proporcionando uma entrevista mais longa e com abordagens mais detalhadas sobre a vida desta prostituta que foge ao perfil de todas as outras entrevistadas. Porém, mesmo com uma aparência feliz por ser prostituta, Júlia falava dos problemas relacionados ao universo da prostituição como se todos eles fossem pequenos detalhes, uma vez que ela não necessitava de tal atividade para sobreviver, pois ainda morava com seus pais. Quando perguntei se ela considerava que a sua atividade era bem paga, ela calmamente respondeu: *“Eu não faço porque preciso, eu faço por diversão, curtidão mesmo. Então eu acho que o que dão é bem grato”*. Júlia relata que o custo do programa que realizava era em torno de R\$ 100,00 a R\$ 300,00 reais<sup>59</sup>, nunca menos que isso. Por mês, ela conseguia cerca de dois mil reais. Júlia Rosa era muito bonita e relata que já havia sido convidada para ir para a Espanha<sup>60</sup> para atuar em uma boate que havia prostituição. Mas, por não possuir documentos (na época do convite ela tinha 17 anos), a amiga não a levou. Porém, Júlia relata que a amiga até sugeriu produzir documentos falsificando sua idade, mas ela não aceitou. Durante a entrevista, Júlia estava sempre arrumando seu cabelo vermelho, o que me levou a perguntar se ela achava-se uma moça atraente e ela, risonha, respondeu:

---

<sup>58</sup>Ibid 48.

<sup>59</sup>Deve-se levar em consideração que em 2009 este valor equivaleria hoje em média entre R\$ 300,00 e R\$ 500,00 Reais.

<sup>60</sup> Como já foi discutido em capítulos anteriores, há uma constante presença do tráfico de mulheres nesta região, tendo em vista sua localização geográfica como ponto de fronteira com dois países andinos, portadores de uma legislação bem mais branda em relação ao Brasil contra este tipo de crime.



Sim. Teve um tempo que eu fiquei meio desgostosa de mim, que eu engordei mais um pouquinho. Aí foi quando eu adoeci, peguei uma dengue, aí fiquei parada sem fazer nada, em casa direto, mas hoje em dia me sinto bem.

Sabemos que a comercialização sexual constitui-se substancialmente da exposição corporal de sujeitos que se submetem a tais práticas, logo esse universo exige um padrão físico visivelmente desejável e em se tratando de locais considerados promíscuos, conhecidos popularmente como baixo meretrício, esse ideal de corpo escultural não se torna regra absoluta, pois se permite uma variedade de perfis, que em outro contexto social poderiam ser considerados inaceitáveis, vendo que, nestes espaços passam a receber existência significativa: *“Tem homem que gosta de gorda, tem homem que gosta de magra, tem homem que gosta de loira, morena, baixa, alta. Tem gosto pra tudo”*.<sup>61</sup>

A moça, com quem se manteve uma pequena conversa, foi enfática em afirmar que no espaço de trabalho em que ela se encontra existe a possibilidade de rompimento com padrões modernizantes de beleza e de obtenção de prazer, justificando essa teoria a partir do pluralismo de estilos de consumidores:

Tem um homem que vem que ele é homossexual, ele vem só pra ir pro quarto com ela, vestir a roupa dela e ficar alisando ela e pede pra ela ficar alisando ele. Ele não transa, entendeu! Ele vem só pra se divertir.<sup>62</sup>

A diversidade de “estilos” existente no universo do consumo de prazeres sexuais está presente como forma democrática de escolhas, porém há que pensar que esse fato não exclui a existência e, em alguns casos, a predominância de um modelo de corpo desejável e, portanto, *sexy*, dentro da logística do comércio sexual. Todo esse regime quanto ao uso do corpo parece nos levar à reflexão sobre o sentido de tais práticas. Uma profissional que trabalha comercializando práticas sexuais é reprovada pela sociedade pelo uso que faz do seu corpo; apesar de compreender que tal atividade está diretamente ligada à autonomia que cada sujeito possui com seu corpo, essa profissão acaba por tornar-se de domínio e preocupação públicas.

Ao ter a oportunidade de conversar com as mulheres deste local, fui percebendo que elas se auto recriminam e se punem, ao ponto de considerarem-se proporcionadoras do

---

<sup>61</sup>Entrevista concedida por SILVA, Maria da. Entrevista IV. [Agosto. 2013]. Entrevistador: Pollyana Dourado dos Santos. Rio Branco, 2013. A entrevista na íntegra encontra-se gravada em áudio no CD-Rom desta dissertação.

<sup>62</sup>Ibid 40.

pecado, algumas se sentindo feias e até afirmando que isso é um dinheiro “amaldiçoado”, como é o caso de Pétala, que quando fez a pergunta se ela tinha esperanças de conseguir um relacionamento amoroso, ela, tristemente, respondeu:

*“Ah é mei difícil né porque as veiz acontece. Mas que é difícil é, porque o pessoal num acredita né. Mulher de puteiro jamais tem valor né”*<sup>63</sup>, disse a moça demonstrando timidez ao relatar aspectos tão íntimos de suas perspectivas de vida.

A fala de Pétala parece-me carregada de valores impostos pelo moralismo cristão e pelo discurso modernizante, que rotulou arbitrariamente o que é mulher de “respeito” e o que é mulher de “puteiro”, dando seus respectivos valores morais a cada uma dessas classificações, impondo padrões comportamentais no universo feminino, ligados à sexualidade e, principalmente, ao impor o que é cabível como profissão digna para uma mulher e o que não é. Caso semelhante também foi vivido por pesquisadores no bairro Papouco em 1993:

Para muitas delas, o sexo não era apenas uma forma de garantir a sobrevivência, mas também de um prazer misterioso e cheio de culpa. Revelaram em suas falas que eram mulheres que percebiam o papel social que se esperava delas: vender o corpo como mercadoria e sobreviver com esta fonte de renda. (MORAIS, 1993, p. 29).

Vivendo sob o julgo da culpa e sob a classificação de desprezíveis, essas mulheres compreendem seu papel social, muitas delas tornam-se amigas e confidentes de seus parceiros, que contam suas lamúrias e conflitos familiares, é o que se percebe em relação à pesquisa realizada na Vila Mimosa, na região do Mangue (Rio de Janeiro): apesar do entra-e-sai constante de homens, muitos não chegam nem a pagar uma prostituta. Podem ficar passando de casa em casa ou permanecem naquela de sua preferência apenas jogando, bebendo, conversando, ouvindo música (MORAES, 1995).

Além destas funções, os autores de **Bairro Papouco: espaço de vida, prazer e sonho**, informam que a prostituta: “[...] presta um grande serviço social ao permitir que os homens possam dar margem às suas fantasias sexuais, fazendo com que as filhas das ‘boas famílias’ sejam conservadas virgens e ‘aptas’ para o casamento” (MORAIS, 1993, p. 37). Desde o século XV, a prostituição passa a ser legitimada a partir da oficialização dos bordéis e casas

---

<sup>63</sup>Ibid 35. Em todas as reproduções das entrevistadas serão respeitadas a forma de pronúncia, bem como seus silenciamentos e interdições.

de banho, onde as mulheres “públicas” eram expostas. A Europa é pioneira nas relações administrativas do comércio sexual, onde esse tema sempre foi tratado com mais ênfase, e onde surgem os primeiros movimentos sindicais da categoria. O historiador Jacques Roussiaud afirma que em várias cidades francesas a prostituição era aceita nos diversos âmbitos do poder e servia para temperança dos instintos selvagens dos adolescentes (ROUSSIAUD, 1991).

Vários dogmas relacionados às causas da prostituição são debatidos e, portanto, servem de legitimação da concepção de que essa profissão é um “mal necessário”. Sobre essa problemática, Moraes (1995) fez significativas pesquisas sobre a vida de mulheres que comercializam o sexo, dentro de uma perspectiva de dialogar com essas trabalhadoras no final da década de oitenta, quando elas reivindicavam direitos trabalhistas. Em **As mulheres da Vila**, elas não são consideradas vítimas ou atrizes de capas policiais, mas sujeitos que vivem a partir de regras coletivizadas de organização, práticas de prevenção e de controle dos clientes, demandas eróticas, entre outros. Moraes (1995) dialoga com os diversos estereótipos construídos sobre as condutas éticas e estéticas das prostitutas:

A tese da prostituição como um “mal necessário” tem se sustentado durante tantos anos porque ela serviu, e serve até hoje, à manutenção da ordem moral e sexual vigentes. O dualismo presente nos modelos de representação das sociedades ocidentais propiciou o surgimento de formas binárias de classificação, tais como: certo x errado, santa x pecadora, senhora x puta, pura x impura; entre outras. (MORAES, 1995, p. 34).

Esta forma dicotômica de representação da mulher ocidental tem heranças intensas do período que convencionamos chamar de Idade Média, em que a teologia cristã impôs padrões de comportamento destes sujeitos, de características inatas propícias ao pecado. Valores que foram sacralizados pelas várias instâncias da sociedade, inclusive, tais sujeitos são considerados portadores dos desejos insanos que perpassam a mente humana. Portanto, segundo esses padrões, é necessário que a mulher seja controlada pelos seus “superiores”, para que as condutas racionalistas sejam eficazes na vida das mesmas.

O período que convencionamos classificar como Idade Média é portador de um padrão comportamental estritamente cristão, que junto com o Estado absolutista exercia poder regulador sobre seus habitantes. Jacques Rossiaud (19991), em **A prostituição na**

**Idade Média**, relata sobre a vida desses sujeitos, considerados como *mulheres públicas*, que foram no decorrer de suas atividades sendo transformadas em sujeitos pífios:

A partir da segunda metade do século XIII é que a *meretrix* é reputada impura, confundida na exclusão social com os judeus e os leprosos. Como estes últimos, ela contamina; o contato com suas mãos é considerado abominável. A intenção é que ela se torne algo intocável. (ROSSIAUD, 1991, p. 60).

Apesar desse tratamento anti-humano que era dado às prostitutas, essas mulheres não ficaram escondidas da sociedade medieval, pelo contrário, segundo o autor, elas eram mulheres públicas, trabalhavam nos banhos públicos, e todos tinham conhecimento de sua existência (ROSSIAUD, 1991). Enfim, são vários níveis de desigualdades que à mulher foram impostos no contexto das regras cristãs, uma vez que a Igreja entendia o ato sexual como pecaminoso e servia de argumento para a exclusão e submissão destes sujeitos aos seres de sexo masculino. Contudo, se percebe ao longo desta pesquisa que tais mulheres já se sentem condenadas diante do julgamento moral, todavia, isso não as impede de permanecerem com seus afazeres diários. A prostituição é uma realidade universal, não a colocaríamos no banco dos réus e, tampouco, faríamos apologias a esta profissão, porém, assim como as demais relações trabalhistas, ela precisa ser discutida com mais atenção no setor legislativo e judiciário, estabelecendo, sobretudo, o respeito a estas trabalhadoras.

O cristianismo como aporte político/religioso do Ocidente é responsável pela construção de uma série de “padrões” de comportamento pautados em um discurso ocidental de pureza, santidade e, portanto, alcance da vida eterna como representação de avanço/desenvolvimento da vida na terra. Neste contexto, o peso de causadora do pecado original destinado à figura da mulher no mundo cristão foi criando a imagem de um ser que precisa ser guiado, subjugado pelo homem (considerado líder e equilibrado). Tudo isso sendo justificado pela passagem de gênesis que informa que Eva foi criada a partir de uma necessidade que Deus havia percebido: “E disse o Senhor Deus: não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma ajudadora idônea para ele” (Gênesis 2:18). Logo em seguida, o Senhor Deus produziu da costela de Adão a primeira mulher da história cristã, Eva.

Ora, tem-se a partir desta narrativa do discurso bíblico a justificativa para a construção de um imperialismo ocidental falocêntrico. O que explica ainda a representação que as mulheres obtiveram no universo cristão, sobretudo, a de Maria Madalena, que antes do

discurso do Papa Gregório I, era considerada uma forte liderança espiritual, noiva de Jesus e passa a partir daí a ser considerada “a prostituta” das narrativas bíblicas para o universo ocidental cristão. De acordo com Maria Pereira, Maria Madalena teve sua história marcada por uma relação de poder pautada no preconceito de gênero.

Pela subtração de toda a sua história de líder, noiva espiritual e santa; pela distorção de toda a sua vida e suplementação de novos atributos. “pecadora e adúltera” e também possessa, afirmado pelo Papa Gregório I, no seu discurso de Páscoa, alterou desde esse dia a imagem de Maria Madalena, de discípula e santa, passando a ser denominada “pecadora arrependida.” (PEREIRA, 2011, p. 14).

De acordo com Maria Pereira (2011), a Igreja Católica tinha intenções bem definidas quando reconfigurou a imagem de Maria Madalena no discurso cristão: uma mulher não poderia, no mundo romano, ganhar dimensões políticas que ela havia conquistado, sobretudo por ter sido a primeira a pronunciar a ressurreição de Jesus.

Toda a devoção e popularidade da sua história como companheira de Jesus existia e circulava assim como os ecos do Evangelho a si atribuído, ainda ressoavam (Gardner, 2005). O título de “Apóstola dos Apóstolos” tinha singrado e marcado Maria Madalena para sempre, estava registrado através de João no seu Evangelho. Por tudo isso, era forçoso afastar essa influência, que simbolizava toda a visão feminina de um Cristianismo primitivo. (PEREIRA, 2011, p. 16).

A igreja Católica Apostólica Romana sem dúvidas se configurava como uma esfera de poder historicamente significativa no Ocidente: mesmo com o avanço do racionalismo cartesiano em fins do século XVI, esta instituição jamais deixou de configurar-se como um dos eixos norteadores de valores culturais imperialistas do Ocidente. A teoria da “secularização” do mundo ou desencantamento tem sido questionada por alguns autores que compreendem a religião, sobretudo o cristianismo, como um dos aportes identitários mais fortes do Ocidente. Tal fato, sem dúvida, tem peso significativo na construção das imagens erigidas historicamente acerca da prostituta.

Percebe-se na matéria que o recurso utilizado pelo jornalista para chamar atenção do leitor foi a curiosidade recheada de discursos em tom de sátira e deboche: “**Coroa brocha e**

**ainda quis enganar meretriz**". Neste título já se tem claramente o teor do discurso desenvolvido na matéria policial, que não passa de uma narrativa factual de um relato produzido nas famosas "portas de delegacias", feita com o boletim de ocorrência e duas falas da "meretriz" que acabou sendo presa. Outro ponto que merece ser destacado é que na linguagem utilizada nas matérias publicadas em 1993 e 2003 há um intenso uso da linguagem coloquial, enfatizando termos e gírias de cultura popular, porém, nas matérias publicadas em 2013, percebe-se que há uma certa "higienização" da linguagem. As matérias de 2013 não narram o caso *Delivery*, por exemplo, com tom de piada, elas se limitam a informar acerca dos trâmites jurídicos e políticos em que se encontram o julgamento dos acusados por pedofilia e tráfico/encarceramento de mulheres. Exemplo desta situação pode ser percebido nas matérias do jornal **A Tribuna**, que fez uma cobertura completa do julgamento deste caso. Tais características nos possibilitam a seguinte indagação: por que os jornais de 2013 mudam sua linguagem e a angulação de suas matérias? Possivelmente, deve-se ao impacto fornecido pela criação (2003) dos cursos acadêmicos de jornalismo no Estado, bem como seu desenvolvimento. No que se refere à mudança de linguagem (não está mais presente o uso de termos pejorativos para designar a prostituta e seus envolvidos), pode-se perceber a influência dos manuais de redação em vigência no cenário brasileiro: a saga pela obediência cega ao padrão "lead" de desenvolvimento das notícias. Contudo, mesmo que os produtos jornalísticos veiculados em 2013 não narrem de forma pejorativa, os sujeitos envolvidos nas matérias de prostituição, não há qualquer informação referente ao índice de mulheres que são traficadas, nem as que sofreram algum tipo de violência neste processo. O que existe são informações acerca do desenvolvimento dos julgamentos de envolvidos na operação.

Ora, a análise de tais enunciados se torna importante na medida em que permite o seguinte questionamento: por que informações que poderiam situar o leitor dentro do universo do tráfico de mulheres e prostituição no Acre são omitidas? Por que o factual prevalece em detrimento de uma narrativa contextualizada? Ora, a análise de discurso crítica proposta nesta pesquisa compreende que todo discurso é composto de materialidades tanto na linguagem quanto no conjunto semântico/contextual a que se destina.

El principal objetivo del análisis del discurso, pues, consiste en producir descripciones explícitas y sistemáticas de unidades del uso del lenguaje al que hemos denominado discurso. Estas descripciones tienen dos dimensiones principales a las que podemos denominar simplemente textual y contextual. Las dimensiones textuales dan cuenta de las estructuras del discurso en diferentes niveles de descripción. Las dimensiones contextuales relacionan estas descripciones estructurales con diferentes propiedades del

contexto, como los procesos cognitivos y las representaciones o factores socioculturales. (VAN DIJK, 1996, p. 45-46).

Para Van Dijk (1996), compreender as notícias enquanto discurso possibilita analisar o quê e como se torna possível a construção de ditos e não ditos em suas mensagens. Para o autor, a análise do discurso enfatiza o papel do contexto em que as notícias foram construídas: fatores políticos, sociais, econômicos e culturais precisam ser levados em conta nas análises de discurso, tendo em vista que seus silêncios muitas vezes nos remetem a significados bem mais importantes do que a própria narrativa jornalística. É o caso das matérias analisadas nesta pesquisa: há um excesso de narrativas factuais, porém, não há informações que permitam o leitor contextualizar o problema social relacionado aos fatos. A inexistência de uma conexão entre o fato específico narrado e o contexto externo que o engloba permite-nos compreender uma omissão de dados que me parecem significativos para o desenvolvimento social e político de determinada cultura.

A metodologia interpretativa procura descobrir os significados das ações sociais. Ou seja, um acontecimento em si mesmo não é tão importante, o mais importante é o que os agentes sociais interpretam que ele é. Como nos diz Orozco (1996: 33), não se trata de chegar a um conhecimento objetivo mas a um conhecimento consensual. Com a metodologia interpretativa, nos deparamos com “um processo de pesquisa holístico-indutivo-ideográfico, que busca uma compreensão global dos fenômenos e das situações que estuda. (ALSINA, 2009, p. 27).

Na medida em que os discursos jornalísticos corroboram a lógica de noticiar meramente o factual, os efeitos dessa estrutura narrativa se tornam notáveis na repetição do roteiro melodramático de narrativas específicas: várias matérias veiculadas na década de 1990<sup>64</sup> apresentam uma mesma lógica narrativa – descrevem histórias de vidas específicas com teor de dramaticidade ao enquadrar a prostituição como um grande mal que deve ser eliminado, a lógica é a da “puta arrependida” que procura a redenção através de um casamento, do cliente que acusa a prostituta de não cumprir o acordo ou vice-versa, além de narrativas que envolvem a prostituta em algum outro crime como é o caso da primeira matéria analisada nesta pesquisa<sup>65</sup>. Tais matérias nos levam ainda à seguinte reflexão: a linguagem

<sup>64</sup> Sem dinheiro, meretriz paga conta com dentadura; Zona de Perigo: difícil vida fácil ainda anima Rio Branco; Capixaba com fome sexual termina lograda por gata; além das que estão descritas no quadro acima.

<sup>65</sup> Mãe prostituta abandona filhos. Jornal A Gazeta de 21/01/1993.

utilizada nas matérias policiais envolvendo prostitutas e sua atividade revela o perfil do público leitor do jornal.

A linguagem utilizada será, pois, a própria versão do jornal da linguagem do público a que se dirige principalmente: a sua versão da retórica, imagens e stock comum de conhecimento subjacente que supõe que o seu público partilha e que, deste modo, constitui a base da reciprocidade produtor-leitor. Por esta razão queremos chamar a forma de discurso – diferente para cada saída de notícias – o idioma público dos media. (HALL et al., 1999, p. 224).

Como aponta Stuart Hall et al. (1996), a linguagem do jornal é a linguagem de seu público leitor. Só existe esse apelo que busca tornar a prostituta um abjeto (BUTLER, 2010) porque a própria sociedade a enxerga desta forma. Percebe-se que existe um consenso de valores entre o jornalismo e seu público, já que o primeiro não existe sem o segundo. Hall et al. afirma ainda que mesmo pautado em princípios como “objetividade jornalística”, seus discursos não deixam de vir “ideologizados”, eles acabam por tornar públicos os pensamentos e afirmações do que Hall et al. (1996) chama de “*primary definers*”, logo, o discurso jornalístico traduz aquilo que seu financiador quer que se torne publicável. Stuart Hall et al. (1996) afirma que a “filosofia” do jornal se torna perceptível pela própria linguagem que é utilizada, logo, estão inclusos nestes discursos agentes fundamentais na construção de possíveis realidades midiáticas: jornalistas, editores, patrocinadores e receptores.

Um outro aspecto que merece destaque é que nas matérias de 1993 há o uso quase que exclusivo de termos que remetem aos tempos bíblicos: meretriz e meretrício são palavras presentes em matérias como a do Jornal A Gazeta no mês do carnaval - “**Meretriz quase mata por cigarro**”. Esta é mais uma das notícias que não apresenta nenhuma entrevista e foi produzida com informações do boletim de ocorrência. Um fato interessante é que nas matérias de 2013 percebe-se que mesmo as publicadas na editoria de polícia não indicam, claramente, que sua produção tenha sido oriunda dos famosos “B.O”. Mesmo que tais notícias tenham sido produzidas de forma descontextualizada, elas informam aspectos não apenas do relato policial dos fatos, há uma preocupação em informar a trajetória da operação em questão, trazendo em cada novo fato informações que deem conta de situar o leitor como se chegou a esta operação. Esta característica não é presente nas matérias de 1993 e nem de 2003, o que possivelmente também se dê por conta do amadurecimento dos editores e jornalistas a partir da entrada do universo científico nesta cidade.



### 5.3 O JORNALISMO E SUAS RELAÇÕES DE PODER

O jornalismo pode ser pensado como uma atividade técnica, operacional, informacional ou mesmo burocrática? Ou será que seria mais sensato compreendê-lo como narrativas construídas a partir das relações de poder em que ele está inserido? Escolhi começar o fim desta breve pesquisa com perguntas, por não considerar pertinente que a ciência permaneça com a atitude arrogante de definir, nomear ou conceituar questões ou problemas sociais complexos, singulares e situados em determinado tempo e espaço. Penso que, no máximo, o que podemos realizar com a atividade científica seria problematizar algumas questões mais urgentes vivenciadas em nossa sociedade. Neste sentido, o jornalismo aqui é pensado como discurso:

Se falei de um discurso, não foi para mostrar que os mecanismos ou os processos da língua aí se mantêm integralmente; mas, antes, para fazer aparecer, na espessura das performances verbais, a diversidade dos níveis possíveis de análise; para mostrar que ao lado dos métodos de estruturação linguística (ou dos da interpretação) podia-se estabelecer uma descrição específica dos enunciados, de sua formulação e das regularidades próprias ao discurso. Se suspendi as referências ao sujeito-que-fala, não foi para descobrir leis de construção ou formas que seriam aplicadas da mesma maneira por todos os sujeitos-que-falam, não foi para fazer o grande discurso universal que seriam comum a todos os homens de uma época. Tratava-se, pelo contrário, de mostrar em que consistiam as diferenças, como era possível que homens, no interior de uma mesma prática discursiva, falassem de objetos diferentes, tenham opiniões opostas, façam escolhas contraditórias; trata-se, também, de mostrar em que as diferentes práticas discursivas se distinguiam umas das outras; em suma, não quis excluir o problema do sujeito, quis definir as posições e as funções que o sujeito podia ocupar na diversidade dos discursos. (FOUCAULT, 1972, p. 242-243).

O autor acima propõe que a história seja compreendida a partir de sua construção discursiva, sem, contudo, enveredar pela busca “enigmática” da origem desta, mas aponta a necessidade de compreender em que contextos tais e quais discursos podem ou não serem proferidos. Foucault (1972), neste momento, após o “caos” promovido em Foucault (1966), procura tornar mais “política” a sua proposta epistemológica acerca do discurso e suas relações de poder. Tal contribuição pode ser percebida não apenas para os estudos da linguagem, mas há um aprofundamento de tais perspectivas nas ciências sociais e na comunicação. Problematizar as condições de enunciação nos permite fugir de diálogos

científicos que pretendam navegar sobre acertos, bem como seus equívocos. Há aqui a tentativa de colocar na mesa acadêmica a necessidade de repensar a equação dos empreendimentos discursivos a partir das relações de saber/poder, abandonando a “saga” pela descoberta ou definição da “causa/efeito” que por muito tempo conduziu as narrativas produzidas pelo conhecimento histórico. Buscando uma aproximação com a proposta desta pesquisa, há que se pensar em uma problematização histórica que coloque em cena a arquitetura das relações de poder existentes na construção das representações femininas tanto pelo jornalismo quanto pelos discursos das prostitutas. A questão é compreender como a mulher, a partir das relações de poder que esta construiu historicamente, tem sua trajetória identitária narrada em tais discursos. Ora, Foucault está propondo que os discursos sejam pensados a partir de suas regularidades, ou seja, compreender as condições de enunciação de tais pronunciamentos refere-se à busca por compreender as relações entre estes e suas condições sócio-históricas. Suas regularidades seriam aqui as regras de formação discursiva que o autor, exaustivamente, decodifica em **Arqueologia do Saber**. Há uma intensa necessidade para o autor de criticar não somente o estruturalismo de Saussure, mas ainda de responder as críticas feitas pelos historiadores de que em **As palavras e as Coisas**, ele teria se revelado um “inimigo” da história ou um a-histórico. A partir disso, percebe-se em Foucault a necessidade de problematizar o que ele compreende por arqueologia, epistemologia, na busca de romper com a perspectiva estruturalista de Althusser, que compreendia o conhecimento histórico a partir das grandes narrativas políticas e econômicas acerca do factual, traduzindo tal saber de forma linear e em perspectiva de progresso também escamoteada pelo marxismo. Pensar as condições de enunciação de tais formações discursivas é problematizar a estrutura e regularidades da existência destes ditos. É pensar na necessidade da seguinte reflexão:

A leitura passiva de jornais e seus *placards*, assim como o pequeno número de significativas revistas e livros, indicam a dominação da conversação pelo jornal e a onipresente influência da descontinuidade que, certamente, é a característica do jornal, bem como a do dicionário. Há intimidade na relação -, mas ela não é acompanhada pelo estímulo que vem dos contatos de uma mente em livre associação com outra, seguindo o encadeamento de ideias. Como apontou Graham Wallas, pouquíssimos homens que escrevem em um jornal diário produziram um trabalho original importante. Podemos concluir com as palavras de Schopenhauer, “renegar nossos próprios pensamentos em prol de um livro é um pecado contra o Espírito Santo”. (INNIS, 2011, p. 287).

O canadense Harold Innis foi autor de obras sobre comunicação e foi professor do Departamento de Economia Política da Universidade de Toronto. O autor foi referênciada em seus escritos sobre comunicação por não ter tido “pudor” em proclamar denúncias do tipo: “Percebeu que comunicação é poder. Impossível não se chegar a essa conclusão. Compreendeu, o que já é mais relevante, que esse poder em grande parte vem do controle dos suportes da comunicação” (MACHADO, 2013, p. 50). Juremir Machado aponta algumas contribuições de Innis para o saber comunicacional: ele foi um dos precursores da crítica ao império da tecnologia comunicacional. Para ele, quanto maiores forem os empenhos de tecnologização da informação, maior será também o poder de controle dos processos comunicacionais. Harold Innis, através do seu **The Bias of Communication** (1951), indica que as transformações culturais estão intimamente envolvidas com suas criações tecnológicas. Também não deixou de denunciar as relações de dependência que o jornalismo e seus atores possuíam na medida em que o âmbito tecnológico ingressava como parte substancial da cultura ocidental. “As condições da liberdade de pensamento correm o risco de serem destruídas pela ciência, tecnologia e mecanização do conhecimento e, com isso, a civilização ocidental” (INNIS, 2011, p. 285). Harold Innis compreendia que a ciência, assim como os meios de comunicação, poderia promover cada vez mais o controle e a vigilância dos habitantes de determinada cultura. Sua proposta era a de que a comunicação se desse de forma oral, pois ele a compreendia como a única forma humanizada de promoção do diálogo entre humanos: de forma bem pessimista, ele enxergava que a mecanização da comunicação levaria não só a um excesso de informações, mas, sobretudo, a uma desconfiguração das relações interpessoais que apenas a comunicação oral possibilitava.

Partindo desta perspectiva, pode-se pensar a construção do discurso jornalístico nas matérias veiculadas em formato *online* em Rio Branco no de 2013 como um conjunto de enunciados que possuem regularidades específicas, portanto analisar tais discursos nos possibilita compreendermos as relações de saber/poder construídas pela cultura de consumo midiático do século XXI, sobretudo em tempos de redução das fronteiras de tempo/espaço no processo comunicacional. As matérias veiculadas no Jornal A Tribuna, por exemplo, foram as que trouxeram a maior cobertura sobre a Operação *Delivery*, todavia, o que se encontra são discursos que coisificam parte dos sujeitos envolvidos: tal fato pode ser percebido na ausência de entrevistas das mulheres e homossexuais que estavam sendo explorados sexualmente. As notícias do ano inteiro referentes à “prostituição” estão voltadas para este fato criminoso e acabam por darem como sinônimo de prostituição, exploração sexual e tráfico de pessoas. Há

neste conjunto de enunciados, uma narrativa meramente do trajeto jurídico-político da Operação, sem dialogar com dados que permitam ao leitor compreender o cenário panorâmico da temática neste local e sem ouvir as vítimas envolvidas. A narrativa do discurso jornalístico encontrada nas matérias de 2013 do Jornal A Tribuna nos remetem a informações acerca dos personagens famosos da performance econômica e político-partidária no Acre: há deputados e empresários de grande porte sendo julgados pelo tráfico de pessoas. Contudo, os poucos entrevistados foram os “piabinhas”<sup>66</sup> como é tradicionalmente conhecido na região. Tal postura nos revela um discurso voltado à narrativa factual de *fait divers*, ou seja, a lógica apresentada é a de informar o problema sem modificar as estruturas de poder ao narrar trajetórias e acontecimentos de sujeitos considerados sem “relevância” para a ruptura da ordem social. Logo, cabe pensarmos a partir dos seguintes pontos:

Para Orozco nas ciências sociais a explicação dos acontecimentos não está nos acontecimentos, mas no contexto onde os acontecimentos se dão. Essa é uma das tantas críticas que recebeu o modelo positivista por parte das ciências sociais, quando o modelo das ciências físicas trasladou-se ao modelo das ciências sociais. Outras das críticas ao positivismo é que ela “contempla a realidade de forma fragmentada e ao se concentrar nos fenômenos observáveis da realidade, corre o risco de ignorar outras dimensões da mesma. (ALSINA, 2009, p. 26).

Ora, o jornalismo enquanto ferramenta crucial da modernidade soube como construir realidades do vivido de forma descontextualizada de suas relações de poder, tratando as notícias como relatos meramente factuais e silenciando os feixes de poder de tais acontecimentos, nomeados pelo jornalismo como de “interesse público”. Nas matérias veiculadas em 2013 pelo jornal A Tribuna, percebe-se o recorrente de narrativas informacionais numéricas, condicionadas a promover informações de trâmites, mas na última matéria envolvendo o assunto “prostituição”, o jornal encerra o dossiê com a seguinte manchete: “Acre reduz o número dos pontos de prostituição”<sup>67</sup>.

Nenhum aspecto até então se mostrou mais característico do discurso jornalístico: um extenso relato de informações técnicas e o fechamento da “trama” com um discurso otimista, informando que as ações da Polícia Federal e do poder judiciário conseguiram reduzir um dos maiores problemas sociais a ser enfrentado neste Estado, marcado pela sua condição

<sup>66</sup>Delivery: réus denunciam à CPI coação e estupro. Jornal A Tribuna, 28 de fevereiro de 2013. Rio Branco, Acre. Nesta matéria pode-se perceber a existência de entrevista com relatos de denúncias das vítimas envolvidas no processo em questão.

<sup>67</sup> Acre reduz o número dos pontos de prostituição. Jornal A Tribuna, 15 de setembro de 2013. Rio Branco, Acre.

geográfica de fronteira com outros países. O que se percebe enquanto regularidade discursiva é justamente o jornalismo como dispositivo de disciplinarização de sujeitos, comportamentos e condutas sociais. Há neste dossiê uma linearidade discursiva que remete um problema polêmico a meras narrativas quantitativas acerca do desenvolvimento jurídico de uma CPI.

O levantamento Na Mão Certa, divulgado recentemente pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, mostra que a ação da PRF reduziu em 55,88% os pontos críticos e de alto, médio e baixo risco de prostituição infanto-juvenil nas rodovias do Acre e Rondônia. Enquanto entre 2009 e 2010 foram identificados 68 pontos, em 2011/2012 foram 30. (ACRE REDUZ..., 2013, p. 1).

O recorte acima nos promove a percepção de como a narrativa jornalística construiu sua regularidade discursiva: predominância de narrativas quantitativas em detrimento da divulgação das relações de poder que envolviam tais fatos. A estratégia de utilização de números remete à condição de “provar” tanto a veracidade dos fatos noticiados quanto de mostrar aos leitores o quão eficiente foi a ação do Estado, da polícia e do jornalismo. Logo, percebe-se a relação indissociável da construção discursiva sobre construção da realidade midiática com as estruturas de poder em que estas instituições estão inseridas. Além de conquistar, através de estatísticas, uma possível credibilidade do leitor. Partindo desta perspectiva, parece-me que o jornalismo pode ser compreendido da seguinte forma:

A mídia é quem cria a realidade social. Os acontecimentos chegam a nós através da mídia e são construídos através da sua realidade discursiva. Em nossa sociedade, é a mídia quem gera a realidade social. Portanto, o processo de construção da realidade social, depende completamente da prática produtiva do jornalismo. (ALSINA, 2009, p. 46).

Miquel Alsina (2009) afirma ainda que:

[...] o sistema da mídia é também um campo de discussão entre os diferentes agentes envolvidos. Os três agentes principais que entram em jogo com diversos interesses são: a) os produtores da comunicação, b) as forças políticas, c) os grupos econômicos internos e externos do setor. Todos eles intervêm tanto na produção quanto na circulação da informação. (ALSINA, 2009, p. 55)

Percebe-se a partir das reflexões do autor acima que retomamos a discussão iniciada no primeiro capítulo desta pesquisa: o jornalismo enquanto construção social da realidade. O jornalismo cumpre na sociedade moderna aportes multifacetados: advogado das causas impossíveis; publicitário; construtor de líderes de opinião; o justiceiro; utilitário; melodramático; informativo; e demagogo. Neste sentido, é possível compreender o discurso presente, por exemplo, nas matérias veiculadas em 2003 como sendo parte da mesma regularidade discursiva das que circularam em 2013, divergindo simplesmente do acontecimento em si e dos personagens, mas a lógica excludente dos sujeitos envolvidos permanece. Uma das poucas diferenças está no uso de uma linguagem mais formal e higienizada nas matérias de 2013 em relação às de 2003 e 1993. Desde 2003 os jornais acrianos divulgam a criação de projetos que visam erradicar a exploração sexual infantil. O jornal Página 20 deste período publicou quase todas as matérias sobre prostituição incluindo informações das ações governamentais através do Projeto Sentinela:

- a) Matéria 01: Justiça e polícias combatem unidas a prostituição infantil;
- b) Matéria 02: Acre é incluído em projeto de diagnóstico de abuso e exploração sexual;
- c) Matéria 03: Força-Tarefa da Polícia Civil vasculha Rio Branco à procura de assaltantes;
- d) Matéria 04: Inocência perdida – menores drogados e prostituídos nas ruas da cidade;
- e) Matéria 05: Entidades se unem contra a impunidade dos crimes sexuais;
- f) Matéria 06: Começa Seminário contra Violência Sexual;
- g) Matéria 07: Casa de refúgio às mulheres ameaçadas.

Das dez matérias publicadas envolvendo o tema, apenas três delas não tiveram sua angulação voltada para as ações do Estado referentes às soluções do problema. As três matérias tratam de casos envolvendo violência por conta da atividade prostituinte, sendo duas delas produzidas a partir do “modelo” das matérias policiais: não há entrevistas das prostitutas e nem dos envolvidos; um caso é envolvendo exploração sexual infantil, porém, não há nenhuma contextualização das informações, remete-se apenas a expor dados factuais específicos, provavelmente retirados dos boletins de ocorrência. Ora, partindo agora do que Foucault (1972) chama de regularidade discursiva, percebe-se que estes elementos do discurso jornalístico são eleitos como o “padrão” do que tais jornais consideram como notícia. O mais preocupante neste cenário editorial tem sido a ideia de progresso e de ação do Estado diante de um problema grave e presente até hoje no Acre. Matérias como a que foi veiculada

pelo Jornal O Rio Branco, em 16 de maio de 2003, não só alimentam um caderno editorial policial, como também colocam a ação da polícia como sendo mais importante do que o crime. Percebam:

A vítima acionou uma rádio patrulha da Polícia Militar que prendeu o acusado em flagrante e o encaminhou à Delegacia da Mulher. Na manhã de ontem, Suely Cunha apresentava hematomas da violência sofrida. Ela disse que agora o acusado terá que pagar, além do “programa”, todo o tratamento médico que ela vai precisar, pois seu rosto ficou deformado com os socos dados e também vai pedir na justiça indenização pelos dias que será obrigada a ficar sem “trabalhar”, pois ela sustenta a família, fazendo “programas de sexo”, trabalhando como prostituta e estando machucada não terá condições de ter “clientes”. (RAPAZ ESPANCA... 2003, p. 3).

Esta é uma matéria de capa que vem com a seguinte chamada “Rapaz espanca e dá calote em garota de programa” seguida da foto da vítima em close. O interessante da narrativa desta notícia é que mesmo entrevistando a moça que foi violentada, percebe-se que o uso de aspas nas palavras “programa”, “trabalhar” e “programas de sexo” denotam o teor irônico do discurso jornalístico que não enxerga a prostituição como um trabalho. Logo, o discurso propagado no jornal parece-me que é o de que **puta** tem mesmo que apanhar e ser enganada, tendo em vista que tal atividade não constitui-se um ato digno de respeito pelos seus usuários. A palavra **cliente** também vem entre aspas e, possivelmente, leva o leitor a compreender o sujeito que consome sexo pago como também um criminoso.

Outro exemplo está em um dos subtítulos da matéria – *“Garanhão” mentiu para a polícia se passando por aluno do curso de direito e filho de autoridade* – que também denota uma ação eficaz da polícia especializada para atender vítimas de violência feminina. Tal matéria não diverge de programas com estilo “espreme que sai sangue”, tendo em vista que estes formatos quando se incubem da missão de denunciar certos crimes, em sua maioria envolvendo violência física e morte, fazem o “escândalo” em suas chamadas, como estratégia de convite ao leitor ávido por ler as desgraças humanas, bem como suas vicissitudes. Em seguida, narram o fato através do boletim de ocorrência e no final mostram o quão eficiente tem sido a segurança pública daquele local. Ora, cabe aqui uma reflexão sobre tais discursos. A quem eles têm servido? Quem se beneficia de tal discurso? Para quem serve este tipo de informação? A notícia em questão, assim como grande parte do corpus investigado nesta pesquisa, se presta a narrar o factual de forma fragmentada, sem apontar o contexto do

problema que se está narrando. Por que não há divulgação do número de prostitutas agredidas que buscam a delegacia da mulher? Logo, tal pesquisa me leva ao seguinte questionamento: para que serve o jornalismo?

O jornalismo contribui com algo único para uma cultura – informação independente, fiável, rigorosa e abrangente, necessária para a liberdade dos cidadãos. Se o jornalismo é solicitado a fornecer algo que despreze estas qualidades, estamos perante uma subversão da cultura democrática. É isto que acontece quando os governos controlam a informação, como aconteceu na Alemanha nazi ou na União Soviética, ou como acontece ainda hoje em locais como Singapura, onde a informação é controlada para incentivar o capitalismo, mas desincentivar a participação dos cidadãos na vida pública. Algo idêntico poderia estar a acontecer nos Estados Unidos, numa dimensão de carácter mais comercial: alguns órgãos de informação, controlados por grandes grupos empresariais, são utilizados para promoverem os produtos do respectivo grupo, para se envolverem sub-receptivamente em grupos de pressão ou disputas entre empresas ou para tomarem parte em esquemas publicitários destinados a aumentar os lucros. Não se trata apenas de perder o jornalismo. O que está em jogo é saber se, enquanto cidadãos, temos acesso a informação independente que nos permita participar na governação dos nossos próprios destinos. (KOVACH; ROSENTIEL, 2004, p. 8).

Partindo dos pressupostos acima, percebe-se que o jornalismo acriano não está muito perto de atender às expectativas de seus receptores, tendo em vista que como se percebeu no discurso de todos os jornais impressos e *online*, há uma certa regularidade discursiva. Tal fato acaba por promover certo descrédito da população acriana que consome os jornais impressos, em sua grande maioria, apenas em instituições públicas. A tiragem de tais jornais é mínima, o que revela o desinteresse da população por seu conteúdo. Sem falar que mesmo as versões *online*, em que os conteúdos estão abertos ao público independente da assinatura, não mostram interação com o público leitor. Mesmo jornais como O Rio Branco que possui um dispositivo que possibilita ao leitor comentar suas notícias, não se percebe uma participação significativa.

Há neste cenário um fator no mínimo interessante a ser discutido: os meios de comunicação neste espaço já não interferem de forma tão atuante como circunda no imaginário coletivo, mesmo compreendendo que tais discursos de certa forma interferem sem determinar o que pensam de si e de seu ofício. Tal fato pode ser percebido em uma das entrevistas que fiz com Rosa Maria<sup>68</sup> quando a indaguei acerca do preconceito diante de sua atividade: comentei que eu também utilizava o corpo para ganhar dinheiro como jornalista e

---

<sup>68</sup> Ibid 56.



perguntei como ela explicava o fato de a utilização do corpo para exercer a minha profissão não era tão condenada socialmente quanto a dela. Eis a resposta: “*Ah...deve ser porque a minha dá prazer e a sua não*”, disse de forma risonha. Ora, tal discurso remete ao que Foucault chama de micro poderes, são as múltiplas formas pelas quais os humanos exercem poder. O riso da jovem ao responder tal pergunta diante da minha indagação reflete um processo de negação à lógica de padrões de comportamento aceitos socialmente. Demonstra ainda que independente de como os jornais a representem, ela consegue sobreviver e resistir a uma sociedade excludente como a nossa. A fala de Rosa Maria remete ainda à condição do trabalho formal no Brasil: uma exploração desumana que remete muito mais a um ambiente hostil do que prazeroso. Logo, como ela enxerga que sua atividade fornece prazer, ela não se sente vítima, tão pouco explorada. Em vários momentos da entrevista esta moça fala das dificuldades encontradas nesta atividade, mas isso não a faz deixar de perceber que há nela momentos de diversão e até de prazer. A entrevistada afirma que não se envolve amorosamente com clientes, nem com o pai do filho que ela estava esperando. Em vários momentos da entrevista ela quis deixar claro que a prostituição era uma atividade prática/metódica e sem envolvimento sentimental: “*É só botar a camisinha, gozar e pronto*”, descreveu a entrevistada. Quando perguntei o que ela achava das notícias que saíam nos jornais sobre prostituição tive como resposta um olhar de “não lembro se já parei para assistir jornal” ou ainda uma resposta parecida com um “não sei”. Todos estes indícios ou rastros, como aponta Ginzburg (2007), me levam a pensar ainda no conceito de agenciamento<sup>69</sup> proposto por Giddens (2009).

A partir da fala desta moça percebe-se a desconexão ou, pelo menos, contradição em relação a notícias como a do Jornal A Tribuna veiculada em 2003<sup>70</sup>:

“Estou cansada dessa vida, gostaria de ter pelo menos uma chance de me recuperar, que alguém me internasse numa clínica de recuperação de drogados, ou mesmo no presídio. Quero mesmo é sair dessa”, este foi o

---

<sup>69</sup> “Agência” não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar (sendo por isso que “agência” subentende poder: cf. uma definição de agente do Oxford English Dictionary como “alguém que exerce poder ou produz um efeito”). “Agência diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente. O que quer que tenha acontecido não o teria se esse indivíduo não tivesse interferido. A ação é um processo contínuo, um fluxo, em que a monitoração reflexiva que o indivíduo mantém é fundamental para o controle do corpo que os atores ordinariamente sustentam até o fim de suas vidas no dia-a-dia. Sou o autor de muitas coisas que não tenho a intenção de fazer e que posso não querer realizar, mas que, não obstante, faço (GIDDENS, 2009, p. 10-11).

<sup>70</sup> Matéria publicada no Jornal A Tribuna em 29 de jun. 2003 (ano 10, n. 2172) – “Garota de Programa espancada em praça pública pede ajuda”.

desabafo feito na manhã de ontem pela jovem Nágila Nunes Queiroz dos Santos, 18, moradora do bairro São Francisco, quando aguardava o momento de prestar depoimento na 1ª Unidade de Segurança Pública, acusada de furtar o telefone celular de um de seus clientes, ela havia sido espancada pelo mesmo e ficado lesionada. Segundo ela, não havia praticado nenhum crime e estava sendo acusada injustamente. (GAROTA DE PROGRAMA... 2003, p. 5).

A matéria acima reproduz o discurso da “puta arrependida” ou da “puta em fim de carreira”, com o teor bastante moralista, tal matéria remete ao objetivo de alertar à sociedade acerca dos males causados pela prostituição: dependência química e decadência moral. A presença de drogas é praticamente uma constante no universo em que se deu esta pesquisa, nos bares e pensões foi possível perceber situações de comercialização e algumas raras vezes de uso de drogas. O caso mais significativo foi o de uma prostituta que entrevistei no ponto da Rua Rio de Janeiro, em frente ao Cemitério São João Batista. A moça entrevistada estava sob efeito de cocaína e fez relatos parecidos com o que foi relatado no jornal acima, apresentava olhares de medo através de sua voz baixa gaguejante enquanto contava um pouco de sua vida naquela noite. Quando perguntei se ela era viciada em drogas e se seus pais sabiam que ela praticava esta atividade:

É...né...sabe. Mas eles dizem que isso não é futuro pra ninguém não, porque isso acaba com a vida da gente. Eu vejo todo dia que isso vai acabar com a minha vida, às vezes a sua vida não vale nada nesse mundo. Eu vejo todo dia né, é muito arriscado, às vezes a gente entra dentro dos carros dos caras e não sabe se volta, ou então fica na beira das estrada quando a gente tá bêbada<sup>71</sup>.

Durante a entrevista perguntei se ela já havia sofrido algum tipo de agressão e ela disse que sim e que não havia prestado queixa na delegacia. Perguntei o motivo e ela respondeu: **“Porque não... eu entrego pra Deus. Porque eu sei que eles não vão ser presos pra que é eu vou ficar perdendo meu tempo?”**, revelou. A moça demonstrou durante sua fala que a polícia não ia dar atenção a tal caso e que por isso ela nem se atrevia a ir “dar queixa na polícia”. Quando cheguei a perguntar quem eram seus clientes ela afirmou que eram de todos os tipos: “Homem casado, policial, jornalista, advogado, todo tipo de homem que a gente não

---

<sup>71</sup> Entrevista concedida por SILVA, Tatiana. Entrevista III. [Julho. 2013]. Entrevistador: Pollyana Dourado dos Santos. Rio Branco, 2013. A entrevista na íntegra encontra-se gravada em áudio no CD-Rom desta dissertação.

pode nem tá falando”, revelou. Quando perguntei se ela já havia lido ou assistido em algum jornal a matérias sobre prostituição, Tatiana Silva respondeu que sim:

A menina falava “não que ele não me pagou então ele vai ter que me pagar agora por bem ou por mal”. Aquilo ali foi uma palhaçada, ela foi só servir de palhaça na televisão, o povo não dava a mínima para ela, todo mundo ria quando ela falava. Então eu lá vou fazer isso pra tá me expondo no jornal, té doidé<sup>72</sup>.

A maioria das moças que entrevistei não deu tanta importância ou se quer lembrava de alguma notícia no jornal sobre sua atividade. As poucas que chegavam a lembrar referiam-se ao telejornal, o que revela o desinteresse pela informação jornalística impressa. Provavelmente, tal atitude deva-se à ausência de importância diante do discurso jornalístico para com estas mulheres que se prostituem, o fato delas não se enxergarem como sujeito provavelmente seja o motivo da relação de indiferença ao discurso jornalístico. Tanto o discurso do jornalismo exposto na matéria “**Garota de Programa espancada em praça pública pede ajuda**” quanto o da fala da moça acima é parecido com o “muro das lamentações”, tendo em vista que a matéria já inicia seu lead com o depoimento em “tom” de reclamação. Percebe-se aqui uma relação contraditória da prostituta diante do discurso jornalístico: ora ignora e às vezes remete-se a ele de forma crítica. Contudo, parece-me que a relação que a prostituta estabelece com este dispositivo é bem mais de indiferença do que de vitimização diante do discurso jornalístico. Cabe aqui, ainda, a seguinte reflexão: Por que as prostitutas só são entrevistadas em matérias que as identificam como arrependidas? Por que elas não são entrevistadas quando são violentadas e os jornais estão fazendo a denúncia? Ou por que não são entrevistadas quando estão sendo acusadas de darem “calotes” em seus clientes?

---

<sup>72</sup> Ibid 68.

## 6 Considerações finais

Parece-me que há na relação do jornalismo e sociedade uma negociação de valores, condutas e perspectivas de mundo, por isso a importância que John Thompson (2008) dá a uma leitura da mídia contextualizada é essencial para repensar a pesquisa em comunicação e o fazer jornalístico.

[...] a recepção é uma atividade situada: os produtos da mídia são recebidos por indivíduos que estão sempre situados em específicos contextos sócio históricos. Estes contextos se caracterizam por relações de poder relativamente estáveis e por um acesso diferenciado aos diversos recursos acumulados. A atividade de recepção se realiza dentro de contextos estruturados que dependem do poder e dos recursos disponíveis aos receptores em potencial. (THOMPSON, 2008, p. 42).

Ora, cabe aqui uma breve reflexão um tanto filosófica acerca dos estudos da comunicação e sua relação com o discurso da modernidade. Thompson (2008), leitor e crítico da teoria da esfera pública habermesiana, critica com certa contundência o panoptismo de Michel Foucault em **Vigiar e Punir**. Para Thompson (2008), Foucault (1987) não falou de comunicação de forma direta e não teria sido capaz de compreender as relações de poder a partir da comunicação mediada. Levando em consideração todo legado para os estudos da comunicação que Thompson traz para a teoria social da mídia, que é inegável, contudo sinto-me na necessidade de problematizar a leitura que este autor faz de Foucault, tendo em vista que os dois autores são citados nesta pesquisa para analisar o processo comunicacional, vê-se a necessidade de compreender certa falta de diálogo ou mesmo de possibilidade de leituras que Thompson tenha feito sobre Foucault. Para Thompson, o panoptismo de Jeremy Bentham discutido por Foucault refere-se a uma perspectiva do poder de forma verticalizada. É tanto que a crítica que ele faz a Foucault não coincide com o processo de empoderamento construído a partir do conceito de microfísica do poder, em que o autor faz justamente o contrário do que Thompson afirma que ele concluiu com a discussão do panoptismo. Com Bentham, Foucault estava criticando justamente o discurso da modernidade disciplinar presente na filosofia dos contratualistas, Bentham junto com Rousseau são base para o pensamento filosófico da modernidade. Farpas à parte, o fato é que Thompson (2008) dialoga em demasia com a discussão trazida por Foucault em **Arqueologia do Saber**, em que tal

autor discute a necessidade de pensar o discurso a partir das condições de enunciações e de suas regularidades discursivas. Ora, tal perspectiva casa com a proposta da Teoria Social da Mídia problematizada por Thompson (2008) como se pode perceber na citação trazida acima. Para o autor, os processos comunicacionais (incluindo produção, veiculação e recepção) só podem ser compreendidos de forma contextualizada, específica a cada sujeito que a recebe. Logo, pensar os processos comunicacionais é pensar nas relações de poder que incluem desde as estratégias das políticas comunicacionais até as suas materializações, evidenciadas pelos estudos de recepção. Relações que podem ser pensadas para além de uma relação de poder totalizador e homogeneizante da mídia, mas a partir das fissuras, brechas e rupturas de poder existentes no processo da comunicação mediada.

Neste sentido, esta pesquisa conseguiu visualizar processos de empoderamento de sujeitos que, mesmo sendo desrespeitados e até animalizados pelo discurso jornalístico, vivem suas vidas muitas vezes de forma indiferente aos enunciados existentes nesta relação do jornalismo com o poder/saber. Todavia, não se quer negar ou tão pouco diminuir o poder existente nos processos de comunicação mediada, mas parte-se do princípio de que é necessário certa relativização nas pesquisas de comunicação, sobretudo aquelas que se destinam a estudar a relação da mídia com a representação de sujeitos historicamente excluídos em determinado tempo e espaço. Pensar a comunicação no século XXI a partir de relações de suserania/vassalagem bastante enfatizada no início do século XX, sobretudo pela Teoria Funcionalista, parece-me um retrocesso diante das múltiplas possibilidades que as plataformas virtuais de comunicação possibilitaram. E é neste ponto que Thompson tem muito a contribuir com a perspectiva da microfísica do poder proposta por Foucault.

O enunciado não é lateral nem vertical, ele é transversal, e suas regras são do mesmo nível que ele. [...] Mesmo quando parecem operar dentro de uma mesma língua, os enunciados de uma formação discursiva passam da descrição à observação, ao cálculo, à instituição, à prescrição, e também por um número equivalente de sistemas ou línguas. Acreditamos que um enunciado, uma família de enunciados, uma formação discursiva, segundo Foucault, define-se antes de mais nada por linhas de variação inerente ou por um campo de vetores que se distribuem no espaço associado. (DELEUZE, 2005, p. 17-18).

Para Foucault, pensar a crítica da modernidade requer desestruturar as epistemologias homogeneizantes das esferas de poder/saber, isso está presente desde a **História da Loucura**. Na Arqueologia do saber, este autor vai propor que a análise da língua se dê pelas suas regularidades, fugindo da tentativa de “investigar o que tem por trás do manto” ou mesmo uma origem de tal dito ou escrito. O que importa é discutir como se dão estes ditos e não outros. Trazendo esta compreensão para os estudos da comunicação, requer pensarmos muito mais em relação de trocas/disputas de poder entre instituições, sociedade e empresas comunicacionais. Por exemplo: o fato de a comunicação no Estado do Acre se dar na tentativa de homogeneização do discurso estatal via veículos de comunicação midiática, não implica que sua população absorva tais conteúdos de forma passiva e pacífica). O fato é que o conceito de microfísica do poder acaba por contribuir de forma significativa para a problematização da representação jornalística das prostitutas e suas relações com a sociedade rio-branquense: mesmo com discursos que negam, em sua maioria (regularidade), a humanidade/dignidade destas mulheres, elas não necessariamente incorporam identidades que as criminalizam e as demonizam. O caso de Tatiana Silva, relatado anteriormente, é um exemplo destes processos de resistência que muito têm a nos dizer a partir de estudos sobre recepção de comunicação midiática.

Sem dúvida, a amizade, o respeito e, sobretudo, o diálogo existente entre Michel Foucault e Gilles Deleuze são contribuições significativas que ultrapassaram a esfera do campo filosófico, sociológico e da filosofia da história. Tal relação promove na comunidade científica e na cultura de forma geral um exemplo de respeito ao trabalho e pesquisa do outro. A relação harmoniosa destes dois autores possibilitou que Deleuze produzisse apontamentos para explicar alguns momentos de mal-estar gerados pela profundidade crítica ao racionalismo cartesiano proposto por Foucault tanto em **Palavras e as Coisas** quanto em **Arqueologia do Saber**. Como homenagem ao amigo, Deleuze escreve seis ensaios retomando os aspectos que se tornaram os maiores alvos de crítica e ao mesmo tempo o que fez de Foucault um pensador singular, alguém para além do seu tempo.

Foucault nunca encarou a escritura como um objetivo, como um fim. É exatamente isso que faz dele um grande escritor, que coloca no que escreve uma alegria cada vez maior, é um direito elementar do leitor ficar fascinado até as gargalhadas diante de tantas invenções perversas, tantos discursos cínicos, tanto horrores minuciosos. Dos aparelhos antimasturbatórios para crianças até os mecanismos das prisões para adultos, toda uma cadeia se exhibe, suscitando risos inesperados que a vergonha, o sofrimento ou a morte não conseguem calar. Os carrascos riem raramente, ou então o seu riso é

diferente. Vallès já invocava uma alegria no horror, característica dos revolucionários, que opunha à horrível alegria dos carrascos. Basta que o ódio esteja suficientemente vivo para que dele se possa tirar alguma coisa, uma grande alegria de querer destruir aquilo que mutila a vida. O livro de Foucault está repleto de uma alegria, de um júbilo que se mistura ao esplendor do estilo e à política do conteúdo. Ele é ritmado por atrozes descrições feitas com amor: o grande suplício de Damiens e suas falhas; a cidade empestada e seu enquadramento pelo poder; a cadeia de forçados que atravessa a cidade e dialoga com o povo; depois, ao contrário, a nova máquina isolante, a prisão, o carro, celular, que atesta uma outra “sensibilidade na arte de punir”. Foucault sempre soube pintar quadros maravilhosos como fundo de suas análises. (DELEUZE, 2005, p. 33).

Penso que este trecho escrito por Gilles Deleuze traduz o espírito que impulsionou esta breve pesquisa. Sem a mínima pretensão de apontar saídas ou processos de fuga, tal pesquisa limita-se em problematizar os processos comunicacionais, bem como suas pesquisas, propostas teóricas e metodológicas. A ideia sempre foi muito mais a de trazer o caos epistemológico, sobretudo quando se pensa a comunicação como uma disciplina indecisa (FERRARA, 2013), com dificuldades de delimitações do campo, do objeto e o grande desafio de se tornar um campo consolidado na esfera científica. Esta tentativa resume-se em discutir as principais dificuldades encontradas pelos pesquisadores da comunicação diante destas debilidades no campo científico oriundas de um processo de desvalorização do profissional da comunicação, seja ele jornalista, publicitário, relações públicas, o que se percebe é uma trajetória de negação da importância da ação destes profissionais e, conseqüentemente, da importância da investigação científica feita por eles. Se quiserem enxergar algum tipo de otimismo a partir desta investida, penso que o reconhecimento destas debilidades já se constitui uma tentativa emancipatória dos estudos da comunicação e suas interfaces sociais.

Considero esta a parte mais complexa deste processo, tendo em vista, como foi apontado anteriormente, que o diagnóstico para a formulação de “hipóteses” ou de “soluções” que a ciência espera de cada investigação, não faz parte da premissa filosófica desta tentativa investigativa. Contudo, me sinto responsável por delimitar alguns aspectos que compreendo merecedores de síntese:

- a) A comunicação enquanto transdisciplinar ou disciplina em construção necessita se repensar a partir das relações de saber/poder no universo científico. A partir desta pesquisa, pareceu-me que os modos de investigação dos estudos comunicacionais carecem problematizar discursos como o dos jornais que representam prostitutas e seu

processo de recepção apontam também que a comunicação necessita se repensar a partir das relações de saber/poder no universo científico;

- b) Há nas pesquisas de comunicação uma necessidade de diálogo com outros campos do saber. Nesta pesquisa foi utilizado o conceito de gênero como categoria de análise viável para pensar as relações de poder existentes entre prostitutas-jornalismo-sociedade;
- c) A interdisciplinaridade como alternativa metodológica para os estudos da comunicação merece uma investida teórica também no objeto/sujeito investigado: esta tentativa pode ser visualizada no terceiro capítulo desta pesquisa;
- d) A indefinição do que é ou não objeto da comunicação precisa ser enxergada como um campo de possibilidades que tem muito mais a contribuir com os estudos da comunicação do que a tornar-se um empecilho. Creio que esta discussão foi contemplada no primeiro capítulo;
- e) Os estudos do jornalismo e suas interfaces sociais tornam-se cada vez mais emergenciais diante das condições do profissional diplomado no mercado de trabalho, bem como a desvalorização enquanto campo do saber científico. Com os jornais veiculados em Rio Branco, pôde-se perceber a necessidade de uma leitura que ultrapasse elementos técnicos da redação jornalística.

Enfim, encerro esta discussão com Dominique Wolton (2006, p. 20) dentro de uma perspectiva crítica e ao mesmo tempo otimista presente na obra **É preciso salvar a comunicação**: “*Comunicação, incomunicação, coabitação são os desafios democráticos do início do século XXI*”. Comunicar requer pensar que a sua matriz epistemológica deve sempre partir de princípios democráticos. Em concordância com a perspectiva deste autor, pressupõe-se que informar não é comunicar, tendo em vista que a comunicação do espetáculo transformou-se bem mais em mercadoria do que efetivamente em uma atividade de utilidade pública. Comunicar, portanto, exige o “olhar para o outro”, a tentativa de diálogo que não se resume à mera tolerância, mas que dê espaços de fala. Logo, a investida tecnológica do cenário comunicacional tem cada vez mais o desafio, não de ampliar os dispositivos informacionais, mas, sobretudo, de torná-los efetivamente ferramentas que promovam a democracia e, aí sim, poderíamos pensar a comunicação como condição emancipatória da humanidade. Prostitutas e sujeitos historicamente excluídos precisam ser considerados



cidadãos não apenas no período eleitoral, mas nos múltiplos contextos de sociabilidade. Muito mais que informar, penso que comunicar é ouvir e buscar compreender esse “outro” tão contrário e diferente dos de “cá”.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALBUQUERQUE, Gerson R.; FÉLIX, A. Cezar; SOUZA, Sérgio R. De bêbados e “putas”: a “escola faltou ao encontro”. In: **15 textos de História da Amazônia**. Rio Branco: UFAC/ Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, 1998.

ALEXANDRE, Marcos. **O papel da mídia na difusão das representações sociais**. v. 6, n. 17, p. 111-125, 2001. Disponível em: <<http://www.sinpro-rio.org.br/imagens/espaco-do-professor/sala-de-aula/marcos-alexandre/opapel.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

AMARAL, Márcia Franz. Sensacionalismo: inoperância explicativa. **Revista Em Questão**. v. 9, n. 1, p. 133-146, 2003.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

AZERÊDO, Sandra. **Preconceito contra a “mulher”**: diferença, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2007.

BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica**: história da imprensa brasileira. v. 1. 5. ed. Rio de Janeiro: Muad X, 2009.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. Hucitec, 1986.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio d' Água, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. **Globalização**: As consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

\_\_\_\_\_. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BARBALHO, Alexandre. Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In: BARBALHO, Alexandre; PAIVA, Raquel (Org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

BARBARÁ, Anna Maria; LEITE, Otilia Silva. **As meninas da Daspu**. Rio de Janeiro: Novas Ideias, 2007.

BEHES, Edelberto. O jornalismo precisa ser reinventado: entrevista especial com Edelberto Behes [31 de janeiro de 2011]. **Revista Instituto Humano Unisinos**. Entrevista concedida a IHU on-line.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Construção social da realidade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

BEZERRA, M. José; SILVA, M. Rita Costa da; CAMPO, M. Madalena Guedes. **Damas da noite**: sexualidade e prazer como estratégias de sobrevivência. Rio Branco: Globo, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cidadania e direitos: aproximações e relações. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. In: NETO, Fausto Antônio; PRADO, José Luiz Adair; PORTO, Sérgio Dayrrel (Org.). **Campo da comunicação**: caracterização, problematização e perspectivas. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2001.

\_\_\_\_\_. Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação. **Revista Contra Campo**. Edição Especial, n.10/11, p. 219-236, 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/issue/view/18>>. Acesso em: 10 set. 2012.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. v. 1, n. 26, p. 329-376, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.

BRITO, Márcio Roberto Andrade. **Prostituição no Brasil e inclusão social**: uma análise do Projeto de Lei Nº. 98, de 2003, sob o aspecto constitucional. Disponível em: <[http://www.fesmpdft.org.br/arquivos/Marcio\\_Roberto.pdf](http://www.fesmpdft.org.br/arquivos/Marcio_Roberto.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2013.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. Tradução: Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BURKE, Peter. A nova história: seu passado, seu futuro. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CHARADEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CONDE, Evelyn I. M. L.; COELHO, Lilian Reichert. **Telejornalismo, discurso e gênero**: desafios da análise da representação das mulheres rondonienses. Disponível em: <[www.bocc.ub.it](http://www.bocc.ub.it)>. Acesso em: 04 mar. 2014.

COELHO, Lilian Reichert. Comunicação, teoria política e estudos contemporâneos sobre gênero: uma abordagem da situação das trabalhadoras rurais mobilizadas na luta pela cidadania em Rondônia. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORTE, 11, 2012, Palmas. **Anais...** Tocantins: UFTO, 2012. p. 1-15.

CUNHA, Lúcia Alves da. **Mulheres em situação de prostituição**: um desafio à inclusão. Disponível em: <<http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/VIseminario/trabalhos.php>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

DALLA COSTA, Rosa M. C.; MACHADO, Rafael C.; SIIQUEIRA, Daniele. **Teoria da Comunicação na América Latina**: da herança cultural à construção de uma identidade própria. Curitiba: Ed. UFPR. 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DERRIDA, Jacques. **Positions**. 6. ed. Paris: Les Éditions de Minut, 1972.

DERRIDA, Jacques; FOUCAULT, Michel. **Há três tempos da história da loucura**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DESJEUX, Dominique. A pesquisa da beleza no cotidiano feminino. In: CASOTTI, Letícia; SUAREZ, Maribel; CAMPOS, Roberta Dias (Org.). **O tempo da beleza: consumo e comportamento feminino, novos olhares**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2008.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Discurso e ideologia. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ESCOTEGUY, Ana Carolina D. As relações de gênero nos estudos de recepção: notas sobre metodologias de pesquisa e suas repercussões teóricas. In: BARBALHO, Alexandre; PAIVA, Raquel (Org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

ESCOTEGUY, Ana Carolina D.; MESSA, Márcia Rejane. Os estudos de gênero na pesquisa em comunicação no Brasil. In: ESCOTEGUY, Ana Carolina (Org.). **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 173 p.

FERRARA, Lucrécia D' Alessio. Epistemologia da comunicação: além do sujeito e aquém do objeto. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo (Org.). **Epistemologia da comunicação**. 1. ed. São Paulo: Loyola, 2003, p. 55-67.

\_\_\_\_\_. Epistemologia de uma comunicação indecisa. In: XXII ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, 22, 2013, Salvador. **Anais da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Salvador: UFBA, 2013. p.1-17.

\_\_\_\_\_. **O conhecimento como dialética da imaginação**. Revista Matrizes, v.7, n. 2, p. 131-142, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade III: o cuidado de si**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciado em 02 de dezembro de 1976. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

\_\_\_\_\_. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2006.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 7-20, 2002.

FRANZONI, Sabrina; RIBEIRO, Daiane Bertasso; LISBOA, Sílvia Saraiva de Macedo. A verdade no jornalismo: relações entre prática e discurso. **Revista Verso e Reverso**, Rio Grande do Sul, v. 25, n. 58, p. 45-52, jan-abr. 2011.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2007.

GOLDENBERG, Mirian. **O corpo como capital**: estudos sobre gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira. Barueri, São Paulo: Estação das Letras e Cores Editora, 2007.

GONÇALVES, Eliane. Pensando o gênero como categoria de análise. In: Estudos de gênero. **Cadernos de área PUC-GO**, n. 7, p. 41-60, 1998.

GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

\_\_\_\_\_. Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo (on-line)**. v. 4, n. 11, p. 11-25, 2007. Disponível em: <revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/download/117/118>. Acesso em: 25 jun. 2012.

GREGORI, Maria Filomena. Prazer e perigo: notas sobre feminismo, sex-shops e S/M. In: **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GOMES, Ezequiel Mateus Macedo; CARDOSO, Denise Machado. **Prostituição: poder, dominação e repressão**. Disponível em: <<http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/695-of8c-st3.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais**. Tradução Liriam Sponholz. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUEDES, Mardônio. A prostituição em Fortaleza de 1930-1940. In: NEVES, F.C.; SOUZA, S. (Org.). **Gênero**. Fortaleza: história e cotidiano. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

INNIS, Harold. **O viés da comunicação**. Trad. Luiz C. Martino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HALL, Stuart; et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega Editora, 1999. p. 224-248.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagú**, n. 5, p. 7-41, 1995.

\_\_\_\_\_. Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses, o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1994.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

LEÓN, Osvaldo. Para uma agenda social em comunicação. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-Moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

LOPES, Maria Immacolata. Reflexividade e relacionismo como questões epistemológicas na pesquisa empírica em comunicação. In: BRAGA, José L.; LOPES, Maria I.; MARTINO, Luiz C. (Org.). **Pesquisa empírica em comunicação**. Coedição: Paulus/Compós, 2010.

LOURO, Guaciara Lopes. Pedagogia da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 9-34.

LÖWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

MACHADO, Juremir. Os suportes da comunicação: entre meio e poder. **Revista Matrizes**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 47-57, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos em comunicação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1997.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 3. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro. Duas doenças infantis da comunicação: a insuficiência ontológica e a submissão à política. Uma discussão com José Luís Braga. **Revista Matrizes**, n. 1, p. 169-178, 2011.

MATHEUS, Letícia Cantarela. **Narrativas do medo: o jornalismo das sensações além do sensacionalismo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.



MATOS, Maria Izilda S. de. Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades. In: SAMARA, Eni Mesquita (Org.). **Gênero em debate**. São Paulo: EDUC, 1997, p. 83-114.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

MESSA, Márcia Rejane. Os estudos feministas de mídia: uma trajetória anglo-americana. In: ESCOTEGUY, Ana Carolina (Org.). **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 173 p.

MONTORO, Tania. **Mujeres y Medios: memorias de un pensamiento crítico em Brasil**. 2009. Artigo parte da pesquisa de pós-doutorado realizada junto ao programa de pós-graduação da UFRJ com apoio do CNPq. Brasília: Universidade de Brasília; 2009. Disponível em: <<http://www.aeic2010malaga.org/upload/ok/72.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da Vila: prostituição, identidade social e movimento associativo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

MORAIS, Auricélia Neves. et al. **Bairro Papouco: espaço de vida, prazer e sonho**. Rio Branco: FCRHCD, 1993.

MOTA, Luiz Gonzaga. De um a outro paradigma: continuidades e discontinuidades da pesquisa em jornalismo no Brasil e América Latina. **Brazilian Journalism Research**, v. 9, n. 1, 2013.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. Portugal: Porto Editora Ltda, 2003.

NOVAES, Adauto (Org.). **Civilização e Barbárie**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

OLIVEIRA, Nucia A. S. Representações da beleza feminina na imprensa: uma leitura a partir das páginas de O Cruzeiro, Claudia e Nova (1960/1970). In: FUNCK, Susana B.; WILDHOLZER, Nara. **Gênero em discursos da mídia**. Florianópolis: Ed. Mulheres e Edunisc, 2005.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2009.

PAIVA, Raquel. Cidadania, minorias e mídia. In: BARBALHO, Alexandre; PAIVA, Raquel (Org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

PASINI, Elisiane. Sexo para quase todos: a prostituição feminina na Vila Mimosa. **Cadernos Pagú**, n. 25, p.185-216, 2005.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. **Revista Brasileira de História Oral**, São Paulo: n. 3, jun. 2000.

PEREIRA, Maria Fernanda Birrento. **Maria Madalena e o feminino na construção da Igreja Católica**. 2011.82p. Dissertação (Mestrado em Estudos sobre as mulheres). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

PIERONI, Geraldo. **Vadios, ciganos, heréticos e bruxas: os degredados no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Mulheres: igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2010.

PISCITELLI, Adriana, GREGORI, Maria Filomena, CARRARA, Sérgio (Org.). **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Revista Sociedade e Cultura**, São Paulo, n. 2, v. 11, p. 263-274, jul/dez. 2008.

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. Jornalismo e realidade: da necessidade social de notícia. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 44-55, dez. 2009.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Elementos do Jornalismo: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir**. Portugal: Porto Editora, 2004.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Org.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?. **Revista Katál**. v. 12, n. 1, p. 68-76, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802009000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000100009)>. Acesso em: 25 abr. 2014.

ROUSSIAUD, Jacques. **A Prostituição na Idade Média**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ROSAS, Leonildo. O outro lado do centro de Rio Branco: um e o Mercado dos Colonos lembram um Acre sem esperança. **Jornal Página 20**, Rio Branco, 8 out. 2006. Cad. 05, p. 10.

RÜDIGER, F. **Introdução à teoria da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.

SARMENTO, Rayza. Mídia, gênero e política: breve mapeamento de horizontes analíticos. **Revista Ação Midiática: estudos em comunicação, sociedade e cultura**. Paraná, v. 2, n. 5, p. 1-15, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

\_\_\_\_\_. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**. n.16, São Paulo, 1998, p. 303-304.

\_\_\_\_\_. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós estruturalista. **Debate Feminista** (Cidadania e Feminismo), n. especial, 2000, p. 207-218.

\_\_\_\_\_. Os usos e abusos do gênero. Tradução Ana Carolina E. C. Soares. **Projeto História**. n. 45, São Paulo, 2012, p. 327-351.

SIGNATES, Luiz. Epistemologia da comunicação na democracia: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos. **Revista de Estudos Sobre Práticas de Recepção a Produtos Midiáticos**. Programa de Pós Graduação em Meios e Processos Audiovisuais (PPGMPA) da ECA/USP. v. 1, n. 1, p. 7-18, 2012.

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, a Sibéria tropical: desterrados para as regiões do Acre em 1904 e 1910.** Manaus: UEA Edições, 2013.

SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando? **Revista Matrizes.** Ano 3, n. 1, p. 197-212, 2009.

SILVA, Suzanna Dourado da. **Apoio às vítimas de violência doméstica pelo Centro de Referência Casa Rosa Mulher.** 2012. Monografia de conclusão do curso (Pós-graduação em Educação para a Diversidade) – Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais, 2012.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Literatura, história e gênero: José de Alencar e seus romances. In: CONGRESSO DO CURSO DE HISTÓRIA. 1. Jataí, 2010. **Anais...** Goiás, 2010.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **O império do grotesco.** Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiaticização. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade midiaticizada.** Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

\_\_\_\_\_. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear em rede.** Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. Comunicação: um campo em apuros teóricos. **Revista Matrizes**, v. 5, n. 2, 2012.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2004.

STAM, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.

STEINBERGER, Margarethe Born. **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina.** São Paulo: EDUC; FAPESP; Cortez, 2005.

SWAIN, Tania Navarro. A invenção do corpo feminino ou “A hora e a vez do nomadismo identitário?”. **Textos de História**. v. 8, n. 1/2, 2000.

TEMER, Ana Carolina R. Pessoa. Reflexões sobre a tipologia do material jornalístico: o jornalismo e as notícias. **Revista Brasileira de Comunicação – Intercom**. São Paulo, v. 30, n. 1, p. 49-70, jan./jun. 2007.

TEMER, Ana Carolina. A mística do jornalismo e os critérios de noticiabilidade. In: ALAIC 11., 2012, Montivideo. **Anais...** Montevideo: Asociación Latino Americana de Investigadores de La Comunicación, 2012.

TEMER, Ana Carolina R. Pessoa; NERY, Vanda Cunha A. **Para entender as teorias da comunicação**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

THOMPSON, Jhon. **Mídia e modernidade**: uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

TUCHMANN, Gaye. **La producción de la noticia**: estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1983.

TUZZO, Simone Antoniacci. Mídia, cidadania e poder político. In: TEMER, Ana Carolina R. P. (Org.). **Mídia, cidadania e poder**. Goiânia: FACOMB/FUNAPE, 2011.

\_\_\_\_\_. **Deslumbramento coletivo**: opinião pública, mídia e universidade. São Paulo: Annablume, 2005.

VALÉRY, Paul. Quase Política. In: BARBOSA, João Alexandre. **Variedades**. São Paulo: Iluminuras, 2011.

VAN DIJK, Teun. A. **La noticia como discurso**: comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona, Buenos Aires e México: Ediciones Paidós, 1996.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília: UnB, 1995.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da floresta**: uma história, Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação**. Brasília: Editora UnB, 2004.

\_\_\_\_\_. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

\_\_\_\_\_. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

\_\_\_\_\_. **La outra mundialización: las batallas contemporâneas por la diversidade cultural**. España: Editorial Gedisa, 2009.

# ANEXOS

## ANEXO A - Matéria analisada 1: Jornal A Gazeta (1993).

ANO VII  
Rio Branco-AC, Quinta-Feira, 21 de J



**Mãe prostituta abandona filhos**

A prostituta Maria Rosinete Pereira da Silva, a Reguinha, de 24 anos, mãe de um casal de filhos, Miguel e Feliciano, ao sair para a feira deixava os crianças trançadas dentro de um quarto, no Triângulo Novo. Violinos davam comida aos meninos de Maratânia, mas a mulher é também conhecida. A menina tem quatro e o menino dois anos de idade. No dia seguinte, sábado e

Informes passaram dias, mas quando não fugiram do cubículo para brincar na rua. Desconhecidas e assustadas, as crianças estão agora no Juizado de Menores, e mãe sendo procurada pela polícia. O líder comunitário Manoel Martins de Almeida (Dedi), 51, é presidente da rede de solidariedade, se localizar o menino Feliciano na rua, em plena madrugada. (POL/CA)

**A história do Taquary**

Rio Branco-AC, Quinta-Feira, 21-01-1993 A GAZETA

### Mãe mantinha filhos em cárcere

Foto: Cláudio Miranda



**Desumidade**

O menino Feliciano da Silva, de 24 meses, ao ser levado para o Juizado de Menores, em Brasília, em 19 de janeiro, estava com fome e alguns dias sem banho. O menino Feliciano estava em um quarto que não tinha nem luz nem água. O menino Feliciano estava em um quarto que não tinha nem luz nem água. O menino Feliciano estava em um quarto que não tinha nem luz nem água.

**Desumidade**

O menino Feliciano da Silva, de 24 meses, ao ser levado para o Juizado de Menores, em Brasília, em 19 de janeiro, estava com fome e alguns dias sem banho. O menino Feliciano estava em um quarto que não tinha nem luz nem água. O menino Feliciano estava em um quarto que não tinha nem luz nem água.

**Pai da r**

Investigado, Dedi dirigiu-se ao 4º Distrito Policial e denunciou a desumidade do delegado Alcebades de Almeida Cavalcini. Este designou, hoje, o delegado para fazer um levantamento da área, onde o menino estava sendo mantido.

**Cadáver de peão**

ANEXO B - Matéria analisada 2: Jornal A Gazeta (1993).

missões mentos arde de foi fei-to, na lido de

## Coroa brocha e ainda quis enganar meretriz

**o ou**

Sebastião de Oliveira Dantas, o "Batelão", de 71 anos de idade, é mesmo um coroa teimoso. Apesar de já ter brochado mais de dezenas de vezes continua dizendo para os amigos que "ainda dá no couro", quando a realidade é bem diferente. Na noite de segunda-feira convidou a jovem Vânia Pereira da Silva (18 anos, residente no bairro São Francisco) para uma noite de amor e deu um tremendo "cano" na garota. É que, além de ter batido fofo na hora agá, ainda recusou-se pagar o cobrado pela meretriz, sob a alegação que apenas a usou oralmente e lhe feito outras carícias. Vânia ficou revoltada ao ponto de bater no velho para lhe tomar 500 mil cruzeiros, desaparecendo.

O motivo s vezes Alves, rave e ospita- o mar- quatro clusão, alguns apor-tacional- ssou a do que serviço o que ocuras- da.

Ontem, acabou presa por agentes do setor de Roubos e Furtos do 1º Distrito Policial e posta no xadrez.

Ela contou que às 21 horas de segunda-feira estava em um bar nas proximidades do Mercado dos Colonos, quando foi chamada pelo velho "Sebastião Batelão", que a convidou para uma noite de amor. "Eu pensei que o coroa ainda dava no couro, no entanto quando chegamos no local indicado este bateu fofo e só me usou com a língua por mais de uma hora. No final, simplesmente, disse que não iria pagar o prometido. Fiquei com raiva e tomei o dinheiro na marra, pois hoje ninguém trabalha de graça, e eu não seria exceção", disse a prostituta.

Vânia disse ainda que com o dinheiro comprou roupas e ontem de manhã quando voltou ao local onde havia encontrado o velho, acabou detida por agentes do 1º Distrito Policial e recolhida ao xadrez. "Esse velho tem mesmo é que criar galinhas, pois entre suas pernas apenas existem dois ovos estragados e um pinto morto. Além de quase me matar de raiva fazendo com que perdesse meu tempo com ele, acabou fazendo com que eu fosse acabar no xadrez", reclamou.

legi Soc adv me Sou den oen de da ney ter eor oca pra est die C&





## ANEXO C - Matéria analisada 3: Jornal A Gazeta (1993).



**ANEXO D - Matéria analisada 4: Jornal A Tribuna (2013).****Acre reduz número de pontos de prostituição****15/10/2013 - 01:51:16**

A Polícia Rodoviária Federal está atenta à movimentação de aliciadores de menores em vários pontos das rodovias federais do Acre e trabalha o mapeamento das áreas críticas com cuidado. “O número de pontos de prostituição de menores e sua localização são informação interna, que não é divulgada”, disse o inspetor Nilton, da PRF.

O levantamento Na Mão Certa, divulgado recentemente pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, mostra que a ação da PRF reduziu em 55,88% os pontos críticos e de alto, médio e baixo risco de prostituição infanto-juvenil nas rodovias do Acre e Rondônia. Enquanto entre 2009 e 2010 foram identificados 68 pontos, em 2011/2012 foram 30.

“A variação nos registros pode refletir a migração, com interiorização de pontos para áreas fora da circunscrição da Polícia Rodoviária Federal”, diz a SNDH no relatório. Sem dar detalhes, o inspetor Nilton confirma que a vigilância é feita em Rio Branco e alguns municípios do interior.

O inspetor Nilton coordenou recentemente a principal ação de enfrentamento ao abuso sexual infanto-juvenil no balneário Por do Sol, a Operação Anjo da Guarda II, na qual foram empregados 26 patrulheiros; 10 agentes civis, 30 policiais militares, 11 integrantes do Ministério Público Estadual, 7 agentes de Proteção da Infância e Adolescência e 2 agentes do Instituto Socioeducativo.

O objetivo das operações, lembra a PRF, é coibir situações de vulnerabilidade à exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes, reprimir e prevenir venda ou fornecimento de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes, coibir o porte ilegal de armas, o consumo e tráfico de entorpecentes, identificar pessoas com mandado de prisão em aberto ou em regime de progressão de pena, consulta à situação administrativa e judicial dos veículos concentrados na localidade. Na oram identificados no local sete detentos em condicional nos regimes aberto

e semiaberto, os quais foram encaminhados pela Polícia Civil para posterior comunicação à Vara de Execuções Penais. Duas pessoas foram presas por fornecer álcool a menor de idade e várias menores foram autuadas por permanecer em local impróprio, entre outras ações.

### **BR 364 entre as cinco rodovias de maior incidência.**

De acordo com o levantamento da SNDH, a BR 364, que corta o Acre de Sul a Norte, está entre as cinco com maior incidência de pontos de exploração sexual de menores. Essa rodovia nasce em São Paulo e vai até a fronteira com o Peru pelo Acre. A região mais crítica é a Centro-Oeste, com 85 pontos identificados. No Norte, onde se localiza o Acre, há 28 pontos mapeados. Em nível de País, a Polícia Rodoviária Federal, que forneceu os dados para o levantamento, identificou 1.776 pontos de risco de exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias do País. O mapeamento, realizado em 2011 e 2012, mostra que a Região Centro-Oeste concentra o maior número de pontos (398), enquanto o Nordeste tem maior quantidade de áreas críticas, ou seja, mais propensas à exploração.

Os pontos de risco são ambientes ou estabelecimentos às margens das rodovias ou próximos a elas. Segundo a PRF, esses locais possuem em geral a presença de adultos se prostituindo, pátios de pernoite de caminhoneiros, bares, motéis, falta de vigilância privada, aglomeração de veículos em trânsito e consumo de bebidas alcoólicas e drogas.

O estudo aponta que a Polícia Rodoviária retirou 3.812 crianças e adolescentes de áreas de risco de 2006 até hoje e prendeu 1.662 pessoas envolvidas em crimes contra menores de idade, seja por exploração, seja por outros crimes como abuso sexual e abandono de incapaz.



**ANEXO E - Matéria analisada 5: Jornal A Tribuna (2013).****Delivery: réus denunciam à CPI coação e estupro****28/02/2013 - 22:14:06**

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) composta por deputados federais para investigar o tráfico de pessoas ouviu na tarde de ontem na Assembleia Legislativa do Acre (Aleac) três réus da Operação Delivery. Eles relataram que foram coagidos a confessar o crime de exploração sexual de menores e a tentativa de incriminar autoridades.

O suposto aliciador Jardel Lima Nogueira foi o primeiro a ser ouvido e começou afirmando que temia morrer na prisão. Ele ainda acusou o delegado que participou das investigações, Nilton Boscaro, de coagi-lo a incriminar o deputado estadual e major Wherles Rocha (PSDB) e o desembargador Samuel Evangelista.

O acusado negou que liderava uma rede de agenciadores de garotas de programa e disse que não conhecer nenhum dos outros supostos aliciadores.

“Deputado, não existem garotas de programa no Acre. Aqui, as garotas são bancadas e isso não é programa, porque no programa a mulher recebe dinheiro pelo sexo e vai embora. Aqui, elas esperam ganhar um carro, elas saem com o homem para serem bancadas”, falou Jardel Nogueira.

Franciney de Lima Contreira, acusado de ser o número dois da rede de prostituição, foi assessorado por um defensor público e preferiu utilizar o direito constitucional de manter-se calado. Ele só se pronunciou no início, afirmando estar sendo vítima de um julgamento realizado pela imprensa.

**Estupro**

O suposto aliciador Adriano Macedo Nascimento Filho disse ser inocente e que chegou a denunciar um caso de exploração sexual à Delegacia da Mulher ocorrido com uma amiga, em 2012, quando ela era menor. Ele ainda afirmou estar sendo vítima de estupro na Unidade de Recuperação Social Francisco de Oliveira Conde (FOC).

Chorando, ele afirmou que nunca intermediou programas e que apenas chegou a emprestar o telefone para a irmã e para uma amiga que realizavam programas. “Em nenhuma escuta e nenhuma menina citou meu nome como agenciador”, falou Adriano Filho, que está preso desde outubro do ano passado.

O acusado ainda disse conhecer apenas uma das envolvidas no processo, a também acusada de ser aliciadora Greice Maria.

“Conheci Greice quando trabalhei para Osmir Neto [proprietário de uma agência de modelos]”, informando que Osmir Neto possui parentesco com a acusada.

### **Prisão**

Adriano Filho afirmou que no dia da prisão, ele teria sido acordado pela irmã mais velha, afirmando que a Polícia Civil estava na casa e que apenas queriam buscá-lo para conversar com o delegado.

“Quando minha irmã bateu na porta, achei que era uma brincadeira, então um policial se identificou e eu abri. Eles entraram e começaram a desligar meu computador e a recolher todo o material de informática. Ele disse que o delegado queria apenas falar comigo, mas, quando entrei na viatura, eles me deram voz de prisão”, afirmou o réu.

### **Chamados para depor em Brasília**

O presidente da CPI, o deputado federal Arnaldo Jordy (PPS), convocou outros acusados, entre eles supostos aliciadores e clientes, chegando a citar os nomes, mas eles justificaram, por meio dos advogados, que não poderiam comparecer.

“Eles serão convocados a depor em Brasília, mas, se eles não comparecerem, serão levados por meio de condução coercitiva”, detalhou o parlamentar.

Ao ser perguntado o motivo alegado pelos réus para não comparecerem, Jordy disse apenas que não interessava.

### **Rocha diz que acionará delegado**

O deputado Wherles Rocha disse que tomará as medidas judiciais contra o delegado Nilton Boscaro, acusado por Jardel de coação com o objetivo de tentar incriminar o parlamentar.

A equipe de reportagem do jornal A TRIBUNA procurou a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça para verificar qual será a medida adotada pelo desembargador Samuel Evangelista. Até o fechamento desta edição, o TJ não se pronunciou.

### **MPE lamenta demora de CPI**

O coordenador de Defesa da Infância e Juventude, o procurador Carlos Maia, que esteve presente no início da sessão da CPI disse desconhecer a demora para a vinda da Comissão que investiga o tráfico de pessoas.

“Existe o tráfico para fins de retirada de órgãos, para fins de trabalho escravo, mas 95% dos casos são para a exploração sexual, seja de crianças, seja adolescentes e seja de adultos, então a vinda da CPI demonstra que estamos no caminho certo de enfrentamento dessa temática. Agora, tenho que registrar que lamento que a CPI só esteja vindo agora, após a entrega do relatório final”, falou o procurador.

### **Relatório complementar**

O 1º presidente da CPI, o deputado federal Luiz Couto (PT/PB), justificou a vinda para ouvir as autoridades que participaram da investigação e que um relatório complementar será confeccionado com todos os depoimentos coletados no Acre.

“Estamos para ouvir as autoridades, verificamos os depoimentos prestados ao Ministério Público e à Justiça e verificamos que eles têm consistência. Queremos ter um conhecimento real daquilo que está acontecendo e ouvir depoimentos de pessoas que querem contribuir e ouvir vítimas e também pessoas ligadas a rede ou a quadrilha”, disse o parlamentar que disse ter até maio para enviar o relatório.

### **Investigações da PF**

O superintendente da Polícia Federal, delegado Marcelo Rezende, que também participou dos depoimentos afirmou que existem investigações sobre o tráfico de pessoas.

“Temos investigações relacionadas ao tráfico de pessoas, não só para exploração sexual, mas, também, para outros fins, para exploração do trabalho, para migração. Nossa preocupação é o combate a todas as modalidades. Temos investigações em andamento e em 2012 as investigações estão relacionadas às rotas de imigração ilegal para o Brasil”, falou o delegado.

### **Aleac**

O presidente da mesa diretora da Assembleia Legislativa do Acre (Aleac), deputado Elson Santiago, disse que a vinda da CPI é um momento importante para o Estado. “Temos a presença dos deputados federais com um trabalho importante e apoiados pelos pela Assembleia Legislativa”, afirmou o parlamentar. (Freud Antunes).

### **Delegado disse que tudo foi filmado**

O delegado Nilton Boscaro disse não conhecer Wherles Rocha e o desembargador Samuel Evangelista. Ele ainda afirmou que toda investigação seguiu toda a legalidade, sendo até filmada.

“Ele [Jardel] teve o depoimento filmado e ele aparece nas imagens com a maior tranquilidade, sem pressão alguma. Toda a investigação seguiu todo o trâmite legal. Não poderia nem falar sobre a investigação, pois todo o processo está sob sigilo”, justificou o delegado.

ANEXO F - Matéria analisada 6: Jornal O Rio Branco (2003).





## ANEXO G - Matéria analisada 7: Jornal A Tribuna (26 de junho de 2003).

## Garota de programa espancada em praça pública pede ajuda

"Estou cansada dessa vida gostaria de ter pelo menos uma chance de me recuperar, que eu me internasse numa casa de recuperação de drogados, ou mesmo no presídio. Quero mesmo é sair dessa". O desabafo foi feito na manhã de ontem pela jovem Nágila Nunes dos Santos, 18, moradora do bairro São Francisco, quando aguardava o momento de prestar depoimento na 1ª Delegacia de Segurança Pública. Acusada de furtar o telefone celular de um de seus clientes, ela teria sido espancada pelo delegado e ficado lesionada. Segundo ela, não havia praticado nenhum crime e estava sendo tratada injustamente. Amargurada com a vida que leva, Nágila descobriu recentemente que está acometida por uma doença que precisa de um tratamento. Ganhando a vida como garota de programa, ela disse que na noite de quinta-feira estava sem dinheiro inclusive para comer e se viu obrigado a aceitar R\$ 5,00, para fazer programa com um homem. Na noite seguinte estava no mesmo ponto, a praça da Catedral, quando foi abordada pelo mesmo homem, que sob a alegação de que esta havia furtado seu celular na noite anterior, passou a espancá-la, sendo levada para a USP, onde prestou depoimento. Enquanto aguardava, ela disse desconhecer a acusação. "Vou pedir para o delegado que me mande para alguma casa de recuperação de drogados ou mesmo para o presídio. Não quero é mais ficar na rua. Onde somos maltratadas e humilhadas todos os dias", concluiu.



*NÁGILA diz que precisa de ajuda*

**ANEXO H - Matéria analisada 8: Jornal O Rio Branco on-line (2013).****Fogo que destruiu pensões próximas ao Mercado Elias Mansour foi causado propositalmente**

Qui, 12 de Dezembro de 2013, 11:20, Thais Farias.

**O desespero tomou conta de quem passava no momento**

Ao menos nove estabelecimentos foram completamente devastados pelo fogo na tarde de ontem (11). Ocasionalmente dentro de um bar, que também servia como ponto de prostituição, o fogo se alastrou pelas casas comerciais nos arredores dos Mercados Municipais Elias Mansour e Aziz Abucater. A mobilização de voluntários, Corpo de Bombeiros e do prefeito de Rio Branco durante o incêndio que atingiu comércios e hospedarias durou mais de três horas de sufoco e muita correria. Felizmente, o crime não registrou vítimas, apenas prejuízos materiais.

A informação foi confirmada por testemunhas, policiais militares e homens do Corpo de Bombeiros que estavam na ocorrência. Por volta das 14h30min dessa quarta-feira, uma extensa fumaça negra podia ser vista de vários pontos da cidade, próximos ao centro da capital. O incêndio destruiu comércios e causou danos totais de mercadorias aos proprietários. Uma Casa Agropecuária que funcionava no local explodiu. Cerca de 50 homens da PM, Bombeiros e da Defesa Civil foram acionados para conter as chamas. O entorno dos mercados foi isolado.



De acordo com o subcomandante do Corpo de Bombeiros, Carlos Godim, o fogo começou em um dos bares localizados na parte de baixo do local, na Beira do Rio Acre. O desespero tomou conta de quem passava no momento. Comerciantes atingidos pelo incêndio contavam com a ajuda de voluntários para tirar o máximo de mercadoria do interior das lojas.

Os bombeiros encontraram dificuldades para debelar as chamas, já que o clima não era favorável no momento. Alguns comerciantes conseguiram salvar suas mercadorias, porém, nem todos tiveram a mesma sorte.

O prefeito Marcus Alexandre juntamente com a sua equipe de trabalho na prefeitura da cidade, comandou a retirada dos comerciantes do local por conta do perigo. E para manter maior segurança, determinou o fechamento do Mercado Elias Mansour.

### **Suspeito**

Um homem que teria sido roubado por uma prostituta é o principal suspeito de incendiar um colchão dentro de um estabelecimento nas proximidades do Mercado. Segundo testemunhas, aparentando pouco mais de 40 anos, o acusado identificado como 'Raimundo Braga', teria contratado uma garota de programa e foi roubado por ela dentro de um estabelecimento.



Revoltado, ele teria atado fogo no colchão do quarto onde estava com a mulher, tudo isso depois de ter ameaçado o proprietário do local. Segundo o suspeito, caso seu dinheiro não fosse devolvido, ele incendiaria o local.

Dito e feito, de acordo com trabalhadores da região, ele retornou ao local e incendiou o botequim. Logo depois o homem pulou na água e atravessou o rio, sentido Segundo Distrito de Rio Branco.

Alguns policiais confirmaram a versão das testemunhas e garantiram que é verdadeira. “É preciso esperar uma perícia e ouvir testemunhas, pois as informações ainda são desencontradas”, disse agente.

### **Prefeitura**

A participação efetiva de Marcus Alexandre se deu, principalmente, porque o prefeito almoçava em uma das pensões do Mercado no momento em que começavam as primeiras chamas. Rapidamente ele ajudou a retirar as pessoas da área de risco, juntamente à equipe do Corpo de Bombeiros.

“Eu estava almoçando no mercado quando vi o que estava acontecendo. O mais importante agora é que as pessoas saiam do local ou não se aproximem por causa do risco. O mais importante agora é a vida, é preservar a vida das pessoas”, relatou o prefeito.

Alexandre informou, ainda, que somente após a perícia que a causa do incêndio deverá ser revelada. Ele lamentou a destruição causada pelo incêndio e ressaltou a rápida ação dos

Bombeiros e voluntários. “Temos que agradecer aos Bombeiros, militares e as dezenas de voluntários que agiram rapidamente para preservar as vidas dos comerciantes e trabalhadores deste local, graças a essas pessoas e graças a Deus não houve nenhuma morte”, exaltou. Segundo ele, as equipes de Corpo de Bombeiros fizeram o que podiam para evitar o pior.

### **Interdição**

Depois de acalmar o incêndio, o prefeito Marcus Alexandre determinou que o Mercado Elias Mansour fosse fechado por questões de segurança aos trabalhadores dos locais. O fogo impediu que os centros comerciais próximos aos mercados continuassem a realização dos serviços.

Marcus Alexandre, que estava no local e ajudou no isolamento da área, temia pela segurança das pessoas. “O local está muito perigoso e não está oferecendo segurança aos trabalhadores desses dois centros, além do fornecimento de energia que foi suspenso, por isso determinamos o fechamento dos locais até esta quinta-feira (12)”, disse. Equipes do Corpo de Bombeiros e da prefeitura realizaram o rescaldo no local. O fogo foi controlado por completo já no final da tarde, deixando danos materiais incontáveis às vítimas.